



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO

CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL  
Faculdade de Educação da UFMG

**CONFLITO SOCIAL, MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA:  
as greves dos metalúrgicos de Contagem  
em 1968**

**Edgard Leite de Oliveira**

**CONFLITO SOCIAL, MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA:  
as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Sub-linha: Política, Trabalho e Formação Humana

Orientadora: Professora Doutora Daisy Moreira Cunha

Belo Horizonte

2010

[FICHA CATALOGRÁFICA]

Dissertação intitulada: “Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968”, avaliada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Daisy Moreira Cunha – Faculdade de Educação/UFMG – Orientadora

---

Geraldo Márcio dos Santos – Universidade Federal de Viçosa – Titular

---

José Geraldo Pedrosa – CEFET/MG – Titular

---

Rogério Cunha Campos – Faculdade de Educação/UFMG – Titular

---

Antônio Júlio de Menezes - Faculdade de Educação/UFMG – Suplente

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social  
da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, 2010

*Dedico esta obra aos meus pais, que foram  
meus primeiros professores, mestres em ensinar  
a arte de sobreviver com dignidade  
nessa selva de concreto.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, pelo carinho na arte de criar, ensinar e realizar os sonhos de seus filhos.

Agradeço à minha irmã pelo companheirismo e por compartilhar o legado imaterial, mas de valor incalculável, herdado dos nossos pais.

Agradeço à Margareth Pereira Lima por compreender meus ataques de fúria nos momentos difíceis e por ser minha companheira nesta dissertação.

Agradeço também aos meus grandes amigos, todos aqueles que consideram a minha vitória também a deles, em especial, a Rondinelli, Robert, Kleiton e Márcio.

Entre os amigos, agradeço também àqueles que não estão mais entre nós no mundo material... mas que, de onde estão, sempre torcem por mim.

Agradeço à Faculdade de Educação da UFMG, especialmente ao NETE, que, mesmo em época de “pós-modernismo” e pressões tecnicistas à Academia, aceitou o meu projeto de pesquisa.

Não agradeço à minha orientadora, Daisy Moreira Cunha, porque qualquer tipo de agradecimento seria demasiadamente pequeno, para não dizer insignificante, diante de sua parceria e companheirismo nesta dissertação. Sua paciência com meu jeito de organizar o tempo, sua coragem em assumir riscos e sua imensa generosidade e seu auxílio foram de fundamental importância para que eu pudesse avançar nos meus estudos. Se não fosse a constante orientação de Daisy, com certeza eu não teria conseguido.

Agradeço ao professor Geraldo Márcio, pela amizade, pela generosidade e pela disponibilidade em ajudar.

Agradeço imensamente aos professores Antônio Júlio de Menezes e Rogério Campos, pelo cafezinho regado a conversas orientadoras.

Agradeço a todos da família Leite e Oliveira, nordestinos e camponeses, com certeza, há aqui marcas da luta de cada um de vocês.

Agradeço aos operários das empresas Tecnofer e Delp, pela minha formação humana, política e pela ajuda no meu amadurecimento enquanto trabalhador.

Agradeço à Escola Sindical 7 de Outubro, onde foi imenso o aprendizado sobre ética e luta sindical.

Agradeço aos grandes amigos que fiz na Bolívia, no Panamá, no Peru, na Argentina, no Paraguai e, principalmente, em Cuba, onde cresceu em todos nós que estávamos no Acampamento Júlio Antônio Mella, pertencentes a mais de cem nacionalidades, um sentimento grandioso e difícil de se retirar do peito, de internacionalismo e luta pela emancipação humana.

Agradeço às Brigadas Populares, pela luta dos excluídos em Belo Horizonte e por mostrar que o caminho se faz caminhando... lutando!

Agradeço ao MISERICORE, pelas boas lembranças ainda presentes em minha memória.

Agradeço ao Cruzeiro, meu time de coração mesmo antes de meu nascimento, pelos jogos memoráveis nas Copas Libertadores de 2008, 2009 e 2010, quando, mesmo não sendo campeão, me proporcionou imensa alegria quando precisei de um pouco de distração.

Por fim, agradeço àqueles que, mesmo de longe, me fazem sentir saudade e eternizam sua presença na minha memória e no meu coração.

## RESUMO

Em abril de 1968, trabalhadores da região industrial de Contagem organizam a primeira greve após o golpe militar de 1964, uma das mais importantes greves da história do movimento operário brasileiro. Tema sempre citado e onipresente em outros estudos sobre esse período histórico, sem que tivesse sido, entretanto, objeto central de investigação.

Esta dissertação resulta de uma pesquisa que busca reconstruir esse acontecimento com base em fontes documentais como: boletins do sindicato, jornais de organizações de esquerda envolvidos no acontecimento, imprensa escrita e documentos encontrados no Arquivo Público Mineiro. Todavia, o objetivo central desta pesquisa foi a reconstituição do acontecimento a partir da memória daqueles atores diretamente implicados, metodologia que nos propiciou incluí-los na historiografia brasileira.

Dialogamos aqui com tais atores, que nos relataram suas memórias, experiências e lutas. Atores que nos forneceram suas lembranças e seus esquecimentos. Tentamos colocar no papel a cultura, a tradição, os costumes e as formas de organização política contidos nessa classe operária. Priorizamos os sujeitos enquanto indivíduos atuando no coletivo. Analisamos o cotidiano, as relações de poder, de trabalho e de vida inerentes às vivências desses trabalhadores naquele contexto sociopolítico. Dessa forma, consta, nesta pesquisa, a história da luta dos metalúrgicos de Contagem em 1968, do ponto de vista daqueles que dela participaram.

**Palavras-chave:** Luta operária; Greve dos metalúrgicos de Contagem; Memória; Governo militar.



## **ABSTRACT**

On April 1968, workers of Contagem's industrial district organized the first strike after the Military Coup of 1964 and one of the most significant strikes of Brazilian labor movement. This theme has always been cited in other studies of this particular historical period; however it has never been the central subject of any research.

This thesis results from a research that tries to rebuild the event based on documentary sources such as union newsletters, newspapers of left wing organizations involved in that occurrence, printed press and documents found in public archive of Minas Gerais. However, the central goal of this research was the reconstitution of the event from the memory of the people directly involved. This methodology led us to include them in Brazilian's historiograph.

We discussed here with those individuals who told us their memories, experiences and struggles. People who provided us with their memories and their forgetfulness. We tried to put on paper the culture, tradition, habits and the political organization structure contained in this working class. We prioritize the Actor as an individual, acting collectively. We analyze the daily routine, power relationships, work and life of those workers, contained in this socio-political context. In this way, we included in this research, the history of the Contagem's metallurgical struggle in 1968, from the point of view of those who engaged it.

**Keywords:** Workers' struggle; Contagem's metallurgical strike; Memory; Military government.

## **LISTA DE SIGLAS**

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APM – Arquivo Público Mineiro

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CORRENTE – Corrente Revolucionária de Minas Gerais

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

DVS – Departamento de Vigilância Social

EUA – Estados Unidos da América

FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais

FSM – Federação Sindical Mundial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

ORM – Organização Revolucionária Marxista

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PC do B-AV PC do B – Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCR – Partido Comunista Revolucionário

POC – Partido Operário Comunista

POLOP – Política Operária

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PUSTAL – Congresso Permanente de Unidade Sindical para Trabalhadores da América Latina

SNI – Serviço Nacional de Informação

TRT –Tribunal Regional do Trabalho  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

Gráfico 1 – População total para Contagem - MG (1950-2008).....	57
Tabela 1: Distritos industriais em Contagem - MG .....	56

## SUMÁRIO

Introdução .....	13
1 – De certo ponto de vista teórico-metodológico... ..	18
1.1 - Memória.....	23
1.2 - Experiência .....	35
1.3 - Os percalços da pesquisa .....	37
2 – Às margens do Ribeirão das Abóboras: aspectos políticos, sociais e econômicos .....	48
2.1 - Panorama político .....	48
2.2 - Aspectos históricos, demografia e ocupação .....	52
3 – Contagem, 1968.....	61
3.1 - Na Contagem dos dias... ..	61
3.2 - Abril vermelho... ..	70
3.3 - 1º de maio na Secretaria de Saúde... ..	109
3.4 - Para quando outubro chegar... ..	113
4 – O fio das organizações políticas na tessitura do acontecimento... ..	123
4.1 - Movimento estudantil e movimento operário .....	124
4.2 - Organizações políticas .....	128
4.2.1 - Partido Comunista Brasileiro – PCB .....	129
4.2.2 - O Partido Comunista do Brasil – PC do B.....	135
4.2.3 - Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha – PC do B-AV .....	136
4.2.4 - Partido Comunista Revolucionário – PCR .....	137
4.2.5 - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR.....	137
4.2.6 - Organização Revolucionária Marxista – ORM/Política Operária – Polop..	138
4.2.7 - Comando de Libertação Nacional – Colina.....	139
4.2.8 - Vanguarda Popular Revolucionária – VPR .....	139
4.2.9 - Ação Libertadora Nacional – ALN.....	140
4.2.10 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8 .....	142
4.2.11 - Partido Operário Comunista – POC .....	143
4.2.12 - Ação Popular – AP .....	143
Considerações finais .....	151
Referências.....	155
Anexos .....	160

## Introdução

Porque o tempo dá voltas inesperadas. Os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva. Nas batalhas da memória, o jogo nunca está definitivamente disputado, as areias são sempre movediças e os pontos considerados ganhos, podem ser subitamente perdidos.

Daniel Aarão Reis

Esta dissertação investiga as ações e os movimentos dos trabalhadores metalúrgicos de Contagem, em 1968. O interesse acadêmico surgiu ainda na graduação em História, quando o tema foi discutido em um projeto de monografia de final de curso. Dadas as limitações e as poucas possibilidades de pesquisa na graduação, optou-se por seguir pesquisando o assunto no mestrado.

A proposta foi sendo desenhada a partir do interesse em se desvelar as vivências de alguns dos atores diretamente implicados no movimento grevista. Esse interesse explica-se, inicialmente, pelo fato de ser morador da região industrial da cidade de Contagem e pela própria trajetória de vida, pois fui operário de “chão de fábrica” na cidade e convivi com os dilemas do operariado. Há também o interesse profissional, pois, como historiador, acredito na importância de se recuperar as vivências dos trabalhadores de Contagem, como possibilidade de reconstruir a história da cidade pelo acesso à memória coletiva dos sujeitos esquecidos pela historiografia tradicional dos grandes homens ou mesmo pela historiografia das grandes estruturas. Considero, portanto, que há uma necessidade fundamental de se reaver a constituição da classe operária de Contagem e as greves de 1968, já que essa classe e esses movimentos têm papel histórico determinante na construção e na formação política da população local, tema ainda pouco explorado pela comunidade científica.

\*\*\*

Contagem, nos anos de 1960, era uma região onde a base material das relações sociais era ordenada pela industrialização; a situação social era a situação da classe operária, e a população local era envolvida na teia econômica industrial, por isso, contém os elementos que buscamos investigar.

A situação social de Contagem, nesse período, continha parte da situação econômica nacional e mundial. Junta-se que o ano de 1968 tornou-se um ano emblemático, pois foi o ponto de partida de várias transformações sociais, políticas e culturais em todo o mundo. Nesse período de “guerra fria”, a juventude e a esquerda mundial se rebelavam contra os valores imperialistas do capitalismo e contra o “socialismo real”, nome que foi dado ao comunismo ortodoxo implantado nos países do leste europeu. Foi um ano de manifestações populares em todo o mundo, como a conhecida Primavera de Praga, na República Tcheca, e o Maio de 68, na França, quando estudantes universitários e secundaristas protestavam contra o autoritarismo e o anacronismo da academia, e, com a adesão dos operários, o movimento acaba tomando proporções de contestação política contra o Estado francês.

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E, no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza dos regimes aparentemente firmes (HOBSBAWM, 1995, p. 431).

Além da explosão de protestos em toda a Europa, nos Estados Unidos, eclodem manifestações populares contra a guerra do Vietnã. No México, houve o massacre dos estudantes da praça de Tlatelolco, na Cidade do México. Em toda a América Latina, a juventude, influenciada pela Revolução Cubana e pelo martírio da causa revolucionária de Che Guevara, morto um ano antes, em 1967, aderiu à guerrilha para se opor aos governos ditatoriais e capitalistas.

No Brasil não foi diferente, pois um governo militar governava o país desde 1964. Logo, em março de 1968, foi assassinado, no Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luís. Em junho do mesmo ano, intelectuais, religiosos e estudantes realizam a Marcha dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. A reivindicação era o fim da

repressão, o fim da censura e a redemocratização do país. O governo ditatorial responderia, meses depois, com o Ato Institucional número 5.

Essa situação nacional e mundial refletia-se em Contagem, no plano social, político e econômico. Veremos que o governo militar impunha um custo econômico-social muito elevado às classes trabalhadoras, e a política salarial, depois do golpe militar implantado pelo governo, foi nomeada pelos trabalhadores de “arrocho”. O governo controlava o reajuste salarial, sendo o mesmo concedido por categoria; no intuito de conter a economia em declínio, os reajustes eram sempre menores que a inflação. A classe trabalhadora brasileira teria, talvez, umas das suas piores crises econômicas e uma das maiores dificuldades de se organizar na legalidade. Buscou-se, neste estudo, compreender as greves de 1968 ocorridas em Contagem como parte de um conjunto de circunstâncias que vivia a classe operária brasileira naquele momento, pois, mesmo respeitando características regionais, a política nacional para os trabalhadores era o fator mais impactante.

Nesse sentido, investigar a classe operária percebendo os mecanismos e as estratégias formuladas pela elite que mantinha o domínio do capital e dos meios de produção permite, também, iluminar as ações de resistência e de não submissão passiva diante do poder que pretendia impor seu interesse econômico pela exploração dos trabalhadores. Estudar a classe operária significa analisar uma sociedade sob a visão de um sujeito tradicionalmente excluído pelo sistema social e que submete os seus interesses a uma relação de forças com a classe dominante, como sistema que utiliza mecanismos de dominação e estratégias de controle com vistas à subordinação social.

O movimento e as greves dos trabalhadores metalúrgicos de Contagem, em 1968, são sempre citados em outros estudos sobre o período, mas não há, até o momento, um trabalho que os tome como objeto principal. Intenta-se, aqui, contribuir para minimizar essa lacuna, remontando tais acontecimentos.

Buscou-se organizar o estudo em quatro eixos: análise teórico-metodológica; a política nacional e o impacto sobre a cidade de Contagem; o movimento grevista dos trabalhadores metalúrgicos de Contagem, em 1968; e mapeamento e apresentação das organizações políticas que foram citadas nos depoimentos, cada eixo tratado em um capítulo do trabalho.

No primeiro capítulo, estão presentes as escolhas metodológicas a partir da construção teórica que pareceu ser mais pertinente para estudar o tema. Por sua vez, o capítulo subdivide-se nos temas “Memória”, o qual encontra referência principal nos autores Maurice Halbwachs e Michael Pollak; e “Experiência”, com referência central em E. P. Thompson. Discute-se também, nesse capítulo, o trajeto metodológico, apresentando-se, ainda, as fontes documentais e bibliográficas levantadas e utilizadas na pesquisa.

No segundo capítulo, procura-se situar o objeto quanto ao local e período contemplados na pesquisa, contextualizando-o no panorama político mundial da Guerra Fria e nacional da ditadura militar. Tendo o ano de 1968 como referência, apresentamos alguns aspectos históricos, demográficos e de ocupação da cidade de Contagem, com vistas a uma melhor compreensão do local e sua relação com o objeto.

No terceiro capítulo, detalhamos o objeto de pesquisa em três grandes momentos do ano de 1968: a greve de abril, as manifestações do dia 1º de maio, e a greve de outubro. Além da descrição desses acontecimentos, analisamos a construção e a permanência dos mesmos, no espaço de tempo possível e relatado pelos entrevistados. Inseriu-se, nesse capítulo, a maior parte das fontes documentais e das entrevistas com os sujeitos envolvidos.

No quarto capítulo, a preocupação foi trazer à luz as organizações políticas, mapeando as que mais apareceram na fala dos entrevistados, e discutindo-se sua participação nos movimentos de Contagem. Julgamos importante tratar, ainda que brevemente, também de outras organizações que, mesmo não participando diretamente do movimento, estiveram presentes no Brasil, nesse período, e que, de algum modo, eram ligadas às organizações citadas.

As escolhas teóricas, metodológicas e políticas foram fundamentadas ao se assumir a inexistência de neutralidade em estudos acadêmicos, pois o ato mesmo de escolher um objeto de pesquisa já coloca o pesquisador diante da necessidade de posicionar-se frente à sua realidade.

*A neutralidade remete à metamorfose das convicções em ideologias, numa sociedade, tecnocrática e produtivista, anônima, que não sabe mais designar suas escolhas nem indicar seus poderes (para os ratificar ou confessar). Assim, na Universidade colonizada, corpo privado de autonomia na medida em que se tornou enorme, entregue agora às instruções e às pressões vindas de outras partes, o expansionismo cientificista ou as “cruzadas” humanistas*



de ontem são substituídas por retiradas. No que concerne às opções, o silêncio substitui a afirmação. O discurso assume uma cor de parede: “neutra”. Transforma-se mesmo numa maneira de defender *lugares* ao invés de ser o enunciado de *causas* capazes de articular um desejo. Ele não pode mais falar daquilo que o determina: um labirinto de posições a respeitar e de influências a solicitar (CERTEAU, 1982, p. 76).

Sabemos das influências embutidas ao se estudar esse tema, bem como do posicionamento político cobrado pela sociedade e abominado pela academia. Nessa difícil tarefa de conciliação, buscamos subsidiar a análise com fontes que garantissem a veracidade dos acontecimentos e a possibilidade de debate a partir do estudo feito, mas cientes, também, da inevitável implicação do pesquisador do passado no presente da pesquisa, como bem percebe Celso Frederico:

Quarenta anos depois, o golpe de 64 pode ser visto como um capítulo de um ciclo histórico que ainda não se fechou. Apesar das transformações profundas vividas pela sociedade brasileira, as questões de fundo que estiveram presentes e que ocasionaram o movimento golpista continuam sendo de uma desagradável atualidade: as reformas de base (em especial, a agrária), o papel do Estado na condução da economia, a questão nacional e a luta anti-imperialista, são temas atualíssimos repostos numa nova configuração histórica, pois ainda não foram equacionados. É impossível, portanto, manter a passividade de um arqueólogo: falar sobre o golpe de 64 implica necessariamente em tomar partido nas querelas do presente (2004, p. 103).

## 1 – De certo ponto de vista teórico-metodológico...

Para a produção do conhecimento histórico, há de se considerar dois tempos, o do desenrolar do fato propriamente dito, e o tempo de produção de interpretações e narrativas sobre o acontecimento. Para escrever um trabalho referente ao período de ditadura militar no Brasil, é quase impossível uma produção isenta da influência de teorias ou concepções que o objeto carrega consigo, da sua gênese aos dias atuais. Sujeitos, teorias, concepções de épocas passadas, mas ainda presentes, levam o pesquisador a opções voluntárias e involuntárias quanto ao caminho a ser seguido. A dimensão histórica deste trabalho reflete a opção teórica e metodológica do pesquisador que elaborou esta análise.

A “história vista de baixo”, como opção historiográfica, é usual, questionadora e muitas vezes questionada, mas foi nela que se buscou o fio condutor desta pesquisa. Tal opção não pode ser considerada inovadora, tampouco ultrapassada, tendo em vista que um grande número de historiadores brasileiros e latino-americanos tem construído parte da história sob essa perspectiva.

A história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história (SHARPE, 1992, p. 59).

Porém, mesmo hoje, depois de idas e vindas de métodos e referenciais de pesquisas históricas, faz-se necessário afirmar tal expressão e suas implicações; como provoca Jim Sharpe (1992), para aqueles que ainda consideram a experiência de massa do povo no passado como inacessível ou sem importância, ou seja, que não a consideram um problema histórico, buscamos, aqui, recolocar a história desses sujeitos na história acadêmica, pois que na história popular já se fazem presentes.

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual “obsoleto”, o artesão “utopista” [...] Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não (THOMPSON, 1987, p. 13).

Assim como Thompson, na obra *A formação da classe operária inglesa*, buscamos nosso pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual obsoleto, e encontramos os operários industriais de Contagem, que, em 1968, forjaram-se como sujeitos da história, não da história tradicional que os exclui de suas páginas, mas de uma “história vista de baixo”.

Ao assumir a construção de uma história vista de baixo, assumimos, também, as dificuldades encontradas no percurso de um trabalho acadêmico nessa perspectiva, principalmente com relação às fontes históricas. Jim Sharpe (1992, p. 43) afirma que, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição. A pouca quantidade e fragilidade das fontes escritas, quando a história buscada não é a história das classes dominantes, faz do historiador um investigador de ofício. Sharpe assegura ainda que outras questões na escolha de *qual história*<sup>1</sup> será contada envolverão o historiador em questões difíceis de serem solucionadas com simplicidade. Tais questões colocarão o historiador diante de um tema complexo, qual seja a “objetividade na história”.

Sabemos da existência de estudos sobre cultura política no marco temporal de 1968, sobre operários aqui pesquisados, formada no tempo, com longa duração, construída através de costumes e tradições, objeto de estudo acerca do qual pesquisadores têm trabalhado com seriedade. Porém, não nos aprofundaremos nessa questão, pois ainda persiste a dúvida quanto a um possível esvaziamento político e de análises mais profundas quando pesquisamos culturas políticas. Buscaremos, aqui, os fatos, pois acreditamos que algumas análises políticas da história se equivocam, como alerta Eric Hobsbawm, referindo-se à certa ascensão

das modas intelectuais “pós-modernas” nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de Literatura e Antropologia, as quais implicam que todos os “fatos” com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais – em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não (1995, p. 17).

---

<sup>1</sup> A expressão faz referência às opções teóricas e metodológicas que envolvem o historiador, conforme a escolha do objeto a ser estudado.

Não comparamos os historiadores tradicionais positivistas aos historiadores que buscam na cultura política uma forma de interpretação; os primeiros em nada contribuem para uma análise política mais profunda. Porém, entendemos o estudo da cultura política como método e não como fundamento teórico, já que consideramos o grande risco de se esvaziar a luta de classes e de se ofuscar as relações de poder estabelecidas no nosso objeto. Desse modo, frente ao objeto pesquisado, fizemos a opção, talvez política, de buscar uma interpretação que recoloca as possibilidades de análise diante de uma verdade histórica, não a verdade enquanto interpretação, pois esta será sempre digna de questionamento, mas a verdade enquanto os fatos que nos motivaram a pesquisar e, ora ou outra, serão questionados.

Parafrazeando Hobsbawm, *ou houve ditadura com um governo opressor e autoritário, ou não*. Acreditamos que sim e, diante disso, analisamos e buscamos as condições de interpretarmos o período sem manipulação de fontes, fatos ou análises. Como diz Jacques Le Goff:

As condições em que o historiador trabalha explicam também que, hoje como sempre, se ponha o problema da objetividade. A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não inocência do documento, põe em evidência os processos de manipulação que se manifestam a todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta verificação do fato não deve conduzir a um ceticismo de fundo da objetividade histórica e ao abandono da noção de verdade na história; pelo contrário, os progressos contínuos no desvendar e na denúncia das mistificações e falsificações da história permitem que se seja relativamente otimista a este respeito (1994, p. 12).

Em contraposição a essa possibilidade de mistificação, falsificação ou apropriação indevida da história tradicional dos grandes homens, desejamos recolocar o lugar social, político e cultural desses trabalhadores. Buscamos empenhar o papel importante de recordar que a identidade atual não foi construída apenas por príncipes, presidentes ou generais. As “pessoas comuns” abordadas por tal história não foram apenas um dos problemas com que os governos tiveram que lidar, mas sim agentes, cujas ações afetaram o mundo.

História de um passado próximo, que nem sempre é lembrada, relembada, escrita, buscada. Essa história fica ali, sabemos que existe, mas não a incomodamos,

talvez pela proximidade do pesquisador em relação àquilo que precisa ser contado, talvez pela “distância histórica”,<sup>2</sup> não tão distante.

Um passado pode ser destruído ou esquecido, nem sempre por acaso. Isso faz da greve de 1968, em Contagem, uma importante história a ser pesquisada/contada, e, como lembra Hobsbawm:

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo o ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (1995, p. 13).

Apesar das estratégias de esquecimento implantadas pelo governo militar, vemos ser impossível desfazer o fazer-se da classe operária como um processo histórico, pois, segundo Thompson, o fazer-se da classe operária “é um fato tanto da história política e cultural, quanto da economia” (1987, p. 17). Pretendemos compreender a greve de abril de 1968, no município de Contagem, como parte de um conjunto de elementos que vivenciava a classe operária naquele momento.

Nesse sentido, investigar a classe operária, percebendo os mecanismos e as estratégias formuladas pela elite que dirige o país, permite, também, iluminar as ações de resistência e de não submissão passiva ao poder que pretendia impor seu interesse econômico através da exploração dos trabalhadores. Estudar a classe operária, como foi dito no capítulo introdutório deste estudo, significa estudar uma sociedade sob a visão de um sujeito tradicionalmente excluído pelo sistema social, e que submete os seus interesses a uma relação de forças com a classe dominante apoiada num sistema que utiliza mecanismos de dominação e estratégias de controle como formas de subordinação social.

Por outro lado, criar a memória das ações operárias de 1968 significa, do ponto de vista de Walter Benjamin, “escovar a história a contra pelo” (1994, p. 225), pois o

---

<sup>2</sup> Entende-se como “distância histórica” o período de tempo suficiente para que o historiador possa pesquisar o objeto sem envolvimento, paixões. Escutei, certa vez, um amigo historiador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Bruno Silva de Souza, dizer, em conversa informal, que no século XX não há história, pois quem a conta são jornalistas e não historiadores, referindo-se à pouca distância dos fatos em relação ao historiador que os narra. Acredito que o minuto passado já é história, e digna de pesquisa, porém, o período militar suscita questões que ainda nos envolvem nos dias atuais.

historiador que pretende ser revolucionário não participa do “cortejo triunfal da história”, mas evoca a lembrança daqueles que sofreram com a exploração injusta de seus trabalhos.

Com a pesquisa, buscamos ir além da memória desses trabalhadores que consta restritamente nos arquivos, o que chamamos de “memória oficial”. Intentamos, como diz Maria Ciavatta, “chamar a atenção para importância da preservação da memória de sua vida e de suas lutas pelos próprios trabalhadores, como parte da constituição de sua identidade, para o reconhecimento do seu papel na sociedade e na construção da democracia” (2002, p. 36), o que se contrapõe à política de estratégia de esquecimento utilizada pelo governo militar e pelos governos democráticos que o sucederam.

Identificamos a necessidade de reconstruir a história desse período através da visão desses trabalhadores, através de suas lembranças, procurando analisar e buscar rememorações comuns entre os sujeitos, como diz Maurice Halbwachs:

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desse para aquele reciprocamente [...] Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (2004, p. 39).

Segundo Benjamin, reconstruir o passado historicamente “não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’, mas apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo” (1994, p. 224). O perigo ao qual se refere Benjamin está na possibilidade de as classes dominantes se apropriarem da memória e da tradição, utilizando-as como instrumento de poder. Por isso, o autor considera ser necessário, em cada época, “arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (*apud* VIEIRA, 2006, p. 16).

Ainda para Benjamin, as classes e grupos dominantes exercem sua dominação em instrumentos que materializam a cultura, e não somente nas relações de poder políticas e econômicas. Segundo ele, “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura” (1994, p. 225). Nesta pesquisa, especificamente, tem-se em foco a transmissão da cultura desses operários, não absorvida pela história contada pelas classes dominantes.

O autor propõe um papel mais crítico para a memória, para que essa possibilite o resgate de experiências que foram silenciadas, rompendo, assim, com a temporalidade linear e homogênea constitutiva das memórias dominantes.

A memória é sempre disputada, quando envolve história e cultura política. A “trincheira de ideias”, na expressão de Fidel Castro, é onde o revolucionário há de desprender mais força, pois o resultado da luta tem uma longa duração. Essas batalhas no terreno da memória também são salientadas por Daniel Aarão Reis Filho:

Como se sabe, em História, quando ainda se desenrolam os encontros nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória. Nelas os vitoriosos no *terreno* haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginava subjugada (2004, p. 30).

Mas que memórias são essas? Discutiremos.

## 1.1 - Memória

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira [...] embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem (REIS FILHO, 2004, p. 29).

Mas, como se define ou se pode tentar conceituar “memória”? A memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta, de fato, uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

Jacques Le Goff (1994, p. 15) nos conta que foram os gregos antigos que fizeram da memória uma deusa, de nome Mnemosine. Ela era a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. Mnemosine lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos, por vezes, presidindo a poesia lírica e, necessariamente, a épica. Desse modo, o poeta era um homem possuído

pela memória, um adivinho do passado, a testemunha inspirada, nos *tempos antigos*, da idade heroica e, por isso, da idade das origens. Portanto, na mitologia grega, as musas dominavam a ciência universal e inspiravam as chamadas artes liberais. As nove filhas de Mnemosine eram: Clio (história), Euterpe (música), Talia (comédia), Melpômene (tragédia), Terpsícore (dança), Erato (elegia), Polínia (poesia lírica), Urânia (astronomia) e Calíope (eloquência). Assim, de acordo com essa construção mítica, a história é filha da memória. Entretanto, os cerca de 25 séculos de existência da historiografia demonstram uma relação ambígua e tensa entre Mnemosine e Clio.

As últimas três décadas do século XX foram marcadas, entre inúmeras outras transformações ocorridas na história, por uma reavaliação das complexas relações que vinculam e que separam a história e a memória. Se, há trinta anos, uma obra como *La mémoire collective* (1950), de Maurice Halbwachs, não despertou um interesse maior na comunidade dos historiadores, na década seguinte, o quadro apresentou alterações substanciais. Esse movimento de reavaliação dos elos entre a história e a memória foi resultado de um questionamento dos historiadores à visão tradicional acerca desses campos, como veremos a seguir.

Para Peter Burke (2000, p. 67), a visão tradicional das relações entre a história e a memória se apresentava sob uma forma relativamente simples: a função do historiador era ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, quando escritos para proveito dos autores, para lhes proporcionar fama, e também em proveito da posteridade, para que se aprendesse com seu exemplo.

Todavia, a explicação tradicional, pela qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história espelha a memória, parece demasiado simplista na contemporaneidade. A história e a memória passaram a se revelar cada vez mais complexas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não se apresentam como as atividades inocentes que julgávamos até bem pouco tempo. Tanto as histórias quanto as memórias não mais parecem ser objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos com a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção.

Coube a Maurice Halbwachs pesquisar mais detidamente o que denominou “estrutura social da memória”, ainda na década de 1920. Segundo o sociólogo francês, as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que



lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado. Portanto, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grup. Lembram muito, inclusive, “o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado (BURKE, 2000, p. 70).

Halbwachs estabeleceu uma clivagem entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva. Entretanto, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto coletivo, mas de grupos sociais. Sob essa ótica, existiriam “memórias sociais” dos senadores romanos, dos mandarins chineses, dos monges beneditinos, dos professores universitários, etc. Por outro lado, tornou-se um lugar comum, na historiografia contemporânea, sustentar que os amantes de Clio, em diferentes épocas e lugares, consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia), e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social (BURKE, 2000).

Não obstante, conforme Peter Burke, os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Sob o primeiro aspecto, além de estudarem a memória como fonte para a história, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos. Na verdade, essa tarefa começou a ser cumprida, em parte, nos anos de 1960, quando alguns historiadores contemporâneos passaram a entender a relevância da história oral, percebendo que mesmo aqueles “que trabalham com períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos” (BURKE, 2000, p. 72).

No que tange ao segundo aspecto, os historiadores devem estar interessados no que o autor denomina “história social do lembrar”. Partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo: “As memórias são maleáveis, e

é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade” (BURKE, 2000, p. 73).

Halbwachs afirma a existência da memória individual, mas, para o autor, ela é parte da memória coletiva construída pelo grupo em que o indivíduo está inserido. As recordações e lembranças são relações que se estabelecem entre o indivíduo, interiormente, e os vários meios coletivos dos quais faz parte. A memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior desses grupos. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós é, na verdade, inspirada pelo grupo. A disposição de Halbwachs acerca da memória individual refere-se à existência de uma “intuição sensível”:

Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social – admitiremos que se chame intuição sensível (HALBWACHS, 2004, p. 42).

O sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, essa unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”, olhar este que deve, sempre, ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e as relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 56).

Na busca pela memória dos atores de 1968, consideramos a distância do acontecimento, e o espaço vivido por eles, do episódio até o dia da narrativa prestada. Interpretações conjuntas com outros operários, prisões, debates, relações coletivas expressas na memória do indivíduo.

Para além da formação da memória, Halbwachs salienta que as lembranças podem, a partir dessa vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens”; ou, ainda:

a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 2004, p. 77).

As lembranças podem ser simuladas quando, ao entrar em contato com as lembranças de outros, sobre pontos comuns em nossas vidas, acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por outro lado, afirma Halbwachs, não há memória que seja somente “imaginação pura e simples ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior”, ou seja, todo esse processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito (HALBWACHS, 2004, p. 80).

A memória individual toma, frequentemente, como referência, pontos externos ao sujeito, por isso, não há o isolamento da mesma. A vivência em vários grupos, desde a infância, estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal. O suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva, mas, assinala Halbwachs, também importantes, nesse processo, são as percepções acrescentadas pela memória histórica: “os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 2004, p. 73).

Para o autor, a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias coletivas). Ora, justamente porque as memórias de um indivíduo ou de um país estão na base da formulação de uma identidade, é que a continuidade é vista como característica marcante. A história, por outro lado, encontra-se assentada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, o que, para Halbwachs, faz das memórias coletivas apenas detalhes:

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os

período estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira (HALBWACHS, 2004, p. 91).

A história de uma nação pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo; daí a diferenciação estabelecida por Halbwachs entre *memória* e *história* (HALBWACHS, 2004, p. 85). Dessa forma, podemos questionar a historiografia que não leva em conta a voz dos atores que estavam presentes aos acontecimentos, no caso do nosso objeto, os operários, pois falta a essa historiografia, como fala Halbwachs, o *detalhe*, a classe operária, sujeitos fundamentais na reconstrução da história de 1968, no Brasil.

A escrita da história passou por significativas mudanças. Começamos a questionar a própria noção de “tempo”, e a “objetividade”, até então muito cara ao historiador, vem sendo relativizada, pois, assim como o historiador é fruto de seu tempo, também o é o discurso histórico por ele produzido. As fontes escritas também não são menos inverídicas do que as fontes orais, e ambas devem ser analisadas criticamente, este sim critério indispensável àqueles que concebem a prática historiográfica como científica.

O autor austríaco Michael Pollak analisa a cientificidade da história e a confrontação entre fontes escritas e orais, assim como a confrontação entre memórias oficiais e populares. Para ele, o estudo da memória de grupos ou organizações privilegia acontecimentos, datas e personagens. A memória coletiva “é parte de tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1989, p. 7).

Pollak usa a expressão “memórias em disputas” ao analisar a memória dominante, ou memória oficial, e a memória subterrânea. Segundo Clarisse Vieira (2006), apesar do intenso trabalho de enquadramento, algumas memórias, mantidas durante muito tempo na invisibilidade ou no silêncio, aguardam o momento propício para se irromper, podendo revelar aspectos de nossa história social que se encontravam submersos. A especificidade da história oral consistiria em mostrar, por meio das memórias individuais, os limites do enquadramento da memória.

Importante a reflexão de Alessandro Portelli (1998), em O massacre de Civitella Val de Chiana, no qual 115 civis italianos foram mortos, em um único dia, pelas tropas

de Hitler, em junho de 1944, em retaliação à morte de dois soldados alemães, pela resistência italiana à ocupação nazista. O autor utiliza o conceito de “memória dividida”, uma referência a Giovanni Conni, que aborda, de um lado, uma memória oficial, que comemora o massacre como um episódio da resistência italiana e compara as vítimas a mártires da liberdade; de outro, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes – focada no luto, nas perdas pessoais e coletivas –, que entrou, muitas vezes, em choque com a memória oficial.

Para o autor, além da variedade entre os campos da memória, há uma variedade de possibilidades no interior desses campos, uma pluralidade fragmentada inerente às diferentes memórias. Segundo ele, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 1998, p. 106). Nesse mesmo estudo, Portelli apoia-se no trabalho de Halbwachs (2004), quando faz referência à memória coletiva. Mas, para o pesquisador italiano, a elaboração da memória e o ato de lembrar são ações individuais. Para ele, a memória é social e pode ser compartilhada. Todavia, ela se materializa apenas nas reminiscências e nos discursos individuais. Em sociedades complexas, como a sociedade em que vivemos, os indivíduos fazem parte de diversos grupos e extraem deles sua memória, organizando-a de forma idiossincrática. A memória coletiva torna-se possível somente quando abstraída da memória individual. Em geral, a pressão para não esquecer materializa o controle social, contribuindo para resguardar as lembranças de determinado grupo. Dessa forma, Portelli busca desmitificar o caráter espontâneo atribuído à memória coletiva, e propõe outras formas de análise, como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagem, senso comum e instituições.

Os autores utilizados como referência para abordar o objeto aqui pesquisado foram reinterpretados, questionados e comparados com as memórias narradas pelos atores do processo grevista de Contagem, às quais Michael Pollak denominou de “memórias subterrâneas”, em referência às camadas populares. Para Pollak, essas memórias marginalizadas abrem novas possibilidades no terreno fértil da história. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim de trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase

imperceptível e que afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 13).

A emergência dessas memórias vem ocasionando, conforme assinala Pollak, a disputa entre memórias, ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Esse embate que se trava pela incorporação dessas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada (POLLAK, 1989, p. 15).

A forma como se estabelece a escrita da história, como concebida nesses tempos de estudiosos preocupados com “memórias subterrâneas” transformou-se profundamente até os dias atuais. E, se a memória retornou ao meio acadêmico com tamanha força, sem dúvida, isso decorre das questões que o tempo presente vem colocando ao historiador e à sociedade atual. Daí podermos questionar os historiadores que criticam os historiadores do século XX, pois só por meio de análises de objetos com espaços curtos de tempo do acontecido poderemos entender as mudanças cada vez mais rápidas do mundo contemporâneo.

A globalização recorrente nos dias atuais é parte indissociável do que agora molda o homem que procura compreender seu tempo, seu passado. Também aí se insere a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de alargar o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam a atividade humana. Ambos os processos reclamam a questão da identidade, seja ela de minorias, seja do ponto de vista da nação. Daí o discurso da memória alcançar tamanho significado nos dias de hoje.

Porém, sempre devemos lembrar que a história e, por sua vez, a memória, estabelecem um espaço de disputa, quando pensamos, por exemplo, em um mundo polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, quando se vivenciou o período intitulado Guerra Fria, cujo maior *front* de batalha foi o de corações e mentes. A memória da guerra também é disputada. No Brasil de ditadura militar apoiada pelos Estados Unidos e de grupos armados de esquerda apoiados pela União Soviética, a disputa da memória desse período se estabeleceu durante e logo depois dos acontecimentos.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Fato importante nessa disputa é a não liberação dos arquivos oficiais da ditadura militar ou parte importante deles, ainda sob domínio do Estado brasileiro.

O espaço de disputa, protagonizado por setores da esquerda e membros das Forças Armadas, durante o regime militar brasileiro, refletiu-se na produção de uma extensa memória. Ainda no período em que vigorava a ditadura, surgiram as primeiras publicações narrando os fatos da época, segundo abordagens específicas. Os relatos dos atores constituíram um rico material para a leitura do período. Porém, também são uma complexa reunião que, por vezes contraditória, estabeleceu um espaço de disputa pela versão do que foram aqueles anos de chumbo. São variadas as temáticas e debates que se apresentam visando a definir ou rever memórias que, inevitavelmente, estão atreladas a ressentimentos, derrotas e vitórias que desenham, algumas vezes, cenários confusos.

Na disputa pela versão histórica dos fatos, o grupo que foi vítima da repressão de Estado impõe-se como principal protagonista. Tamanha foi a covardia e a injustiça, ganha força o discurso dos vencidos. Assume, assim, uma postura política e de denúncia dos acontecimentos por ele vividos, com o objetivo de desmistificar uma memória oficial forjada nos anos do regime militar pela estrutura dominante. Segundo Daniel Aarão Reis, apropriar-se desse passado, “monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente” (1997, p. 33).

Ao longo do processo ditatorial que se instalou no Brasil, após o golpe militar de 1964, setores relacionados aos militares trabalharam a construção de uma memória oficial, marcada pelo encobrimento de determinados fatos. Paralelamente, a repressão aguçava seu poder de intervenção pelo aparelhamento técnico e logístico da polícia política. Desde o início, as prisões do regime foram marcadas por maus-tratos e pela ilegalidade. Pessoas enquadradas por crimes contra o Estado e a Segurança Nacional foram presas ainda nos meses iniciais. Documentos da embaixada britânica no Brasil revelaram que, em abril de 1964, a contagem de presos políticos já indicava cerca de três mil. Muitos ficaram isolados por dias, sem direito ao contato com familiares e advogados, e em condições mínimas de sobrevivência carcerária.

Ao mesmo tempo em que os militares realizavam as prisões políticas, em grande parte acompanhadas de torturas, publicamente, negavam as ilegalidades contidas no fato. Impingida por uma utopia desenvolvimentista que permeou os anos de maior repressão, a população assumia para si a versão difundida. Os presos políticos eram associados ao terrorismo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 77).

Porém, ainda no período da ditadura, foi forjada uma versão oficial dos fatos que tomou por base informações relacionadas ao setor dominante. No entanto, apesar das tentativas de se imprimir uma memória oficial do Brasil sob os governos militares, outras versões estabeleceram uma disputa pelo espaço, ainda nos anos iniciais, em ações protagonizadas por alguns integrantes da imprensa.

Nesse sentido, cabe dizer que o espaço da memória oficial vigente no período foi reivindicado por vários setores sociais. A repressão e a censura não puderam apagar outras construções de memórias que afloraram, principalmente, no contexto de redemocratização impresso nos anos finais da década de 1970.

A classe dominante, com a memória coletiva dos militares, versão oficial uniformizadora, não foi eficaz ao se estabelecer como relato da história nacional. Com a campanha pela anistia dos presos políticos e exilados, que implicou o retorno de alguns, abre-se o espaço para a disputa de versões e controvérsias, expressas numa vasta produção bibliográfica, principalmente a partir dos anos de 1980. A memória silenciada das vítimas das torturas do regime militar, de fato, ocorrera em nível nacional, não sendo, porém, apagada no âmbito dos setores de luta pelos direitos humanos.

Michael Pollak apresenta a memória como um campo de disputas e também de reconstrução do passado. Retoma a discussão sobre a questão da memória coletiva e da memória individual, salientando o caráter impositivo e a violência simbólica que envolve a primeira.

Para buscarmos essa memória coletiva e individual, usamos entrevistas, e analisamos a narrativa de cada sujeito; além dos fatos recordados como objeto de pesquisa, a narrativa também nos apareceu como tal, pois ela é a versão falada da memória dos sujeitos e contém fatores a serem estudados:

Por mais familiar que seja a palavra narrador, não será possível dizer que este nos pareça estar presente na sua atuação real. É alguém já distante de nós e a distanciar-se mais e mais. Apresentar um Leskov como narrador não significa, por isso, aproximar-se, mas pelo contrário aumentar a distância que medeia entre nós e ele (BENJAMIN, 1994, p. 63).

Para Clarisse Vieira, Benjamin atribui à narrativa um interesse prático, apesar da distância entre o narrador e o pesquisador. Segundo ele, a narrativa é uma forma artesanal de comunicação. Sua intenção primeira não é transmitir a substância pura do conteúdo, como o faz uma informação ou uma notícia. Pelo contrário, imerge essa



substância na vida do narrador, para, em seguida, retirá-la dele mesmo, ou seja, o que o narrador narra não é a história como aconteceu e sim como ele nos conta que aconteceu, passando pelo filtro de suas escolhas e valores (VIEIRA, 2006, p. 18). Em seu relato, o narrador não impõe interpretações e explicações, sua retórica também é objeto de análise, pois ele relata sob seu olhar pessoal sobre o acontecido:

a narrativa sempre revelará a marca do narrador, assim como a mão do artista é percebida, por exemplo, na cerâmica [...] a sua marca pessoal, revela-se nitidamente na narrativa, pelo menos como relator, se não como alguém que tenha sido diretamente envolvido nas circunstâncias apresentadas (BENJAMIN, 1994, p. 65).

Segundo Vieira, o narrador, no momento em que relata sua experiência, exerce sobre o ouvinte o poder de capturar e seduzir. O ouvinte, por sua vez, busca a experiência e a recordação da vida através da memória do sujeito:

a memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes redefinem-se continuamente. Urde cenários que dissertam sobre o passado de uma vida cuja perda é irreparável. Ostenta campos onde se podem colher fragmentos de um mundo que se desintegrou. Também guarda câmaras, às vezes assustadiças que se recusam a abrir [...] Pode tornar-se interdito à memória lembrar histórias que nos colocam em situação de desonra, de impotência e de perda. Dessa forma, ajustes na memória, em termos de esquecimento, podem ajudar “um retorno ao passado, de forma que possamos, mais facilmente, assumir o que somos hoje” (GROSSI e FERREIRA *apud* VIEIRA, 2006, p. 15).

Porém, a memória está sempre em constante evolução, ela se modifica conforme o narrador é instigado, seja intencionalmente, seja por fatos cotidianos. Ainda segundo a autora, a memória é concebida como uma construção imaginária e de elaboração simbólica, pois aquele que rememora tece uma relação afetiva com o passado e tende a mitificá-lo.

Para o narrador, além dessa relação afetiva com o passado, a memória também é seletiva; sendo impossível a recordação total da história vivida, apenas os momentos significativos do passado são lembrados. Além disso, devemos considerar que a memória tem como referência para a reconstrução do passado o tempo presente que esses sujeitos estão vivendo. Os nossos narradores enfocaram as questões políticas quando interrogados; o mecanismo natural da memória selecionou a política e seu

envolvimento com o sindicato, o que, para eles, era fundamental naquele processo grevista.

Vieira (2006), ao analisar os “quadros sociais da memória” formulados por Halbwachs, destaca a iniciativa que a vida atual do sujeito confere ao fenômeno da memória. Afirma que a lembrança é reconstruída com base nos elementos que estão à nossa disposição e que povoam nossa consciência atual. Exclui a possibilidade de reviver os eventos do passado tal como foram vividos. A lembrança é um chamado do presente para o passado, que se vale das nossas preocupações atuais.

A autora nos traz também uma análise importante sobre Pollak, reiterando o caráter seletivo da memória, caracterizando-a como um fenômeno socialmente construído. Para Pollak, a memória é socialmente herdada e não se restringe à vida física da pessoa. Ela sofre flutuações, de acordo com o momento em que está sendo expressa ou articulada, e as preocupações atuais são elementos que lhe servem de sustentáculo. No que tange à memória herdada, destaca uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Diz Pollak que a memória “é um dos elementos constituintes do sentimento de identidade” (1989, p. 5). Uma imagem que o narrador tenta transferir ao pesquisador, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si próprios, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. Segundo Vieira:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade. Ela resulta de um trabalho de organização e seleção daquilo que é importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução. Como a imagem de si é construída em relação ao outro, ela envolve um processo de negociação e de transformação em razão do outro, englobando critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Nessa perspectiva, memória e identidade não são essências de uma pessoa ou de um grupo, mas elementos constituintes de um complexo trabalho de elaboração, que se realiza por meio do confronto de valores (2006, p. 18).

Acrescente-se, ainda, que tais valores são “disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”, completa Pollak (1989, p. 5).

Nesse sentido, pesquisamos a construção da memória coletiva através das greves dos operários, em 1968, na região de Contagem. Utilizamos a vivência e a experiência cotidiana coletiva, adquirida através de uma organização de operários, para discutir a construção dessa memória em diálogo com sua realidade social – a memória enquanto parte da experiência desses trabalhadores, profundamente amarrada no tecido das relações socioeconômicas e políticas brasileiras.

A memória é uma construção histórica e, portanto, passível de modificações. Nesse sentido, por se tratar de um discurso, apresentará transformações ao longo do tempo e segundo o contexto em que se insere, tendo, além disso, elementos que são comuns aos vários discursos que concorrem na dinâmica social.

## 1.2 - Experiência

A partir de Edward P. Thompson (1987), poderemos inferir que a experiência coletiva é parte fundamental para a consciência de classe. Maria Ciavatta, sobre Thompson, amplia a noção de classe trabalhadora, “de um conteúdo meramente econômico (proprietários e não-proprietários dos meios de produção), para suas dimensões sociais e culturais” (CIAVATTA, 2002, p. 35).

Nesta pesquisa, buscamos iluminar as relações sociais e políticas existentes no meio operário, observando, nas fontes, as práticas e experiências cotidianas, familiares, educacionais e sindicais. De acordo com Magda de Almeida Neves, trata-se da experiência “que foi sendo formada historicamente, com base na cultura e na política, no cotidiano vivido por cada um dos trabalhadores [...] Cotidiano constituído pelo espaço da casa e também do bairro, da fábrica e do sindicato” (NEVES, 1995, p. 145).

A experiência é parte da construção da cultura popular localizada no equilíbrio das relações sociais, principalmente no ambiente de trabalho, local onde há exploração e resistência à exploração, estratégia de controle e subordinação, e, ao mesmo tempo, subversão da ordem estabelecida. Como nas palavras do ex-operário de 1968, Ênio Seabra:

Nosso trabalho de organização acontecia dentro das próprias fábricas, em comissões, nas reuniões dos sindicatos até 1964, no horário de almoço ou na casa de alguém. Tínhamos toda a liberdade de ir e vir dentro das fábricas e conversávamos com todo mundo, distribuíamos boletins e jornais. Às vezes, eu ficava na fábrica até de noite, colhendo assinaturas dos trabalhadores

(Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

Essa construção é formada pelo costumes e pelas tradições, pois, apesar de a greve ser um evento de curta duração, a sua construção e suas consequências têm longa duração. Ainda nas palavras do Ênio Seabra:

Dizer que o pessoal estava despreparado não é verdade. Os metalúrgicos tinham uma tradição de luta. Além disso, muitos trabalhadores dentro do movimento metalúrgico já eram militantes do Partido Comunista há muitos anos [...] Também havia muito contato entre os operários das diversas fábricas, porque todo mundo morava por ali. Dava pra difundir a luta (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

As manifestações e greves anteriores a 1968 são as experiências dos trabalhadores de Contagem contra aqueles que detêm os meios de produção, experiência que é parte da construção da consciência de classe; experiência de movimentos e greves passadas, formação política e organização. Essas experiências cotidianas são elementos que formam uma identidade coletiva. Esses trabalhadores começam a ter sua própria forma de ver o mundo, de se comportar e de se organizar. Segundo Chartier:

as práticas que visam reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991. p. 56).

Essa identidade, segundo Thompson, é a identidade de classe, “um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9).

O *fazer-se*, segundo relata o ex-operário Ênio Seabra, encampa a experiência e a preparação dos operários antes das greves de 1968; sua experiência sindical de organização nas fábricas, suas formas de resistência e sobrevivência em um ambiente de exploração do trabalho e da vida. Essa experiência adquirida no *fazer-se* constitui a classe:

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência [...] mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja a ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...] noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (THOMPSON, 1987, p. 9).

As greves dos operários metalúrgicos de Contagem, em 1968, expressavam os interesses de classe dos trabalhadores contra o projeto de sociedade implantado pela classe dominante, formada pelo Estado e por empresários. Esses operários tinham sua forma cultural própria ao se organizar, fruto da experiência, da tradição, e, acrescentada às péssimas condições de vida e de se organizar em época de repressão militar, marca o movimento dos trabalhadores, em 1968, que se apresenta como resultado de uma consciência de classe, como relata Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra os homens cujos os interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais (1987, p. 10).

Problemas comuns entre os operários, como infraestrutura, transporte, saneamento básico, péssimas condições de trabalho, baixos salários, direitos civis suspensos, juntamente com uma experiência e tradição de luta, formaram nosso objeto de pesquisa, o movimento grevista de 1968, em Contagem.

### **1.3 - Os percalços da pesquisa**

Para reconstruirmos o passado proposto nesta pesquisa, por meio da memória e da experiência desses trabalhadores, utilizaremos a história oral como proposta metodológica, com a realização de entrevistas com atores do período, que participaram direta ou indiretamente da greve de 1968.

Buscamos, com a história oral, contemplar visões dos acontecimentos por sujeitos que nem sempre são contemplados pela história estruturalista tradicional. As entrevistas não estão substituindo a análise documental e bibliográfica, mas foram

realizadas ao mesmo tempo, para se completarem em uma análise mais densa e menos descritiva. Porém, a opção de utilizar a história oral como metodologia de pesquisa está dentro da nossa perspectiva de criar a “história vista de baixo”, ou seja, privilegiar a recuperação de tal período vivido conforme concebido por quem o viveu. Mas utilizar a história oral como possibilidade de pesquisa nos coloca em um grande debate acerca do que vem a ser história oral e suas possibilidades de análise.

Resgatando um pouco da *história* da história oral, veremos que, nos anos de 1960, sob a influência da nova esquerda, a história oral se apresentou como uma contra-história oficial, dando voz a indivíduos considerados excluídos da história (mulheres, negros, judeus, indígenas, etc.). Essa vertente politicamente engajada ganhou adeptos tanto em países da Europa quanto nos Estados Unidos.

O livro de Paul Thompson, *A voz do passado*, de 1978, sinaliza essa mudança de enfoque, mostrando a importância do encontro direto entre o sujeito que investiga e o objeto investigado. No leste europeu, a história oral foi elemento importante na reescrita da história, dando voz àqueles que foram silenciados pelo stalinismo.

Apesar da relevância de trabalhos como esses, consideramos que a história oral pode ser um instrumento importante na reconstrução da memória de diferentes grupos sociais e não apenas daqueles que se encontram excluídos da história. Um exemplo é o importante trabalho realizado, desde os anos 1970, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, sobre a memória das elites políticas.

A história oral é uma metodologia utilizada por diversas áreas do conhecimento, e também com diversas abordagens. Dessa maneira, conceituaremos e mostraremos como nos posicionamos e praticamos a história oral nesta pesquisa. Utilizaremos os debates epistemológicos, éticos e metodológicos do trabalho com fontes orais como principal referência de análise da história oral.

Buscamos trazer um diálogo sobre a história oral que aborde conceitos e reflexões sobre o assunto, e que nos auxilie no processo de pesquisa. Dessa forma, não nos preocupamos em aprofundar no desenvolvimento e divergências da história oral. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas

múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2006, p.15).

Foi, portanto, por opção de pesquisa que procuramos informações através da história oral, considerando que as fontes documentais de jornais e arquivos contêm parte da repressão e da censura impostas aos meios de comunicação. Mas a história oral é um termo amplo, que recobre tipos variados de relatos a respeito de fatos não registrados por documentação escrita, ou cuja documentação se quer completar numa outra perspectiva.

Colhida por entrevistas realizadas de maneiras diferenciadas, a história oral registra a experiência de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Porém, segundo Maria Isaura de Queiroz, a história oral pode “aprender a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes, tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que narradores de estórias, poetas, cantadores inventam num dado momento” (*apud* VIEIRA, 2006. p. 24).

Alguns historiadores utilizam a história oral para completar dados não encontrados em outros tipos de fontes ou para tratar histórias recentes, quando os sujeitos, ainda vivos, podem fornecer seus depoimentos como documento. Nesse aspecto, deve-se ter em conta que a escrita é uma tecnologia humana importante para o estudo da história, mas devemos lembrar que ela é uma ciência recente na história da humanidade e, durante muito tempo, foi utilizada apenas pelas classes dominantes.

Desmistificamos, então, a ideia de haver maior veracidade em fontes escritas nos arquivos diversos, comparadas à história oral, pois, se a segunda pode ser carregada de subjetividade, a primeira tampouco pode ser tomada como verdade absoluta, principalmente no período aqui estudado, de direitos e liberdade cassados. Trabalhamos, assim, a história oral como uma ferramenta de análise de versões, ora cruzadas, ora não, com outros documentos, reconhecendo a subjetividade implícita no relato.

Tal subjetividade, de caráter antropológico, se apresenta em forma de linguagem, valores, imaginário, representações, costumes e tradições. Importamo-nos com essa análise e a cruzamos com o fato histórico apresentado pelo sujeito, que, para nós, é fio condutor da pesquisa para reconstruirmos o passado.

Marieta Ferreira (1996), estudando a história do tempo presente, assinala que diagnósticos recentes apontam para a existência de uma crise epistemológica no âmbito

da história. Essa crise, ao abalar as antigas certezas, trouxe uma grande dispersão nas tradições historiográficas, eclodindo proposições múltiplas e contraditórias. A despeito dessa crise, Ferreira recusa a postura relativista que afirma que qualquer forma de história é sempre uma narrativa. Ela acredita que a história é comandada por um princípio de verdade, e o passado é algo objetivável. Segundo ela, reiterar que a busca da “verdade histórica” deva ser a regra de ouro dos historiadores e que a denúncia das falsificações deva ser preocupação constante não significa a retomada de pressupostos positivistas. Para ela, a denúncia das falsificações não invalida os depoimentos orais, mas pode reincorporá-los, por meio do estudo dos porquês das falsificações e dos usos políticos do passado e do presente.

Nesta pesquisa, a história oral é considerada como elemento central. Os outros tipos de registros se subordinam ao debate central decorrente das fontes orais. Desse modo, centramos nossa atenção, desde a elaboração do projeto, nos critérios de recolhimento da entrevista, processamento e transcrição e todas as etapas que envolvem a criação.<sup>4</sup>

Pensaremos, aqui, alguns ramos da história oral, são eles: *história oral de vida*, *história oral temática e tradição oral* (MEIHY, 2002), sendo que a última centra o debate na tradição da linguagem, e pouco nos auxiliaria, portanto, não será tratada neste estudo.

A história oral de vida centra-se na história do sujeito, naquilo que o mesmo viveu durante sua vida. Os fatos são secundários; importa o relato de um narrador sobre sua existência ao longo do tempo. Busca captar a experiência pessoal e os acontecimentos que o narrador julga importante. Experiências são rememoradas e reconstruídas com base no diálogo de dois sujeitos: narrador e pesquisador.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Buscando na tese de Maria Clarisse Vieira (2006), consideramos que a visão que mais se aproximaria das escolhas e percursos delineados nesta investigação é aquela que concebe a história oral como uma metodologia. Os diversos autores que defendem essa visão afirmam que a história oral vai além do aspecto técnico, mas não possui *status* de disciplina por não ter objeto próprio e capacidade de criar internamente respostas às demandas que emergem no processo de pesquisa. Para estes, ela apenas organiza e classifica procedimentos de trabalho, quando estabelece uma ponte entre os aspectos teóricos e os práticos.

<sup>5</sup> Ver, de Michel Marie Le Ven, *Dazinho: um cristão nas Minas* (2005). Essa obra constitui-se como boa referência sobre história oral. Trata-se de uma pesquisa do Departamento de História da UFMG, em que é reconstituída a vida de um trabalhador do setor de mineração, em que o mesmo teve grande inserção política.



A história oral temática busca esclarecer um assunto específico estabelecido previamente. As entrevistas não focam a totalidade da vida da pessoa, mas apenas aspectos da vivência, os quais ajudam a reconstruir acontecimentos ou problemáticas do passado. O assunto pesquisado é recorte da vida do entrevistado, a busca é a compreensão da participação do sujeito num determinado fato. A narrativa do sujeito é confrontada com outras fontes, os detalhes da vida pessoal do entrevistado interessam apenas quando relacionados à temática investigada. A intervenção do pesquisador é menor que na história de vida, mas este questiona, instiga o sujeito a relatar sua experiência sobre determinado tema.

Nesta pesquisa, optamos pela história oral de vida com recorte temático. Tal abordagem busca mesclar dados objetivos fornecidos pelo entrevistado a aspectos vivenciais relacionados à sua trajetória, centralizando o depoimento em sua participação no evento ou problema que se pretende compreender. Dessa maneira, a incorporação da trajetória do narrador permite esclarecer aspectos relacionados ao tema, conferindo maior vivacidade ao relato, porque tais aspectos são vistos a partir da experiência de vida do narrador.

Buscamos, dessa forma, o sujeito em sua militância, sua participação na greve e como sujeito individual que se insere em uma coletividade, modificando-a e se modificando. Desejamos conhecer o indivíduo por intermédio de sua reapropriação singular do coletivo e do social a partir de uma práxis individual. Interessa-nos o narrador em suas relações pessoais, de trabalho, de lazer, em todas as relações sociais possíveis de resgatar.

Assim sendo, depois de tratar de nossos pressupostos teórico-metodológicos, resta-nos apresentar as fontes pesquisadas, pois, como diz Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 1982, p. 81).

No gesto de separar, de reunir e de transformar documentos em história, nos deparamos com grandes dificuldades, desde o árduo trabalho nos arquivos ao encontro com os sujeitos aqui entrevistados. Mas não é apenas na tarefa de garimpar fontes de

difícil acesso que o historiador da “história vista de baixo” encontrará de dificuldades; a descrição e análise de tais fontes também se mostrará um trabalho exigente para ele. Clifford Geertz fala da possibilidade, nesse caso, do uso daquilo que os antropólogos poderiam chamar de “descrição densa”:

O problema intelectual que uma técnica desse tipo [a descrição densa] suscita será familiar aos historiadores sociais: o de situar um acontecimento social dentro do seu contexto cultural pleno, de forma a ele poder ser estudado mais a um nível analítico que apenas em um nível descritivo (SHARPE, 1992, p. 57).<sup>6</sup>

Buscamos, durante a pesquisa, fazer a discussão bibliográfica utilizando, como metodologia, análises e comparações de obras sobre o assunto proposto, dialogando com autores de diferentes abordagens, priorizando a confrontação e as diferentes visões do período.

Encontramos obras que refletem sobre o modelo de Estado implantado e desejado pelo governo militar; a cultura política e as organizações populares nos anos de 1960 e 1970, o movimento operário e as organizações sociais e sindicais no período, bem como os aparelhos e estratégias de repressão.

Utilizamos fontes documentais, como jornais impressos de circulação geral, do sindicato e das organizações políticas, boletins do sindicato e revistas da época – sendo muitos os documentos elaborados pelo sindicato e pelos movimentos sociais, assim como os produzidos pela imprensa de massa e imprensa oficial. Porém, toda essa documentação histórica não foi suficiente para recompor a greve de Contagem, em 1968, sem se trazer à cena os atores principais, os que viveram o acontecimento. Como diz Le Goff:

A história faz-se, sem dúvida com documentos escritos. Quando existem. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem. Faz-se com tudo que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar seu mel, quando falta as flores habituais: faz-se com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com ervas daninhas; com eclipse da Lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, serve o homem, exprime o

---

<sup>6</sup> Sobre esse conceito, conferir o capítulo “Thick description: toward an interpretative Theory of culture”, em *The interpretation of cultures*, de Clifford Geertz (1973), citado por Jim Sharpe em “A história vista de baixo”.

homem, torna significantes a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (1994, p. 101).

Após analisarmos obras e documentos impressos sobre o período estudado, buscamos os sujeitos que vivenciaram a greve de 68. As entrevistas tiveram como objetivo recorrer à memória como fonte principal para subsidiar as narrativas de história oral para a elaboração do documento final.

Como método, optamos por começar entrevistando os trabalhadores, que são os protagonistas do processo de reconstrução da memória de 1968, pois os mesmos são os sujeitos principais dos acontecimentos; *a priori*, pensamos em trabalhadores que tivessem além do trabalho a militância política. Depois, buscamos entrevistar os atores que chamamos de apoiadores/militantes: os estudantes que estiveram também no processo, os sujeitos pertencentes à Igreja, na época, artistas atuantes em 1968 e os sujeitos do Estado que tiveram relação com o objeto estudado.

Porém, a busca dos atores a serem entrevistados foi árdua e demorada, pois sabíamos da existência de alguns, mas tínhamos o contato de poucos. Houve um logo processo para encontrá-los, persuadi-los a falar sobre o assunto e, quando possível, convencê-los a gravar as entrevistas. Encontramos primeiro os sujeitos cujos nomes apareciam em jornais da época, nos documentos dos sindicatos e em boletins dos operários. Depois de encontrados, a ideia era propor uma entrevista; quando entrevistados, tentar gravar; e, através desses sujeitos, encontrar outros.

Com os participantes do movimento grevista de Contagem, Delsy Gonçalves de Paula, Ênio Seabra, Conceição Imaculada e João Anunciato (Canela), tivemos um primeiro contato por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Começamos nossa pesquisa, então, por estes sujeitos:

- Delsy Gonçalves de Paula, conhecida como Sisse. Era universitária em 1966 e, por opção política, foi para Contagem dar aulas de Português e de Política. Era militante política da Ação Popular (AP). Estava em Contagem nas greves de 1968, e era do grupo que apoiava, como militante, a organização dos operários, uma vez que não era operária metalúrgica. Foi presa em 1969. A entrevista aconteceu no dia 16 de novembro de 2009. Levantamos questões sobre a greve e a organização dos trabalhadores; a entrevistada focou suas

palavras no movimentos estudantil, do qual ela fazia parte e sugeriu nomes importantes para entrevistar: Ênio Seabra, Conceição Imaculada, Luís Fernando, Argentino, Adélia Hernandez, João Anunciato (Canela), Márcio Gomes, Délio Fantini e Renato Godinho.

- Ênio Seabra foi metalúrgico de Contagem, empregado na Mannesmann desde 1953. Em 1955, entrou para o Sindicato dos Metalúrgicos. De 1961 até 1963, cumpriu o mandato sindical como 1º secretário. Em 1963, Ênio foi eleito vice-presidente, ficou como presidente em exercício até abril de 1964, quando houve a intervenção militar no sindicato. Participou ativamente da greve de 1968. Foi cassado do sindicato e demitido da Mannesmann depois da greve de 1968. Era militante político da Ação Popular. Foi preso pelo regime militar em 1969. O ex-operário nos recebeu por três vezes. A primeira vez foi no dia 15 de janeiro de 2010, quando o mesmo não deixou que gravássemos nossa conversa, mas chegamos a um acordo para gravar os próximos encontros. A segunda vez foi no dia 21 de janeiro de 2010; conversamos sobre a greve, sobre o golpe militar, uma conversa aberta, sem muita interferência do pesquisador. Depois de ter analisado a primeira e a segunda entrevista, marcamos a terceira, que aconteceu no dia 4 de fevereiro de 2010. Fomos com questões mais pontuais, uma vez que ainda suscitava dúvidas quanto a assuntos abordados nas entrevistas anteriores.
- Conceição Imaculada de Oliveira, que era operária metalúrgica da empresa Santo Antônio e secretária do Sindicato dos Metalúrgicos na época. Era militante política da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente). Tivemos nosso primeiro encontro no dia 19 de janeiro de 2010, e o segundo no dia 27 de janeiro de 2010. Ambas as entrevistas não tiveram a gravação autorizada pela mesma, porém, seu depoimento foi de fundamental importância para a pesquisa.

Ela nos contou que nasceu na cidade de Brumadinho. Sua primeira prisão foi em 1969. Depois, foi para o Chile, trocada pelo embaixador da Suíça em 1971. Chegando ao Chile, era o governo Allende, e ela foi trabalhar em uma indústria de cobre. As organizações políticas eram responsáveis por ela e pelos outros exilados que estavam no país; alguns tinham famílias com

recursos e que iam visitá-los, e estes recebiam ajuda financeira. No caso dela, teve que trabalhar para sobreviver. As coisas se agravaram no Chile, depois do golpe militar de Pinochet. Ela foi para Cuba em 1972. A organização da qual fazia parte, Corrente, se enfraqueceu após a morte das lideranças nacionais, Marighella e Toledo. Ficou em Cuba de 1972 até 1978 e depois, foi para o Panamá, em 1979. Em 1980, foi para o México trabalhando no Congresso Permanente de Unidade Sindical para Trabalhadores da América Latina (PUSTAL), ligado à Federação Sindical Mundial (FSM). Essa federação tinha a proposta de criar uma sede no Brasil, antes de 1964, mas, depois do golpe, a sede foi para o Panamá. Voltou para o Brasil em 1986, morou em São Paulo até 2003, quando retornou a Belo Horizonte.

Após essas primeiras entrevistas, encontramos os seguintes sujeitos, que nos forneceram seus depoimentos:

- Antônio Santana, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e operário mecânico da Mannesmann, na época. Nos forneceu seu depoimento no dia 25 de março de 2010. Nascido na cidade de São Mateus, no estado do Espírito Santo, veio para Belo Horizonte em 1954. Era do Partido Comunista Brasileiro (PCB).
- Luís Fernando, na época, tesoureiro do sindicato e operário eletricitista da Mannesmann. Imigrante baiano, chegou a Belo Horizonte em 1967, com 21 anos de idade. Era filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos desde o início do ano de 1967, e participou de sua diretoria, como tesoureiro, durante o ano de 1968. Forneceu seu depoimento no dia 27 de março de 2010.
- Adélia Hernandez, operária da AEI do Brasil, na época; foi aluna da escola municipal em que Delsy Gonçalves de Paula era professora. Forneceu depoimento no dia 4 de fevereiro de 2010.
- Neris Pinheiro, militante do PCB, com trabalho político em Contagem, na época. Foi vereador por Sabará, em 1964; após o golpe militar, foi cassado, porém, continuou fazendo trabalho político clandestino até 1974, quando foi preso e condenado a três anos de prisão por subversão.

Outros atores do movimento de 1968, em Contagem, que estão vivos,<sup>7</sup> foram selecionados para contribuir com a pesquisa, mas não foi possível sua participação, por diversos motivos: alguns contatos de telefones e endereços, adquiridos por terceiros, não correspondiam aos dos sujeitos; outros, por opção, preferiram não fornecer depoimento; alguns, ainda, por problemas de saúde, não puderam participar. Ainda no projeto de pesquisa, listamos vários atores a serem entrevistados, porém, na prática, descobrimos que alguns faleceram, enquanto outros não os encontraríamos por falta de contato; uns, por sua vez, não fariam sobre o episódio. O “não falar sobre o episódio” teve motivos variados: problemas de saúde, uma vez que grande parte desses atores tem acima de 60 anos; muitos foram presos, torturados, tiveram sua vida modificada radicalmente, alguns desses preferiram o silêncio a lembrar de coisas tão dolorosas.

Além dos sujeitos citados, buscamos, entre outros envolvidos, operários do setor de trefilaria da empresa Belgo-Mineira, local onde começaram as paralisações.

A dificuldade de sair da rede de interação dos operários entrevistados foi grande, uma vez que não conseguimos entrevistar uma quantidade de operários sem filiação política, todos se conheciam e estavam quase nos mesmos lugares durante a greve. Porém, isso não tira a importância dos seus depoimentos e nem compromete o trabalho final.

Nas entrevistas, buscávamos perguntas gerais, que eram direcionadas a todos os entrevistados, e perguntas específicas, para cada entrevistado, de acordo com seu papel no processo, além de perguntas sobre a vida de cada indivíduo.

Durante a entrevista, levamos imagens e fotografias da época para ajudar na rememoração dos fatos pelos entrevistados, além de indagarmos aos mesmos sobre objetos e fotografias para nos ajudar a reconstruir o período.

Quanto aos documentos escritos que estão nos arquivos, esses também foram de difícil acesso. Devido à lei, parte dos documentos ainda não estava liberada para

---

<sup>7</sup> A relação é a seguinte: 1. João Anunciato Reis, conhecido como Canela, que era metalúrgico da Belgo-Mineira, ex-militante do Comando de Libertação Nacional (Colina); 2. Antônio Claret, operário metalúrgico na época. Era militante político da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente); 3. Nilmário Miranda, estudante universitário que, por opção política, foi para Contagem ajudar na organização dos operários; 4. Ricardo Apgaua, liderança da organização Corrente na época; 5. Argentino Martins, ex-operário da Mannesmann e ex-sindicalista; 6. Márcio Gomes, líder regional da organização Ação Popular (AP), responsável pelos trabalhos da organização em Contagem; 7. Délio Fantini, citado por diversos entrevistados; 8. Renato Godinho; 9. Antônio de Oliveira, o Tonho, irmão da Conceição Imaculada; 10. Renato B. Viegas, ex-sindicalista; 11. José Nilson Santos, ex-sindicalista; 12. Jorge Nahas, militante estudantil, na época.

consulta pública. O acervo do DOPS, disponibilizado Arquivo Público Mineiro (APM), tem uma organização confusa, com acesso digital, e alguns documentos com péssima visualização; há, ainda, aqueles não disponíveis por impedimento das pessoas citadas, além do alto custo da fotocópia dos documentos. Outras possíveis fontes documentais – Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Prefeitura Municipal de Contagem, Sindicato dos Metalúrgicos e UFMG – não possuíam centro de documentação nem documentos relevantes para a pesquisa.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, previstas e não previstas, acreditamos que, para que a “história vista de baixo” possa auxiliar no estabelecimento da identidade das classes inferiores, deve ser retirada do gueto (ou da aldeia de camponeses, das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história. Segundo Jim Sharpe, desse modo, a história vista de baixo mantém sua aura subversiva. E ainda, segundo o autor:

Certamente existirão historiadores, tanto acadêmicos quanto populares, que planejarão escrever livros que implícita ou explicitamente neguem a possibilidade de uma recriação histórica significativa das vidas das massas, mas seus motivos para agir assim serão cada vez mais duvidosos. A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de pratas em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar. Mas também, com o passar dos anos, vai desempenhar um importante papel, ajudando a corrigir e a ampliar aquela história política da corrente principal que é ainda o cânone aceito nos estudos históricos (1992, p. 62).

## **2 – Às margens do Ribeirão das Abóboras: aspectos políticos, sociais e econômicos**

### **2.1 - Panorama político**

Desde os anos de 1930 que, para os sucessivos governos brasileiros, a busca pelo desenvolvimento nacional passou a ser associada à ideia de industrialização. Ainda que o setor agrário continuasse sendo um setor importante da economia, o consenso sobre a necessidade de conquistar autonomia industrial ampliou-se. Durante a década seguinte, foi-se construindo uma lenta definição de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição das importações e na implantação das indústrias de base no país, tendo o Estado o papel de indutor e organizador das atividades econômicas.

O Projeto de Desenvolvimento Nacional, implantado a partir do governo do presidente Getúlio Vargas, que pensava a industrialização a partir de uma intervenção ativa do Estado como financiador, planejador, gestor, produtor e controlador da economia, não eliminava a participação do capital privado, inclusive o externo. Porém, tinha o objetivo de dirigir os fluxos de capital e investimentos para setores considerados estratégicos, e assegurar que tais setores permanecessem nacionais. A crescente mobilização e organização de setores populares levaram esse projeto a assumir, nos anos de 1960, uma face profundamente reformista, com as chamadas Reformas de Base que o governo de João Goulart tentou implementar, pressionado pelas organizações populares que reivindicavam participação nesse projeto.

Contudo, a modernização do país implicava industrialização e reformas sociais que incorporassem a maioria da população ao mercado. Esse embate permaneceria na sociedade brasileira até 1964, e foi parte da motivação da elite nacional em optar por um golpe de Estado. Dessa forma, a proposta pensada foi o projeto de desenvolvimento associado ao capital internacional, em particular, ao capital norte-americano. Para os defensores desse caminho, a industrialização dependia, fundamentalmente, do capital externo. Caberia, então, ao Estado criar as condições institucionais e o ambiente macroeconômico adequado para atrair esse capital, garantindo-lhe ampla liberdade de movimentação e reduzindo os mecanismos de controle. Acreditava-se que, livre de qualquer regulação, o capital externo impulsionaria a industrialização e, posteriormente, a distribuição de renda.



O debate nacional sobre os caminhos do *desenvolvimento* ocorria num mundo de pós-guerra e polarizado entre os Estados Unidos e a União Soviética. Uma das características explosivas do período foi à associação direta entre os projetos internos de industrialização e as concepções ideológicas que dividiam o mundo entre capitalismo e socialismo. A política externa do governo João Goulart passou a ser um componente decisivo na disputa entre os dois segmentos. Para os nacionalistas, cabia aplicar uma “política externa independente”, que não rompia com o bloco ocidental, mas que buscava maior grau de autonomia no seu interior. Já os defensores do desenvolvimento associado defendiam a adoção do conceito de “interdependência” entre todos os países do ocidente, sob a liderança dos EUA, como forma de combater a ameaça comunista. Segundo Daniel Aarão Reis:

Os partidários da liderança dos EUA falavam, segundo o jargão da época, na defesa da livre iniciativa, dos valores liberais, do ocidente, da civilização cristã. Os que, de algum modo, simpatizavam com URSS enfatizavam a justiça, o progresso, a libertação nacional, as reformas e a revolução social. Ambos os lados defendiam a democracia, acusando-se reciprocamente por desprezá-la, mas em toda parte tinham com este regime uma relação meramente instrumental, não se furtando a pisotear alegremente os valores e as instituições democráticas sempre que isto lhes parecesse importante para fazer avançar seus interesses imediatos e o alcance do seu poder (2004, p. 33).

A ditadura militar instalada no Brasil, em 1964, tinha como objetivo, portanto, superar esse impasse, impondo um caminho, o do desenvolvimento associado, porém, sem as instituições democráticas. Isso significava eliminar o movimento popular por reformas de base em geral e, particularmente, os setores de esquerda, socialistas e comunistas. Tratava-se de eliminar a “ameaça comunista”, garantindo a permanência do Brasil na área de influência dos EUA.

O governo de João Goulart foi marcado pelo espírito golpista da oposição conservadora. Quando Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, houve resistência por parte de diversos setores conservadores à posse do vice-presidente João Goulart. O vice só assumiu a presidência com a implantação do regime parlamentarista. O governo Goulart era acusado de corrupção, de inércia e incompetência, mas o que assustava mesmo as classes proprietárias era a ampliação da organização e da mobilização popular das entidades estudantis, das ligas camponesas, dos sindicatos, das comunidades de base e de setores militares de baixa patente.

A possibilidade de realização de reformas sociais, ainda que dentro dos marcos do capitalismo, combinada com uma inserção autônoma do Brasil no cenário internacional, também afetava diretamente interesses das classes dirigentes brasileiras e dos EUA, líder do bloco capitalista na ordem bipolar. São esses elementos que se somam para a efetivação do golpe militar. Os americanos impulsionaram a elite brasileira para o golpe de Estado, mas não são os únicos responsáveis por ele, segundo analisa Reis Filho:

O Brasil não conseguiria naturalmente ficar imune a esta atmosfera. Mas é preciso evitar a idéia corrente – e distorcida – de que o país era um mero *joguete* nas mãos das superpotências. Nem as direitas eram manipuladas pelo *imperialismo* norte-americano, nem as esquerdas, pelo *ouro*, ou pelo *dedo*, de Moscou. Jargões de época, de considerável eficácia propagandística, não dão conta, porém, da autonomia política de que dispunham as forças antagônicas (2004, p. 34).

O golpe militar se concretizou com a derrubada do governo Goulart, legalmente constituído, entre os dias 31 de março e 2 de abril de 1964. No dia 31, as tropas sediadas na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, sob as ordens do General Mourão Filho, marcharam em direção ao Rio de Janeiro. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, publicou um manifesto à nação acusando o presidente de subverter a legalidade e de aliança com subversivos.

O golpe militar teve a adesão de militares de alta patente do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que chefiavam comandos regionais importantes no país. Ao final do dia 31, no plano militar, o golpe estava consolidado. A quebra da legalidade tinha o apoio de setores civis importantes, como governadores, clero, imprensa e camadas médias urbanas, legitimando a vitória dos militares. A adesão principalmente da camada média e alta da população se deu pela insegurança, pela apreensão e pelo temor, como analisa Rodrigo de Sá Motta:

insegurança em relação ao futuro econômico, pois a inflação começava a extrapolar os limites do tolerável; apreensão ocasionada por ondas sucessivas de greves, que paralisavam serviços públicos e sugeriam a sensação de anarquia; temor da revolução social, pois movimentos sociais radicais pipocavam país a fora, alcançando até o campo e os trabalhadores rurais, que até então tinham sido mantidos afastados da política; sobretudo o medo de que o Presidente da República estivesse apoiando os movimentos revolucionários e, em particular, os comunistas (2004, p. 179).

Nos primeiros instantes do golpe, houve apenas resistências pontuais que, no entanto, foram rapidamente esmagadas. A rede da legalidade não prosperou. A resistência proposta por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, não foi aceita pelo próprio Goulart. A convocação de uma greve geral em apoio à legalidade, feita pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fracassou. No dia 1º de abril, o general Costa e Silva criou o Comando Revolucionário, composto por ele próprio, pelo vice-almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Melo. João Goulart não renunciou, nem saiu do país. Sem apoio militar e sem mobilização popular, foi derrubado na madrugada do dia 2 de abril, quando o Congresso declarou a vacância do cargo, e exilou-se no Uruguai no dia 4 de abril.

A ditadura militar brasileira, que se iniciou com o golpe de 64, deve ser avaliada no contexto internacional daquele mundo bipolar. Os anos 60 foram particularmente dramáticos para a América Latina. Até aquele momento, a região não era considerada prioridade para os EUA. Estes estavam muito mais preocupados com a Europa e a Ásia, onde a “ameaça comunista” era mais forte. Um novo quadro surgiu, então, com a Revolução Cubana e sua crescente aproximação com o bloco socialista. Essa experiência demonstrou que o socialismo poderia triunfar nos países latino-americanos, na área de influência direta dos EUA. A partir disso, a política norte-americana para a região ficou mais ofensiva. Uma vigilância mais ativa passou a ser desenvolvida para evitar qualquer possibilidade de novas rupturas no bloco ocidental capitalista.

No Brasil, consolidado o golpe, o autointitulado Comando Revolucionário Militar obrigou o Congresso, mutilado por cassações, a eleger o general Castelo Branco para a presidência. Todos os presidentes militares foram eleitos dessa forma. Nesse ponto, os militares brasileiros revelaram uma visão original. O regime foi formalizado através das sucessivas publicações de atos institucionais: por meio de eleições no Congresso pelos parlamentares não cassados, um modelo ditatorial com aparência de legalidade.

O primeiro governo militar foi marcadamente ideológico. Associou o desenvolvimento à segurança, buscou reorganizar a economia, adotando uma posição liberal, reduzindo a presença do Estado e as regulamentações para oferecer as garantias ao capital internacional. Para dismantelar a oposição política, iniciaram-se as cassações de parlamentares, líderes sindicais e funcionários públicos. Iniciou-se, também, a

montagem do aparelho repressivo, que foi sendo aprimorado para funcionar durante todo o período ditatorial. No governo do general Costa e Silva, expoente da chamada linha dura do regime, a repressão foi ampliada e os militares enterraram as esperanças dos que acreditavam na transitoriedade do regime. Foi esse governo que decretou, em agosto de 1968, o AI-5, o mais amplo instrumento de concentração de poderes nas mãos do presidente.

O governo do general Emílio Garrastazu Médici, além da repressão, comandou a eliminação dos grupos de esquerda que estavam na luta armada contra a ditadura. Mas, uma outra característica importante desse governo é que as taxas de crescimento econômico atingiram níveis médios de 10% ao ano. Esse índice servia de base para a propaganda oficial do governo, segundo a qual o país estava no caminho certo economicamente.

## **2.2 - Aspectos históricos, demografia e ocupação**

O município de Contagem está situado na região central de Minas Gerais, fazendo parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O município ocupa uma área de 195,2 km<sup>2</sup>. Contagem limita-se, ao norte, com Ribeirão das Neves; a leste, com Belo Horizonte; ao sul com Ibirité; a oeste, com a cidade de Betim e, a noroeste, com Esmeraldas. As áreas urbanas desses municípios fundem-se, caracterizando um aglomerado urbano denso e integrado no contexto metropolitano de Minas Gerais.

A cidade de Contagem localiza-se em uma posição privilegiada na área central do estado, sendo cortada por eixos rodoviários que ligam importantes cidades de Minas Gerais e capitais da região Sudeste do Brasil. Sua proximidade com Belo Horizonte (15 Km de distância) promove um eixo de conurbação, integrando também os municípios de Betim, Ibirité e Ribeirão das Neves.

Entre as diversas rodovias que passam por Contagem, destacam-se as federais BR-381, que corta o município em sua porção sul, dentro da Cidade Industrial, ligando a cidade de São Paulo a Governador Valadares; BR-040, que liga o Rio de Janeiro à Brasília; e ainda a BR-262, indo de Vitória, no Espírito Santo, até o pontal do Triângulo Mineiro. A ferrovia da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce) atravessam o município, ligando-o a São Paulo, Rio de Janeiro,

Brasília e Vitória, e é destinada ao transporte de carga pesada, como minérios, metais manufaturados e produtos químicos.

\*\*\*

Para compreender a atual situação do município de Contagem, torna-se necessário entender como se deram os processos de formação e desenvolvimento da cidade, pois tal retrospectiva possibilita encontrar os fatores que conduziram Contagem ao posto de “Coração da Indústria Mineira”, e de segunda maior cidade do estado de Minas Gerais.

Na época da colônia, os chamados “postos de registro” fiscalizavam e registravam todo o movimento de pessoas e mercadorias, cargas e tropas que passavam pelas estradas interioranas. Em Contagem, também foi instalado um desses postos de registro. Este situava-se às margens do ribeirão das Abóboras (ribeirão que corta o município) onde, motivada pela parada dos viajantes, iniciou-se a ocupação da região. Com o tempo, Contagem consolidou-se como um povoado denominado arraial de São Gonçalo da Contagem das Abóboras que, por volta de 1830, já contava com 2.162 habitantes (FONSECA, 1978). A partir da década de 1920, quando Belo Horizonte adquire um ritmo de crescimento mais acelerado, sua influência sobre Contagem intensificou-se, sobretudo com a construção de eixos viários e ferroviários integrando a área central de Minas a municípios do sul do estado e Zona da Mata mineira, e a São Paulo e Rio de Janeiro. O transporte ferroviário fez com que surgissem vários núcleos de povoamento no município, como o de Água Branca, Bernardo Monteiro e Imbiruçu, todos munidos de estações de trem. Nesse momento, Contagem e seu entorno possuem uma população de 12.140 habitantes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009), que tinham como base econômica a produção agrícola de batata, abóbora, verduras e leguminosas, além da criação de animais.

A partir da década de 1930, com o surgimento das estradas de ligação à capital mineira, teve início o processo de industrialização e urbanização que vieram nas décadas seguintes. A Cidade Industrial Juventino Dias é criada em junho de 1941, com o decreto-lei n. 799 e a partir de iniciativa do governo estadual, que oferece subsídios e condições de energia para produção às empresas que ali se instalassem. Todavia, só foi

implantada em 1946. A instalação da Itaú, no ramo do cimento, e da Magnesita, no ramo de refratários, funciona como alavanca para imprimir confiança e credibilidade ao projeto e, ao final dos anos de 1950, a Cidade Industrial havia se transformado no maior núcleo industrial de Minas Gerais (VIEIRA e ROCHA, 1993). Nesse período, a população de Contagem ainda estava voltada para uma base econômica rural, porém, a chegada da industrialização modificou a estrutura populacional, que já mantinha cerca de 35% dos habitantes em área urbana (LE SANN e FERREIRA, 1996).

Enquanto as ideias progressistas do governo estadual eram anunciadas como solução para a modernização mineira, ia-se materializando o projeto grandioso e audacioso de criação de um parque industrial em Contagem.

O projeto urbanístico da Cidade Industrial “Juventino Dias”, teve sua concepção fundamentada num modelo projetado para a cidade de Camberra na Austrália. Com a forma hexagonal e disposição radiocêntrica do sistema viário, o zoneamento básico destinou os quarteirões da parte central do hexágono a serviços públicos, prevendo ainda, o agrupamento de diferentes categorias industriais, em suas diversas partes (NEVES, 1995, p. 29).

No decorrer da década de 1950, Contagem começa a se transformar de cidade rural a um parque industrial diversificado e economicamente significativo. Vislumbra-se um futuro progresso e a modernização de Contagem e do país. Com isso, o crescimento populacional:

o número de operários na Cidade Industrial, que passa de 2.850, em 1952, para 5.731, em 1960, e atinge 16.610, em 1966. Estima-se que em 1968 houvesse mais de 18.000 operários trabalhando na Cidade (WEFFORT, 1972, p. 14).

Os trabalhadores rurais da cidade de Contagem se transformam em operários industriais. Trabalhadores rurais também de outras regiões do país são atraídos pela farta oferta de trabalho e pela promessa de vida melhor nesse novo cenário que surgia em Minas Gerais.

Mudei para Contagem porque ficava perto da Mannesmann, onde comecei a trabalhar em 1966. No Bairro Vale do Jatobá não tinha nada. Nem esgoto, nem escola. Tinha uma bica d'água, onde as mulheres lavavam roupa e

buscavam água. O transporte também era muito difícil. Mas, já naquela época, a gente se reunia pra tentar fazer alguma coisa para mudar o bairro.<sup>8</sup>

Esse depoimento demonstra que era um projeto que não incluía políticas públicas de inclusão social como parte de seu progresso, como relata Neves:

percebe-se como a contradição faz parte deste espaço urbano. O governo tudo proporciona às indústrias, em termos de empréstimos, obras de infraestrutura, etc., mas não existe qualquer política para os trabalhadores que ali chegam como força de trabalho. O único direito que lhes é concedido é o do emprego e do trabalho. Tudo mais, o direito a cidade, moradia, água, alimentação, transporte são conquistas a serem atingidas por sua luta e resistência (1995, p. 45).

Surge, assim, uma nova experiência de vida nesse espaço urbano-industrial, onde esses operários construirão suas trajetórias pessoais e sociais, e também identidades individuais e coletivas, fundamentadas nas relações sociais e também na experiência.

Esse processo de precarização do trabalho e de vida foi possível pela ausência de condições materiais dos trabalhadores que vinham para Contagem, porém, na política institucional brasileira, havia aspectos que foram cruciais para a implantação de um projeto desse porte. Um desses aspectos, destaca Neves, é a Constituinte de 1946: “Esta, ao mesmo tempo que cria a pluralidade partidária, mantém o modelo de sindicato cooperativo” (1995, p. 30).

Ao mesmo tempo em que, com a Constituinte, se determina um princípio de autonomia e pluralismo partidário no plano político, persistem a subordinação dos sindicatos ao poder do Estado e a unicidade sindical nas relações profissionais; uma democracia representativa com a estrutura sindical corporativista. Essa relação política, confere maior representatividade e autonomia ao Estado para implantar o projeto industrial no Brasil e, especificamente, em Contagem.

Entre 1941 e 1949, implantam-se na Cidade Industrial 11 empresas, ocupando 5.099 empregados. Mas é de 1950 a 1960 que se verifica um salto, passando a existir 41 empresas com 13.332 de pessoal ocupado. A distribuição na indústria era a seguinte, no período: metalurgia, 32,3%; plástico, 2%; têxtil, 11,7%; material elétrico, 3,4%; minerais não-metálicos, 8,14%; produtos alimentícios, 3,6%; borracha, 1,8%; papel e papelão, 1,9%%;

---

<sup>8</sup> Depoimento de um trabalhador da Cidade Industrial, retirado de NEVES, 1995, p. 124.

mecânica, 31,7%; mobiliário, 0,9%; madeira, 0,6%; química, 3,5%; vestuário e calçados, 0,4% (PLAMBEL, 1978, p. 84 *apud* NEVES, 1995, p. 32).

No entanto, o crescimento vertiginoso da Cidade Industrial, como projeto de progresso do empresariado nacional e dos vários governos de Minas, desde a década de 1950, contracenava com as formas espoliativas da classe trabalhadora de Contagem e sua condição urbana. Esse projeto de progresso pode ser verificado, por exemplo, pelo discurso de um jornal local, referindo-se à construção de uma indústria da Mannesmann em Contagem:

Com a montagem da poderosa fábrica, a Cidade Industrial, onde se localizam estabelecimentos da maior importância para a economia mineira, passará a ocupar o lugar que lhe compete no cenário nacional, elevando a importância econômica e industrial do nosso Estado.<sup>9</sup>

Desde o início dos anos 50, os operários de Contagem buscaram assumir sua condição de sujeitos, intervindo, procurando, através das práticas políticas, incluírem-se nesse projeto de progresso implantado pelos empresários e pelos diferentes governos do estado de Minas Gerais. Tal projeto priorizava a industrialização, em detrimento das políticas sociais para a região. Esse quadro político local é o quadro político nacional de “bem-estar-social”, modelo de Estado nacional adotado desde a década de 30, Estado que nasce privado, um quadro que se afirma no discurso do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubtscheck, em 1952, referindo-se à inauguração da Mannesmann:

Cada golfada de suas chaminés e cada carga de seus fornos, com o suor de milhares de trabalhadores que empregará, com padrões de salários mais altos, representarão injeções diárias de mais dinheiro na economia cotidiana do povo mineiro.<sup>10</sup>

Aproximando-se da década de 1960, com o forte crescimento econômico e populacional de Belo Horizonte, houve grande desenvolvimento também do mercado imobiliário de Contagem, o que provoca intensa expansão urbana. Os loteamentos atravessaram os limites municipais da capital, adentrando também em Contagem, dando origem ao processo de metropolização. Tendo como ponto de referência a Cidade Industrial, localizada na porção sul do município, surgem inúmeros bairros operários em

---

<sup>9</sup> Jornal *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 1952, p. 3.

<sup>10</sup> Jornal *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 de junho de 1952, p. 7.



seu entorno, como o Eldorado, Água Branca, Inconfidentes, Bandeirantes, Riacho das Pedras. Outro eixo de crescimento demográfico ocorre na porção nordeste do município que, apesar de não possuir, nessa época, integração viária com a sede e com a Cidade Industrial, encontrava-se próximo à região da Pampulha, dando origem à região do Ressaça. O processo de modernização chega à sede a partir da construção da Av. João César de Oliveira (conexão entre a Cidade Industrial e a sede do município), nos anos de 1960, com o loteamento de vastas áreas, dessa vez, de forma simétrica e planejada. Nesse momento, surgem os bairros que compõem a região da sede.

Porém, essa expansão urbana de Contagem acontece de duas formas, uma legal e outra ilegal. A legal, através dos loteamentos, com infraestrutura, vendidos por alto preço devido à especulação imobiliária; e a ilegal, pela ocupação de operários em áreas próximas às indústrias, e que se tornavam favelas. Esse processo é fruto do crescimento acelerado e sem planejamento de habitações para os operários. Segundo Neves:

A cidade oficial é marcada pelo imaginário do governo e dos empresários, que procuram organizar seu espaço com base em novas formas de dominação, na racionalidade e no fetiche da mercadoria, elementos impulsionadores do progresso e da construção de uma nova ordem, de um novo tempo para Minas Gerais [...] A outra cidade, ilegal e clandestina, vai aos poucos se formando, construída pelos trabalhadores, seus espaços sendo ocupados de forma desordenada, sem obras de infra-estrutura – como rede de esgoto, água, calçamento, luz elétrica – para beneficiar os habitantes (1995, p. 43).

Já em plena década de 60, o governo estadual fortalece o abastecimento de energia elétrica, com a criação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), e pavimenta grandes trechos rodoviários, ligando Belo Horizonte e, conseqüentemente, Contagem, a importantes cidades da região Sudeste. Dá-se, então, o acelerado processo de industrialização em Contagem. Inúmeras empresas industriais instalam-se na Cidade Industrial, que foi, em grande parte, ocupada. O contingente populacional cresceu a taxas de 16,6% ao ano, nessa década (LE SANN; FERREIRA, 1996), populações de todo o estado migravam para a Região Metropolitana, suprindo as necessidades de mão-de-obra da indústria.

A construção de quatro outros complexos industriais no município deu-se entre as décadas de 60 e 90, com a expansão da autarquia do Complexo Geral de Indústrias na Região Central de Contagem (Cinco); surgiram o Cincão e o Cinquinho, desenvolvidos na porção central contagense, destacando-se como o maior complexo industrial de

Minas Gerais, o complexo industrial do Ressaca e o complexo industrial Inconfidentes, uma vez que tanto a Cidade Industrial como o Cinco já se encontravam totalmente ocupados pelo setor secundário (ver Tabela 1). Nesse momento, Contagem atinge seu ápice e passa a ser conhecida como o “Coração da Indústria Mineira”.

Tabela 1

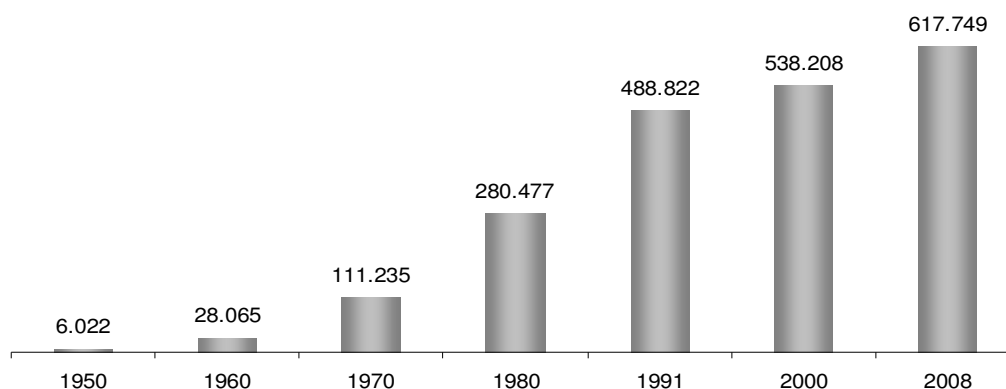
DISTRITOS INDUSTRIAIS EM CONTAGEM - MG		
Distrito Industrial	Ano de Criação	Área Total
Cidade Industrial	1941	3,2 milhões de m <sup>2</sup>
Bairro Inconfidentes	1958	63 mil m <sup>2</sup>
Cinco	1968	
Cinquinho	1978	3,77 milhões de m <sup>2</sup>
Cincão	1994	
Riacho das Pedras	1999	1,083 milhões de m <sup>2</sup>
Ressaca	1999	319 mil m <sup>2</sup>

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 2006;  
Perfil do município de Contagem - 2007.

Belo Horizonte e Betim se destacam, nesse período, no setor secundário, assim como Contagem, dando origem a uma rede industrial integrada, possibilitada pela boa infraestrutura de transportes e energia implantada na região nas décadas anteriores. A explosão demográfica gera inúmeros problemas relacionados à ocupação, sendo inevitável o processo de favelização e surgimento de bairros sem infraestrutura básica de suporte urbano e condições de saneamento básico.

\*\*\*

Em uma visualização histórica, Contagem possui taxas de crescimento populacional elevadas, em função da intensa migração ocorrida entre as décadas de 1950 e 1980. Atualmente, conforme estimativas do IBGE, a população de Contagem já ultrapassa os 617.000 habitantes, sendo, então, a segunda população de maior expressão do estado de Minas Gerais e a 29ª população do Brasil.



**Gráfico 1** – População total para Contagem - MG (1950-2008)

Fonte: IBGE, 2009.<sup>11</sup>

As taxas de crescimento populacional superaram os 10% ao ano, até os anos de 1980, chegando inclusive a superar 16,6% de crescimento anual entre 1950 e 1960. Na década de 50, a população total do município era de aproximadamente seis mil habitantes, número que cresceu quase cinco vezes até 1960, com a criação e instalação do Distrito Industrial de Contagem, chegando a mais de 28 mil habitantes nesse período (WEFFORT, 1972).

Contagem, nos anos de 1960, era uma região em que a base material das relações sociais era ordenada pela industrialização, e aqueles que não eram industriários pertenciam à rede de prestadores de serviços para quem trabalhava na indústria. A situação social era a situação da classe operária, e nela estão contidos a base real e os fatores que pretendemos investigar.

O estudo dos sujeitos, nesse processo, nos traz elementos fundamentais para compreendermos esse momento histórico. Thompson afirma estar “convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (1987, p. 12).

Contextualizando com base na situação econômica do país, nos anos de 1964 a 1968, veremos que o governo militar impunha um custo econômico-social muito elevado às classes trabalhadoras. A política salarial, depois do golpe militar implantado pelo governo por meio de decreto-lei, determinava que apenas o governo fizesse

<sup>11</sup> A população do ano de 2008 refere-se à estimativa do IBGE.

reajustes de salário e anulava os dissídios coletivos. A classe trabalhadora brasileira teria, talvez, uma das suas piores crises econômicas e uma das maiores para se organizar na legalidade.

Os trabalhadores de Contagem respondiam a esse projeto com greves, paralisações e manifestações, isso desde o início dos anos de 1960. A pauta das reivindicações centrava-se nas péssimas condições de trabalho e de sobrevivência nos bairros ao redor da Cidade Industrial. Diante do não atendimento de suas reivindicações, o processo de organização da classe trabalhadora era uma constante durante o início da década na cidade de Contagem.

### **3 – Contagem, 1968**

#### **3.1 - Na Contagem dos dias...**

O movimento sindical e a classe operária brasileira obtiveram uma grande derrota política com o golpe militar de 1964. A ditadura impôs uma série de decretos, visando a impedir a livre organização e a luta dos trabalhadores. Essa era uma das condições para que transcorresse sua política econômica, assentada no arrocho salarial e na ausência dos direitos sociais. Seguiu-se, então, um período de refluxo das lutas sindicais. Os primeiros anos após o golpe de 1964 foram economicamente muito difíceis para a classe operária, em todo o país.

Os operários de Contagem, nesse período, além de toda a convulsão nacional, sofriam também com as péssimas condições de trabalho impostas pelo capital industrial. Com o crescimento da cidade de Contagem e seu complexo industrial, desde a década de 1950, fica evidente o contraste entre o progresso e as condições de vida dos trabalhadores da cidade. Já na década de 60, a população trabalhadora de Contagem procurava residir perto das indústrias, criando, assim, várias favelas nas proximidades de grandes empresas como a Magnesita, a Belgo, a Mannesmann e o Itaú.

Essa segregação dos operários pôde ser verificada pela valorização dos lotes nas regiões mais nobres de Contagem, e da impossibilidade, portanto, de os trabalhadores residirem nos melhores bairros. Sendo assim, os trabalhadores residiam em bairros mais próximos das indústrias, como Barreiro, Bairro das Indústrias, Tirol, Bairro Amazonas e outros que não tinham infraestrutura básica, como água, luz, esgoto e calçamento.

Favelas, cortiços, casas precárias – características da moradia da periferia – abrigavam os trabalhadores desta região. Essas condições de alojamento expressavam a exigüidade dos salários e das políticas públicas destinadas a atender as demandas da população operária (NEVES, 1995, p. 115).

A greve de Contagem em 1968 só pode ser compreendida se entendermos as oposições populares que desencadeavam pequenas crises no regime militar, naquele momento. Em todo o país, cresciam manifestações, principalmente artísticas e estudantis. No ano anterior, um novo presidente militar, o general Costa e Silva, assumiu anunciando sua disposição em promover uma abertura política, ainda que lenta. Aproveitando essa pequena brecha aberta pelo regime e a crise econômica que se

agravava, a oposição liberal-democrática (Frente Ampla e o MDB) e a oposição popular retomaram a ofensiva política contra o governo militar.

O sindicato não tinha nenhum vínculo forte com os partidos políticos de esquerda; [antes do golpe de 1964] existia o Partidão [o Partido Comunista Brasileiro] e outros grupos comunistas, mas os sindicalistas eram mais ligados aos partidos tradicionais, como o PTB. Depois do golpe, claro, houve mais propaganda política, circulavam muitos boletins, jornais e informativos. Havia muita efervescência política. Os trabalhadores continuavam se articulando dentro das fábricas e as reivindicações internas e salariais cresciam dentro das empresas. O trabalhador daquela época era mais organizado e tinha mais vontade de lutar, mas consciência política era poucos que tinham. O golpe veio para abafar a força dos trabalhadores que estava crescente (Ênio Seabra, ex-sindicalista, 4 de fevereiro de 2010).<sup>12</sup>

Cresciam, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, as manifestações de rua lideradas pelos estudantes. A grande imprensa, mesmo a liberal-conservadora, passou a criticar abertamente o regime militar. É nessa efervescência social que emerge o movimento operário.

Os primeiros movimentos de resistência dos operários à política econômica do regime militar eclodiram na cidade de Contagem. Desde início dos anos de 1960, Contagem era um dos principais centros industriais de Minas Gerais e do Brasil. A cidade possuía aproximadamente 28 mil habitantes e, destes, mais de 18 mil eram operários, que moravam e trabalhavam no seu cinturão industrial. Como diz Ênio Seabra, operário e sindicalista na época:

Muito antes do regime já existia bastante luta dentro do sindicato e nas fábricas por reivindicação salarial, por melhoria nas condições de trabalho. A gente começou em 1957 e a ditadura veio em 1964. A gente não estava esperando, mas já sabia que haveria um embate (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

Em 1962, os metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte entraram em greve, reivindicando 110% de aumento de salário, enquanto os empresários ofereciam 60%. Cerca de 15 mil operários participaram da greve.

---

<sup>12</sup> Extraído de *Uma história forjada na luta*, texto publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, em agosto de 2004, p. 24.

Em 16 de setembro de 1963, os trabalhadores fazem uma assembleia e decretam a paralisação contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho. Houve repressão e a greve acabou não se concretizando.

O golpe militar em 1964 obrigou diversos setores da sociedade brasileira à retração. Os sindicatos, como parte dessa sociedade considerada nociva para o regime criado pelos militares, sofreram diversas intervenções. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais de Belo Horizonte e Contagem<sup>13</sup> teve suas lideranças afastadas e impossibilitadas de se elegerem. Nas palavras do próprio Ênio Seabra:

Nós fomos eleitos em 1963. Nosso presidente Onofre Martin se afastou em janeiro de 1964. A gente queria ser objetivo em relação à luta de classes, queria que o Sindicato participasse de todos os movimentos de classe, como a greve etc., e que não ficasse vinculado ao Ministério do Trabalho. O golpe interrompeu nosso esforço que era organizar a classe junto com os outros Sindicatos (depoimento de Ênio Seabra, cf. MUNIZ, 1984, p. 196).

Após o golpe de 64 e o impedimento de livre organização sindical, apenas em meados de 1967, quando ocorreu uma pequena liberalização na política sindical do regime, as oposições sindicais conseguiram ensaiar tímidos passos no sentido de tomarem as direções das entidades sob intervenção ministerial ou nas mãos de diretorias conciliadoras. Mesmo assim, o governo tinha ainda o poder de homologar ou não as eleições nos sindicatos.

Em 1967, nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, a oposição, dirigida por um operário da Mannesmann, Ênio Seabra, conseguiu montar uma chapa que tinha no programa: expulsão dos pelegos, oposição à política de arrocho salarial do governo, contra o fim da estabilidade no emprego e de outras medidas antioperárias impostas pelo regime militar. Nessa eleição, o Departamento Regional do Trabalho tentou impugnar o nome de Ênio Seabra, mas, através de recursos, ele conseguiu concorrer e vencer a eleição. Antes mesmo da posse, o Ministério do Trabalho interveio e destituiu o presidente eleito e mais três membros da chapa vitoriosa. A oposição não teve condições de reverter o quadro adverso e, com isso, o sindicato, mesmo com uma

---

<sup>13</sup> Quando citado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais de Belo Horizonte e Contagem, utilizaremos apenas Sindicato dos Metalúrgicos, por ser o nome comum utilizado pela população de Contagem.

nova diretoria, não conseguiu se fortalecer suficientemente para exercer um papel mais decisivo nos acontecimentos que sucederiam. Mesmo assim, sua posição não foi de neutralidade diante dos acontecimentos que abalariam Contagem durante o ano de 1967 e início de 1968.

A partir de 1967, alguns sindicatos mineiros tentaram formar uma frente sindical para combater a política de arrocho salarial do regime. O Comitê Intersindical Anti-arrocho foi criado em março de 1968, em uma assembleia que reuniu cerca de dois mil trabalhadores. O número de participantes, que surpreendeu até mesmo os líderes sindicais, demonstrou a disposição para luta e a organização da classe operária mineira. Poucos dias depois, eclodiu a primeira greve metalúrgica, no Brasil, depois do golpe militar de 1964.

No entanto, os próprios participantes da greve dizem que a organização dos trabalhadores extrapolava o espaço do sindicato. As construções da identidade operária e da consciência de classe aconteciam na fábrica, dentro dela, e em outros espaços de sociabilidade do bairro, majoritariamente operário. Como diz a ex-militante da AP (Ação Popular), Delsy Gonçalves de Paula:

Eu era professora de português, mas dava também aula de política, através de textos de jornais e letras de músicas que escolhia de forma estratégica. Ali a gente trabalhava a consciência política (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).<sup>14</sup>

A organização da greve parece ser fruto de um processo de organização de longa duração e com estratégias únicas naquele momento de direitos civis cassados. Como diz Conceição Imaculada de Oliveira que, na época, era operária metalúrgica da empresa Santo Antônio:

A gente trabalhava de dia e à noite ia para o cinema escrever os jornais [do sindicato]. Às quatro, cinco da manhã a gente distribuía o jornal do partido e fazia pichação de muro. Depois, a gente fazia uma distribuição mais legal, na porta da fábrica, e já entrava para trabalhar (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

---

<sup>14</sup> Lembre-se que Delsy (Sisse) era universitária em 1966, e, por opção política, foi para Contagem dar aulas.



A greve de abril de 1968 não só expressava a insatisfação dos trabalhadores com o baixo salário e o agravamento de suas péssimas condições de trabalho, como também a recusa desses trabalhadores ao projeto de progresso que não os incluía como sujeitos com direitos; projeto de progresso desenvolvimentista que, por meio da industrialização capitalista, colocava os trabalhadores à margem de seus benefícios, como analisa Thompson:

Certamente, uma taxa de crescimento populacional sem precedentes e a concentração nas áreas industriais criariam sérios problemas em qualquer sociedade, mas principalmente numa que se fundamentasse na obtenção de lucro e na hostilidade ao planejamento. Podemos considerá-las como problemas inerentes à industrialização, agravadas pela tendência predatória do *laissez-faire* capitalista (THOMPSON, 1987, p. 189).

Investigamos as estratégias de exploração a que esses trabalhadores, em Contagem, foram submetidos, nesse processo desenvolvimentista, fazendo falar seus anseios, angústias, precariedades e sofrimentos, salientando sempre a voz dos sujeitos envolvidos, pois seu cotidiano demonstrava o outro lado do desenvolvimento proposto pelo governo militar, como relata Magda de Almeida Neves:

e é na diversidade deste cotidiano que se instituem práticas políticas, estas que em abril de 1968, surgem com mais força, questionando a lógica de um progresso irreversível, a lógica da organização racional do trabalho, a lógica da sociedade moderna produtivista e burocratizada que ameaça a identidade do sujeito, procurando tudo uniformizar. Por sua escolha e ação, os trabalhadores mostram que são sujeitos com vontade, com autonomia do falar, do pensar e do agir (NEVES, 1995, p. 146).

No mês de agosto de 1967, houve eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos e foram eleitos os seguintes trabalhadores: Mário Bento da Silva, mecânico de retífica, trabalhava na Retífica de Motores Minas Gerais; o Joaquim José de Oliveira trabalhava na Única, empresa de pré-moldados de aço, uma fábrica pequena na Cidade Industrial; Renato B. Viegas e Argentino Martins eram trabalhadores da empresa Belgo-Mineira; Conceição Imaculada de Oliveira, empresa metalúrgica Santo Amaro; José Nilson Santos, Ênio Seabra, Antônio Santana Barcerlos e Luís Fernando de Souza eram trabalhadores da empresa Mannesmann.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Informações fornecidas por Luís Fernando de Souza, ex-tesoureiro do sindicato. Ver o Anexo 1 deste estudo.

Alguns desses trabalhadores estavam vinculados a organizações políticas e ao sindicato, em períodos anteriores, como é o caso do operário Ênio Seabra:

Na época de 68, eu era encarregado de eletromecânica, encarregado de montagem elétrica, sou nascido e criado em Belo Horizonte [...] entrei na Mannesmann em 53; em 57, eu filiei ao sindicato [...] e participava ativamente, eu participava mais internamente, dentro da Mannesmann, eu tinha uma grande participação [...] Eu fiz um curso de técnico industrial na ETBH (Escola Técnica de Belo Horizonte), que hoje é o CEFET. Significava o Ginásial, na época, significava muito. Sempre gostei muito de ler jornal, meu pai sempre tinha jornal em casa. Revista sempre tinha algumas (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Luís Fernando, nascido em Salvador, na Bahia, veio para Contagem em busca de trabalho, também na Mannesmann:

Eu era eletricitista chefe de turma [...] eu sou baiano e vim parar aqui com 21 anos [...] Eu vim parar aqui em 60. Saí da Bahia e vim pra São Paulo, como eu vim de trem [risos], saltei aqui na estação, tinha uns amigos que trabalhavam aqui na Mannesmann, outros na Belgo: “– Não, aqui tem emprego, vamos procurar serviço aqui [...]” Naquele tempo existia, né? A Mannesmann tava em grande expansão [Na Bahia] naquele tempo, ou você trabalhava na Petrobrás ou então [...] não tinha a expansão que tem hoje de petroquímica e tal [...] Hoje a mão-de-obra lá é requisitada, tanto que, quando eu voltei pra lá, cassado em 68, eu empreguei lá fácil [...] a expansão da companhia de São Paulo, montando, eles tavam trazendo profissional de São Paulo pra lá, e eu cheguei lá de graça (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Luís Fernando fala também de sua participação política:

Filiado ao sindicato foi desde quando eu comecei a trabalhar aí e tal, aí eu me associei ao sindicato. Em 67, porque em 64 foi a paralisação total, cassaram a diretoria, inclusive o Ênio fazia parte da diretoria, era o vice-presidente na época, do sindicato, foi cassado e tal. E ficou de 64 a 67 sem haver eleição, então, em 67, eles fizeram o selo da abertura, pra colocar na chapa pra eleição direta, e aí nós entramos nessa chapa. Nunca fui de me meter com problemas do Brasil político, que existia, mas eu nunca quis saber disso [organizações políticas] não. Eu entrei [no sindicato] mais por causa do Ênio, né? O Ênio procurando [...] mesmo setor, mesma seção, nós éramos da montagem elétrica [...] e ainda tem outra, nós era rastreado, porque em 62, ainda havia a abertura, nós fizemos uma greve pra colocar João Goulart no poder, tinha pouco tempo (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Antônio Santana ex-presidente do sindicato, também trabalhador da Mannesmann, conta parte da sua história de vida:

Eu não nasci aqui em Belo Horizonte, eu nasci no Espírito Santo, em São Mateus. Aí, nós viemos cedo aqui pra Belo Horizonte. Em 1951, meu pai mudou pra Belo Horizonte, ele era mecânico e veio trabalhar aqui. Meu pai sempre foi ligado ao movimento comunista, aliás, minha família toda, da esquerda, ligada ao Partido Comunista, teve vários elementos da família perseguidos e tal, né? E eu, logo que servi ao exército, fui trabalhar na Mannesmann (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Antônio Santana teve parte de sua formação política na família, em casa:

Não, meu pai não foi do Partido Comunista, ele era comunista, mas nunca foi do partido. Inclusive, se você quiser saber do movimento da Coluna Prestes [risos], por exemplo, em 1930 e poucos, aqui no Brasil, meu pai sabe tudo, ele tá com 100 anos, mas é lúcido, perfeito, andando pra tudo quanto é lado e conhece aquela história toda dos comunistas daquela época [...] ele era muito entusiasmado com aquilo tudo, esse negócio todo, então, foi decorrente dessa ligação do meu pai com o regime de esquerda é que eu me tornei *esquerdista*, vamos dizer assim, comunista, né? Depois me convidaram pra participar do Partido Comunista (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

No bairro:

Tinha que começar aqui no Barreiro, eu sempre morei aqui desde 54, e quase todo mundo era trabalhador da Mannesmann e os que não eram trabalhador da Mannesmann eram ferroviários, certo? Então, todo mundo, a maioria deles ligado mais à esquerda, o movimento de esquerda, ao movimento de defesa salarial (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Na fábrica e no sindicato:

Eu sempre fui assim, meio ligado aos movimentos sociais, vamos dizer assim, de um modo geral, sempre tive interesse na defesa dos trabalhadores e acabei me envolvendo com sindicato [...] eu sindicalizei. Participava das reuniões de sindicatos e tal [...] Fiquei amigo daquele pessoal todo, tinha participação muito ativa no bairro, nesses movimentos que existiam, né? E, depois de 1964, eu me envolvi muito com movimentos na luta contra a ditadura, contra o golpe militar que havia assumido o governo do Brasil. E nisso, eu fui acabar parando na presidência do sindicato. Esse movimento de participar, esse negócio, muito também porque eu participava de reuniões do Partido Comunista, que era clandestino na época, tinha alguns amigos ligados, então, eu participava desse movimento (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Conceição Imaculada de Oliveira, ex-secretária do sindicato, trabalhava na empresa metalúrgica Santo Amaro, conta um pouco de sua militância política:

Eu nasci em Brumadinho [...] Minha primeira prisão foi em 69 [...] Fui em 1971 para o Chile, na troca pelo embaixador da Suíça, era o governo Allende, e fui trabalhar em uma indústria de cobre. As organizações eram responsáveis por nós, alguns dos que foram trocados, tinham famílias que tinham recursos, as famílias iam visitá-los, eles recebiam ajuda financeira. No meu caso, tive que trabalhar. As coisas se agravaram no Chile, daí, fui para Cuba em 72. A organização também se enfraqueceu, morreu o Marighella e depois o Toledo [...] Fiquei em Cuba até 1978, e depois Panamá em 79. Em 80, fui para o México trabalhando no PUSTAL ligada a FSM (Federação Sindical Mundial), PUSTAL (Congresso Permanente de Unidade Sindical para Trabalhadores da América Latina), a proposta era uma sede no Brasil, antes de 64, depois do golpe, a sede vai para o Panamá [...] Cheguei no Brasil em 86 e em BH em 2003, estava em São Paulo nesse período (Conceição Imaculada, entrevista ao autor, 27 de janeiro de 2010).

Alguns autores trabalham a perspectiva do “golpe dentro do golpe” considerando o aumento da repressão em 1968 e o Ato Institucional número 5 como a face mais pesada do golpe militar. Ênio Seabra relata esse sentimento, analisando a situação dos trabalhadores de Belo Horizonte e Contagem:

De início, não houve uma grande perseguição [...] Porque o golpe não abateu em cima direto dos trabalhadores. Como se diz, foi lambendo por fora. Ele não procurou os trabalhadores, ele procurou o que tava em volta dos trabalhadores, movimentando. Então, onde que ele achou que poderia ter alguém [...] ele tolerou certas pessoas, foi tolerando [...] mas, depois [...] no correr do golpe, quem foi atuando eles foram observando, e aí veio coisa mais forte em 68 [...] eles começaram a dar mais golpe em cima do trabalhador mesmo. Mais de início não. O Castelo Branco foi até maleável, deixou fazer eleições, essas coisas todas, discutir, ter assembleia [...] por isso que eu falo: o golpe para o trabalhador foi em 68 (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 21 de janeiro de 2010).

Fala também da política econômica, especificamente salarial, do governo militar; as relações estabelecidas para manter o controle da inflação, era o arrocho salarial:

O arrocho, ele já veio de uma política salarial diferente, já é de 64, isso não há dúvida. Mas foi criando um arrocho, essa política foi criando os pés no arrocho. Em 68, o trabalhador já começou a perceber que o arrocho existia, onde é que começou a fazer os movimentos, a luta e as greves por causa disso. Quando ele percebeu o arrocho mesmo ele agiu. Onde que então veio

um decreto, dando 10% de aumento geral pro Brasil inteiro, não foi só pros metalúrgicos de Belo Horizonte não. Porque eles tinham uma certa preocupação, a gente notava, percebia que eles tinham uma certa preocupação, de não alastrar, eles sabiam muito, mais não sabiam tanto, não sabiam tanto [...] E isso aí eles cederam esses 10%. Mas eles continuaram [...] já olhando as lideranças que continuavam movimentando dentro da ditadura, dentro desse período de recessão. E esses, eles foram tirando devagar, ou de uma forma ou de outra, ou mais violenta também ou menos, mais foram tirando, e conseguiram até os anos 70 e poucos (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 21 de janeiro de 2010).

O jornal *O Piquete* faz menção a essa política do governo militar. O jornal define a “lei de arrocho” como uma lei que impede reajustes salariais além dos fixados pelo governo. Segundo o jornal:

A política de congelar salários foi inaugurada no tempo de Castelo [ex-presidente militar], enquanto Bob Campos, seu idealizador, dizia que o governo pretendia restabelecer “o livre jogo das forças de mercado”. “O livre jogo das forças de mercado” significa que o Estado não pode interferir nas relações econômicas (não tabelar preços, acabar com os subsídios e etc.)<sup>16</sup>

O Sindicato dos Metalúrgicos também lança um comunicado criticando a lei do arrocho e a base de cálculo do Departamento Nacional de Salário, órgão do governo que fazia pesquisas para conceder o reajuste:

O governo proíbe a negociação do percentual de aumento de salário. Nem se o patrão quiser dar mais não é possível pois a lei 4.725 e os decretos 15 e 17 não permitem a homologação de acordo superior aos índices fornecidos pelo Departamento Nacional de Salário. Vejam o índice mentiroso que não sabemos nem como é calculado: 17% em setembro de 67. Comparem com os índices apresentados pelo Departamento de Pesquisas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Índice somente até maio de 67 – 29,4% [...].<sup>17</sup>

Magda de Almeida Neves relata várias demissões nesse período, por exemplo, em abril de 1967, quando a Mannesmann dispensou cerca de seiscentos empregados; em dezembro do mesmo ano, houve vários protestos por atraso de salários pela mesma empresa. No início de 1968, várias empresas pequenas fecharam por falta de condições financeiras, entre elas, a Minas Aço, dispensando 170 trabalhadores sem indenização; a

---

<sup>16</sup> Jornal *O Piquete*, 2 de outubro de 1967 (Anexo 23).

<sup>17</sup> *Comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos*, provavelmente de outubro ou novembro de 1967 (Anexo 37).

AEI efetuou um programa de redução de pessoal. No final de fevereiro, 3.500 operários da Acesita entraram em greve, reivindicando o reajuste de salário negociado anteriormente. Em março, a Industam despediu quarenta operários, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, em bases fraudulentas. Em abril, a Mafersa diminui seu programa de redução de pessoal de quinhentos para trezentos, mas ameaçava os restantes pela má situação financeira (NEVES, 1995, p. 118).

Com o pedido de aumento de salário recusado, os direitos civis suspensos, a perseguição a sindicalistas e a situação econômica precária, os trabalhadores metalúrgicos decidiram paralisar os trabalhos e começar o movimento grevista, em abril de 1968, movimento que desencadeou várias lutas contra o governo militar. Movimento de vanguarda contra a ditadura militar, como diz Luís Fernando:

A [revista] *Veja*, quando o Lula ganhou o primeiro mandato, “o primeiro a fazer uma greve metalúrgica na ditadura”, menos verdade: os primeiros metalúrgicos a fazer greve depois de 64 foram os metalúrgicos de Belo Horizonte. E foram duas, pra depois sair a [...] que Lula era presidente do sindicato lá e fizeram a greve, mas depois de duas nossa aqui. Nós fizemos essa de abril, e depois a de 1º de outubro, que essa foi geral. Daí essa segunda foi geral e tal, nós perdemos o mandato porque foi encabeçada mesmo pelo sindicato (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Analisaremos essa greve.

### **3.2 - Abril vermelho...**

No dia 16 de abril, na seção de trefilaria da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Cidade Industrial de Contagem, cerca de dois mil operários paralisaram suas atividades e começaram a maior greve do ano de 1968, no Brasil, e a primeira após o golpe de 1964. Os meios de comunicação de massa noticiaram assim:

A partir daquele momento a ordem foi uma só: “entrada franca, mas saída proibida”. Ninguém sai da trefilaria. O movimento é pacífico mas há pequenos desentendimentos, no portão de saída [...] Piquetes de operários permitem a entrada mas impedem a saída de quem quer que seja na trefilaria da Belgo Mineira, na Cidade Industrial [...] Querem os operários um reajustamento de 25 por cento sobre os salários de primeiro de abril, mas, até

então, a Companhia mostrava-se disposta a conceder apenas 10 por cento, ocasionando a greve.<sup>18</sup>

E assim:

Os operários da Belgo-Mineira, da trefilaria da Cidade Industrial, entraram ontem, às 7 horas, em greve geral, exigindo aumento de vencimentos em 25%, depois de paralisarem todo o serviço e tomarem a fábrica de assalto. Os diretores da Companhia pediram providências às autoridades, pois consideraram a greve ilegal.<sup>19</sup>

Luís Fernando, ex-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos, relata como foi a estratégia para a paralisação da fábrica Belgo-Mineira:

A paralisação foi interna, a estratégia, foi até nós, os diretores, mas a estratégia foi de dentro pra fora, o operário que entrou, por exemplo, 10 horas da noite, já não saiu de dentro da fábrica. Se a comissão determinar parar, então, parou. Aí, de manhã, que vai haver o retorno do turno, já não entrou [...] estavam tão organizados que não precisou fazer piquete, o pessoal mesmo já tinha consciência, trabalho muito bem feito, de casa em casa, com panfleto e tal, quem foi até a fábrica, foi pra ajudar a parar (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

O trabalho de politização dos operários pelos movimentos populares, organizações políticas e estudantis, através de jornais, panfletos, assembleias, reuniões, além da criação de comissões de fábricas, permitiram um levante de tomada do setor da fábrica, pelos operários. Essas comissões de fábricas, segundo Luís Fernando, funcionavam da seguinte forma:

Eram os delegados sindicais, então, chegava na fábrica procurava assim, por exemplo, em cada setor, o setor de manutenção, procurava uma pessoa que se interessasse, manutenção elétrica, escritório [...] naquele tempo, nós não gostávamos muito de pessoal do escritório [risos] [...] é elite. É metalúrgico, mas é elite! Não briga! Não suja a roupa [risos] [...] Numa fábrica, por exemplo, se tivesse mil delegados, nós tínhamos dez pessoas, mas era pra ter, era uma estratégia [...] o que nós estamos mais precisando, o que nós vamos reivindicar, qual o ponto? Era como se fosse hoje, na prefeitura, projeto de participação popular, nós tínhamos dentro das fábricas, aí fizemos essa primeira paralisação (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

---

<sup>18</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 17 de abril de 1968.

<sup>19</sup> Jornal *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 de abril de 1968.

As comissões de fábricas, segundo Luís Fernando, era uma frente de luta, e uma das poucas possibilidades de mobilização da categoria diante da ditadura militar:

Foi daí que nós fizemos essa greve, primeiro porque, pra mobilizar essa categoria, em plena ditadura militar, com a lei trabalhista, a lei sindical contra nós, então, era muito difícil mobilizar, fazer uma greve geral. Então, as comissões de fábrica que nós tínhamos optaram por paralisar. Então, assim, por exemplo, em abril, vamos parar a Belgo Mineira, que depois da Mannesmann, era a maior aqui em Belo Horizonte, né? Então, paralisava a Mannesmann, depois paralisava a [...] e assim sucessivamente (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Segundo o jornal *O 1º de Maio*, as comissões de fábricas, chamadas pelo jornal de comitês de empresa, eram a formação de um grupo de operários da mesma fábrica, cuja organização permitiria aos trabalhadores lutarem pelo atendimento de suas reivindicações econômicas e políticas.<sup>20</sup>

Outra frente de politização eram as escolas regulares, onde estudavam alunos operários e havia professores que eram militantes de organizações políticas clandestinas. Ministravam formação em política e em militância política, como fazia a militante da Ação Popular, Delsy Gonçalves de Paula:

[Estava na Cidade Industrial] como militante da AP, e profissionalmente, como professora, porque eu precisava ganhar a vida, né? Aí eu trabalhei no Colégio Municipal de Contagem [...] E desenvolvi um trabalho a partir do colégio, né? [...] Um trabalho pedagógico, absolutamente politizado. E que é um trabalho assim, que eu tenho maior orgulho, porque eu dava aula de português [...] E eu não adotei livro nenhum, foi uma coisa mais louca. Eu fazia Ciências Sociais [UFMG ...] Tinha aluno meu, tinha gente ali [... Belgo-Mineira] que a gente tinha contato e que fazia discussão, e tinha também quem não era da AP, tá? e que tinha contato com outras organizações. Não era só a Colina, quer dizer, quem era de quem, nem tinha isso (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Adélia, que foi aluna de Delsy no Colégio Municipal, explica quem eram os alunos do colégio:

A maioria dos alunos era de operários. Porque, aqui era Cidade Industrial mesmo, o trabalho que tinha era muito mais o trabalho em fábricas [...] Tinha outros trabalhos, né? mas o foco mesmo eram as fábricas, então, tinha gente que trabalhava na Belgo, trabalhava na [...] tinha muita mulher que estudava lá e trabalhava na RCA Vitor, que era uma fábrica de peças de eletrônica, que

---

<sup>20</sup> Jornal *O 1º de Maio*, 11 de dezembro de 1967 (Anexo 24).



tinha ali na Cidade Industrial, ali perto do Colégio [...] então, a maioria era operário que trabalhava na fábrica de dia, e ia pra escola, e estudava à noite (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Adélia conta, ainda, como era a relação entre alguns alunos, inclusive ela, com os professores:

Eu era do curso noturno, era uma turma de quem trabalhava de dia e estudava à noite. E lá que eu conheci a Sisse [Delsy]. Ela era professora de português [...] era muito ativa na luta, né? [...] E aí eu fiquei conhecendo ela, e a gente se gostava muito, e a influência das ideias de que a gente tinha que mudar (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

A formação e a mobilização ultrapassavam o espaço escolar:

Porque a exploração era muito grande e tal, e aquilo foi entrando na cabeça da gente, e nós começamos a dar um apoio. Aí eu abri, minha mãe, nós morávamos numa favela, que era [...] sabe onde era a Souza Cruz, indo pro Barreiro? Atrás da Souza Cruz? Ali nós tínhamos uma casinha ali que a gente comprou de outra pessoa, e morava ali, era uma favela [...] é uma favela ainda [...] como a gente gostava muito desse tipo de luta, achava que era necessário. Os professores iam muito lá em casa, sabe? Encontravam lá estudante que tinham vindo da cidade [Centro da cidade de Belo Horizonte] pra Cidade Industrial pra participar, ia muito. E a gente ajudava a distribuir papel, sabe? (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Magda de Almeida Neves fala da característica urbana e de moradia dos trabalhadores, relatadas acima por Adélia. Para a autora, essas características expressavam os baixos salários e a inexistência de políticas públicas:

A industrialização implementada forjou, portanto, formas espoliativas em termos da própria condição urbana de existência da classe trabalhadora. Favelas, cortiços, casas precárias – características da moradia da periferia – abrigavam os trabalhadores nessa região. Essas condições de alojamento expressavam a exigüidade dos salários e das políticas públicas destinadas a atender as demandas da população operária (NEVES, 1995, p. 115).

Adélia relata também que sua formação e conscientização se deram através da militância política:

Eu trabalhava na fábrica, e depois eu saí da fábrica. Depois eu trabalhei como vendedora de Avon, aí, com a venda de Avon, eu levava os boletins dentro da sacola, ia nas portas das fábricas, e fazia entrar propaganda, né? através desse trabalho que eu tinha também, sabe? (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Formação através do processo que eclodia naquele momento, naquele espaço:

Porque tinha as pessoas que eu simpatizava e eu fazia o trabalho junto com essas pessoas, não tinha nem noção de organização, sabe? Eu achava, pra mim, todo mundo era a mesma coisa, o importante era a luta na fábrica, sabe? Num, inclusive eu ficava muito brava quando vinha uma pessoa de esquerda falando mal da outra, não sei o quê, eu não entendia, né? por que [...] As disputas. Então, a gente era muito leigo, eu não sabia muito, né? e fui aprendendo aí, na participação, na luta, né? conversando com as pessoas (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

A formação política na escola e na igreja:

Eu era católica né? e a escola que a gente estudava a direção era de um padre. Essa escola municipal, a direção era o padre Carlos Fragoso, e a Janete era a secretária, elas não eram [...] mas davam muito apoio, tanto que empregou muito estudante, então, as ligações eram um pouco essas, sabe? tinha muita coisa ligada à igreja e à escola (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Adélia fala, também, na formação pelo sindicato: “Eu, como tinha sido metalúrgica, e o sindicato era perto da minha casa, eu já participava do sindicato, pra reivindicação normal, reivindicar melhores salários e tal (entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Ênio Seabra também rememora essa organização dos movimentos:

Olha, eu não sei, porque muita gente fala da organização, nem tudo a gente organizava, nem tudo. A gente [...] na hora, aparecia umas coisas que juntava [...] é sinal que estavam atentos aos problemas também, essa coisa toda. Tinha muitos boletins, muitas informações, essa coisa toda, então, espalhava rápido. Tinha aquela vontade, porque, sem aquela vontade de fazer, nada acontecia. Então, se fazia porque tinha a vontade, o trabalhador estava mais ou menos preparado. Mais ou menos disposto a uma luta também, ainda que num nível diferente e tal, mas tinha essa disposição (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 21 de janeiro de 2010).

Mesmo com toda a efervescência política, os jornais noticiam a ausência e a falta de informação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos sobre a eclosão da greve:

Apanhando de surpresa até mesmo os dirigentes do Sindicato, cerca de 2 mil operários da Belgo Mineira [...] A turma que entrou às 23 horas de segunda-

feira resolveu paralisar as atividades às 7 horas, contando com os operários que entrariam no segundo turno.<sup>21</sup>

Esse caráter de *surpresa* é contestado pelo ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antonio Santana:

Não, não foi surpresa. Nós fomos pegos de surpresa porque não podia falar que tava participando de um movimento, se não eles cassavam a gente imediatamente, então, a hora que começou a greve, eu liguei pro delegado da regional do trabalho: “– Oh! Tá iniciando um movimento grevista sem a participação do sindicato, nós tamo indo lá pra ver o quê que é [...]” [o delegado] “– Oh que isso? Vai ver que vocês são os mandantes!” “– Não doutor, nós não temos nada a ver com isso não, nós recebemos uma comunicação agora [...]” [risos] Mas só que a gente já tava por dentro do movimento, né? Tomamos a frente e dirigimos o movimento, e, a partir daí, o sindicato tomou a frente, mas que a gente sabia, né? Que era o pessoal da AP e da Polop que tava organizando esse movimento [...] (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Luís Fernando, ex-tesoureiro do sindicato, explica que foi uma estratégia utilizada pelo sindicato para não serem cassados ou perseguidos pela repressão:

Foi estratégia, foi um dos argumentos que nós tínhamos que usar pro delegado do trabalho [...] eu disse: “– A categoria exigiu, o que nos podemos fazer? Isso consta em ata. Não fomos nós que colocamos essa greve em pauta, não foi, partiu da assembleia”. Então, nós, como diretores estávamos ali pra acatar o que a assembleia decidiu, a assembleia é majoritária, e na época, era majoritária, o estatuto do sindicato consta em artigo que a assembleia, é majoritária, a assembleia é soberana. A figura do presidente cai perante a assembleia, o que a assembleia decidir será “referendado”, então, a assembleia pediu essa greve (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

O ex-dirigente do sindicato, Ênio Seabra, que teve sua candidatura impugnada meses antes do movimento, discorre sobre a importância da informação e da comunicação no decorrer da greve, bem como sobre a participação do sindicato e das organizações políticas:

A comunicação era rápida. Na greve de abril, eu estava de férias, algumas pessoas até acharam que eu tirei férias pra organizar a greve. Foi uma coincidência [...] Eu estava cassado, mas estava atento a toda movimentação dos trabalhadores, mais até que a diretoria do sindicato, me interava rápido,

---

<sup>21</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 17 de abril de 1968, *apud* NEVES, 1995, p. 130.

não tinha jeito [...] Ainda tinha gente [...] da cúpula do sindicato, porque o sindicato também tá recém-formado, com a turma nova, que também tava meio inexperiente, receosa às vezes [...] No meio do trabalhador, já tinha pessoas [...] trabalhando e lutando, esse trem todo, esses compareciam, participavam, né? alguém disposto ainda a criar um movimento, continuar o movimento. Isso é muito difícil localizar todos, né? mas tinha uma parcela boa (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 21 de janeiro de 2010).

Ênio relata toda a agitação provocada pelos militantes das organizações, mas realça que a única força capaz de aglutinar e dirigir a greve era o sindicato:

Ali nas indústrias havia muita agitação. Agitávamos os operários aqui, outros agitavam ali, mas, depois, tinha que casar todo mundo pro movimento. Mas, no fundo, quem comandava era o sindicato, quem tinha que comandar as greves era o sindicato, não tinha outras forças que podia comandar. Mas era um período de muita agitação [...] tinha muitos boletins, cada organização fazia um boletim, conforme seu modo, seu jeito, com suas palavras [...] todos os grupos tinha pessoas com vínculos dentro das empresas e cada pessoa dessas tinha vínculos com outros trabalhadores (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 21 de janeiro de 2010).

Por sua vez, Luís Fernando conta como o sindicato fazia a formação e a conscientização dos trabalhadores:

nós tínhamos um jornalzinho, fundado por nós, chamava *O Metalúrgico*. Esse jornal foi criado [...] pena que eu não tenho um exemplar dele aqui [...] Gestões depois da nossa continuou com ele, mas era outro tipo de jornal [...] então, nós batizamos mesmo, chamava de pelego, combatia mesmo a política dura que a ditadura dava ao sindicato (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Havia dificuldade para confeccionar o jornal, pois o conteúdo expresso nele podia ser motivo de repressão para as gráficas que fizessem o trabalho:

Nós fundamos esse jornal. Era um jornalzinho mensal, certo? E gráfica nenhuma queria rodar [...] Eu fui conseguir numa [gráfica], ela chamava assim: Missão. Era uma ramificação da Igreja católica, certo? eles tinham uma gráfica na Av. Antonio Carlos, eles tinham um orfanato [...] era um trabalho até bonito, sabe? Eles tinham um orfanato e pra se sustentar (naquele tempo não existia essas ONGs de hoje), eles fundaram uma gráfica, faziam trabalhos e tal. Essas crianças eram os operários da gráfica, um trabalho bom que saiu muita gente, muito profissional bom aí pra isso. E foi uma luta, nós conseguimos com esses camaradas, levamos o primeiro esboço [...] olhou, olhou, olhou e falou: “– Esse negócio aqui é um pouco perigoso pra época, né? Tá atacando aqui, vai dar problema pra gente [...] aí não, não!!!” Até que

conseguimos, rodamos o primeiro exemplar, o segundo exemplar, o delegado do trabalho me chamou lá, eu mais o Antônio, na Delegacia do Trabalho, esse que pediu a minha prisão, minha [risos]. Aí, então, nós debatemos, né? [...] [delegado] “– Ah vou fechar!” “– Não, se o senhor ler com outros olhos, vai ver que isso aqui é um esclarecimento, não tem nada, tem alguma coisa aqui no jornal que doutor ache que seja mentira? Se tiver eu concordo com o senhor, mas aí não!” [delegado] “– Vocês estão aprontando!” (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

O movimento grevista ganhou rapidamente o conjunto dos trabalhadores, e adotou como forma de pressão a ocupação das fábricas e a greve geral. Os operários elegeram uma comissão para coordená-lo e realizar as negociações com os patrões e o governo. Os trabalhadores exigiram aumento imediato de 25% em seus salários e os patrões ofereceram 10%, que ainda seria descontado na data-base, em outubro. A contraproposta patronal foi rejeitada e o impasse se aprofundou. A pauta principal da greve, como noticiavam os jornais, era o reajuste de salário, porém, como diz Antônio Santana:

o movimento de greve de 1968, de abril de 68, foi em decorrência não só pelo aumento salarial, porque existia, vamos dizer assim, uma forte imposição do governo para não aumentar o salário, eles achavam e imaginavam que o aumento de salário é que causava a inflação no Brasil, quando, na verdade, o salário nunca causou problemas de inflação [...] Aquilo [reajuste de salário] era um problema do próprio interesse do governo, e se nós formos dizer [...] foi um dos piores governos que o Brasil já teve nesses anos todos, foi 21 anos tenebroso mesmo, aonde não existia liberdade, a gente tinha uma censura muito grande e qualquer movimento grevista que o trabalhador fazia era subversivo, então, todo mundo era considerado subversivo (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

No dia 17 de abril, havia, dentro da fábrica Belgo-Mineira, os trabalhadores que haviam entrado no período da noite e parado o setor de trefilaria, e os que entraram no período da manhã e não saíram. Esses trabalhadores estabeleceram grupos encarregados de manter a disciplina e decidiram formar, também, grupos de segurança. Ao mesmo tempo, permitiam a entrada na fábrica dos trabalhadores do primeiro turno (turno da tarde) para, depois, conquistá-los para a greve e ocupação da empresa.<sup>22</sup>

Apesar da presença de 150 soldados da polícia militar nas proximidades da fábrica, a paralisação continua dentro da Belgo-Mineira; de maneira pacífica, os

<sup>22</sup> *Jornal De Fato*, ano 2, n. 20, dezembro de 1977, *apud* NEVES, 1995, p. 130.

trabalhadores iniciam o diálogo com a diretoria da empresa, reivindicando o aumento de salário de 25%, enquanto a diretoria da companhia insiste em conceder apenas o reajuste de 10%.

O movimento vem transcorrendo em absoluta tranqüilidade, segundo informou o Sr. Arnaldo Cabral, Chefe do Departamento de Pessoal daquela Companhia. Segundo ele, o único incidente foi o impedimento da saída, que durou poucas horas, sendo logo normalizada a entrada e saída dos empregados, que continuam se revezando normalmente. Apenas não trabalham, permanecendo nos pátios da Companhia, sem barulho.<sup>23</sup>

Houve, também, a visita do delegado do trabalho, Onésimo Viana, que advertiu os trabalhadores diante da possibilidade de intervenção no movimento.

No dia 18 de abril, às 14 horas, mais de duzentos trabalhadores se reuniram no TRT (Tribunal Regional do Trabalho), a pedido da Procuradoria Geral do Trabalho. O presidente do TRT, Hebert Magalhães Drumond, solicitou dos grevistas o retorno ao trabalho, alegando que os juízes não decidem sob pressão, porém, os trabalhadores decidiram continuar em greve.

Os trabalhadores ficaram em assembléia mais de duas horas e resolveram manter o movimento recusando a proposta de dez por cento de reajuste e o apelo do Presidente Regional do Trabalho, Hebert Magalhães Drumond, que advertiu os grevistas de que o movimento fora iniciado sem atendimento as exigências da lei 4.330 que regula as greves, pedindo que eles retornassem ao trabalho.<sup>24</sup>

O Ministério do Trabalho enviou para a reunião no TRT o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Ildélio Martins, que declarou:

A greve é um movimento que possui uma configuração jurídica própria e se reveste de caracteres legais particulares. Assim sendo, o movimento dos metalúrgicos da Companhia Belgo-Mineira não constitui uma “greve” para o Ministério do Trabalho.

Apesar da declaração de caráter pacífico, o decreto de ilegalidade do movimento pela DRT, que exigiu a volta imediata ao trabalho, colocou os trabalhadores em situação de acirramento; eles, então, convocam os trabalhadores de outras fábricas a pararem suas atividades e reivindicarem seus direitos:

---

<sup>23</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 18 de abril de 1968.

<sup>24</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 19 de abril de 1968.

Os operários da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, pedem aos companheiros trabalhadores de todas as fábricas, que solidarizem-se com seu movimento pacífico de reivindicação salarial, parando seus setores de trabalho, pois, todos estão sentindo a fome que no momento atinge nossos lares.<sup>25</sup>

Dessa forma, os trabalhadores buscam a adesão de novas fábricas e o fortalecimento das ações reivindicatórias, em caráter pacífico, apesar da tensão dos primeiros momentos de paralisação. Continua o documento dos trabalhadores:

Companheiros, a união faz a força, se todos demonstrarem o seu descontentamento, o governo terá que ceder as nossas pretensões, não queremos fazer agitação, queremos sim, é que nossos direitos humanos sejam respeitados, para que possamos manter nossas famílias e criar nossos filhos fortes, para a grandeza do nosso Brasil. Esperamos por você, pare agora.<sup>26</sup>

Não havendo avanço nas negociações com a direção da Belgo-Mineira, e diante dos rumores de uma invasão policial-militar, os operários decidiram abandonar a fábrica e dirigir-se à sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

No dia 19 de abril, os operários continuavam o movimento, porém, a paralisação e organização aconteciam no Sindicato dos Metalúrgicos. Os trabalhadores assinavam ponto no sindicato, pois, conforme havia dito o presidente do TRT, Hebert Magalhães Drumond, em assembleia, no dia anterior, a lei 4.330, que regula as greves, prevê que, durante os dias de greve, os trabalhadores deveriam ficar em assembleia permanente no Sindicato, com revezamento de turmas.<sup>27</sup>

O então presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), Fábio de Araújo Motta, solicitou a intervenção do governador do Estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro, através de um telegrama que dizia o seguinte:

Rumos tomados greve ilegal irrompida cidade industrial levam-nos presença vossência sentido apelar necessária intervenção para pôr termo movimento paredista, evitando, mesmo tempo, seu alastramento. Elementos interessados em semear discórdia e provocar pânico social, estão conduzindo greve para rumos perigosos, colocando sob ameaça direito de propriedade e o interesse social e coletivo. Esperamos vossência medidas acatadoras, impedindo seja diálogo empregadores e empregados afetado pela intenção preconcebida de agitar e confundir de uma minoria de ativistas profissionais da desordem

---

<sup>25</sup> Documento do Arquivo Público Mineiro, pasta 0250, p. 18.

<sup>26</sup> Documento do Arquivo Público Mineiro, pasta 0250, p. 18 (grifo do documento).

<sup>27</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 19 de abril de 1968.

infiltrados na nobre classe operária. A indústria está pronta a atender legítimos interesses trabalhadores através reivindicações justas e pacíficas.<sup>28</sup>

As preocupações do presidente da FIEMG estavam embasadas em um clima de tensão e na iminência de uma greve de maiores proporções na Cidade Industrial. Às 13h 30 min desse mesmo dia, pararam cerca de quinhentos trabalhadores da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), também reivindicando os 25% de aumento de salário.

A SBE se localizava em frente ao setor de trefilaria da Belgo-Mineira, setor onde havia começado a paralisação dos trabalhadores, quatro dias antes. A diretoria fechou os portões da empresa, não permitindo a entrada dos dirigentes sindicais nem de outros trabalhadores.

De cima do muro onde se encontravam os operários jogaram um bilhete anônimo para os jornalistas, que ficavam de fora, em que informavam o seguinte: “Estamos parados até termos um aumento para tratar de nosso filhos, contra o arrocho e em solidariedade aos colegas da Belgo- Mineira”.<sup>29</sup>

Escortados pela polícia militar, os operários se retiraram da empresa. Como o Sindicato dos Metalúrgicos já estava ocupado pelos operários da Belgo-Mineira, os demais grevistas se dirigiram ao Sindicato dos Bancários, que os acolheu. Fizeram uma reunião às 20 horas e decidiram continuar com o movimento. Às 22 horas, retornaram para a SBE para informar aos trabalhadores que entrariam no turno da noite, a possibilidade de paralisação e também a de entrarem em greve.

No fim da noite de 19 de abril, o movimento dos trabalhadores atinge a Mannesmann; mesmo a diretoria da empresa negando a paralisação, circula entre os trabalhadores o aviso de greve geral.

A reportagem de O DIÁRIO esteve nas imediações da empresa por volta das dez horas da noite e foi informada pelos operários que saíam do trabalho de que a turma que entrara às 20:10 horas tinha se recusado a trabalhar. Um dos diretores da firma veio ao portão número um e desmentiu o boato [...] No Sindicato dos Metalúrgicos, Antonio Santana, disse que recebeu um telefonema do interior da empresa informando que somente a aciaria estava funcionando e que os demais setores estavam paralisados.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 20 de abril de 1968.

<sup>29</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 20 de abril de 1968.

<sup>30</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 20 de abril de 1968.



Ênio Seabra, ex-trabalhador da Mannesmann, uma das maiores empresas da Cidade Industrial, relata as características dos trabalhadores da empresa naquela época:

A Mannesmann tinha certo privilégio, porque era a empresa que pagava o salário melhor dentro de Belo Horizonte, então, só isso já dava assim um *status* diferente, a empresa tinha um *status* diferente em relação às outras, trabalhar na Mannesmann você tinha o comércio mais ou menos na sua disposição, né? Você trabalha na Mannesmann, isso já era o *status*. E lá não existia essa preocupação de mandar os outros embora, isso foi criado anos depois, você vê, porque a pessoa ficava ali um ano, dois anos, três anos, cinco anos, sete anos, dez anos... (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Adélia comenta o perfil desses trabalhadores com relação aos outros trabalhadores na época:

Pra te ser franca, os trabalhadores que estavam trabalhando na fábrica se consideravam superiores. É, achavam que eram melhores do que da construção civil, por exemplo, sabe? Isso tá no homem, né? Você trabalhando na fábrica, você tinha um guarda-pó, com um certo uniforme, né? Você tinha uma hora de entrar, tinha uma hora de sair. Então, o povo que vinha da cidade [centro de Belo Horizonte] pra cá, falava mal da sirene da fábrica, falavam mal da fábrica, e tal, e os operários ouviam isso, mas eles estavam feliz da vida de trabalhar ali. Acho eu, que nem todos, provavelmente tinha muita gente que trabalhava, por exemplo, que às vezes na vida dele queria ser uma outra coisa e trabalhava ali por necessidade, isso é igual hoje, né? Mas o cara que tava fichado ali na fábrica, ganhando o salário dele, ele se sentia bem, sabe? Se sentia até meio dono da fábrica (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Luís Fernando, ex-trabalhador da Mannesmann, conta sobre o valor que o trabalhador dava ao trabalho e à empresa:

Dava muito! [valor ao trabalho]. Acho que mais até do que hoje. Trabalhador, naquela época, era profissional, o sujeito entrava numa fábrica pra fazer aquilo e ele fazia, não era só, é claro que o dinheiro precisava, mas ele ainda era mais profissional, sabe? Cumpria mais [...] foi evoluindo, né? Nós tamo falando isso de 1968 (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Relata, também, as desigualdades e hierarquias dentro da empresa:

Era diferenciado, e existia, por exemplo, ajudante, primeiro electricista, segundo electricista, chefe de turma e o encarregado, que, no caso, o Ênio [Seabra] era encarregado. Eu era chefe de turma, eu era abaixo do Ênio. E você vê que a desproporção era grande, que, na época, o Ênio ganhava

seiscentos e poucos reais e eu ganhava trezentos e poucos [...] O ajudante ganhava aí, eu ganhava trezentos e o ajudante não chegava a cem [...] ele [Ênio Seabra] já era mensalista, e era da autoridade também. Mensalista era o elemento que ia na folha de pagamento mensal, certo? É, agora, adicionava, se ele fizesse hora extra e tal. E o horista era o elemento que trabalhava por hora [...] O mensalista tinha direito de comer na cantina [risos] [...] era prato, e nós comia no bandeirão, tinha alguns privilégios, além de você entrar, naquela época, você ia fazer uma compra, então, você levava o seu contracheque de mensalista e recebia o crédito mais rápido, já tinha um pouco de preconceito, mas a própria companhia tinha isso, era disparidade muito grande, nós lutamos também pra ver se diminuía essa disparidade, né? O Antônio [Santana, ex-presidente do sindicato], apesar da fama lá, ganhava menos que eu, era, apesar de trabalhar no setor elétrico, mas ele era... como diz, da montagem de motores elétricos, certo? (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Além das características de cargos e salários da Mannesmann, Luís informou também o nível ainda baixo de terceirização de serviços na empresa, e a gama de trabalho e profissionais existente no interior da mesma:

Naquela época, não existia terceirização. Todo serviço, até pedreiro [...] era funcionário da Mannesmann. Ela tinha o setor de construção civil, ela tinha um setor de montagem elétrica, ela tinha o setor de manutenção elétrica [...] Ela fazia tudo. Nós construímos dentro da Mannesmann, praticamente uma indústria dentro de outra [...] nós construímos a parte elétrica, todos os painéis, todos fabricados por nós [...] Desde a caixa de aço, certo? Até a montagem dos elementos, então, nós tínhamos a montagem elétrica. A Mannesmann ia expandir, como expandiu o alto-forno [...] todas essas coisas que a Mannesmann criava, montava, a montagem elétrica, que tinha a montagem mecânica também, todas as montagens elétricas fabricava, vinha os projetos (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Segundo Luís Fernando, a Mannesmann era uma empresa com capital, tecnologia e projetos estrangeiros. A sede da empresa, na Alemanha, enviava os projetos para a filial brasileira, na Cidade Industrial. A falta de qualificação dos trabalhadores, na época, para execução de tais projetos, criava uma relação de trabalho complexa, como relata o entrevistado:

o projeto da Alemanha, e aqui eles aperfeiçoavam, colocavam as plantas em português, e nós executávamos aquilo, e ia pro campo, né? Fazer aquela montagem, então, é claro, você se especializava dentro daquela montagem [...] Ia subindo de cargo, ia pressionando individualmente, não tô ganhando aqui, o que a Belgo tá me dando lá, ia surgindo, quando surgiu a Usiminas, então, foi uma correria, sabe? Bancar [o salário]. Eu mesmo fui um deles que

a Mannesmann bancou [...] era a melhor empresa. Era cargos relativamente altos (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Mesmo com essa relação de trabalho privilegiada, se comparada com outras empresas da Cidade Industrial, como relata Luís, os empregados da Mannesmann aderiram à greve. A relação capital  $\times$  trabalho, talvez, menos acentuada na Mannesmann, não foi suficiente para encobrir as péssimas relações de trabalho e a política de arrocho salarial implantada pelo governo militar.

O noticiário nacional divulga a possibilidade de adesão de novos trabalhadores: “Considera-se como iminente o alastramento da greve para outras fábricas na Cidade Industrial, onde a concentração de centenas de indústrias facilita o contato entre os trabalhadores”.<sup>31</sup>

No dia 20 de abril, o movimento se estendeu à Mannesmann, oficialmente, com cerca de 4.500 operários em greve; segundo Ênio Seabra, a empresa tinha entre sete e oito mil trabalhadores. A organização dos trabalhadores permitiu a expansão da greve para outras fábricas, como diz Delsy:

Toda fábrica tinha uma pessoa, mas uma pessoa bastava pra dizer “olha, gente, num é possível ficar parado, vão parar, entendeu?” Então, tem histórias bonitas [...] de várias empresas, que não esperava, mais que ali tinha gente de uma ou de outra organização (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Adélia explica como era, naquele contexto, o processo de formação e preparação dos trabalhadores para organizar a greve. Fala, ainda, sobre as células que eram formadas dentro das fábricas para organizar os trabalhadores:

Eu lembro das preparações, né? soltava panfletos, fazia encontros, organizava células nas fábricas [...] não estava mais dentro da fábrica quando veio a greve, mas a célula é isso: era pegar uma pessoa na fábrica, essa pessoa procurava reunir com algum simpatizante. Esse simpatizante pra divulgar a greve, a hora de parar, a organização da greve. Então, na fábrica que tinha uma pessoa mais avançada ou um estudante que tava trabalhando, fazia esse tipo de trabalho ali dentro, e reunia fora também (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 04 de fevereiro de 2010).

---

<sup>31</sup> Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1968.

Nesse mesmo dia, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, vai ao encontro dos trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos, e tenta negociar com eles, além de declarar a greve ilegal.

O ministro Jarbas Passarinho dirigiu-se diretamente aos trabalhadores em greve numa assembleia geral e colocou a posição do governo. Os trabalhadores não se intimidaram com as ameaças e mantiveram as suas reivindicações. O ministro acabou se retirando da assembleia sob as vaias dos operários. Era a primeira vez que isso acontecia, como diz Conceição Imaculada:

Quando chegou ao sindicato, ele [Jarbas Passarinho] pensou que ia se sair bem no debate com os trabalhadores. Quando ele falava que o salário não era tão baixo assim, e que essa história de arrocho era coisa de agitador, de subversivo, os operários falavam o preço do produto anotado na caderneta e mostrava que o salário não dava para pagar a comida. Ele chegou a pedir um quadro negro em que ele, meio afobado, tentava fazer as contas. Quanto mais ele tentava explicar, mais complicado ficava. Aí ele se desesperou e resolveu ir embora (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

Ainda no dia 20 de abril, eram cerca de sete mil trabalhadores paralisados. Os operários realizaram uma grande assembleia e elegeram um comando de greve unificado. O operário Ênio Seabra, candidato cassado à presidência do sindicato, foi eleito presidente da comissão, que redigiu o seguinte documento, intitulado *Boletim Informativo aos Trabalhadores*:

Nossa luta é uma só: contra a situação de miséria e exploração que a classe trabalhadora está vivendo. E a nossa exigência é também a mesma: reajuste imediato de 25% (vinte e cinco por cento). Em setembro tivemos um aumento miserável de 17%, muito inferior ao aumento do custo de vida. De lá para cá tudo tem aumentado mais ainda: o gás, o arroz, o feijão, o aluguel etc. Enquanto uns poucos enriquecem, nossas famílias morrem de fome. Por isso, estamos hoje decididos a lutar com firmeza contra a exploração<sup>32</sup>

Para Delsy, a situação de vida dos trabalhadores fortalecia a adesão ao movimento grevista:

o nível de insatisfação e de disposição das pessoas. Então, eu acho que o estômago falou muito alto, porque era uma situação mesmo complicada, [...]

---

<sup>32</sup> *Boletim Informativo dos Trabalhadores* (Anexo 7).

nós tínhamos um jornal específico da Belgo, um jornal específico da Mannesmann e íamos criar outros de outras fábricas e, além disso, tínhamos um jornal chamado *Companheiros* e que pegava notícias de todas as fábricas. Então, eu lembro da Belgo-Mineira, ele falando o seguinte: que os operários eles têm sempre costume de comer, porque, hoje, tem refeitório, naquela época, não tinha refeitório, como na hora levavam marmita, na hora se ajuntavam aqueles que eram mais amigos e tal, e conversavam, jogavam truco não sei o que e tal, e comiam. E que a vergonha de abrir a marmita na frente do outro, quebrou essa possibilidade de encontro, então, cada um ia pro seu canto escondido e tal, pra poder comer porque era todo dia a mesma coisa, angu, angu, angu ou só arroz, entendeu? porque não tinha nenhuma mistura, não tinha carne, não tinha ovo, porque o salário não dava. Então, a coisa do arrocho era muito forte mesmo, entendeu? (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Adélia também relata a ausência de políticas sociais estatais ou governamentais para reverter a situação da classe operária dessa época:

O Estado não dava nenhuma ajuda, então, a ajuda que tinha era da Igreja, dos vicentinos, de esmolos, né? [...] Então, era uma vida assim que você vivia no limite, né? [...] a minha mãe comprava dois pãezinhos, nós éramos em casa oito, nove pessoas, né? e ela partia as fatias para cada um comer um pedacinho, o operário levava aquela marmita: arroz, feijão, farinha [...] (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

A situação precária da classe trabalhadora de Contagem era fato que impulsionava a revolta dos trabalhadores. Como diz João Anuciato Reis, conhecido como Canela, que era metalúrgico da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE): “Barriga vazia é tambor de revolução e o que arrocha mais é a barriga dos filhos”.<sup>33</sup> No documento, os trabalhadores pautam politicamente os patrões e o governo:

Os patrões não trabalham como nós, mas vivem do lucro do nosso trabalho [...] Quando paramos, a fábrica, os patrões param de enriquecer e são obrigados a nos atender. É o que estamos fazendo hoje, mostrando aos patrões e ao governo a força que a classe trabalhadora tem.<sup>34</sup>

Para o governo militar, a greve de Contagem poderia ser uma faísca que incendiaria a classe operária em todo o país. O principal motivo seria a política de

---

<sup>33</sup> Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

<sup>34</sup> *Boletim Informativo dos Trabalhadores* (Anexo 7).

recessão e de arrocho salarial da ditadura. Uma possível aliança operário-estudantil começou a roubar o sono de alguns generais e do governo.

Para Delsy, as implicações políticas dessa greve iam além da pauta específica de aumento de salário: era a eclosão da situação econômica, política e social das classes populares de Contagem e, possivelmente, de todo o país na época. Mas, segundo a ex-militante da AP, o contexto econômico dos trabalhadores foi fundamental para a mobilização e a paralisação:

Esse certamente foi um combustível, mas para poder se fazer a greve não tinha como não confrontar, entendeu? não tinha como, então, por isso que a gente lutava com a greve por conta dessa situação, a gente mostrava que não tinha como também se fazer isso se não fosse confrontar com a lei do arrocho, porque nós tava “quebrando” parede de greve, e com a lei do arrocho, então, diretamente, essa greve tinha uma conotação política clara, absolutamente clara, se não ela tinha ficado só ali, só dentro da Belgo, e não foi (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

No comunicado dos trabalhadores em greve, eles aprofundam essa conotação política do movimento, declarando o enfretamento aos empresários e ao governo:

Desde que os companheiros da Belgo-Mineira iniciaram o movimento, os patrões e o governo vêm fazendo de tudo para amedrontar e desanimar os que estão lutando. Primeiro, mandaram a polícia ocupar a Belgo. Mas nós já esperávamos por isso e continuamos firmes. Depois, disseram que a greve é ilegal: mas nós sabemos que ilegal mesmo é a fome e a miséria que estamos passando. E, por fim veio aqui o Ministro Jarbas Passarinho, por mando do governo e dos patrões, tentando nos passar a conversa e nos ameaçando [...].<sup>35</sup>

O boletim ainda aprofunda as críticas ao ministro Jarbas Passarinho, ao governo e à repressão:

Disse o ministro que “a nossa greve é provocação”. Provocação é o arrocho deles contra o trabalhador e todo o povo brasileiro. Eles são assim: usam de tudo para nos pressionar. Os patrões, o governo e os seus ministros, a polícia, estão juntos para manter a exploração do trabalhador. Mas nós não desanimamos, porque estamos recebendo o apoio de todos da classe trabalhadora, que vive a mesma situação nossa. Por isso, unidos e organizados, vamos vencer.

---

<sup>35</sup> Cf. Anexo 7: *Boletim Informativo dos Trabalhadores* (grifo do documento).

O boletim é assinado assim: *Os trabalhadores que se acham em greve (Belgo – SBE – Mannesmann)*, e convida os operários para uma reunião no dia 22 de abril, às 15 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos. A pauta do boletim era: reajuste salarial imediato de 25%; nenhuma punição aos grevistas; abono dos dias de greve. Ele termina com a convocação: “Se você ainda não parou, pare agora!”.

Delsy fala da impossibilidade de se ter uma pauta específica dos trabalhadores que não questionasse o governo. Segundo ela, a condição de vida do trabalhador era reflexo da política do governo militar para as classes menos favorecidas:

Se você luta com o arrocho salarial, o arrocho salarial era um conjunto de normas que tinha sido instituída pela ditadura, entendeu? A impossibilidade da greve, da luta, né? A coisa da greve. O fato do Ênio [Seabra] ganhar no sindicato e não poder levar, ser cassado, ele foi cassado, entendeu? Então não tem jeito de você não fazer essa discussão, mas ela tá associada à vida deles, tá associada à vida. Assim como a dos artistas tava diretamente associada à vida, por conta do impedimento de sair as coisas e tal, de publicar e etc., você tem outros setores [...] (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

No dia 21 de abril, mesmo sob as ameaças do ministro-coronel Jarbas Passarinho, a greve se expandiu. Pararam os trabalhadores da Acesita, da RCA-Victor, da Demisa e da Industam. O governo, então, apresentou uma proposta de conciliação: um reajuste de 10% que, ao contrário do que propuseram os patrões, não seria descontado na próxima data-base.

O ministro-coronel Jarbas Passarinho convocou o sindicato para uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho, para apresentar a proposta de reajuste oferecida pelo governo e negociar o fim da greve, os ex-sindicalistas presentes nessa reunião, Antônio Santana e Luís Fernando relatam o encontro. Segundo Antônio Santana:

Ele veio aqui em Belo Horizonte exatamente preocupado, ele tava com medo de ser um movimento nacional, um movimento revolucionário pra derrubar o governo, quer dizer, existia por trás do movimento um desejo [risos] que a gente pudesse estender esse movimento pro Brasil inteiro. E vir até a conseguir derrubar o governo, mas o movimento ficou local em Belo Horizonte. Então, ele veio aqui preocupado né? que aquilo era um movimento revolucionário, e veio aqui pra conversar conosco, então, nos reunimos na Delegacia Regional do Trabalho aqui de Belo Horizonte, ali na Av. Amazonas, ali esquina com Tamoios [...] não, esquina com Tupinambás. Fui eu, a Conceição Imaculada, que era secretária do sindicato, e o nosso tesoureiro, o Luís Fernando, ele foi, e fomos participar da reunião com o

Jarbas Passarinho, naturalmente os assessores dele, e o delegado da regional do trabalho, presente também (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Luís Fernando:

A visita se deu por isso: o delegado do trabalho não conciliava, não tinha poder mais de conciliação, a greve não terminava, prender um, dois, três, prendia, mas a categoria tava [organizada], ele não podia juridicamente, a OAB tomou parte também. Juridicamente, nós estávamos dentro da lei atual, então, ele não podia cortar a cabeça, a cabeça era o sindicato. Então, trouxe o Jarbas Passarinho, que era ministro do trabalho e da previdência social [...] então, ele veio, a planilha toda, o aumento, quanto pagava de aluguel, quanto o operário precisava pra sobreviver, e tava aquém [...] Faltava muito pra chegar e tal [...] aí o argumento dele é que não podia: “– O que vocês querem é um absurdo! Vocês têm que entender que a gente tá num regime de contenção de despesa [...]” Mas despesa só nossa? E a despesa do resto? [...] Despesa só do metalúrgico, só o metalúrgico é que tem que dar a sua contribuição, e o resto? Não, não é possível [...] E, na discussão calorosa, ele meteu o dedo na minha cara. Peguei a mão dele e: não faz isso não! [risos] me respeite, eu estou aqui como pessoa jurídica, igual você também está. Então, me respeite na frente do delegado [...] (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Luís Fernando revela também as ameaças do ministro aos sindicalistas: “Muito agressivo, me chamou de moleque [...] E me ameaçou: “– Você me aguarde que você vai ter esse troco”. Naquele tempo, eu não pensava muito não [...] Ele era coronel do exército né? o que ele pode me perseguir depois, ele perseguiu (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Antônio Santana:

então começamos a conversar e ele fez uma proposta ótima pra nós, ótima na época, porque era a quebra daquele sistema de manutenção dos salários né? Ele propôs 10% de aumento sem nenhum desconto, sem descontar em nenhum dos aumentos posteriores. Então, nós falamos com ele: impossível, porque nós não decidimos sozinhos, quem tem que decidir são os operários, em reunião, em assembleia, nós não podemos aceitar e depois eles não vão aceitar [...] (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Depois da reunião na Delegacia Regional do Trabalho, os sindicalistas organizaram uma assembleia para discutir a proposta apresentada pelo governo por intermédio do ministro-coronel Jarbas Passarinho. Antônio Santana conta como foi a assembleia:



A Conceição [ex-secretária do sindicato], hoje ela é médica, ela formou na Rússia, ela é médica pediatra, mas, na época, ela mal escrevia o nome dela, mas tinha uma capacidade, uma inteligência, arquivava dados de estatística, tudo na cabeça, numa facilidade tremenda. Então, ela botou o Passarinho no bolso [risos], literalmente, ele perdeu a condição de argumentação com ela [na reunião na DRT], porque, pra tudo que ele falava, ela tinha argumentos, tinha estatística, tinha tudo pra colocar pra ele, então, nós saímos da reunião com aquela coisa. Ele fez questão de comparecer na assembleia do sindicato, aí nós marcamos a assembleia e ele foi, foi com o guarda-costas dele [risos]. Chegou a receber uma tremenda duma vaia, aí o pessoal ficou reclamando e tal, a gente tentando manter o ambiente ali e tal. O pessoal não concordou em paralisar a greve não, queriam continuar, que queriam um aumento maior. O certo é que passou dali, ele esteve aqui em Belo Horizonte mais uma semana ainda, tentando contornar a situação, porque tava tudo parado mesmo, as indústrias metalúrgicas de Belo Horizonte tava todas paralisada (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Além de toda a convulsão local, havia um aparato político que apoiava a greve; o movimento passa a ser uma luta política contra a ditadura militar. A proporção de envolvimento de organizações políticas e estudantis nesse momento demonstra a reorganização da esquerda e o seu poder de enfrentamento. Segundo Delsy:

Isso tudo era das organizações, eram as igrejas que também ajudavam, entendeu? [...] essa parte de mimeógrafo, a AP [Ação Popular] tinha, as organizações também tinham, se nós tinham nossas bases de apoio, as outras organizações também tinham né? e o próprio movimento estudantil dava esse apoio também, [...] todas as organizações estudantis, os DAs, os DCEs, todos eles tinha unidades públicas e privadas, tava nas mãos de pessoas ligadas às organizações ou sob a área de influência de um ou de outro, então, todas elas davam essa ajuda e tinha uma rede de simpatizantes enormes (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Antônio Santana também relata o envolvimento de vários grupos políticos no movimento grevista e algumas práticas organizacionais da época:

Na época, quem armou esse movimento grevista de 68 foi o pessoal da Polop, o pessoal da Política Operária, clandestinos, quase todos eles eram estudantes universitários, na época, eu até coloquei um ou dois, que eram ligados a eles, que ficavam na porta das fábricas. Mas eles se arriscavam demais porque eles não eram metalúrgicos, eram estudantes universitários. De repente, a polícia pegava na porta lá do coisa, ia preso, ia ser torturado, aí, nós criamos no sindicato, através de opinião da Conceição, a Imaculada, que era secretária do sindicato, um departamento social de pessoas responsáveis por conseguir documentação pra aposentadoria daqueles operários, que estavam em condição de se aposentar. Então, ela foi pegando o pessoal da

Polop, foi colocando lá, fichando eles como pessoal do sindicato, que aí eles tinham todo o direito de estar na porta da indústria [risos], procurando o operário pra conversar, certo? Então, eles aproveitaram e organizaram aquele movimento. O pessoal da AP, a Ação Popular, e da Polop, que organizaram aquele movimento grevista, muito bem feito, por sinal. O trabalhador já tava revoltado com o governo militar, e todo mundo aceitou, tanto é que foi uma greve pesada, uma greve que praticamente toda a indústria metalúrgica de Belo Horizonte participou cem por cento, então ficou todo mundo no movimento. E, em decorrência disso, começou a haver perseguições né? Nós não fomos afastados do sindicato na época [abril de 1968] (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

O dia 22 de abril é marcado pelo debate, assembleia e negociação. O governo pressiona os grevistas com a proposta de aumento:

Depois de ouvir longa explicação do Ministro do Trabalho [Jarbas Passarinho], o presidente Costa e Silva autorizou o abono de emergência para os trabalhadores na base de 10 por cento, a partir de 1º de maio [...] O ministro, na oportunidade, fez um relato ao Presidente sobre a greve dos metalúrgicos em Minas, considerando-a ilegal, [...] além de responsabilizar os grevistas por quaisquer estragos nas instalações das empresas.<sup>36</sup>

O ministro acusou também a oposição parlamentar de ser a responsável pela insurreição dos operários de Contagem e de tentar instalar uma crise. O líder da oposição, na época, Silvio Menicucci, comentou assim as declarações do ministro:

As ameaças de Jarbas Passarinho nada mais representam do que o reconhecimento do governo de sua incapacidade para encontrar melhores soluções para o sofrimento e para a miséria do povo brasileiro. O país está atravessando uma das maiores crises de sua história, com o povo passando fome em decorrência do arrocho salarial e melhor seria que o governo, ao invés de culpar a oposição pelos seus erros, encontrasse o caminho para solucionar a crise econômica nacional e para minorar o sofrimento do operariado.<sup>37</sup>

O operariado de Contagem, por sua vez, reuniu-se em assembleia para discutir a proposta do governo e votar o retorno ao trabalho:

os metalúrgicos decidiram continuar a greve em movimentada assembléia na Cidade Industrial: 1.468 operários votaram, sendo que a primeira urna acusou 330 sufrágios pela greve e 10 pela volta ao trabalho. Até o momento em que encerrávamos esta edição, 840 votos anunciavam a continuação do

---

<sup>36</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968.

<sup>37</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968.

movimento que paralisou a Trefilaria da Belgo-Mineira, A Única, Sociedade Brasileira de Eletrificação, RCA, Industan e pode se alastrar para outras empresas [...] os operários estão firmes no pedido de 25 por cento.<sup>38</sup>

O jornal *O Diário*, relata também a presença da polícia militar, apesar do caráter pacífico do movimento. Segundo o jornal, as autoridades procuram localizar as causas e a liderança, com possível ligação ao movimento estudantil.

Houve também, a preocupação das autoridades com o alastramento do movimento grevista para outras regiões industriais. O Delegado de João Monlevade, cidade do interior de Minas Gerais, enviou um pedido de reforço policial de 40 homens para o Secretário de Segurança Pública do Estado. O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade aguardava o resultado da assembléia dos metalúrgicos de Contagem para a possível paralisação da siderurgia da Belgo-Mineira sediada na cidade.<sup>39</sup>

No dia 23 de abril, os jornais noticiavam, que o governo concederia um abono emergencial de 10 por cento a todos os trabalhadores amparados pela consolidação das leis do trabalho, a partir do dia primeiro de maio, nas palavras do Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, *esta é a pré-estréia do afrouxo salarial*.<sup>40</sup> O ministro, em sua declaração, aborda a proposta de reajuste como uma concessão voluntária e uma política salarial do governo, e não como resultado de pressão dos movimentos parlamentar e grevista: “O governo encontrou violenta oposição dos conservadores mas entendemos que o abono de emergência é uma necessidade dentro da política salarial do governo e das medidas destinadas a contenção da inflação e do custo de vida [...]”.<sup>41</sup>

Apesar da política de contenção do movimento grevista na Cidade Industrial de Contagem, através da proposta de reajuste, o movimento se ampliou. Mais dez empresas aderiram à greve. Entre elas estavam a Simel, a Mafersa e a Pollig-Haeckel. Neste momento eram quase 15 mil trabalhadores paralisados e cerca de 18 fábricas em greve. A maior greve desde o golpe militar de 1964.

O governo tentou utilizar a necessidade alimentar dos trabalhadores e a repressão para conter a greve: a necessidade, pela proposta de abono salarial, para

---

<sup>38</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968.

<sup>39</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968.

<sup>40</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>41</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

conquistar a opinião pública, e a repressão verbal, ameaçando os operários em nome da legalidade e da ordem. Repressão que, no dia seguinte, se concretizaria. Na mesma declaração em que o ministro anunciava o abono nacional de 10%, ele também ameaçava os trabalhadores:

Se os grevistas que estão ultrapassando os sindicatos com seus movimentos tiverem contingentes militares que os apoiem, podem continuar na luta para derrubar o governo. Mas se não os possuem, agüentem as conseqüências que virão [...] Espero para hoje o retorno de todos ao trabalho, caso contrário, iniciaremos imediatamente a adoção de medidas drásticas.<sup>42</sup>

Na declaração do ministro, quando o mesmo fala sobre a “luta para derrubar o governo”, fica claro que o caráter do movimento era de uma luta específica enquanto reivindicação salarial, mas, ao mesmo tempo, de um teor político mais amplo, como a militante Delsy havia dito anteriormente:

para poder se fazer a greve não tinha como não confrontar, entendeu? não tinha como, então, por isso que a gente lutava com a greve por conta dessa situação, a gente mostrava que não tinha como também se fazer isso se não fosse confrontar com a lei do arrocho, porque nós tava “quebrando” parede de greve, e com a lei do arrocho, então, diretamente, essa greve tinha uma conotação política clara, absolutamente clara, se não ela tinha ficado só ali, só dentro da Belgo, e não foi (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Os operários recebem apoio do MDB de Minas Gerais, por intermédio do seu líder, o deputado Silvio Menicucci. Na tarde do dia 23 de abril, o deputado foi à tribuna da assembleia declarar sua solidariedade aos operários:

Os trabalhadores estão colocados à margem do processo social, esquecidos no seu sofrimento, e o governo ainda não encontrou o caminho que venha possibilitar o equilíbrio social [...] a fome e o desespero estimulam as classes obreiras desta nação a novas lutas no sentido de conseguirem melhores condições de vida [...] o governo atual, depois de quatro anos, ainda não encontrou um programa certo para que possa realizar alguma coisa de útil ao desenvolvimento e progresso da nação [...] o objetivo principal que comanda as ações do governo, tem sido a perseguição a uma classe que não tem nenhuma responsabilidade política diante dos acontecimentos que ora atordoam e desencantam todos os brasileiros.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>43</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

Segundo o jornal *O Diário*, o deputado Silvio Menicucci propôs, também, que fosse constituída uma comissão de deputados para atuar como mediadora entre os operários e o governo, uma comissão de caráter conciliador. O deputado do MDB Dalton Canabrava também declarou apoio aos operários. Da Arena, apenas o deputado Gerardo Renault mostrou-se solidário aos operários.<sup>44</sup> O deputado Raul Belém, ex-líder do MDB na época, assim se manifestou na assembleia:

Sob o aspecto formal da lei, realmente a greve dos operários é ilegal, mas, se examinada a lei no sentido de se fazer justiça, poderemos verificar que o operário que entrou em greve, assim o procedeu obedecendo a um estado de necessidade, já que esta greve não tem e não teve sentido político, mas unicamente, o de inconformidade [...] subversivos não são os operários, subversivo é este governo que subverteu e inverteu a ordem, que não tem nenhum apressa a ordem jurídica deste país, que através de portarias e de decretos vem fazendo os maiores absurdos.<sup>45</sup>

Após o apoio parlamentar e a adesão de outras empresas ao movimento grevista, pressionado, o ministro Jarbas Passarinho se mostra irredutível à negociação e mescla, em suas declarações, ameaças e demonstração do poder de fogo do governo. Segundo ele, os fortes são tranquilos e não precisam de demonstração de força.<sup>46</sup> O ministro enfatiza o caráter de ilegalidade do movimento para justificar a possível e iminente intervenção policial:

A greve foi feita com a violação de todos os dispositivos legais. Os metalúrgicos tiveram o seu último reajuste em outubro. A greve só seria permitida 12 meses depois. Além disso, os grevistas ultrapassaram o próprio sindicato e praticaram a violência, detendo diretores da Belgo-Mineira. Mais um motivo de ilegalidade é o fato de estarem concitando os companheiros à solidariedade.<sup>47</sup>

A paralisação do trabalho e a greve não significavam a ausência, mas sim uma grande movimentação na Cidade Industrial e nos bairros próximos, como diz Ênio Seabra:

---

<sup>44</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>45</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>46</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>47</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

a comunidade, o povo costumava apoiar sim, apoiar principalmente porque todos eram trabalhadores, se não, era o que sustentava a família [...] no mais, aquilo ali quando partia pros bairros, pra porta de fábrica, quando a coisa piorava muito, costumava ter mais, maior participação desse povo. Eles também ficavam ali olhando esses negócios. Não ia muito de longe mais ia chegando se precisasse (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

A população desses bairros, na época, era composta por operários e suas famílias; todos com mais ou com menos implicação com a greve.

Tinha muita animação, assembleias, em lugares diferenciados, onde hoje é o sindicato, aquilo ali era um mato, uma área em construção, com um barracão. Então, tinha assembleia, tinha encontros nas igrejas pra reuniões com trabalhadores, em vários pontos pra poder fazer a animação, vamos dizer assim, da greve [...] mas a parte mais importante eram essas reuniões de vários grupos nos bairros, nas igrejas, onde a gente tinha apoio [...] e panfletagem, por isso que eu falava, o movimento estudantil, aquele pessoal [...] a gente falava, na época, ideologicamente mais comprometido, tava lá direto, fazendo panfletagem dia e noite, entendeu? Pra poder dar a informação sobre a greve e os informes. Agora, não teve jeito de ficar quieto, parado, por quê? Logo vem o ministro, o próprio, então, tem que ter assembleia pra discutir com o ministro, discutir nossas posições [...] Porque eles ficavam, a ditadura ficava entre a legalidade e a repressão, então, foram cinco dias que eu acho que ela sustenta, ou quase uma semana, de muita mobilização (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

No dia 24 de abril, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, em cadeia nacional de rádio e televisão, comunicou “o início da guerra” contra os operários de Contagem:

da parte do governo, estão esgotadas todas as possibilidades de composição. Se a classe operária tem dispositivo militar forte, que continue a greve e prepare os grevistas para as consequências que virão, se desafiam o governo, é porque estão dispostos a receber a resposta. Este é meu último apelo para que voltem ao trabalho. A greve será declarada formalmente ilegal, e as consequências serão a demissão de todos os grevistas com a responsabilização criminal dos participantes do movimento [...].<sup>48</sup>

Em carta publicada em jornais de circulação local, o presidente da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), Fábio de Araújo Motta, e o

---

<sup>48</sup> *Jornal Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968, p. 6.

presidente do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais, Waldir Soeiro Emrich, convocaram os trabalhadores a voltarem ao trabalho:

Dado o caráter ilegal do movimento, fato também reconhecido pelo próprio Sindicato dos Trabalhadores, incorrem a todos aqueles que a eles aderiram em graves sanções legais. O prosseguimento da greve poderá, assim, levar trabalhadores, entre os quais se acham pais de famílias, a difícil situação em suas relações de trabalho. As empresas atingidas pelo movimento acham-se, todavia, no propósito de receber imediatamente em suas usinas e fábricas todos os que vem faltando ao trabalho. Para tanto, contam com amplas garantias das autoridades competentes no sentido de que o direito ao trabalho seja livremente assegurado.<sup>49</sup>

A polícia militar ocupou as ruas da Cidade Industrial e tentou impedir a realização de assembleias e aglomerações operárias. Os empresários tomaram a ofensiva e, com a ajuda da polícia, passaram a convocar os trabalhadores nas suas próprias casas, sob a ameaça de demissão sumária e por justa causa.

Algumas empresas voltaram a funcionar, mas, mesmo sob forte aparato policial, a assembleia dos trabalhadores teve início às 15 horas do dia 24 de abril, na sede do sindicato. Segundo o jornal *O Diário*, apesar de vigiados e fotografados por agentes do DOPS, os operários demonstraram seu descontentamento com aqueles que voltaram ao trabalho.<sup>50</sup> O Sindicato dos Metalúrgicos emitiu o seguinte comunicado:

Os trabalhadores que estão em greve, reunidos em Assembléia Geral já decidiram não aceitar a proposta de reajuste salarial de 10% oferecida pelos patrões. Estamos exigindo um aumento mínimo que sirva para compensar os constantes aumentos de custo de vida [...] Unidos e firmes saberemos continuar a luta até conseguirmos a vitória. Alguns companheiros nossos, pressionados pelos patrões voltaram a trabalhar. São poucos esses companheiros [...] Não aceitem as propagandas das TVs, rádios e jornais dizendo para os companheiros voltarem ao trabalho. Procure o Sindicato para você ter certeza de como se encontra o movimento da greve. As notícias falsas são pagas pelos patrões [...].<sup>51</sup>

A assembleia foi aberta por Antônio Santana, presidente do sindicato, que se mostrou decepcionado com a atitude dos companheiros que resolveram voltar ao

---

<sup>49</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>50</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968.

<sup>51</sup> Comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos (Anexo 6).

trabalho. Quanto ao movimento, os trabalhadores proclamaram que foi vitorioso, pois, para eles, a greve não estava derrotada, mas sufocada pelas ameaças.<sup>52</sup>

No dia 25 de abril, segundo o jornal *O Diário*, 80% dos trabalhadores haviam voltado ao trabalho.<sup>53</sup> Os trabalhadores se reuniram às 18 horas, em assembleia, no Sindicato dos Metalúrgicos, e decidiram pelo fim da greve e retorno ao trabalho.

Olha, uma greve [...] a maior pressão de uma greve, a maior possibilidade uma greve acabar ela não pode demorar muito, ela tem que ter assim um tempo limitado, tem que saber como é que controla este tempo, ela assim de muito tempo ela começa a envolver família, já começa a necessidade [...] Umass coisas assim que atrapalha muito, como a espécie da fome, então, as necessidades vão assim enfraquecendo o movimento, isso é perigoso. Então, vai reduzindo o número de pessoas que aguentam aquela situação, que tem persistência, isso vai diminuindo, o perigoso é isso, ela não tem tempo de duração nem nada não, mas não pode durar muito não, uma greve não pode durar mais que uma semana não (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Os trabalhadores retornam ao trabalho com um reajuste de 10%, considerado uma vitória, ainda que inferior à reivindicação dos grevistas, que era de 25%, levando-se em conta as pressões pelo fim da greve, com base na necessidade material dos trabalhadores, citada acima por Ênio Seabra, e também a repressão que impedia a continuação do movimento. Como diz Delsy Gonçalves: “A presença da polícia era grande demais. A repressão na greve de abril, como foi um susto pra repressão, então, ela existiu pra poder impedir e pressionar pra ela acabar, durar o mínimo possível” (entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Essa repressão pode ser comprovada em declaração do presidente do sindicato, Antônio Santana, à CPI da greve,<sup>54</sup> em que o mesmo declarou que foi preso na madrugada do dia 25 de abril, por agentes federais, e foi liberado por volta das 8 horas do mesmo dia. Na ocasião, foi ouvida também a secretária do sindicato, Conceição Imaculada, que denunciou as empresas que estavam demitindo os trabalhadores

---

<sup>52</sup> Comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos (Anexo 6).

<sup>53</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 26 de abril de 1968.

<sup>54</sup> A Comissão Parlamentar de Inquérito [da Greve dos Metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte], foi presidida pelo deputado Franco Matoro, deputado Gabriel Hermes (Arena - SP), relator Don Vieira (MDB - Santa Catarina), vice-relatores, Floriano Paixão e Edgar da Mata Machado, além de seus assessores Antonio Ponoas e Dércio Garcia (cf. Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 26 de abril de 1968).



grevistas, citando a Minasfer, que teria dispensado quinze operários, e a Brasilit, doze, havendo ainda a ameaça de outras dispensas.<sup>55</sup>

O jornal *Última Hora* do dia 26 de abril de 1968 relata a cassação das lideranças operárias:

A intranqüilidade é permanente na casa de Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e entre a família de Conceição Imaculada, secretária da entidade, porque o líder dos metalúrgicos foi preso na madrugada de ontem, em frente ao Sindicato, pelos os homens da Polícia Política, que estão de plantão lá 24 horas por dia. A direção da entidade acha que “a polícia está a procura de um bode expiatório para explicar um movimento grevista que só teve um líder: a fome”. Santana foi solto seis horas depois [...] com as desculpas do Delegado, que afirmou ter tudo sido um equívoco, “pois a pessoa que queríamos prender é outra”.<sup>56</sup>

Antônio Santana fala sobre os motivos dessa intranquilidade:

Na época, eu fui preso, eles andaram perseguindo todos os dirigentes sindicais, o único que foi preso fui eu, porque eles estavam à procura do Ênio, porque o Ênio tinha uma militância, uma liderança no meio operário violenta. Ele era um líder da esquerda de muita facilidade de penetração [...] eles estavam procurando o Ênio e me pegaram, de madrugada, eu tava saindo do sindicato e eles me prenderam, me levaram pra Polícia Federal e, felizmente, não fizeram nada comigo não. Depois, passados alguns anos, é que eu fui descobrir que o SNI, Serviço Nacional de Informação, eles tinham dado a ordem de executar eu, o Luís Fernando, a Conceição e o Ênio, tava todo mundo condenado à morte (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Antônio relata também a perseguição à sua família:

A minha esposa, na época, foi muito perseguida, tinha uma época que eu tive sumido que eles queriam me prender, foi logo depois que me cassaram, eles queriam me prender, mas não me achavam. Eu ficava escondido, né? então, eles seguiam a minha esposa, o meu filho mais velho tava pequeno, então, ela saía com ele e os cara atrás, até que um dia o meu cunhado perdeu a esportiva [risos] com eles e falou: “– Pô! Vocês querem pegar o marido dela e fica atrás dela, larga a coitada em paz” [...]. Aí, pelo menos, não chegaram mais junto, devia ficar mais afastado (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

---

<sup>55</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 26 de abril de 1968.

<sup>56</sup> Ver Anexo 8.

Antônio foi intimado a depor sobre a greve:

Aí, eles me intimaram pra comparecer na polícia federal e aí eu fui, procurei o meu advogado que era esquerdista também, ele era até da AP [Ação Popular], era advogado do Cruzeiro na época, Antônio de Oliveira Lima, tinha uma militância muito grande no meio esquerdista, advogado muito bom. Eu fui e conversei com ele e aí ele disse: “Não, você vai lá porque a intimação aqui é pra você prestar esclarecimento. Você vai prestar um depoimento lá, então, você comparece e eu vou ficar de butuca né? vou ficar vigiando, se você não sair até três horas depois que você tiver comparecido lá, aí eu vou tomar as providências. Mas se você sair, você liga pra mim”. Aí, realmente, eu fiquei lá prestando só uns depoimentos, perguntaram o que eu tava fazendo, no fim, eu consegui convencer bem que eles me consideraram como inocente útil [risos]. Aí, eu saí numa boa e não passaram a me perseguir mais, mas também eu já não tava mais no movimento, foi diferente da Conceição, que a Conceição continuou no movimento... até os irmãos dela, todo mundo era ligado a esse movimento [...] (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

O jornal *O Sol* também relata essa repressão aos líderes do movimento:

DOPS procura líderes sindicais para prestarem declarações sobre o movimento. Segundo fontes credenciadas, o DOPS irá abrir inquérito para apurar responsabilidades pelo movimento grevista, que foi considerado ilegal e foi visto pelo ministro Jarbas Passarinho, como um movimento subversivo. A secretária do Sindicato dos Metalúrgicos está sendo procurada para depor. Não podia descer. Almoçou e até dormiu lá [no Sindicato dos Metalúrgicos]. Só saiu quando o deputado federal Edgard da Mata Machado foi buscá-la para depor na CPI. Informações do sindicato confirmam que o DOPS procura outros operários para prestarem declarações. Mas até ontem, nenhum tinha sido localizado.<sup>57</sup>

O jornal *Última Hora* noticia a demissão de 22 empregados das empresas Brasilit e Minas Aço, ocorrida no dia 23 de abril de 1968 (Anexo 13); os dez empregados da Brasilit foram demitidos por justa causa, por motivo de “indisciplina”. O jornal *Diário da Tarde* também informa doze demissões da empresa Minasfer e a prisão de dois operários, Moacir, da Poli-Heckel, e Geraldo, da SBE.<sup>58</sup>

O *Jornal do Brasil* e o jornal *O Sol*, do dia 26 de abril, trazem declarações do ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, e da CPI da greve, que tiraram o caráter político do movimento e relataram a greve como uma manifestação de trabalhadores por

---

<sup>57</sup> Ver Anexo 10: jornal *O Sol*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1968.

<sup>58</sup> Anexo 16: jornal *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 26 de abril de 1968.

melhores condições de salário e vida. Segundo o ministro Jarbas Passarinho, a greve dos metalúrgicos não foi criada pelos comunistas, “porque eles não têm capacidade para fazer isso, nem todos os revanchistas do atual governo juntos, mas sim pela fome e pelas dificuldades dos assalariados”.<sup>59</sup> A CPI que apurava a greve concluiu que a única culpada era a fome, porém, dentro da legislação da época, não tinha como um trabalhador reivindicar seus direitos sem cair na ilegalidade.<sup>60</sup> Com isso, a perseguição aos grevistas continuava.

Após as pressões e repressões, no dia 26 de abril, os metalúrgicos decidiram encerrar a paralisação, pois não havia mais condições de continuar com a greve e, como diz Ênio Seabra: “existia um momento que era possível de fazer, existia condições pra isso. Agora, só não existia tanta organização assim pra sustentar. Isso é que foi sempre pior no meio do trabalhador, foi isso, condições de sustentação” (entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Apesar de os representantes dos empresários, Fábio Motta e Waldir Soeiro, declararem na CPI que havia um acordo entre eles e o Ministério do Trabalho, para não haver nenhum tipo de punição aos trabalhadores, as perseguições do governo aos participantes continuaram:

Nós organizamos uma greve que teve repercussão nacional, foi a primeira depois do golpe, com paralisações em diversas empresas. A partir daí, a perseguição foi mais dura, a polícia invadiu muitas fábricas, houve prisões e agressões a muitos trabalhadores. Na Mannesmann, mais de trezentos metalúrgicos foram demitidos. Eu fiquei preso por 45 dias e, quando saí, não pude voltar para a empresa. Tive que entrar na Justiça e lutar muito para voltar, mas só voltei depois da Anistia [...] Depois de 1968, fiquei quatro anos desempregado. Quem participou da luta naquele ano dificilmente conseguiu emprego em outras empresas. Foi trabalhando por conta própria que sobrevivi. Mas a maior conquista da greve de 68 foi o aumento de 10% concedido a todos os trabalhadores (Ênio Seabra: Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

O jornal *O Diário*, do dia 27 de abril de 1968, também narra a perseguição a Ênio Seabra:

---

<sup>59</sup> Anexo 14: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1968.

<sup>60</sup> Anexo 15: *jornal O Sol*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1968.

Ontem, o Sr. Ênio Seabra foi procurado por vários agentes do Departamento de Vigilância Social [DVS], que queriam lhe entregar a intimação policial, que foi assinada pelo escrivão Ary Oswaldo. Contudo, até as últimas horas do mesmo dia, ele ainda não havia sido encontrado [...] A intimação foi determinada pelo chefe do DVS, delegado Fábio Bandeira, que acha indispensável o depoimento do Sr. Ênio Seabra, dada a penetração que ele tem nos meios sindicais e operários.<sup>61</sup>

O Departamento de Vigilância Social (DVS) era um órgão de polícia política investigativo; tinha função de investigar membros contraventores da ordem estabelecida. Buscando documentos em arquivos do DOPS, encontramos um comunicado do ex-chefe de Serviço do DVS, Wilson Marques, destinado a Fábio Bandeira de Figueiredo, então chefe do DVS, no dia 28 de abril de 1968. O comunicado faz referência a acontecimentos que levam a crer que o órgão investigava os trabalhadores de Contagem por um período mais longo que a greve, detalhando a perseguição e a investigação a Ênio Seabra:

Ênio Seabra determinou a todos trabalhadores assinarem o livro de presença alegando que o dia serviço estava ganho mediante a esta assinatura. Organizava o grupo de 5 e mandava os trabalhadores distribuir boletins subversivos na Cidade Industrial. Ênio Seabra e seus companheiros permaneceram no Sindicato durante oito dias em salas fechadas por saberem que eram vigiados por todos os órgãos policiais da capital [...] às 16 horas do dia 25 do corrente a comissão de mobilização para greve chefiada por Ênio Seabra, foi conduzida para assembléia legislativa acompanhados de deputados e em carro oficial, logo depois de ouvido Ênio Seabra foi conduzido para sua residência acompanhado dos deputados João Ferraz e Emílio Andrade do MDB.<sup>62</sup>

Ênio Seabra, apesar de ter cassada sua candidatura para presidente do sindicato, era uma liderança reconhecida e rememora esse dia:

Porta voz [era o Sindicato]. Mas acontece que muitas vezes a gente tinha que tá lá, a gente tinha que tá presente. Na hora da decisão, por exemplo, o sindicato, no encerramento da greve de 68, na de outubro, ele no final [...] não tava muito presente não, no final de acertar as negociações não. A gente teve que forçar a barra, continuar, porque eles já acharam que ia acabar tudo naquele momento, mas não acabou, nós [...] fizemos assim um trabalho capaz [...] de que eles viessem a nós para discutir o restante final da greve. Isso tudo um encontro na Assembleia legislativa, onde que apareceu uns deputados que

---

<sup>61</sup> Jornal *O Diário*, Belo Horizonte, 27 de abril de 1968.

<sup>62</sup> Cf. Anexo 3.

já estavam aí mais ou menos, que a gente denunciou um pouco, e fez questão da presença deles também, que estava aí o Jarbas Passarinho, ministro do trabalho veio aí [...] mas foi feita uma reunião, de respaldo, porque senão eles poderiam mandar embora [...] por perseguição, sem direitos. E foi assinado na Assembleia Legislativa um acordo de não perseguição, volta ao trabalho mas sem perseguição pra nenhum trabalhador. O que significava isso? Poderia mandar embora mas ia ter que indenizar, não ia procurar a justiça pra poder discutir [...] não ia mandar sem direito. Foi o que aconteceu, que foi uma grande vitória de não perseguição. Se deixasse voltar a greve do jeito que ia voltar, não voltava com respaldo não, isso não (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Esse documento começa fazendo menção ao VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), informando o seguinte: “todos os acontecimentos dos últimos dias do corrente mês se deram em virtude da realização do VI Congresso do P.C.B. que faz cumprir as tarefas constantes da Resolução aprovada no referido conclave”.<sup>63</sup>

O documento cita, na linguagem do ex-chefe do DVS, as agitações do movimento das professoras primárias, a arruaça de estudantes no “Dia do Protesto”, e a greve dos metalúrgicos como determinação do PCB, que tinha o objetivo de “exprimir protestos dos trabalhadores, estudantes e funcionários públicos, quanto a política salarial e outras formas para agitar a nação”.<sup>64</sup>

Sobre a greve dos metalúrgicos, o documento investigativo informa que a ocupação da Companhia Belgo-Mineira foi orientada por membros do sindicato e estudantes não identificados, que, em forma de piquete, não deixavam os trabalhadores saírem da Companhia. O documento denuncia, também, uma possível sede clandestina do Sindicato dos Metalúrgicos:

Com o decorrer dos dias “greve”, apurei que o sindicato possui na Cidade Industrial perto da Companhia têxtil Santa Elizabeth uma casa grande e isolada donde faziam suas reuniões e ditava ordens aos trabalhadores para continuarem a “greve” e distribuía Boletins com os seguintes dizeres: Agora Greve! 1º de Maio atacam os pelegos, Polícia e Patrões se referiam o movimento contra o arrocho e ditadura, fizeram pichamentos em várias fábricas e muros da Cidade Industrial [...].<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Anexo 3.

<sup>64</sup> Anexo 3.

<sup>65</sup> Anexo 3.

O documento denuncia a participação do sindicato e de membros envolvidos na greve:

Mais tarde eu [Wilson Marques] e o chefe da seção do arquivo deste departamento Sr. José Lima, verificamos que o movimento era chefiado pelo Sindicato dos Empregados Metalúrgicos de Belo Horizonte, situado na Rua da Bahia 570, tendo como chefe do movimento “grevista” Ênio Seabra Homero de Almeida, presidente do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte Mario Bento da Silva, Conceição Imaculada, Jamir de Oliveira (da Comp. Belgo) Lacyz Félix Costa (da Belgo), Santana presidente do Sind. Metalúrgicos de Belo Horizonte[...].<sup>66</sup>

Nesse sentido, Antônio Santana explica a relação do sindicato com as organizações políticas na época:

Na época que eu fui presidente do sindicato, eu era ligado ao Partido Comunista Brasileiro [PCB]. Mas existia no sindicato, por exemplo, muitas correntes na época. Existia o pessoal da Polop, que era a Política Operária, tinha o pessoal da AP que era a Ação Popular, da qual o Ênio era, tinham outras, do PC do B, então, eram várias correntes que dirigiram o sindicato naquela época (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Antônio Santana continua, agora falando sobre a impugnação de Ênio Seabra nas eleições sindicais e por que ele foi escolhido presidente do sindicato e o Ênio como vice-presidente:

O candidato a vice era o Ênio, mas eles combinaram a candidatura do Ênio porque ele já tinha sido presidente do sindicato na época de 64, quando houve o golpe militar, e ele foi afastado do sindicato, então ele tava com o direito cassado, o direito político, né? Então, me ofereceram o lugar [...] talvez, depois eu tive até pensando o motivo, que na reunião da qual eu nem participei, que tava só o Ênio, a Conceição, o Luís e o resto da diretoria. Eles acharam por bem me colocar na presidência, porque eu tinha uma facilidade de comunicação com todo mundo, era amigo de todo mundo, não era radical, eu nunca fui radical, eu gostava de bater papo, de conversar, de dialogar pra resolver algum problema, sem precisar de entrar em atrito, né? e em decorrência disso, talvez, eles tenham me colocado na diretoria [...] (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

O documento relata também duas prisões, a de Antônio Santana, pela Polícia Federal, e a outra, pelo próprio DVS:

---

<sup>66</sup> Ver Anexo 3 (grifo do documento).

Na madrugada de 25 do corrente foi detido o presidente Antônio Santana, pela Polícia Federal e posto em liberdade imediatamente pois este foi detido por engano, assim nos informou os agentes do S. F. S. P. Nós detivemos e conduzimos a este departamento o “comunista” Manoel Sérgio da Silva (vulgo Paraíba) que era tido no Barreiro como um elemento capaz de agitar os grevistas da companhia Mannesmann.<sup>67</sup>

#### Antônio Santana confirma a prisão de Manoel Sérgio:

Tinha um amigo meu, ele era do Partido Comunista, era muito amigo meu, era o “Paraíba”, o nome dele é Manoel Sérgio, não era Sérgio não, era Sege [risos]. É ele foi preso, começou de greve e tal, passaram na casa dele e levaram ele [...] no exército ali no Barro Preto. Era pessoa não grata, era subversivo, mas e depois acalmou. Acabou que cassaram todos os mandatos do pessoal do sindicato, prenderam vários outros... (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010)

A greve, em forma de paralisação e de interrupção ao trabalho, tinha terminado, porém, as suas consequências ainda não. Continuava a perseguição e apuração dos envolvidos pelos órgãos de repressão, e os trabalhadores discutiam e refletiam sobre o movimento. Para o sindicato e os trabalhadores envolvidos na greve, a análise do movimento era positiva. Segundo Delsy Gonçalves:

[O governo militar] nunca imaginou que fosse lá em Contagem, que fosse o tamanho que foi, que tivesse dificuldade pra poder controlar. Porque uma greve do nível de repressão que foi, depois que saiu e as fábricas paravam mesmo independente da repressão, as pessoas paravam as fábricas, até que chegou um porte de ter quase os 16 mil trabalhadores parados. O Jarbas Passarinho [...] veio, então assim, num é qualquer greve, num conseguia [conter], era uma coisa assim [...] foi uma surpresa pra eles muito grande, muito grande, eles não esperavam essa greve. Que eu acho que eles não tinham ideia da quantidade de pessoas organizadas que tinha na Cidade Industrial espalhadas pra tudo quanto é lugar, entendeu? (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

É necessário analisar vários fatores para explicar a greve de abril de 1968. Primeiro, havia um crescente número de demissões entre 1967 e início de 1968. Segundo, a situação de vida da classe trabalhadora de Contagem, o quanto moradia e infraestrutura eram precárias. Terceiro, a situação de trabalho com longas jornadas e baixos salários, em razão da política de arrocho da ditadura militar, que oprimia os

---

<sup>67</sup> Anexo 3 (grifo do documento).

trabalhadores. Quarto, a situação política arbitrária, com direitos civis cassados, sem direito de representatividade. A soma de todos esses fatores contribuiu para a formação da greve de abril de 1968.

Ao pensarmos em 1968, no mundo, no Brasil e, estreitamente, em Belo Horizonte e Contagem, notaremos uma grande efervescência política. Dessa forma, a greve de Contagem não poderia deixar de sofrer influência. Vários movimentos, organizações, e partidos políticos influenciaram e intervieram na classe trabalhadora de Contagem, nesse período. Esse fator, somado à experiência de organização dos trabalhadores, foi muito importante para a formação política do movimento.

Delsy Gonçalves define a greve como uma novidade em sua forma, como um novo momento para o sindicalismo brasileiro; um momento político novo e que exigiu novas formas de se organizar da classe trabalhadora:

Aí eu vou mostrar que a greve de 68 ela tem, ela contém algo, do ponto de vista da história do Brasil, absolutamente novo. A ruptura com as formas de fazer greves anteriores, com as formas de participação dos trabalhadores e etc. [...] eu participei ativamente da greve na medida que eu fui militante do núcleo da AP [Ação Popular], que tava responsável na Cidade Industrial pela reorganização dos trabalhadores no pós 64, eu tô lá na Cidade Industrial desde 60 e... final de 66-67 (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Realmente era um momento novo e que exigia novas formas de organização dos trabalhadores, e essa é uma questão importante, pois a classe trabalhadora de Contagem, para reivindicar seus direitos, precisou procurar outras possibilidades de organização no pós-1964. Apesar da vitória objetiva não alcançada, houve uma vitória dos trabalhadores enquanto movimento e luta contra a ditadura, o que, de algum modo, dialoga com um dos problemas aqui colocados: até que ponto foi uma greve que reivindicava questões específicas? Para Ricardo Antunes:

Os possíveis desdobramentos de um processo de greve, no plano da subjetividade operária, serão nulos, inexistentes ou substancialmente reduzidos, quando a paralisação se integrar no universo das relações imediatas de compra e venda da força de trabalho, sem ferir a materialidade do sistema social (ANTUNES, 1988. p. 189).

Bem, estamos convencidos de que aquilo que reivindicavam os trabalhadores de Contagem, pouco tinha de específico e muito de questões globais da classe trabalhadora



brasileira, além do conteúdo político na luta desses trabalhadores. Dessa forma, feriu a materialidade do sistema social, construindo uma formação política e uma identidade de classe para esses trabalhadores.

Mas, como diz Jacques Le Goff, o objetivo ambicioso, a objetividade histórica, constrói-se pouco a pouco através das revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas retificações sucessivas e acumulação de verdades parciais (LE GOFF, 1994, p. 33). Apesar de não buscarmos, sob sangria desatada, a objetividade histórica, almejamos por análises e versões que possam contribuir para a construção do período. Dessa forma, procuramos autores que haviam pesquisado a greve de 1968, em Contagem, e encontramos bons documentos que discutiremos adiante. Analisamos a obra de três autores que falam sobre o movimento grevista de 1968, são eles: Francisco Weffort, Yonne de Souza Grossi e Magda de Almeida Neves.

Francisco Weffort escreve sua análise, *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968*, na qual faz uma análise das greves dos dois municípios no ano de 1972, ou seja, apenas quatro anos depois do evento. A pouca distância histórica referente ao tempo do pesquisador em relação ao acontecimento e o acesso restrito aos sujeitos do objeto resulta em uma análise rasa da greve. Porém, sua obra é de fundamental importância, pois foi o primeiro registro acadêmico do movimento e representou um ponto de partida para se analisar a greve de 1968 em Contagem. Do ponto de vista factual e comparativo, Weffort trabalha a greve de Contagem e Osasco, pois a segunda aconteceu dias depois da greve de Contagem.

Yonne de Souza Grossi escreveu o artigo “As greves de Contagem - 1968: notas para uma revisão crítica”, no ano de 1979. Esse artigo faz parte da primeira edição dos *Cadernos dos movimentos populares*, publicado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. O artigo de Grossi é importante, pois traz um novo olhar sobre a greve de 1968, um ponto de vista diferente do apresentado pelo pesquisador Weffort. Grossi conhece a obra de Weffort e dialoga com ela em seu artigo que, apesar de pequeno, traz interessante análise do período.

Já a obra de Magda de Almeida Neves, *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*, de 1995, é a obra com a qual mais dialogamos nesta pesquisa, pelo seu recorte espacial, temporal e analítico. Segundo a autora, o objeto de sua obra “é a experiência vivenciada por homens e mulheres na Cidade Industrial de Contagem, em

Minas Gerais, no mundo do trabalho, no espaço urbano e nas ações políticas” (NEVES, 1995. p. 9). Nesse sentido, a autora centra sua atenção na movimentação operária em Contagem, na Cidade Industrial Juventino Dias, privilegiando o discurso das mulheres e, apesar de nossa pesquisa não ter um recorte de gênero, as mulheres aparecem ativas no processo (Adélia, Delsy, Conceição).

Nossa interlocução com a autora se estabelece em toda a obra, porém, concentra-se mais no terceiro capítulo, “1968: Tempo de ruptura e utopia”, no qual a autora fala sobre as greves de 1968.

Apesar de Weffort salientar que se baseia nas informações da imprensa e que nem sempre o jornalista observa os acontecimentos como o cientista político ou o historiador, ele é criticado por ignorar o histórico de luta de vários grupos da esquerda na região, bem como a presença de estudantes que tentavam uma frente de luta operário-estudantil, fato explicado, talvez, pela distância territorial.

Yonne de Souza Grossi, por exemplo, discorda de Weffort, salientando que ele parece

não ter condições para perceber a greve de abril menos como resultante da conjuntura econômico-social, que de conflitos inter-grupos políticos de esquerda que atuavam nesta área. Estes grupos compostos por operários e estudantes em sua maioria, reivindicam a hegemonia de determinado processo e tentam ser agentes da história (GROSSI, 1979. p. 52).

Já para Magda de Almeida Neves, os grupos de esquerda se faziam presentes na greve, mas o movimento foi maior do que o poder de organização desses grupos: “o Movimento de abril não só surpreendeu aos grupos de esquerda, como também à repressão, pela força demonstrada pelos operários” (NEVES, 1995. p. 140). Ela relata também a opinião do sindicalista Ênio Seabra:

Apesar da presença dos grupos de esquerda, eles eram minoria, em face da experiência dos trabalhadores. Pois estes é que enfrentavam o dia-a-dia, as péssimas condições de trabalho, a situação de arrocho, as ameaças de desemprego (NEVES, 1995. p. 141).

Magda Neves observa, na análise de Weffort, que ele desqualifica politicamente a fábrica ou a observa de maneira secundária. Parece-nos que a abordagem de Magda Neves procede com mais clareza, até pela variedade e quantidade de fontes utilizadas, a

análise e de modo mais coerente com o que de fato aconteceu com a classe operária de Contagem, na década de 1960, e o contexto da greve de 1968.

Sobre esse mesmo aspecto, Ênio Seabra relata a importância da fábrica como “lugar político”:

Havia boletins pequenos, internos da empresa, essa coisa toda, né? uma crítica da empresa, uma conotação política em cima, contra o governo, nunca deixava o governo de lado é claro, né? falava nos interesses da empresa nas coisas da empresa, mas sempre o governo tava ali dentro daqueles boletins, e agora tinha diversas facções que tinham como já falamos aí tudo, era uma agitação, era uma agitação que existia de movimento, né? porque nem tudo o sindicato publicava, o sindicato não falava sobre política, não podia falar sobre ditadura, não podia falar sobre nada, então, eles maneiravam, então, esses boletins compunham esse vácuo, enchia esse vácuo que existia nos sindicatos, uns mais como eu tô falando, uns avançados na, na, na política verbal, mais sem ter conteúdo, porque eles também, igual em 68, mesmo no golpe de 64, eles fizeram um alvoroço danado em cima dos sindicatos, em cima das organizações, tava tudo armado, mas ninguém deu um tiro não me lembro de dar um tiro, não vi o sindicato dando um tiro, nem o que [?] tava mais organizado. Não tinha nada (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 04 de fevereiro de 2010).

Um dos boletins a que se refere Ênio Seabra, *O Companheiro*, lançou um número em abril de 1968. Esse boletim analisava a greve de abril com o subtítulo “O que aprendemos da luta”, e começava assim:

1. A nossa força e união: A primeira coisa que a greve nos mostrou foi a grande força de nossa classe, a nossa união e a nossa grande vontade de lutar. Diante da exploração dos patrões e da opressão da ditadura, quase 15.000 companheiros nossos se levantaram para defender seus direitos e a vida de nossas famílias ameaçadas pela fome e pela miséria [...] e neste ponto, a greve pode ser considerada como uma grande vitória nossa.<sup>68</sup>

A pauta principal dos trabalhadores, o reajuste de 25%, não foi atendida, porém, para os trabalhadores a organização do movimento foi considerada vitoriosa, levando-se em conta o período e a perseguição política. Continua o boletim:

2. A Fraqueza dos Patrões e da Ditadura: [...] Com nossa greve ficou demonstrado que os patrões só tem força pela exploração do nosso trabalho [...] o patrão é muito fraco, pois quando o trabalhador não aceita ser explorado e para as fábricas o patrão não pode produzir nada [...] Com a

<sup>68</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 1.

greve, eles ficaram desesperados<sup>69</sup> e apelaram para o governo vir defender seus interesses e seus lucros [...].<sup>70</sup>

O jornal relata a fraqueza dos patrões e a sua força, que consiste na posse dos meios de produção como barganha, e a utilização dos meios de comunicação para enganar os operários; e continua: 3. A Força dos Patrões: “A força de nossos inimigos é sua grande capacidade de nos enganar. São os instrumentos que eles controlam para espalhar sua propaganda, suas mentiras e suas ameaças a nós trabalhadores” [...].<sup>71</sup>

O documento faz também uma análise do movimento e suas fraquezas. Segundo o boletim, se, por um lado, a greve demonstrou unidade e disposição à luta pelos trabalhadores, por outro, ela evidenciou principalmente a falta de preparação e organização da greve.<sup>72</sup>

O jornal traz à luz a sensação de vitória e o otimismo dos trabalhadores depois da organização da greve de abril; o enfrentamento inesperado pela ditadura militar colocou os trabalhadores como protagonistas no processo. Foi a primeira vez, depois do golpe de 1964, que os trabalhadores brasileiros reaparecem no cenário nacional, questionando a política governista. O documento relata isso:

O ministro coronel Jarbas Passarinho veio aqui representando um governo desmoralizado que não tem apoio do povo e não tem moral para falar para nós trabalhadores [...] ele foi vaiado pelos companheiros trabalhadores e teve de ameaçar com a força bruta porque não tem o apoio do povo. A nossa justa greve visava pacificamente um pequeno aumento de salário e provocou tanto medo que o governo mandou ocupar militarmente a Cidade Industrial e todas as fábricas [...].<sup>73</sup>

Tal documento demonstra o caráter vitorioso dos operários com relação ao movimento: “A greve representou uma importante vitória para a luta dos trabalhadores.

---

<sup>69</sup> O “desespero” dos patrões, relatado no documento, pode ser justificado pelo prejuízo de “20 bilhões por semana” (ou “20 milhões novos”); esses valores aparecem em um estudo do CICI – Centro de Indústrias da Cidade Industrial, divulgados no jornal *Última Hora* – em nota de redação confusa, há que se observar – de 26 de abril de 1968 (Anexo 17).

<sup>70</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 2.

<sup>71</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 3.

<sup>72</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 4.

<sup>73</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 3.

Isso porque a força dos trabalhadores é permanente e verdadeira e a força dos patrões é falsa e passageira”.<sup>74</sup>

Ênio Seabra fala dessa sensação: “não vou dizer estardalhaço não, mas existiu um prazer assim que teve uma vitória, eles criaram corpo, criaram corpo sim, eles criaram vontade, mas não podia folgar” (Ênio Seabra, Entrevista ao Autor, 04 de fevereiro de 2010). Assim também relata Delsy Gonçalves:

As outras [organizações] eu não sei, mais a AP [Ação Popular], o saldo nesse sentido foi de mostrar que a greve era possível, porque tinha sido mesmo. Embora a gente tenha ficado numa sensação, meia sensação de que tinha tido uma derrota, de que tinha tido só 10%, queria 25%. Que tinha sido não aumento, que tinha sido só, como é que fala, um, foi... como é que fala? 10% de... abono e tal. (entrevista ao Autor, 16 de novembro de 2009)

Os trabalhadores acreditavam no avanço da luta e na derrubada da ditadura militar, como mostra outro trecho do boletim: “Nossa vitória é tão certa, como é certa a derrota dos patrões. A vitória da classe trabalhadora é a vitória e a libertação de todo o povo”.<sup>75</sup> Eles avançaram na organização do movimento e fizeram do ano de 1968 um marco no enfrentamento à ditadura militar na Cidade Industrial. Porém, continuaram o movimento, organizando-se para outros embates.

### 3.3 - 1º de maio na Secretaria de Saúde...

O dia 1º de maio de 1968, para os moradores de Belo Horizonte, Contagem e região metropolitana, foi dia de ir ao estádio de futebol Mineirão, local onde era realizado um grande evento do governo estadual, com jogo de futebol e sorteio de brindes. Porém, cinco dias após o término da greve dos metalúrgicos, os sindicatos, organizações políticas e religiosas convidaram os trabalhadores a se concentrarem na Secretaria de Saúde.<sup>76</sup> Era a possibilidade de organizar os trabalhadores para o verdadeiro sentido do dia e demonstrar descontentamento com a ditadura militar. Os trabalhadores tinham pouco o que comemorar. Segundo Delsy Gonçalves, houve uma grande concentração de pessoas:

<sup>74</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 5.

<sup>75</sup> Anexo 26: boletim *O Companheiro*, abril de 1968, p. 5.

<sup>76</sup> Anexo 27: Comunicado do Movimento Inter-Sindical para o dia 1º de maio de 1968.

Assembléia no 1º de maio de 68 foi na Secretaria de Saúde que hoje é o... aquilo que tem ali do lado do Mercado Central, como é que chama ali? Minas Centro. Um auditório enorme, lotado, mais lotado, que cê vê quantos auditórios tem hoje lá? Então, você imagina o tamanho daquilo que não tinha aquelas separações, cê entendeu? Então, era gigantesco, então, aquilo ali tava... de tanta gente (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Às 9 horas da manhã, estavam presentes mais de duas mil pessoas, a maioria dos presentes portava faixas reivindicando a luta dos operários de abril. Foi proposto por membros da mesa organizadora do evento que todos falassem e depois fossem ler o manifesto em praça pública. A mesa estava composta por membros da Confederação dos Bancários de Minas e Goiás, tecelões, metalúrgicos, industriários do petróleo e funcionários públicos.<sup>77</sup> As lideranças do movimento tentaram organizar os trabalhadores dentro da Secretaria de Saúde para depois saírem. Porém, a organização de grande quantidade de pessoas indignadas e querendo ir pra rua era uma tarefa complicada naquele momento. Delsy relata a tentativa:

Tava muito confuso pela atuação das organizações que puxavam diferentes palavras de ordens, e confundia demais entendeu? Então numa, eu lembro, por exemplo, vou te contar um fato: o último, o *flash* que ficou na minha cabeça, foi assim, eles botaram alguém pra poder declamar, se não me engano era Efigênia, irmã da Conceição do sindicato, pra poder declamar Vinicius de Moraes, o “Operário em construção”, numa massa que fervia e derramava, entendeu? Tudo bem que aquilo ali era uma coisa muito bonita, mas as pessoas achavam inadequado naquele momento, tamanha repressão, você ficar num trabalho daquele de falar uma poesia, e aquela poesia longa entendeu, então o auditório fervia e derramava (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

A praça 1º de Maio, localizada a trezentos metros da Secretaria de Saúde, foi o local escolhido para a leitura do manifesto. O documento continha as reivindicações contra a política salarial do governo, o plano de habitação, a lei de greve e o programa de bolsa de estudos. Além de conter um histórico sobre o movimento operário mundial e o dia 1º de maio, enaltecia a coesão dos metalúrgicos na greve de abril e conclamava os trabalhadores à luta.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Anexo 4: jornal *O Globo*, 2 de maio de 1968.

<sup>78</sup> Anexo 4: jornal *O Globo*, 2 de maio de 1968.

Segundo o jornal *O Globo*, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais havia concedido uma licença permitindo a realização do evento dentro da Secretaria da Saúde, porém, estava proibida qualquer manifestação em vias públicas. A secretaria mobilizou 2.300 homens da polícia militar para se concentrarem na porta das escolas superiores e na Secretaria de Saúde, para garantir a ordem.<sup>79</sup>

Às 11 horas da manhã, a polícia militar cercou o prédio da Secretaria de Saúde para impedir que a concentração se transformasse em passeata. Assim que a manifestação saiu de dentro da Secretaria para a avenida Augusto de Lima, os manifestantes foram recebidos com bomba de gás lacrimogêneo e cassetete.<sup>80</sup> Durante a ação policial, muitos “se aproveitaram da proximidade com o mercado de alimentos para ali se esconder e outros, mais afoitos, saltaram o muro da Secretaria de Saúde, refugiando-se no pátio interno”.<sup>81</sup>

O Departamento de Vigilância Social (DVS), estava presente e foram presos vários manifestantes e alguns estudantes, entre eles, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Afonso Celso Lana Leite.

Além da repressão na Secretaria de Saúde, havia policiais militares por toda a cidade de Belo Horizonte, próximos a vilas e bairros populares:

No conjunto IAPI no Bairro São Cristóvão, havia uma verdadeira concentração de forças, com a presença de alguns pelotões armados da polícia militar. Também nos conjuntos de casas populares, tanto do Caiçara como do D. Cabral, era grande a movimentação militar. No centro da cidade as duplas de PMs iam e vinham armados de revólver e cassetete, sendo revesadas a tarde.<sup>82</sup>

Tal situação demonstra a falta de inserção do governo nas camadas sociais mais baixas e a sustentação do regime por meio da repressão. A classe trabalhadora, diante desse contexto de repressão e ilegitimidade do governo militar, e com a sensação de vitória política na greve de abril, construiu, na oposição à ditadura, um imaginário de

---

<sup>79</sup> Anexo 4: jornal *O Globo*, 2 de maio de 1968.

<sup>80</sup> Uma foto do jornal *Diário de Muriaé*, do dia 3 de maio de 1968, retrata o enfrentamento entre manifestantes e polícia militar na Avenida Augusto de Lima (Anexo 19).

<sup>81</sup> Anexo 4: jornal *O Globo*, 2 de maio de 1968.

<sup>82</sup> Anexo 18: jornal *Diário da Tarde*, 2 de maio de 1968.

avanço rumo à derrubada do poder estabelecido. Os trabalhadores avançavam para a organização de outras greves e paralisações.

A luta dos operários de Contagem extrapolava os limites temporais da greve de abril e da repressão do 1º de maio. Os trabalhadores estavam muito organizados e outras demandas foram surgindo. O Sindicato dos Metalúrgicos aparecia constantemente e em evidência nos jornais, logo, no dia 14 de maio, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, falou sobre os empregados demitidos após a greve de abril, informando que os mesmos continuavam sem emprego. Santana questionou o delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, e o ministro do Trabalho Jarbas Passarinho por não cumprirem o acordo de não demissão dos grevistas. O presidente do sindicato denunciou a demissão de 320 operários pela empresa Mafersa, e ainda de 29 empregados demitidos pela Brasilit.<sup>83</sup>

A luta dos trabalhadores seguiu pelos meses que sucederam. Havia enfrentamentos menores, reivindicações pontuais com uma empresa ou outra, mas os trabalhadores de Contagem, o Sindicato dos Metalúrgicos e as organizações políticas se preparavam para a greve de outubro.

O ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho, retornou a Minas Gerais para impedir que a greve de abril se repetisse. Desde o fim de junho que o governo, principalmente através do ministro do Trabalho, do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de órgãos de segurança das Forças Armadas, vinha acompanhando a situação dos esquerdistas junto aos sindicatos.<sup>84</sup>

Mesmo vigiados e com a presença do ministro Jarbas Passarinho, eles organizaram a greve de outubro. Diversos fatores influenciaram para que a greve não fosse do tamanho da de abril. Porém, ela expressava o embate existente entre os trabalhadores metalúrgicos e o governo militar. Como diz Ênio Seabra:

Entre de abril e outubro [...] o problema também que aconteceu, foi que a repressão tava de olho, eles estavam estudando, não combateram a primeira greve, mas porque não aguentaram, mas prepararam para a segunda, nós é que não preparamos. Nós que não afundamos o queixo como se diz, e fomos em frente achando que a gente tava organizado, mas eles prepararam a ditadura, estava dentro dela, estava preparando, ela não vai pegar ninguém fora de hora, não deu pra ela pegar naquela em abril eles aguardaram, sabiam que

---

<sup>83</sup> Anexo 20: jornal *O Sol*, 14 de maio de 1968.

<sup>84</sup> Anexo 21: jornal *Diário de Minas*, 10 de setembro de 1968.



viria outra pela frente. A gente, quando entusiasmou, é muito natural e a gente ficou sobre aquele impacto da influência daquelas lutas e aquilo ali pra muitos vai jogando pra cima e tudo mais, ele não percebe que, naquele momento ali, também pode ser os pés na areia porque a gente está criando uma situação falsa. Eu acho que entre uma e outra devia ter mais tempo, devia ter mais tempo, jamais a gente devia ter a segunda tão rápida (Énio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

### 3.4 - Para quando outubro chegar...

Eclode no dia 1º de outubro de 1968 a segunda greve dos metalúrgicos, esta mais organizada pelo sindicato e pelas organizações políticas, porém, com menos adesão dos trabalhadores. Os comunicados dos trabalhadores revelavam os motivos da greve: “Hoje estamos em greve exigindo um aumento de 50%. Há muito tempo que estamos arrojados, e nossos salários valem cada vez menos”.<sup>85</sup> Explicitam também a preparação nos meses que sucederam a greve de abril: “Desde a nossa greve de abril que estamos nos preparando para esta luta, pois sabemos que só com a luta vamos conseguir melhores condições de vida”.<sup>86</sup>

Houve, à época, a emissão de um comunicado, o *Bodoque Grevista*, direcionado à Mannesmann, e um outro, o *Flexa Grevista*, para a Belgo-Mineira. Os dois comunicados expressavam os mesmos motivos pela eclosão da greve, porém, cada um deles explicava como deveria ser a paralisação dentro de cada empresa.

Segundo o *Bodoque Grevista*, assim deveria ser a paralisação dentro da Mannesmann:

Vamos parar e permanecer dentro da Usina o maior tempo possível, porque assim todos poderão participar da greve. Enquanto a companhia estiver nas nossas mãos devemos manter as condições para que a produção volte ao normal tão logo os 50% sejam dados. Caso sejamos ameaçados ou obrigados a sair da fábrica não nos responsabilizamos pelos danos que houver.<sup>87</sup>

Segundo o *Flexa Grevista*, usariam a experiência da greve de abril para a paralisação dentro da Belgo-Mineira. Os trabalhadores deveriam:

---

<sup>85</sup> Anexo 31: jornal *Bodoque Grevista*, [setembro], 1968.

<sup>86</sup> Anexo 31: jornal *Bodoque Grevista*, [setembro], 1968.

<sup>87</sup> Anexo 31: jornal *Bodoque Grevista*, [setembro], 1968.

Aumentar a organização e união durante a greve. Participando das assembleias, distribuindo nosso boletim para informar a todos nosso movimento e não acreditando de forma alguma em jornais, televisão, rádios e etc., pois todos eles são controlados pelos patrões e sua ditadura.<sup>88</sup>

Os dois comunicados mostravam a mesma forma de organizar dentro da fábrica: assembleia e formação de grupos de dez trabalhadores para executar as tarefas de propaganda da greve, de finanças, de alimentação e de vigilância em portões e muros. Os comunicados solicitavam dos trabalhadores comportamento pacífico no sentido de não atacarem a polícia, entrar em conflito apenas caso fosse necessário se defender, mas, segundo Delsy, houve muita repressão:

A repressão foi muito grande, na greve de outubro atrás de cada operário da Belgo-Mineira tinha um policial, era um policial por operário, então, não teve jeito de parar a fábrica, porque, como foi ela que iniciou a greve de abril, então, não teve condição, atrás de cada operário tinha um [...] isso não é figura de linguagem... real. Em cada esquina cinco, com baioneta, entendeu? armado até os dentes, com baioneta, cachorro, então, cê não... era terrível... (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Repressão relatada também por Luís:

Eles invadiram a sede, eu estava aqui no piquete, tomando conta da turma no posto médico. O Antônio estava lá na central, foi preso lá na central, né? E chegou com uma força policial no sindicato, não houve a... dentro da Belgo mineira era só uma companhia. Ah vai entrar com a polícia? Não entre não, que nós vamos fechar a caldeira aqui. Houve também ameaça, tinha gente radical no meio, não entre com a polícia aqui não, que se entrar com a polícia nós vamos fechar com a caldeira aqui dentro e vai estourar e explodir. Mas numa greve geral, como foi a de 1º de outubro, não existia isso, cortaram a cabeça que era o sindicato, então, enfraqueceu a greve (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Com tamanha repressão, a greve durou apenas 24 horas, como conta Luís:

Foram 24 horas. Dia 1º, dia 2 ela já foi banida. No dia, eles não me prenderam porque eu saí, não deram flagrante, fui pro interior, aí e tal, no outro dia, eu voltei, uma intimação da Polícia Federal, eu fui e cumpri. Era dureza na época, mas conseguimos 10% que foi geral, mas já foi alguma coisa, e depois dessa greve começou a perseguição. Perseguição assim de... Vai reunir, o delegado do Trabalho mandava um pro posto, gravava a assembleia, muita coisa que a gente pedia eles vetavam né? o mês de abril

---

<sup>88</sup> Anexo 32: jornal *O Flexa Grevista*, [outubro], 1968.

pra outubro foram poucos meses, e no mais, a luta continuou... (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Além da repressão, outros fatores influenciaram para a não sustentação da greve. Um desses fatores foi que, apesar de muita organização, houve os erros de direção, segundo relata Delsy: “É. Houve muita organização, houve erros de direção assim básicos. Por exemplo, em outubro, a gente panfletava e os panfletos dizia: ‘a greve vai começar na Mannesmann ou na Belgo, vai fazer isso vai fazer aquilo’, quer dizer, a gente dizia pra repressão o que a gente ia fazer” (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Um dos jornais, *O Companheiro*, anunciava o dia da greve: “Vamos parar tôdas as fábricas segunda-feira!”.<sup>89</sup> Parece-nos que os operários tinham total confiança do êxito do movimento. A vitória da greve de abril e o avanço da organização operária demonstravam um importante acúmulo de forças para a greve de outubro. Porém, a greve demonstrou que isso não era suficiente para o enfrentamento, como conta Ênio Seabra:

Então, eles vão estudar o que está em volta, o que está lá, vão minar se possível as coisas ali dentro, eles não procuram combater rápido, eles vão minar, o que eles têm lá? Afinal de contas, o que está acontecendo no meio deles? Eles têm que minar aquilo ali primeiro, eles têm que estudar e é o que eles fazem. Todos nós fazemos também, mas só que cada um no seu nível, nas suas necessidades [...] mas nós não fizemos isso, quebramos o pau rapidinho na segunda [greve] aí, não deu outra, não deu outra. E tem uma coisa, tem hora que não tem recuo, é igual um boi quando vai tomar um banho de creolina, ele entrou no corredor, dali para trás ele não anda mais, se nadar pra trás eles vão tomar ferrão, ali, ele vai ter que andar pra frente mesmo e tomar o banho lá. E a gente também estava assim, chega um ponto que a gente não tem jeito de recuar (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Ênio Seabra identifica também uma visão de vanguarda na direção do movimento, que, possivelmente, não era a visão dos trabalhadores:

Que vai espatifar vai, mas não tem jeito de recuar. Não, porque não existe esse pensamento, e sempre a cúpula é mais avançada, ela é mais apressada, não é o trabalhador que é apressado pra fazer greve, é a gente que está na cúpula, no mandato, conversando, que vai apressar os outros, que vai incentivar os outros, a gente não sabe é recuar e, às vezes, é difícil, às vezes,

---

<sup>89</sup> Anexo 33: jornal *O Companheiro* [outubro], 1968.

you have connotations of cowardice, you don't know what, and some things that sometimes it is preferable to commit suicide, it is what happens (Ênio Seabra, interview with the author, 4 de fevereiro de 2010).

Apesar dos erros de direção apontados anteriormente, Delsy nos relata que a greve apresentava o crescimento de consciência de classe por parte dos trabalhadores e também avanços por parte das organizações:

Então, o que a gente conseguiu, o que eles conseguiram, eu falo a gente, porque nós e eles éramos, estávamos no mesmo objetivo, com a mesma intenção. O que a gente conseguiu em outubro foi um, um feito maior do que, você entendeu? relativamente falando, porque a outra foi pega de surpresa e ela teve vitórias enormes, a de outubro já era, a consciência política era maior, você entendeu? E o que se conseguiu foi um negócio estrondoso face ao tamanho da repressão, você entendeu? o que se conseguiu foi uma coisa imensa, imensa, foi uma coisa assim impressionante (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009)

\*\*\*

Durante a greve, houve muitas prisões, de grevistas, sindicalistas, trabalhadores e moradores da região.<sup>90</sup> Após a greve, começou a perseguição dos grevistas e do sindicato. Segundo Ênio Seabra:

Prisões tinham muitas [...] mas queriam os principais né? Você vê que, de 69... 68 mais ou menos, na última greve, teve muita gente e tudo, mas, metalúrgico mesmo, ficaram três presos: que foi eu, Luiz Eduardo Grafiuna e Renato Godinho [...] Ficamos 45 dias presos, e fomos soltos por *habeas corpus* (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Antônio Santana, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, relata a dificuldade, após a greve de 68, em arrumar trabalho, pois todos os sindicalistas foram demitidos:

Aí eu saí, fiquei desempregado, eu não conseguia emprego em lugar nenhum. Eu inclusive fiquei cabreiro, porque eu fiz teste, eu tinha um grande conhecimento de eletricidade, eu era eletricitista, conhecia profundamente, tinha teoria também, além da prática. Eu tinha feito um curso de especialização na Escola Técnica, aí fui fazer um teste na Vale do Rio Doce, tavam precisando de teste pra eletricitista de primeira, na hora que eu fui fazer

---

<sup>90</sup> No Anexo 11, há uma relação das pessoas detidas durante a greve de outubro, em Contagem. A lista foi encontrada nos documentos do DOPS, no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

o teste lá, o teste teórico, aí marcaram pra mim voltar no dia seguinte, pra fazer um teste prático, aí eu voltei, eu fiz um teste prático. Montando máquina, desmontando aquele negócio tudo, aí, o engenheiro chegou perto de mim... “Não, nós não estamos precisando de conhecimento de eletricitista não, nós tamos precisando de um encarregado, se o senhor estiver disposto a preencher essa vaga”. Eu disse “pois não”, tava desempregado, surgiu uma oportunidade dessa. Mas aí eu tinha que fazer uma entrevista com o psicólogo deles, aqui em Belo Horizonte, até ali na praça da Liberdade [...] aí, eu vim cá, tive falar que eu era empregado da Mannesmann, falei que tinha sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos [...] Ah, mas aí na mesma hora mandaram eu voltar, “espera em casa que a gente manda um telegrama te convocando”. Até hoje, nada [risos] E aí eu fiquei impressionado na época, porque, poxa, eu li minha carteira de tudo quanto é jeito, não tem nada constando aqui que eu sou grevista, que eu fui presidente do sindicato, eu fui conhecido? Eu sabia que saía na reportagem do jornal todo dia, na televisão e tal, mas que eu era um grevista de 64, de 68 não tava escrito. Depois, o presidente da Mannesmann, depois de muitos anos, eu tava trabalhando de fotógrafo num jornal, eu fui fazer uma cobertura dum encontro do pessoal da FIEMG [Federação da Indústrias do Estado de Minas Gerais]. Aí eu falei com ele: “Doutor, até hoje eu não sei como é que o código que vocês utilizaram pra gente não conseguir emprego em outras indústrias metalúrgicas” [Ele disse:] “Ah, foi simples demais, todos aqueles subversivos têm na carteira a data de 4 de outubro de 68, todos foram demitidos no mesmo dia, todos que têm o dia 4, todo mundo tava avisado”. Aí eu olhei, realmente, todos estavam 4 de outubro de 68, todos eles que foram demitidos junto comigo, na época, tinham a data de outubro de 68. (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Luís:

Eu saí no mesmo dia, na mesma hora. Foi até um pouco de constrangimento, Antônio passou por isso, eu não passei não, eu dei sorte porque eles me respeitavam muito ainda, ele cassou, quando entrou pra dar baixa na carteira tudo, ele foi escoltado, segurança, eles tinham um segurança, um tenente aposentado que era o chefe da segurança, e você vai sair da companhia, você tinha que pegar um visto de todos os setores: cantina, departamento médico, ferramentaria [...] mas isso foi automático, no dia 4, nossa carteira foi dado baixa igual, no mesmo dia. Aí ainda fizeram lá um codigozinho que foi difícil arrumar emprego, aqui em Minas [...] data só dos cassados. Ênio Seabra né? Antônio, Conceição Imaculada, Mário Bento... (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Luís nos assegura que as demissões eram políticas, todos que trabalhavam na Mannesmann eram empregados respeitados em seu ambiente de trabalho. As demissões eram o reflexo da militância política:

Eu tinha, e tenho, a cópia do balancete trimestral, que provava que nós deixamos o sindicato em situação financeira muito boa, e que nós não desviamos dinheiro da categoria, eu tinha isto, mas não tinha prova [...] Perseguição. Fui mandado embora por justa causa da companhia, isso não é perseguição? [...] eu fui ao diretor da Mannesmann, doutor Valdir Silveira, que me disse que não podia fazer nada. Eu disse: “Não tô aqui pedindo nada! Tô só querendo saber qual o motivo, porque direito de vocês me dispensar”. [Ele disse:] “Não, o motivo é com o Ministério do Trabalho”. O que eu não aceitava era justa causa, porque eles me deram justa causa [...] Como deram justa causa a Antônio Santana também... Ao Ênio [Seabra] também, todos que foram demitidos, tinha um suplente também aí, era o Zenilson, também foi demitido por justa causa. José Bordiano... (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Luís conta, ainda, que questionou a demissão por justa causa, queria explicações, e a resposta era pela participação no sindicato. Demissão política:

“– Eu era diretor do sindicato, juridicamente eu não era funcionário de vocês, o funcionário de vocês era o Luís Fernando de Souza, não o diretor”. Então, não há possibilidade, não havia o motivo de ser, então, nós ganhamos isso depois, mas levou sete anos. Foi o que o Jarbas me dizia, e ele cumpria a ameaça. Me ameaçou, veio colocou por justa causa, a lei trabalhista não permitia isso, mas foi a autoridade. Autoritário ele era, o ministro do Trabalho, quem é a Mannesmann pra não cumprir uma ordem dele? (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

O sindicato foi responsabilizado pela greve de outubro e todos os seus membros foram demitidos e cassados, como conta Luís: “Foi 4 de outubro de 68 que nós fomos cassados.<sup>91</sup> A greve foi 1º de outubro e a nossa cassação oficial foi de 4 de outubro. A nossa gestão, que iria até 69, foi interrompida, com um ano e quatro meses de gestão, por isso. Por conta dessa greve [...] em de abril de 68 (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Além da prisão, Antônio Santana fala também de sua demissão da Mannesmann e da cassação do seu mandato como presidente do sindicato:

Mas, como na cassação de outubro, quando nós fomos cassados, nós perdemos, bom, eu pelo menos perdi a condição de estar no meio metalúrgico, eles cassaram o meu mandato, a Companhia Siderúrgica Mannesmann me mandou embora sem direitos, por subversão, e eu não

---

<sup>91</sup> Luís Fernando nos forneceu um documento do DOPS que pede a cassação, a detenção e a responsabilidade criminal dos membros do Sindicato dos Metalúrgicos pela greve de 1º de outubro de 1968, em Contagem (Anexo 1).

conseguia emprego em lugar nenhum, e como diz o outro, eu fiquei duro né? [risos]. Não tinha dinheiro pra ficar me locomovendo, e, normalmente, aonde eu ia, sempre aparecia gente da Polícia Federal (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Luís comenta, ainda, sobre essa dificuldade de continuar trabalhando em Minas, depois da cassação:

Eu fiz um plano, mudei até de categoria pra ver se conseguia. A Souza Cruz tava pedindo eletricista, era no Barro Preto, aí eu já fui (pensei:) “vou sair dessa área metalúrgica pra ver”, aí fui pra me inscrever porque eu tinha visto uma chamada no jornal, liguei de manhã, marcaram uma entrevista com o engenheiro e tal e fui lá. Ele me perguntou: “O senhor lê planta?” (respondei) “Um pouco!”. Eu sabia bastante, modéstia à parte, eu conhecia muito desenho, aí, por sinal, e sorte minha, ele me trouxe um esquema da Alemanha, a Mannesmann trabalhava só com material da Alemanha, e me trouxe um esquema (perguntou) “O senhor lê isso aqui?” Eu disse: “mais ou menos”, e fui lendo... (perguntou) “Já trabalhou aqui? Ué, o senhor tá lendo mais que eletricista que trabalha aqui!” (respondei:) “Não, eu compreendo alguma coisa”. (Ele disse:) “Não, não, tá fichado! Nem precisa mais de teste não”. Aí, mandou ordem pro pessoal e eu fui, o camarada falou, traz a carteira amanhã, eu cheguei em casa falando eu tô empregado. [No outro dia] Fui lá pra dentro e tal, (Me disseram:) “Infelizmente, o engenheiro que fez o teste com o senhor não sabia, agora que eu preenchi a vaga” [...] Foi a última vez, não tem jeito não, tinha que sair daqui. Conversei com a mulher, vou pra São Paulo, aí a mulher disse, não, vamos pra Bahia, eu já conheço seus pais e tal. Então, ela optou ir pra Bahia, mas foi bom eu ter ido mesmo [risos]. Tô vivendo lá já há quarenta e poucos anos... (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Estava encerrado o período da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos que ajudou a organizar a greve de abril e de outubro de 1968. Porém, seus membros foram afastados não apenas do sindicato, mas também da política brasileira, naquele período, caracterizados como subversivos e terroristas. Contudo, o reconhecimento da luta do sindicato aconteceu até pelo delegado regional do Trabalho, segundo Luís:

Eu tinha uma entrevista de um jornal chamado... *Revista do Delegado do Trabalho*, em 1975, ele deu uma entrevista dizendo que realmente a nossa diretoria foi uma diretoria de pessoas jovens, que trabalharam em favor da classe e que a nossa cassação foi mais política do que administrativa (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

Antônio Santana nos conta que, após as greves de 1968, ele não participou de mais nenhum movimento:

Depois eu não voltei pra nenhum movimento. Tava fora da indústria, não tinha dinheiro. Eu, na época, o meu sogro ofereceu um quartinho que ele tinha na casa dele, à toa, tinha um quarto sobrando, é porque eu tinha casado, mas não tinha dinheiro pra pagar aluguel, eu não tinha nada, nem pra comprar comida. [Ele disse:] “Não, você vem pra cá, o que nós comer, você come”. Então, eu, minha esposa e o meu filho mais velho, que tava pequenininho, fomos morar com ele, foi ele que me ajudou, o meu pai me ajudava também, a minha mãe e tal, então, eu passei uma vida bem difícil mesmo. Quer dizer, eu não tinha nem como entrar em movimento, me envolver contra a ditadura, eu não tinha nem como me locomover, pegar um ônibus e ir lá no centro da cidade, então, não tinha jeito, eu fiquei afastado, torcendo pelo pessoal de longe, vendo nos jornais e tudo [...] Igual quando a Conceição foi presa, eu fiquei numa chateação danada, que eles tinham prendido ela... Mas, no fim das contas, conseguimos chegar, conseguimos derrubar aquele governo militar. Se me perguntarem sobre o governo militar, digo que deviam ser banidos, o nome de todos eles da política brasileira, uma corja sem vergonha, e corruptos, corruptos ao extremo, grande parte dessa corrupção que existe no Brasil, porque já existia, mas a grande parte deles fazerem esse negócio da impunidade é, veio do governo militar, quer dizer, eles faziam e ninguém podia falar nada, tinha a censura, e a impunidade no meio? E aí nasceu esses políticos corruptos todo aí, todo mundo tem a ligação com o governo militar antigamente, não podemos esquecer do Maluf, que foi governador de São Paulo, colocado lá pelo governo militar, e vários outros aí envolvidos nessas falcaturas, todos aí, e que foram colocados no governo por imposição militar... (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Apesar das dificuldades, Antônio Santana relata que se sente feliz por ter contribuído com o desgaste da ditadura e na formação da oposição ao regime militar:

Foi positivo! Eu tive o meu momento de lutar pelos interesses do povo brasileiro, vamos dizer assim, era, em particular, dos metalúrgicos, do qual eu era presidente, mas não deixava de ser um movimento do povo brasileiro, contrário àquela situação, àquela ditadura, mas eu acho, até hoje, que se tivesse outro movimento que eu tivesse o direito de participar, eu tava lá outra vez, certo? E agora, com menos medo! [risos] (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Santana conta também que essa luta deixou feridas e perdas para ele, e que muitos amigos sofreram com a tortura e em consequência das perseguições:

Mas eu não posso reclamar não, a perseguição foi grande, mas nós conseguimos levar também, perdemos muitos amigos, muitos amigos em tortura e tal [...] Esse Valdir, embora não tenha sido torturado nem preso, mas só dele trabalhar lá dentro do DOPS, e ver aquelas covardias que faziam com os amigos dele, muitos deles estudantes universitários que ele conhecia. Um



amigo meu, que depois veio a morrer de cirrose, o “Ronauldo”, nome dele não era Ronaldo não, era Ronauldo, foi torturado, o pênis dele era tudo cheio de cicatriz de cigarro, que eles pegavam assim e mandavam o cigarro nele. E ele era de uma inteligência assim, uma coisa fantástica, eu gostava de bater papo com ele, porque era uma capacidade tremenda de inteligência [...] Mas, o que a gente vai fazer né? [...] Uma minissérie que passou sobre o movimento. Eu assiti àquilo foi uma semana ou duas semanas só, e eu chorei muito assistindo aquilo ali, porque eu comecei a lembrar dos meus amigos que foram torturados e mortos pelo governo militar, e sem, podemos dizer, sem motivo, só porque discordavam do regime deles. Eu também discordava, mas não falava muito, porque, se eu falasse, eles iam me pegar, ainda mais que eu fui vigiado durante muito tempo, o pessoal da Polícia Federal me vigiava, então, eu não podia me expor demais, né? Mas quantos amigos que eu perdi nesse negócio? Muitos! (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Na análise de Luís Fernando, ele aborda aspectos que considera positivos no movimento de 68:

Eu acho que a conscientização... uma sementezinha pequena nós plantamos e ficou de positivo, a conscientização do trabalhador. O trabalhador, hoje, (quem sou eu pra dizer que fomos nós), mas nós conseguimos plantar, através do jornal, jornalzinho nosso, tinha uma sessão, inclusive, era eu que redigia sobre o que é o trabalhismo, o que era o sindicato. Conscientização, sobre como foi criado o sindicato no mundo, o porquê do 1º de maio, nacional, quer dizer, universalmente, foi a primeira greve feita no mundo, foram mortas centenas de trabalhadores, porque queriam uma legislação que os protegesse. A união, o trabalhador não podia ficar somente da fábrica pra casa e da casa pra fábrica, e tinha que se conscientizar, que se ele não unisse, não ia conseguir nada no futuro (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

E diz também que não se arrepende de ter feito o movimento:

Não, não, eu não me arrependo não. Minha mulher que arrepende! [risos] Minha mulher arrepende, mas eu não tenho arrependimento não, fui eu quem quis aquilo, eu não fui pressionado praquilo, eu até, isso é uma particularidade... quando eu fui inscrito pra chapa, a Mannesmann me chamou. Nesse tempo, eu estava tomando conta, fazendo uma linha telefônica daqui, a chefia me chamou e disse: “oh, tá entrando” [pensei:] “Como que vocês tão sabendo disso?” Mas o policiamento era muito grande, tinha gente da própria sessão que trabalhava pro DOPS, dentro da sessão e não sabia. Fichava o camarada lá, o camarada vinha trabalhar e cada setor tinha do DOPS e do SNI. A chefia me chamou, ele era austríaco, era o chefe geral da Mannesmann, parte elétrica em geral, gostava muito de mim e disse: “Você tá entrando e vai perder sua carreira aqui... você vai ficar mal visto aqui”. E ganhamos a eleição, já não podia mais. Já tinha chegado aonde eu

podia, se eu continuasse, eu chegaria até um pouco mais adiante, no último, na escala de chefe, de supervisor, que eu podia ter chegado... (Luís Fernando, entrevista ao autor, 27 de março de 2010).

O movimento dos trabalhadores de metalúrgicos de Contagem teve prosseguimento, como mostram as edições do jornal *O Companheiro*, de dezembro de 1968, com os dizeres: “Ditadura apavorada!”, “Luta do povo continua!”, “Ditadura parece forte mas o povo é a verdadeira muralha de ferro!”, “O povo na luta derruba a ditadura!”,<sup>92</sup> e frases com referência à greve de abril: “Viva as vitórias da greve de abril!” e “Greve de abril foi exemplo de luta!”.<sup>93</sup>

Porém, a dificuldade de organizar a classe trabalhadora teria uma nova conotação em janeiro de 1969, com o Ato Institucional nº 5, que foi uma grande ofensiva do governo militar contra as classes populares brasileiras. Mas as greves de abril e outubro e o movimento dos metalúrgicos de Contagem ainda seriam lembrados e memorados muitas vezes depois. Como mostra o jornal *O Companheiro*, de abril de 1969, que comemora um ano da greve de abril de 68:

Nós, metalúrgicos, devemos lembrar que está fazendo um ano que enfrentamos de peito aberto, com o nosso movimento de greve o arrocho da ditadura [...] No dia 16 de abril os companheiros da Belgo Mineira, corajosamente entraram em greve, ocuparam a fábrica [...] poucos dias depois paravam também [...] outras fábricas [...] Tivemos melhorias e vitórias nas nossas lutas, mas o custo de vida comeu nossos aumentos.<sup>94</sup>

O jornal faz menção às prisões também: “O companheiro Canela completa 6 meses de prisão. Somente a poucos dias foi solto o companheiro Alcides. Na semana passada foi encarcerada a ex-secretária do sindicato, a Conceição Imaculada”.<sup>95</sup>

Os membros do movimento dos trabalhadores metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte foram demitidos, cassados, presos e perseguidos, porém, seu movimento foi um marco na luta contra a ditadura militar e parte da derrubada do regime que aconteceria anos depois.

---

<sup>92</sup> Anexo 29: jornal *O Companheiro*, dezembro de 1968.

<sup>93</sup> Anexo 29: jornal *O Companheiro*, dezembro de 1968.

<sup>94</sup> Anexo 30: jornal *O Companheiro*, abril de 1969.

<sup>95</sup> Anexo 30: jornal *O Companheiro*, abril de 1969.

#### **4 – O fio das organizações políticas na tessitura do acontecimento...**

Ao analisar as greves de 1968 e o movimento dos operários metalúrgicos de Contagem, mais especificamente, da Cidade Industrial Juventino Dias, nos saltaram aos olhos, e aos ouvidos, através dos depoimentos dos sujeitos aqui pesquisados, a participação de mulheres e a quantidade de organizações políticas presentes e suas práticas. Decidimos, então, mesmo que de forma panorâmica, apresentá-las aqui.

Quanto à grande presença de mulheres, elas foram citadas e entrevistadas, eram atuantes nas organizações políticas e entre os operários. Chamou-nos a atenção, pois a sociedade brasileira da década de 1960 e 70, principalmente entre os operários, era demasiadamente machista. Como nos conta a ex-operária Adélia Hernandez:

Começou ter muitos barzinhos nessa época. Nos bairros não... eu lembro que a gente ia para bar na cidade, nós mulheres não éramos bem vistas nos bares [...] Mulher não sentava no bar para tomar cerveja e nós, para fazer valer o nosso direito para todo mundo ser iguais, aí, a gente ia para os bares e até na hora de tomar cerveja nós ficávamos, não tomávamos, mas ficava lá, acompanhando pra avançar pelos direitos iguais [risos] (entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

A luta das mulheres pela igualdade de gênero já estava presente nas operárias de Contagem na década de 1960. A maioria das mulheres trabalhava para completar o orçamento da família, algumas já eram responsáveis pela renda principal. As mulheres, apesar de serem menor número entre os trabalhadores operários, também se organizavam:

Eram muitas mulheres, e a gente conseguia fazer reuniões com bastante gente, tinha a Antonieta, que era não me lembro mais [...] onde ela trabalhava? [...] mas tinha muita gente assim, que já tinha uma consciência política grande, que já estava envolvida na luta mesmo, então, a gente criava uma porção de coisa, fazia nos sindicatos, teatros, fazíamos nos bairros algumas coisas pra essas mulheres (Adélia Hernandez, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Delsy Gonçalves de Paula nos conta que havia poucas mulheres, mas estavam se organizando, dando apoio à luta dos trabalhadores:

Das operárias, a presença feminina era de apoio à mãe de Adélia. A casa da Adélia era uma casa de apoio, pra mim, era uma casa de apoio, e pras outras pessoas também, eu que trabalhava mais com eles, a mãe, as irmãs, os irmão, todo mundo. Até a Eulália, a mais nova, quando a gente via, ela participava

ouvindo o que a gente tava discutindo e tal, e no período da greve, ela passou a mão nos papéis, quando a gente tava andando pela Cidade Industrial, tava lá Eulália, desse tamanquinho assim, fazendo panfletagem [risos] a gente brinca com ela porque podia chamar a atenção, podia não, chamava a atenção e era complicado. Então, os espaços eram esses, os espaços eram esses, as fábricas, as casas dos operários, as igreja, né? E as escolas (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Em uma sociedade machista, as dificuldades de militantes mulheres eram inúmeras; destaca Delsy uma dessas dificuldades:

A gente estabelecia contatos ali, a gente ia pras casas, fazer trabalhos dentro das casas dos trabalhadores, por conta da resistência das mulheres dos trabalhadores [...] a gente começou a desenvolver trabalhos junto com as mulheres também, nas casas, nas residências [...] a gente era muito nova e era tudo bonita, na hora que as mulheres olhavam e viam a gente com os maridos delas, elas, “Ué, o que quê é isso aí?” Começou a dar conflito mesmo. A gente ia pra casa deles fazer trabalho com as mulheres, pra explicar o quê que a gente tava trabalhando, que a gente não tava com interesse nos homens delas, mas que a gente queria fazer o trabalho mesmo (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Para apresentarmos as organizações políticas presentes em Contagem, em 1968, buscamos entender o contexto geral em que elas estavam inseridas, e como as mesmas se formaram em nível nacional, quem eram seus membros, e algumas implicações das mesmas com a cidade de Contagem, em 1968. Intentamos sintetizar, aqui, algumas informações sobre elas, mas sem nos aprofundarmos, uma vez que não é o nosso objetivo nesta pesquisa.

#### **4.1 - Movimento estudantil e movimento operário**

Para discutirmos as organizações políticas existentes em Contagem, no ano de 1968, precisamos discutir quem eram os sujeitos envolvidos, de onde vinham e como atuavam. Grande parte das organizações políticas das décadas de 60 e 70, pós-golpe de 1964, foram formadas por estudantes, influenciados por teorias e utopias vindas do exterior. Influência da Revolução Chinesa, da Revolução Russa e, principalmente, da Revolução Cubana.

Porém, todo esse aparato teórico de esquerda, em contexto de Guerra Fria, teve suas particularidades no Brasil. Em Contagem, trabalhadores se organizaram no

sindicato, mas também em outros tipos de organizações políticas. Por sua vez, os estudantes também se organizaram com os trabalhadores e entre os trabalhadores, pois alguns foram trabalhar nas fábricas. O ex-operário e ex-presidente do sindicato, Antônio Santana, relata o perfil dos estudantes daquela época:

Naquela época nossa, por exemplo, 1968, certo? tinha esse amigo meu que era estudante de engenharia, tinha outro que era estudante de direito, tinha outros que estudava na Escola Técnica, a gente juntava ali, onde tem a Unimed ali em cima, aquilo era um barranco. Todo dia, de noite, a gente sentava ali, era uns doze rapazinhos, estudantes, conversando sobre política, sobre religião. Então, a gente tinha um conhecimento grande nessa área, tanto religioso, que nessa época eu já era espírita [...] como de política, a política que tava sendo feita no Brasil, tava por dentro, então, o estudante, naquela época, era politizado, bem politizado mesmo, certo? Hoje não é tanto, hoje, teve aquele movimento de caras pintadas, que derrubaram o Collor, mas eu não vou dizer que aquilo era um movimento estudantil, aquilo era mais de políticos, e que os estudantes participaram, pintando a cara e aquele negócio todo. Mas que eles são politizados hoje? Eu não acho não (Antônio Santana, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

A presença constante de estudantes com os operários formava a ambos politicamente. Quando revisitamos textos e documentos das organizações de esquerda da década de 1960, encontramos, mesmo com maioria de membros formado por estudantes, o protagonismo revolucionário da classe trabalhadora e do operário fabril numa possível revolução. Influência de Karl Marx e de teóricos do marxismo. As organizações estudantis entendiam a necessidade da prática fabril para os estudantes, e os trabalhadores absorviam dos estudantes o estudo teórico que os mesmos traziam, uma fusão entre o movimento estudantil e o operário. Como relembra Ênio Seabra:

Na época, o que falávamos para os estudantes que queriam fazer política é isso: “Vocês vão entrar na fábrica e vão trabalhar. Vocês vão vivenciar a vida dos trabalhadores, ver o quê que é, como que é, que ficar só do lado de fora falando não adianta nada, vocês não sente o que eles estão passando” [...] ele tinha que entrar como operário comum. Fichar. Arranjar carteira. Tirar carteira profissional, e entrar, simplesmente entrar [...] Naquela época, gostavam de dizer em “Guerra Revolucionária”, eu dizia, o operário não quer guerra, ele quer aumento de salário, melhores condições de trabalho, quem faz guerra é quem tá precisando dela... (Ênio Sebra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Porém, como ressalta Ênio Seabra, havia reivindicações específicas de estudantes e outras específicas de operários, e essa fusão favorecia a junção e o

fortalecimento de ambas. A ex-operária Delsy Gonçalves explica como se deu essa junção e as dificuldades encontradas na prática:

Conflito não, o que tinha é o seguinte [...] eles [os trabalhadores] adoravam, eles achavam a coisa mais bonita do mundo, entendeu? Como é que eles, como os estudantes eram macho, como os estudantes eram corajosos, inclusive pra poder ir lá ajudar. E isso, politicamente, depois nós vamos analisar. Isso, na época, eu tô falando o que eu pensava na época, que nós não podíamos fazer essa mistura da forma que a gente fez, porque isso chamou muito a repressão, entendeu? De um lado, isso, mas eles [os trabalhadores] se sentiam apoiados, se sentiam na obrigação, portanto, de fazer coisas, porque como é que eles não iam fazer, que falta de coragem era essa, né? Eram as mulheres participando, eles admiravam muito, a gente que, de madrugada, de noite, na porta de fábrica, 4 horas da manhã, fazendo panfletagem, era muito ali, onde hoje é o *shopping* [...] aquele *shopping* grande que tem aqui, o Itaú, ali tinha aquela fábrica de cimento e tinha um muro, então, eu ficava fazendo a panfletagem e os operários ficavam ali, subia e ficavam em cima do muro, às vezes: “Oh moça, corre!”, “Oh moça, esconde que o carro da polícia tá vindo!”. Aí, a gente saía andando como num fosse nada. Era muito interessante, porque eles se sentiam na obrigação, como tem uma mulher ali sozinha, com coragem, fazendo isso, e a gente não fazendo nada, entendeu? Eu lembro muito disso, e desse apoio, desse agradecimento, de acharem bom esse apoio (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

A ex-operária e ex-secretária do sindicato, Conceição Imaculada, fala do apoio dos estudantes universitários: “Em 68, a universidade estava muito ligada com os operários. Produziam cartazes lindos”. Ela redigia boletins com a ajuda dos estudantes: “Eu escrevia boletim dentro do cinema, escondido, os estudantes me ajudavam a redigir [...] um estudante de jornalismo ganhava qualidade ao fazer isso conosco, todos ganhavam. Formação é prática e teoria (Conceição Imaculada, entrevista ao autor, 27 de janeiro de 2010).

Apesar de todos os benefícios da junção do movimento estudantil com o movimento operário, havia alguns conflitos na forma, como analisa Ênio Seabra:

Esse negócio de ficar essa conversa teoricamente das coisas, problemas, só na teoria e na prática é outra, né? tem que conjugar a teoria com a prática, senão fica difícil. Porque vamos supor, às vezes, consegue ler um livro, se você vai questionar um livro, o que tá escrito esse trem todo, dentro do livro, é muito difícil pro trabalhador. Porque eles [os estudantes] têm uma capacidade maior de entender o que estão lendo ali, então, em cima daquele tema ali, fica mais fácil derrubar a gente, né? nas questões práticas. Então, a teoria fica sobrepondo a prática. E isso era um choque muito grande, porque

[...] justamente isso, na prática, a coisa era outra. Então, os teóricos eram a maioria, e votar não dá, né? teoria sobrepor a prática [...] tinha que ter um equilíbrio e nunca tinha, né? a maioria sempre era [...] o pessoal de mais cultura (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010).

Delsy Gonçalves relata alguns problemas dessa junção ocorridos na época. Segundo ela, o protagonismo e o vanguardismo teórico-organizacional dos estudantes podem ter gerado questões a serem analisadas:

Agora, tem uma conotação, que era o seguinte: será que nós estávamos levando uma problemática que foi criada pela intelectualidade? Pelos estudantes? Pelos quais os estudantes passavam para os operários? Eu acho que sim, eu também não acho que era uma coisa em si negativa, hoje eu tô falando, entendeu? (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Porém, a ligação dos estudantes universitários e secundaristas com os operários de Contagem não acontecia apenas com aqueles que trabalhavam nas fábricas; outros estudantes se envolviam com demandas momentâneas da luta dos trabalhadores, como explica Delsy:

sem falar todos os estudantes que eram estudantes mas que iam pra lá também nos momentos de grandes mobilizações, né? 1º de maio, período da greve, posterior à greve, preparação da greve de outubro. Porque a gente ficou enfiado assim, abril, 1º de maio, a preparação para a greve de outubro, e a própria greve de outubro. Então, faziam panfletagem [...] tinha um conjunto de pessoas que era do movimento estudantil, mas que não era da linha de frente, entendeu? mas que eram convocados para agitação, propaganda nesse período, que vai de abril de 68 até outubro de 68, na preparação da greve, então, vem aí os 1º de maio [...] tinha muita gente (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Vale lembrar, porém, que o movimento operário de Contagem caminhava em constante organização desde a década de 1950; independentemente dos estudantes e das organizações políticas pós-golpe de 1964, tinha sua história e sua tradição de luta operária. O sindicato já era uma instituição reconhecida e legitimada pelos trabalhadores. Como afirma a ex-secretária do sindicato, Conceição Imaculada: “Se você pegar os jornais da época, vai ver que o sindicato estava em evidência na mídia (Conceição Imaculada, entrevista ao autor, 27 de janeiro de 2010).

O movimento operário tinha sua pauta e suas reivindicações. Como observa Ênio Seabra, essa pauta foi o que legitimou a adesão dos trabalhadores à greve de abril

de 1968: “Sempre primeiro o salário, as condições de trabalho, dentro da empresa, diversas coisas que tivessem errado, a gente já fazia aquelas coisas separadas, tinham aqueles problemas [...] as reivindicações básicas eram isso [...] Tinha um respeito pelo sindicato”. (Ênio Seabra, entrevista ao autor, 4 de fevereiro de 2010). No entanto, pós-golpe de 1964, o sindicato sofreu a intervenção do Estado, que decidia quem podia e quem não podia ser eleito. A regra geral era: quem foi eleito antes de 1964 não poderia ser eleito após 1964. O sindicato enviava a ata de eleição com o nome dos eleitos para a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e o delegado indeferia ou não.

Com os direitos civis cassados, parte da sociedade brasileira se organizou na clandestinidade. Trataremos de algumas dessas organizações.

#### **4.2 - Organizações políticas**

Antes de 1964, na Igreja católica, havia algumas organizações voltadas para a juventude, entre elas, a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), e a Juventude Universitária Católica (JUC). A esquerda era representada nacionalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O PC do B (Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha) surge de uma divergência dentro do PCB em 1962. Antes de 1964, O PCB estava sendo criticado por parte da esquerda, por causa do seu alinhamento com o Estado e com a burguesia. Em 1964, quando acontece o golpe militar, a resistência ao golpe foi insignificante no primeiro momento. Na discussão dos motivos pelos quais não houve resistência, começaram as divergências internas no partido.

Essas rupturas, dito de maneira simplista, aconteceram da seguinte forma: de dentro do PCB, surgem várias organizações políticas com nomes diferentes, dependendo da localidade. Surge do PCB a organização política Corrente, para Minas Gerais. Do PSB surge a Polop e, depois, Colina. Das organizações católicas JOC, JEC e JUC, surge a Ação Popular (AP), que fica um pouco mais uniforme nacionalmente. E em 1968, acontece a divisão de membros que aderiram ao marxismo, e que, posteriormente, decidiram ir para o Araguaia. A Corrente alinha-se nacionalmente com a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Marighella, e a Colina alinha-se com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).



Entre os membros do sindicato havia, Mario Bento e Ênio Seabra, que eram militantes da Ação Popular; Argentino Martins, que era da Colina; Antônio Santana, do PCB; e Conceição Imaculada, que era da Corrente. Portanto, em Contagem, muitas organizações estavam presentes no movimento dos trabalhadores metalúrgicos, como relata Delsy:

Tinha a AP [Ação Popular], que fazia um trabalho grande, tinha o partidão [PCB], que estava lá e que nunca saiu, com os militantes operários [...]. Tinha a Corrente, que é uma dissidência da AP, tinha a Polop, tinha a Colina, o POC, se eu não me engano [...] se tinha a Colina, já devia ter o POC... estavam lá na Cidade Industrial, todos desenvolvendo trabalho político pra reconstruir, organizar, vamos dizer assim, a essência operária lá na Cidade Industrial (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009)

Trataremos um pouco de cada organização, e, mais especificamente, da Ação Popular e do PCB, devido à maior quantidade de informações existentes sobre essas organizações, ao maior número de militantes encontrados, e à maior presença nos depoimentos dos entrevistados.

#### **4.2.1 - Partido Comunista Brasileiro – PCB**

O PCB foi fundado em 1922 e, do surgimento até o golpe de 1964, o partido detinha hegemonia no movimento operário brasileiro. Porém, a manutenção de suas raízes no meio operário ficaria ainda mais difícil com a repressão que sucedeu ao golpe. O questionamento de parte dos integrantes do partido quanto a não reação ao golpe resultou em diversas rupturas.

O golpe de 1964, para as organizações políticas de esquerda da época, se dividiu em duas linhas de análises. A primeira, apresentada pelo PCB e pelas correntes sindicais que dele se aproximavam, teve os seguintes argumentos, segundo Celso Frederico:

A correlação de forças da época era desfavorável para o movimento operário, incapaz de por si só de impor uma alternativa à crise vivida pelo país. Num tal contexto, deviam-se *acumular forças* e caminhar ao lado dos demais setores progressistas (classes médias, setores da burguesia nacional, etc.) *numa frente democrática antiimperialista* (1987, p. 50).

A segunda análise, formada pelas organizações que foram surgindo de rupturas e de rupturas de rupturas, tinha, de acordo com Frederico, o argumento quase unânime de que:

Ao invés de preparar o movimento operário para o confronto com a burguesia, a orientação pacifista do PCB levou os trabalhadores a uma política conciliadora. Com isso, a classe operária não formulou uma alternativa própria, preparando as massas para o confronto com os golpistas(1987, p. 51).

O partido, conforme suas publicações, intituladas *Voz Operária*, tentava uma unidade entre os trabalhadores e transferia a luta sindical para a luta dentro do ambiente de trabalho. Porém, para o PCB, a organização dentro da fábrica não era o fim, mas o começo da luta de vanguarda<sup>96</sup> sob influência da Revolução Russa, o que era pretendido pelo partido, como se pode ver no texto abaixo:

Com exceção das lutas espontâneas, as ações mais elevadas tem que ser planejadas, organizadas e não relegadas ao espontaneísmo, como se processa no momento. E o nosso partido tem que ser mais do que nunca o centro de gravidade, para impulsionar o movimento de massas.<sup>97</sup>

Diante dessas duas análises, os planos de trabalho também se diferenciaram. Para o PCB, a principal estratégia era a rearticulação e o funcionamento dos sindicatos para a formação de uma frente única contra a ditadura, como relata a resolução de um congresso do partido:

A atuação no movimento sindical é o meio principal para a ativação do movimento operário. Os comunistas devem concentrar sua atividade dentro da empresa [...] é também indispensável o fortalecimento dos sindicatos através da elevação do número de sindicalizados [...] tem particular importância caminhar-se para a constituição de centros coordenadores e unificadores do movimento sindical.<sup>98</sup>

As organizações que faziam críticas ao PCB estavam descrentes e desconfiadas de todas as formas de representação e organização legal. Elas se autointitulavam “esquerda revolucionária”, em contrapartida ao “reformismo” do PCB. As críticas ao

---

<sup>96</sup> Sobre a luta de vanguarda, verificar os textos: *Voz Operária*, n. 12, dezembro de 1965; n. 14, fevereiro de 1966; n. 15, março de 1966; e n. 21, setembro de 1966, *apud* FREDERICO, 1987.

<sup>97</sup> *Voz Operária*, n. 21, outubro de 1966, *apud* FREDERICO, 1987.

<sup>98</sup> Cf. Resolução Política do VI Congresso do PCB, 1967, *apud* FREDERICO, 1987. p. 67.

movimento sindical ligados ao PCB estavam centradas na condição de subordinação do sindicato ao Ministério do Trabalho e ao Estado; as três principais críticas eram:

Primeiro, a subordinação ao Ministério do Trabalho afastava os sindicatos da massa e os membros da cúpula disputavam espaços para revezar no aparelho estatal. Segundo, essa subordinação do Estado garantia a sobrevivência das entidades sindicais por meio do imposto sindical compulsório, mantendo os dirigentes sindicais de olhos na política institucional e longe da base. Terceiro, com a dependência ao Ministério do Trabalho, a classe operária foi vítima das alianças feitas, no pré 64, com outros setores da sociedade, inclusive a burguesia. Essa aliança manteve a classe operária desarmada, desorganizada e incapaz de resistir ao golpe.

A linha de trabalho do PCB, muito influenciada pela União Soviética, foi motivo de rupturas por parte de quadros importantes do partido. Esse momento de ruptura no PCB, Neris Pinheiro, militante do PCB na época, avalia da seguinte forma:

a avaliação que eu faço, que, primeiro, o racha anterior foi do PC do B, isso ainda nos anos 60, e eu vivi muito assim, de longe, que eu não sabia muito distinguir, porque, quando eu entrei, mais ou menos em 61, a gente via falar que tava saindo um grupo [...] falava que era um grupo assim, mais do Partido Comunista chinês. E aí a gente viu que, na verdade, aquele núcleo que já saía dirigido por João Amazonas já tinha uma crítica bem pesada, eles, no passado, ajudaram lançar um manifesto que chamava “O poder popular”. Então, o partido, ao mesmo tempo que tinha um núcleo já desde os anos 50, vinha discutindo a perspectiva de luta, de confronto, e havia os outros [membros] que vinham na medida que cresceu ou não a União Soviética depois do stalinismo, a ideia da coexistência pacífica, o próprio Partido Comunista, na sua direção, deu essa interpretação que levou para os demais partidos, que, no fundo, ele era o secretário nacional de uma Internacional Comunista. Mas os partidos comunistas no poder, particularmente a União Soviética e a China, mas principalmente a União Soviética, tinha um poder danado, né? Estrutura na mão, histórico, né? Então... no fundo, o Partido Comunista soviético não via com bons olhos o movimento armado dirigido pelo Che Guevara, que tinha certas características de voluntarismo. Criar dezenas e tantos Vietnãs no mundo é voluntarismo... (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

O PCB começa a trabalhar para formação dos trabalhadores e de novos quadros de militantes para a organização de uma frente única, aliado à burguesia nacional. O partido considerava a burguesia nacional uma classe importante para a retomada do Estado sob domínio dos militares, e as eleições democráticas eram um fator importante nesse embate com o Estado.

a gente queria organizar o movimento sindical, a unidade pra lutar, unidade pra organizar via luta e não pra ser um suporte, pra abrir, o suporte na questão meramente eleitoral. A gente via na questão e vê essa questão de tentar organizar o trabalhador e unificar, pra criar força que ela cumpra o projeto pra empurrar os outros movimentos, não é pra ficar submetida à porra nenhuma não [...] no caso, o pessoal cristalizou essa ideia de caminho pacífico, tem que ser pacífico, que uma burguesia progressista que poderia ter [...] eu num vi, tirando o caso do Chile, que deu certo, mas depois derrubou. Então, não tem muita experiência, nem na Comuna de Paris, nem por aí, dessa tal burguesia progressista. E, então, eu acho que o nosso pessoal exagerou nessa compreensão do papel, foi pego de supetão [...] ali, ele cochilou de toca mesmo, não sabia e não se preparou (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Porém, para o PCB, era de fundamental importância a reabertura dos sindicatos, e, para isso, elaborou um programa, em 1965, como nos conta Neris, militante do PCB:

um programa mínimo, pra sair da ratoeira da repressão, e esse programa mínimo pelo qual teve que retomar a questão do sindicato, já sinalizava a questão da repressão econômica, de arrocho salarial, então, já a ideia que a gente iria fazer um esforço supremo pra reabrir os sindicatos que tavam nas mãos ou de militares ou fechados (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Em 1966, o PCB começa esse trabalho de reorganização dentro da Cidade Industrial, primeiro organizando e formando militantes de fábricas que não haviam disputado a eleição do sindicato antes do golpe, para depois concorrer às eleições:

no caso da Cidade Industrial, o PCB organizou antes da questão da Mannesmann. Ele [o PCB] organizou um comitê municipal da Cidade Industrial, que tinha Luís Branca, que era um dirigente metalúrgico da Mafesa, Paraíba, que era um antigo funcionário público. Nós criamos um comitê de algumas pessoas e começamos a trabalhar cumé que seria as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos, cumé que seria a questão da Magnesita, que já não é ligada, parece [ligada] à construção civil. Enfim, foi nesse processo que o pessoal lançou na organização de base na Mannesmann. Conseguimos que metalúrgico da Mannesmann, juntando com outros setores, nós chegamos a tá com nove ou dez militantes, entre esses dez militantes, estava Conceição Imaculada, estava Joaquim Preto, estava Joaquim Fonseca, que foi esse tecelão, estavam nas bases que a gente discutia [...] (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

A estratégia de organização do PCB, considerando a perseguição política, era de criar grupos através de reuniões em ambientes fechados, e de formar novos quadros de militantes operários, revela Neris:

Nós fazíamos assim, comentários fechados, íamos a alguma sala ou na casa de alguma pessoa, sobre o histórico do 1º de maio, então, pra chegar na questão da chapa dos metalúrgicos, foi um avanço que, dentro do próprio conjunto do Partido Comunista, que tava rachado, queimado, assustado, ainda no calor... (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

A tática era juntar com novos operários os militantes antigos, com experiência em lutas e militância. O Partido Comunista, assim como outras organizações da época, se estrutura clandestinamente no meio dos operários, dentro das fábricas e nos ambientes de convivência dos operários. Dessa forma, foi possível a paralisação da maioria dos trabalhadores da Cidade Industrial em abril de 1968.

Além desse trabalho de formação política, anterior à greve, tinha a participação dos militantes do PCB nas paralisações, como relata Neris:

a gente fazia arrastão também. Eu lembro que na força mesmo eu ajudei a parar [as fábricas]. Tinha a Santa Elizabeth, ali em cima, onde hoje é... perto do Sindicato dos Metalúrgicos... ali tinha algumas [empresas] e a gente aproveitou, com a massa que passava: “Eh, vamo parar aí!”. Então, nós paramos muita coisa ali (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

A paralisação gradativa das empresas, junto com as péssimas condições de salário, e também com o atuação dos militantes eram fatores que impulsionavam os trabalhadores a pararem, explica Neris:

Porque tem aquele negócio, quando para e dá certo, na Belgo nego já começou a infernizar a Magnesita que tá por ali por perto, a fábrica de cimento, né? e aí, muita gente de medo não ia ficar na coisa pequena, que o negócio veio de dentro pra fora, mas o pessoal... perplexidade não era tanto na organização, havia uma necessidade desse aumento de quadro, mas havia também uma insatisfação muito grande com a questão salarial e a própria Belgo, particularmente, já existia porque nego foi deslocado de Monlevade [cidade] pra Sabará [cidade] com um padrão salarial que foi rebaixado. E se reparar, a margem salarial do pessoal de Monlevade até Sabará era bem razoável. E aí, a turma tava já com alguma, um elemento assim, de insatisfação, e isso deu certo (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Os membros do PCB, como os de outras organizações políticas, atuavam também como “piqueteiros”, não deixando as pessoas entrarem nas fábricas para trabalhar, obrigando-as a pararem.

e aí acontecia o seguinte, no período de greve um grupo que fazia contato, que encontrava mais, esse pessoal lá do sindicato, começou a soltar boletim, assim de apoio, falava que não era do sindicato, mas era, né? e aí os piqueteiros, gente que trabalha, rapidinho: “Oh gente, vão parar, a Belgo tá parada!”. É aquele trabalho assim, que os rodoviários faz, “nós paramo aqui, como é, cês vão ficar aí?” E tal, vai, bate no ônibus, esse troço assim. Achamos lá aqueles cara de massa, que é bem animado, pode deixar que eu conheço a área, deixa comigo que eu já chego, eu mando chamar um cara e começo a negociar, a polícia chega. Mas no caso da... da... coisa aconteceu um fato muito interessante nessa greve, lá na Santa Elizabeth, que aí a turma [palavra inaudível] porque num era tanta gente, nós era um grupo aí duns quinze marmanjo que saía rodando, né? e parando. Ficou eu mais uns três, que os três saíram pra tomar café e eu fiquei na porta da Santa Elizabeth e a polícia chegou na hora deu trocar de turno, e aí eu falei: “puta que pariu!”, se eu sair daqui, o segundo turno entra, aí, eu fiquei parado cara, falei, vão me pegar, e aí tinha uma orientação pra não ser preso: “Oh, companheiro, é fundamental que cê consegue andar por aí!”. Ela falou: “Se eles mete ocê numa cana? Então, é um trabalho que ocê vai e num se empolgue demais, não, né? Então, cês cair preso em uma coisa, a greve é muito importante, mas o nosso processo é muito mais longo!”. Aí então, esse dia, eu num quebrei todas as regras? Eu fiquei lá, e na verdade foi a presença, os cara cochichavam, o cara do piquete tá ali, é a cara dele, cara de bravo mesmo, olhando com olho arregalado igual jacaré, passava, cochichava, os que tava saindo falava um negócio, e a polícia praticamente me isolou deles, num me prendeu que era PM, mas eles num deixaram eu falar. Mas eu também não saí. Não precisei falar não, o negócio é muito interessante, contextos contraditórios, né? então, resultado é que eles pararam só de ver que tinha uma pessoa ali, os que tavam saindo também, falavam um pouco, uns chegaram a entrar de carro, mas depois voltaram, então, resultado, essa Santa Elizabeth era uma fábrica, na época, com uns setecentos a novecentos empregado, era das maiores, acho que ainda é, na Cidade Industrial (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

Além das ações de piqueteiros, os membros do PCB rodavam jornais que distribuía entre os operários:

era coisa mimeografada, e a gente lembra que a gente usava muito um mimeógrafo a álcool, qualquer coisa assim, que sirva, aí, por exemplo: “Você sabia que o capital não rende capital, que você que é o resultado?” Era só falar: “Você já pensou que você que produz esses carros saindo todo dia? E eles tão só te arrojando.” Os cara reproduz aquilo, bota no banheiro, tinha mais força do que hoje, que, às vezes, a gente faz um trabalho sofisticado,

nego lê ali e joga lá (Neris Pinheiro, entrevista ao autor, 25 de março de 2010).

#### 4.2.2 - O Partido Comunista do Brasil – PC do B

A formação do Partido Comunista do Brasil remonta aos debates realizados pelos comunistas brasileiros, em meados da década de 1950, sobre a estratégia e a tática para a revolução brasileira. Por PC do B entende-se o Partido Comunista do Brasil, reorganizado e/ou constituído em 1962, após uma cisão no PCB. Nas origens do conflito, estão o abandono do enfrentamento violento, as críticas ao stalinismo e a defesa da luta armada.

Desde o início, o PC do B dirigiu uma forte crítica ao que considerava “linha pacífica” do PCB, e elaborou um projeto a respeito de como deveria se desenrolar a chamada luta revolucionária no país. Esse pensamento foi formulado em janeiro de 1969, com o título de “Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil”, documento que revela uma forte influência do maoísmo (pensamento de Mao Tse Tung).

Dessa forma, como estratégia, o PC do B, em conformidade com o acontecido na Revolução Chinesa, tinha na área rural brasileira seu mais importante palco de lutas. Considerava que a luta revolucionária passaria por uma guerra sustentada, desde o início, por fortes contingentes populares, sobretudo de camponeses.

No que diz respeito à luta armada, o partido definia que esta deveria ser desencadeada do campo para as cidades, já que era nas áreas rurais onde estaria concentrado o partido (ver ROLLEMBERG, Denise. 1994, p. 65). Daí a escolha do Araguaia, região ao sul do Pará para começar a guerrilha. Segundo Daniel Aarão Reis, a Guerrilha do Araguaia, deflagrada entre 1972 e 1974, constituiu o ponto alto da vaga guerrilheira<sup>99</sup> que agitou o país depois de 1964. As ações, lutas e programas dessa guerrilha foram divulgados pela revista *Araguaia*, que circulou entre junho de 1974 e abril de 1975.

A guerrilha urbana, lançada por outros grupos a partir de 1968, foi condenada pelo PC do B, sendo considerada um “foquismo pequeno-burguês”, que rejeitava a participação das “massas” na luta revolucionária. Esse fator deu início a uma luta

---

<sup>99</sup> A guerrilha no Brasil era estratégica, devido à dimensão territorial do país e à sua posição política e econômica no continente (cf. ROLLEMBERG, 1994).

interna que acabou provocando o aparecimento de duas dissidências: a Ala Vermelha (em São Paulo e no Centro-Sul do país), e o PCR, Partido Comunista Revolucionário (na região Nordeste). Ambos surgiram entre os anos 1966 e 1967, não acreditando nas propostas da direção do PC do B de preparar a luta armada.<sup>100</sup>

Enfim, na trajetória desse partido, até o ano de 1971, pode-se citar os seguintes textos políticos: o “Manifesto-Programa”, de 1962; a “Resposta a Nikita Krushev”, de julho de 1963; o “Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, de agosto desse mesmo ano; a “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, de 1966, e que vem a ser a declaração política da VI Conferência do Partido; e, ainda, “Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil”, de 1969.<sup>101</sup>

#### **4.2.3 - Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha – PC do B-AV**

A Ala Vermelha foi formada em 1966, a partir da oposição ocorrida dentro do PC do B, conforme descrito anteriormente. Essa oposição se articulou em torno de militantes vindos de estágios e treinamentos na China, encontrando grande aderência entre o movimento estudantil do PC do B, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Espírito Santo, Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, Ceará e Bahia.

As divergências foram radicalizadas quando a oposição publicou o texto: “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, uma crítica ao documento publicado pelo PC do B, em 1966.

A Ala Vermelha participaria de lutas sociais entre 1967 e 1969, realizando, também, ações de expropriação de fundos. Em 1971, era fortalecida no interior da Ala Vermelha uma tendência que lançaria o partido em uma nova qualidade de trabalho político nas fábricas e nos bairros populares.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 98.

<sup>101</sup> Alguns desses documentos estão transcritos no livro de Daniel Aarão Reis Filho, 1990.

<sup>102</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, 1990. p. 150.



#### **4.2.4 - Partido Comunista Revolucionário – PCR**

Surgiu da divisão no Partido Comunista do Brasil, em 1966, organizando núcleos e bases no Nordeste, sobretudo em Alagoas e Paraíba. E foi justamente essa a singularidade dessa organização: a prioridade do nordeste brasileiro no projeto da revolução, porque ali, segundo os membros do PCR, se manifesta de modo mais grave a contradição entre o imperialismo e o povo brasileiro,<sup>103</sup> isto é, essa região deveria ser priorizada na atuação política dos revolucionários, por ser a parte mais explorada e pobre do país.

A influência do PCR se fazia sentir mais sobre os trabalhadores rurais, mas conseguiu atingir também os estudantes. Seu principal documento foi a “Carta de 12 pontos”, publicada em 1966. Esse documento tinha forte influência do guevarismo e a teoria da “Guerra de guerrilhas”. Fazia alusão à priorização da luta no Nordeste, convocando uma “guerra popular” prolongada e uma aliança operário-camponesa.

#### **4.2.5 - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR**

O PCBR é fruto da luta interna no PCB; sua origem remonta aos tempos pós-1964, quando seu principal dirigente, Mário Alves, jornalista e intelectual de forte presença no PCB, começou a se opor às posições de Luís Carlos Prestes, formando uma “Corrente Revolucionária” com força no Rio de Janeiro e no Nordeste.<sup>104</sup> Porém, a constituição formal do PCBR aconteceu somente em abril de 1968, no Rio de Janeiro.

A proposta geral da organização consistia na construção de um novo partido marxista, que reformulasse a linha tradicional do PCB com relação à real necessidade de construir um pacto com a burguesia brasileira, entretanto, sem aderir à causa de uma revolução socialista imediata. No que se refere à estratégia, o PCBR também via o campo como o mais importante cenário de luta, a favor de um governo revolucionário.

O PCBR participou das lutas estudantis de 1968 e desenvolveu algum trabalho em áreas rurais e nas fábricas. Ocupou-se, também, desde abril de 1969, com operações armadas urbanas, voltadas, principalmente, para a propaganda revolucionária. O

---

<sup>103</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, 1990. p. 150.

<sup>104</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 95.

acirramento da repressão, ainda no mesmo ano, obrigou o partido a reforçar sua clandestinidade e lançar operações mais ousadas.

Entre 1970 e 1972, o partido viveu uma rotina parecida com a dos outros grupos ligados à guerrilha urbana; a clandestinidade do grupo exigia muito dos militantes no momento de angariar recursos, e ações armadas, como assaltos, expunham os membros à repressão. No início do ano de 1973, vários integrantes do PCBR foram mortos num episódio ainda hoje obscuro. Seu poder de atuação diminuiu bastante e, nesse mesmo ano, o PCBR recompôs sua direção no exterior.

#### **4.2.6 - Organização Revolucionária Marxista – ORM / Política Operária – Polop**

Foi criada em 1961, e era composta por estudantes vindos da “Mocidade Trabalhista”, de Minas Gerais, da “Liga Socialista”, de São Paulo (grupo de intelectuais simpatizantes do pensamento de Rosa Luxemburgo), alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O destaque da ORM-Polop é que, desde o seu nascimento, deu mais importância à teoria e à doutrina no interior da esquerda marxista que a um projeto de construir uma alternativa ao PCB. Não chegou, portanto, a se constituir como uma organização nacional, mesmo conquistando certo mérito entre os universitários dos estados citados acima.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho (1990), esse grupo desempenhou papel importante na propaganda das ideias socialistas entre as várias tendências da esquerda brasileira, principalmente entre as dissidências do PCB. A Polop fazia críticas permanentes à posição defendida pelo PCB, recusando o posicionamento do partido sobre as etapas para se chegar à revolução brasileira. Rejeitava a teoria de que era necessária uma aliança com a burguesia para acabar com o imperialismo, e acreditava que o país comportava e exigia mudanças socialistas imediatas, sem a dita fase “nacional-democrática”.<sup>105</sup>

Como consequência da luta guerrilheira que tomou conta da América Latina, inspirada na Revolução Cubana e no guevarismo, a Polop sofreu o impacto, em 1967, gerando duas rupturas importantes: em Minas Gerais, grande parte de seus militantes

---

<sup>105</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 95.

saiu da Polop para fundar o Colina (Comando de Libertação Nacional); e em São Paulo, uma outra ala constituiu a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

#### **4.2.7 - Comando de Libertação Nacional – Colina**

Proveniente da divisão dentro da ORM-Polop surge a Colina, em meados de 1967, porém, a organização teve curta duração, ficando restrita apenas a Minas Gerais e pequenas ramificações no Rio de Janeiro. Passou a executar, desde 1968, ações armadas com vistas a obter recursos para a instalação de uma “área estratégica” no meio rural.

O grupo realizou, em 1968, ações de expropriação de fundos e de propaganda armada nas greves operárias de Contagem. Foi daí que surgiu o nome da organização, no início, apenas para efeitos de propaganda, e depois, para se impor e identificar o grupo. Seus meios de divulgação eram o jornal *O Piquete*, distribuído nas fábricas, e *América Latina*, uma revista teórica, que teve apenas dois exemplares publicados, além de textos do movimento estudantil, operário e conjuntura política.

Já em 1969, o grupo sofreu um número grande de prisões e, a partir disso, se aproximou da VPR, por afinidade política e, concomitantemente, por uma questão de sobrevivência, nascendo então a VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (REIS FILHO, 1990, p. 315-350).

#### **4.2.8 - Vanguarda Popular Revolucionária – VPR**

A Vanguarda Popular Revolucionária surgiu da ligação de alguns militantes dissidentes da Polop com militantes do MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário, com inspiração nas ideias progressistas de Leonel Brizola, em 1968.

A VPR teve grande expressão, e tinha sua imagem vinculada ao nome de Carlos Lamarca, capitão do Exército brasileiro, que se desligou, após a implementação do AI-5, da sua unidade em Osasco, São Paulo, para ajudar na luta de resistência ao regime militar.

Em julho de 1969, a VPR se uniu à Colina, formando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). No entanto, divergências acerca da concepção entre luta armada e lutas sociais, estratégia revolucionária e outras, levaram ao retorno da VPR, em setembro de 1969. A VPR chegou a formular uma revisão sobre

o papel da classe operária na revolução e, segundo Rollemberg (1994, p. 66), as teses desse grupo tiveram um caráter original na esquerda armada, exercendo influência sobre outras organizações. Defendiam que somente os que não haviam sido “integrados” ao sistema podiam se levantar contra o capitalismo, no momento inicial da revolução. Dessa maneira, deslocava o centro revolucionário da classe operária para os setores marginalizados e à margem do sistema econômico brasileiro na época, como os camponeses e desempregados urbanos.

Essa organização tornou-se conhecida por uma série de ações, entre elas: em 1969, a expropriação de armas no quartel do 49º Regimento de Infantaria de São Paulo, expropriação da “caixinha” do ex-governador Ademar de Barros, com o possível valor de US\$ 2,5 milhões. Em 1970, vários sequestros, entre eles o do cônsul japonês, em São Paulo, e dos embaixadores alemão, com a ALN, e suíço, trocados pela vida de 115 militantes presos (REIS FILHO, 1990, p. 284).

Mas a manutenção de uma linha ofensiva política e militar seria fatal à VPR. A partir de 1971, a organização mergulha numa crise de desagregação adicionada à infiltração de um agente policial na alta direção, o cabo Anselmo, o que levaria ao fim do grupo, em 1972, quando aconteceu a chacina que acabou com os últimos militantes que desejavam reestruturar a VPR na região de Recife, denominado o “massacre do Recife”.

#### **4.2.9 - Ação Libertadora Nacional – ALN**

A ALN foi uma das organizações de maior expressão de todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973. Fruto da luta interna que abalou o PCB após 1964, a ALN surgiu, em 1967, e tem sua história ligada diretamente ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do partido. “A obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução”, dizia ele (*apud* ROLLEMBERG, 2007, p. 58). Marighella tinha muita experiência como militante comunista, viveu como tantos outros companheiros de geração os debates internos no PCB, a efervescência dos movimentos sociais de direita e de esquerda do período pré-1964, enfim, toda uma conjuntura de participação política que foi golpeada pela implantação da ditadura militar.

A ALN foi a principal organização de luta armada e a que mais extremou a valorização da ação e o desprezo pelas discussões e formulações. Um expoente disso é o

caso da relação de Marighella com Cuba. Ele tentava articular um plano de ação revolucionária continental. O rompimento dele com o PCB foi simbolizado pela ida a Cuba,<sup>106</sup> e tal atitude representava, para a direita, a prova do perigo comunista internacional nos rumos do país. Já para a esquerda, era a comprovação de que a revolução era possível, mesmo diante de situações difíceis, o apoio de Cuba garantia legitimidade e *status* (ROLLEMBERG, 2007, p. 63).

A organização discordava das teses do PCB, que aceitava a burguesia como aliada dos operários e camponeses no processo revolucionário brasileiro. A ALN propôs o desencadeamento imediato de operações armadas nas grandes cidades, pensando em angariar fundos para realizar a guerrilha rural.<sup>107</sup> O grupo ganhou projeção no país e no exterior, em setembro de 1969, quando sequestrou, junto com o MR-8, o embaixador dos EUA no Brasil. O preço pedido pelo resgate foi a libertação de quinze presos políticos<sup>108</sup> e a divulgação de um manifesto nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país<sup>109</sup> (ROLLEMBERG, 2007, p. 63).

De acordo com Denise Rollemberg (2007, p. 68), os sequestros eram um dos recursos mais eficientes para libertar presos políticos e causavam um grande impacto social, na medida em que tornava pública, dentro e fora do Brasil, a existência da luta armada e de presos políticos, fatos que o governo fazia questão de negar. A ousadia dessas ações acabava por inverter a relação de forças entre repressão e guerrilha, favorecendo a criação de uma ilusão de que os guerrilheiros podiam vencer os militares e o imperialismo, simbolizado pelos diplomatas, representantes das grandes potências.

No entanto, a forte repressão atinge o próprio Marighella, morto em novembro de 1969, em São Paulo, numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, reconhecido torturador do regime militar. Em outubro de 1970, o sucessor de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira é preso em São Paulo, sendo sequestrado e morto através de torturas, pelo mesmo delegado.

---

<sup>106</sup> Carlos Marighella esteve em Cuba entre junho e dezembro de 1967, e ele surgia para os cubanos como o principal nome da revolução no Brasil.

<sup>107</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 94.

<sup>108</sup> Entre eles, Vladimir Palmeira, José Dirceu e Gregório Bezerra.

<sup>109</sup> O manifesto foi escrito por Franklin Martins, e explicava à população a ação, divulgando os objetivos da luta armada e, mais do que isso, ele era um desafio ao governo; foi lido e transmitido para todo o país, pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, programa com maior audiência na época.

Em 1971, surgem duas dissidências da ALN que durariam pouco tempo e contariam com poucos adeptos: O Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e a Tendência Leninista (TL). No primeiro semestre de 1974, ocorreu uma onda de prisões e desaparecimentos dos membros da ALN, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que levou à desestruturação da organização.

#### **4.2.10 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8**

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro originou-se de uma dissidência do PCB no meio universitário do estado da Guanabara – a DI-GB (Dissidência da Guanabara), formada a partir de 1964. Outro grupo, a DI de Niterói, que também adotou o nome de MR-8, teve uma curta duração e não chegou a elaborar uma política global por meio de documentos.<sup>110</sup> O MR-8, que se consolidou na década de 1970, tem esse nome por referência à morte de Che Guevara, acontecida em 8 de outubro de 1967.

Ao contrário da ALN, a organização defendia a necessidade de se construir um novo partido marxista, e, na crítica ao PCB, indicava que o caráter da revolução no Brasil devia ser visto como socialista, em vez de burguesa.

Com o sequestro do embaixador norte-americano, juntamente com a ALN, em setembro de 1969, o MR-8 sofreu os primeiros golpes da repressão. Em 1970, prosseguem, no Rio de Janeiro, as operações armadas, intercalando êxitos e novas prisões de militantes. Mas, apesar dos sucessivos golpes repressores, nesse mesmo ano, o MR-8 ampliou seu trabalho, estabelecendo contatos em fábricas e áreas rurais. No entanto, entre 1971 e 1972, novos golpes de repressão quase liquidaram o grupo, obrigando sua direção a recompor no exterior o trabalho do MR-8 (REIS FILHO, 1990, p. 430).

Enfim, no mesmo processo de luta no interior do PCB, que gerou o aparecimento da ALN, do PCBR e do MR-8, outros grupos surgiram, entre eles estão a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente), reunindo universitários e funcionários da prefeitura de Belo Horizonte; e as Forças Armadas de Libertação

---

<sup>110</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 96.

Nacional (FALN), de Ribeirão Preto, além das “dissidências” de Brasília e de São Paulo.<sup>111</sup>

#### **4.2.11 - Partido Operário Comunista – POC**

O Partido Operário Comunista – POC foi formado em abril de 1968, resultado da união entre a ORM-Polop e a dissidência do PCB do Rio Grande do Sul. Entre 1968 e 1970, o novo partido se concentrou num trabalho de aproximação e agitação da classe operária nas grandes capitais, embora sua maior expressão tenha se dado no movimento estudantil, no qual atuava sob o lema de “Movimento Universidade Crítica”.<sup>112</sup> Suas propostas políticas assinalavam uma nítida continuidade da linha seguida anteriormente pela Polop.

Em abril de 1970, uma parte do grupo se desligou do POC para voltar a Polop. Os que continuaram no POC começaram a enfrentar divergências internas profundas, isso porque alguns círculos defendiam a atuação em conjunto com as organizações de guerrilha urbana (ALN, VPR, etc.), chegando a se envolver em operações armadas.<sup>113</sup>

Entre 1970 e 1971, o POC foi alvo de vários golpes da repressão, sofrendo com prisões de centenas de militantes, em especial em São Paulo e Porto Alegre, o que acabou comprometendo as atividades da organização.

#### **4.2.12 - Ação Popular – AP**

Formada em Salvador, em 1963, a Ação Popular, de acordo com Daniel Aarão Reis Filho, era composta por cristãos progressistas ligados à Igreja Católica, em particular a JUC – Juventude Universitária Católica. No momento inicial, definiu-se como movimento político ao invés de “partido”, e propunha-se a lutar por uma sociedade justa, condenando ao mesmo tempo o capitalismo e os países socialistas existentes.

Até 1964, a AP teve forte presença no movimento social, conseguindo a aderência hegemônica do movimento estudantil e influência significativa nas lutas e

---

<sup>111</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 97.

<sup>112</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 105.

<sup>113</sup> O partido publicou, embora sem regularidade, os jornais *União Operária* e *Universidade Crítica*, para operários e estudantes. Ver em: REIS FILHO, 1990, p. 232.

organizações dos trabalhadores rurais. Na área estudantil, na qual tinha maior peso, a AP ocupou as sucessivas diretorias da UNE, sem esquecer, no entanto, de penetrar os meios rurais e operários, sobretudo no Nordeste, através do Movimento de Educação de Base (MEB), o qual estava vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Essa organização tinha, desde a sua fundação, pontos de aproximação com o pensamento marxista, mas, após o golpe militar, ela reorganiza sua estrutura buscando apoio especialmente no meio universitário. A partir daí, tem início uma longa discussão para redefinir seus princípios políticos. Durante os anos de 1965 a 1967, imbuída em muitas polêmicas, a AP avança para a adoção do marxismo como guia teórico das suas atividades.<sup>114</sup>

Nesse debate, o grupo derrotado foi o que estava preocupado com as incompatibilidades que poderiam ser geradas entre a fé dos militantes e o novo posicionamento filosófico. O outro grupo identificou-se, então, com as ideias maoístas e com a revolução vitoriosa na China. Desse modo, no período que se segue, a AP se caracteriza como uma organização tipicamente influenciada por Mao Tse-Tung, e assume uma linha política bem próxima à escolhida pelo PC do B.<sup>115</sup>

Entre 1968 e 1970, esse espírito da Revolução Cultural Chinesa provocou um processo de “proletarização pela integração na produção”, ou seja, consistia em deslocar centenas de militantes para o trabalho em fábricas ou no meio rural, a fim de transformar sua composição social, marcadamente de classe média. Sobre isso, é relevante apontar que a maior parte desses militantes, não somente da AP, mas de uma maneira geral, os que militaram na luta armada nos anos 1960 e 1970, são pertencentes às classes médias urbanas, escolarizados, do sexo masculino e jovens (RIDENTI, *apud* ROLLEMBERG, 1994, p. 67). A ex-militante da AP Delsy Gonçalves nos conta sobre o processo do seu deslocamento para Cidade Industrial:

fui dar aula de português, que foi o que apareceu lá. E aí eu resolvi não adotar livro, eu trabalhava à noite no curso noturno. 99% das pessoas que estavam lá eram operários, das diferentes fábricas da Cidade Industrial. Inclusive uma fábrica de, uma fábrica, uma turma que era uma turma de crianças, nessa

---

<sup>114</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 100.

<sup>115</sup> Entretanto, na prática, o grupo não se envolveu em guerrilhas. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985. p. 101.



turma de pré-adolescentes, eu dava aula de matemática, porque eles trabalhavam na indústria têxtil, tá? Mas o restante era tudo adulto, todos eram adultos, de 5ª a 8ª, ou de 6ª a 8ª, eu dava aula de português, eu não adotei livro, porque eu queria trabalhar politicamente [...] Os meus textos eram textos que continham conteúdos políticos explícitos, aí eu trabalhava os conteúdos políticos e a parte de gramática [...] Então, era um trabalho grande que eu tinha, mas que, do ponto de vista político, foi absolutamente eficaz, entendeu? Porque nós conseguimos contato em todas as fábricas da Cidade Industrial a partir desse trabalho (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Com esse trabalho, em um colégio da região da Cidade Industrial, Delsy começou a se relacionar com diversos operários, com isso, penetrava o interior de diversas empresas, como ela nos conta:

dentro da Cidade Industrial inteirinha. Da Mannesmann, em todas as sessões, na Belgo, em tudo que era lugar, na Acesita, em todos os lugares, eu tinha aluno, então, foi [...] o que facilitou, né? porque a AP, na época, tava com política de integração na produção, mas como eu já estava dando aula, e esse contato, de uma professora, de repente integrar na produção, então, outras pessoas se integraram na produção, e como o meu trabalho tinha uma eficácia muito grande, do ponto de vista desses contatos, então, eu permaneci, dando aula e tal, até... aí logo depois da greve, ou antes da greve... maio... acho que foi maio de 60 e... a greve foi abril de 68, não é isso? A partir de maio, eu já não tive mais condições de dar aula, porque a pressão, a repressão tava grande, e aí eu saí, e aí eu fiquei só fazendo trabalho político nas portas de fábricas, e tal, reuniões a partir dos contatos que eu tinha... (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Delsy informa, ainda, que, entre os operários metalúrgicos, na Cidade Industrial, o núcleo dirigente da militância da AP era formado por ela, Ênio Seabra, Mário Bento, e Renato Godinho. O ex-sindicalista Ênio Seabra foi um dos militantes da área de produção citados por Delsy. Porém, este já era operário antes de 1964, não era estudante que foi integrado na produção. Ênio era uma liderança operária reconhecida e fazia parte da AP. Sobre essa liderança entre os operários, nos conta Delsy, a partir de um fato ocorrido na assembleia de 1º de maio, na Secretaria da Saúde:

ninguém ouvia o que que a pessoa falava porque ninguém queria ouvir aquilo, cê entendeu? As pessoas queriam puxar, era a saída dali pra fazer passeata e não sei o quê. E o Ênio tava cá atrás, na última fileira do auditório. Aí, na hora que ele sai, ele falou: “Não, eu vou ter que ir porque essas coisas aqui tá uma confusão...” Na hora que ele vai entrando, assim, e vai andando, na medida que as pessoas vão vendo que ele tá indo, o auditório de trás pra

frente vai silenciando de uma tal maneira que, quando ele chega lá na frente, você não ouve, você pode ouvir um mosquito voando entendeu? tamanha era o respeito, a autoridade, a liderança dele... Era uma coisa assim, impressionante. Era impressionante mesmo... (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Outros exemplos de militantes da AP que foram deslocados para fazer trabalho político como operários são Renato Godinho, José Afonso e Alcides. Delsy relata a participação desses militantes:

Renato Godinho era arquiteto, com escritório de arquitetura e tal, fechou o escritório dele e foi trabalhar na Polig, tanto que você vai ver, uma referência importante da Polig, passeata que é feita pela Cidade Industrial, ele tava dentro da Polig e vai liderar essa, essa, essa coisa, ele vira operário dentro da Polig... ele foi uma das pessoas mais importantes da AP na Cidade Industrial, acho que ele e o Ênio Seabra, foram as pessoas-chaves ali dentro. No início, depois, o Afonso Cruz, no comecinho, no comecinho, a AP manda pra lá, eu já estava lá dando aula, manda que eu falo assim, politicamente, né? pra poder começar o trabalho de reerguer inclusive e programar a retomada do Sindicato dos Metalúrgicos, que estava nas mãos de pelegos. Então, Ênio Seabra, eu, Afonso Cruz e Mário Bento. Eram as quatro pessoas inicial. As primeiras, em 67, entendeu?... Depois, o Renato vai pra lá, integrado na produção, depois outras pessoas. Um cara que é advogado, advogado trabalhista... José Afonso... tinha muitos militantes... A AP tinha muitos militantes lá, entendeu? Esse período de as pessoas irem pra integrar na produção, era capaz que tinha mais de dez. Em dez fábricas... Ah... a outra pessoa que tinha lá era o Alcides, a mulher do Alcides... a Maria Elizabete, ela era psicóloga e que foi deslocada pra fazer o trabalho lá e que morava na Cidade Industrial também... Ali era um efervescência completa, todas as organizações que tinham aqui em Minas tavam... (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Todos esses militantes estavam focados em fazer trabalho político nas fábricas de Contagem. A greve de abril de 1968 começou dentro da empresa Belgo-Mineira e, depois, alastrou-se para outras fábricas, mas, com o mesmo método: a interrupção do trabalho e a paralisação das atividades com permanência dos trabalhadores dentro das fábricas. Essa forma de organização foi influenciada por militantes da AP e de outras organizações que tinham membros dentro das fábricas, no bairro, no ambiente de vida dos trabalhadores. No caso da AP, relata Delsy:

O trabalho, pela própria orientação, ele era focado dentro da fábrica, né? [...] era tudo em função de oferecer o apoio ao trabalho nas fábricas. A gente passava noite inteira, o dia inteiro, porque a gente reunia de acordo com a

disposição dos trabalhadores, né? Aqueles que trabalharam de dia, nos turnos, às vezes, eles dormiam durante o dia e trabalhava a noite, então, a parte do dia a gente trabalhava, é com eles, fazendo reuniões das diversas fábricas, nos bairros, nas casas deles, então, de dia, a gente se ocupava com isso e de noite a gente fazia panfletagem nos bairro e nas portas de fábricas (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

No ano de 1968, após uma luta interna, surge uma nova organização dissidente da AP, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores).<sup>116</sup> Seus fundadores discordavam do maoísmo seguido pela direção e chegaram a pôr em prática algumas ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como relata Delsy:

tinha que passar pela luta armada, pra se conseguir a última coisa que era a sociedade socialista e tal. E que era, mas não era preparação agora, nós tinha que preparar, nós ia dá conta de sustentar a greve? nós ia dar conta de... não ia. Então, nós tínhamos que trabalhar no sentido de organizar consciência e tal, pra chegar nisso. A AP era, essa questão se colocava, mas não armada de imediato, que era o caso das organizações sindicalistas, né? elas achavam que tinham que partir (Delsy Gonçalves de Paula, entrevista ao autor, 16 de novembro de 2009).

Em 1973, a AP se incorpora ao PC do B.

\*\*\*

Entendemos que foram muitas as formas de manifestação contrárias à ditadura militar no Brasil, seja por intermédio da música, do teatro, do cinema, da imprensa alternativa ou, ainda, por ação dos grupos políticos. Nessa amplitude, buscamos as organizações e/ou grupos de oposição, mas no seu recorte temporal, 1968, em local específico, Contagem. No entanto, privilegiamos as organizações políticas que, fazendo oposição, por meio da luta armada ou não, chegaram a estabelecer algum tipo de ligação e/ou receberam inspiração de outros movimentos.

Primeira questão: “democracia”. A democracia ou a falta dela se apresentam sempre quando o debate é ditadura militar. Pensamos que a noção de democracia existente no Brasil, em 1968, é demasiado frágil conceitualmente. Mesmo que discutida pelos teóricos que trabalham com grupos de resistência no período, preferimos abordar

---

<sup>116</sup> Essa organização não será analisada aqui, porém, seus documentos estão disponíveis em REIS FILHO, 1990, p. 239-262.

esse tema entendendo que nem esquerda nem direita eram plenamente democráticas nos anos de 1960 e 70, se utilizarmos o conceito tal como é aplicado hoje,<sup>117</sup> considerando-se, é claro, que atualmente vivemos em uma democracia no Brasil.

Segundo Denise Rollemberg (1994),<sup>118</sup> a luta dessas esquerdas revolucionárias no combate à ditadura não visava à restauração da realidade do período anterior a 1964. Concorde com ela uma de nossas entrevistadas, Conceição Imaculada: “No movimento antes do João Goulart, havia o PTB, dentro da legalidade, era um governo que não era ditadura nem tanto democracia. O PCB falava através do PTB. PCB e PSB eram os representantes da esquerda, mas estavam na ilegalidade” (Conceição Imaculada, entrevista ao autor, 27 de janeiro de 2010). Dessa forma, podemos entender esses grupos lutando por algo ainda inexistente na história do Brasil, até 1968, a democracia, porém, formados e emaranhados em teorias nem sempre democráticas.

Junto a esse debate de democracia existente ou não na ideologia da esquerda, está o debate teorizado por Marcelo Ridenti sobre o termo “resistência”.<sup>119</sup> Em seu artigo, o autor discorre sobre a aplicação do termo às esquerdas armadas, pensando haver um tom mistificador nesse debate, pois ele carrega um sentido defensivo ao invés de ofensivo, mais à reação que à ação, enfim, a ideia de oposição predomina sobre a de revolução. Por isso, ao tratar de “resistência brasileira”, tem mais relevância o significado de combate à ditadura do que o de “ofensiva revolucionária”.<sup>120</sup> O tema é, no mínimo, controverso, porque os grupos políticos que fizeram oposição ao regime militar, nas décadas de 1960 e 1970, tinham, muitas vezes, inspirações nas revoluções cubana e chinesa,<sup>121</sup> e defendiam seu projeto como ofensivo e revolucionário, ao caracterizarem-se como esquerdas armadas.

Dessa forma, buscamos como objetivo deste capítulo, analisar algumas das principais organizações de esquerda e suas atuações, no período que abrange as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar no Brasil, e que fizeram oposição a esse

---

<sup>117</sup> “Se as esquerdas não eram democráticas nos anos 60, tampouco o eram as direitas e muito menos os centros. Não explicitar esse aspecto é dar margem a interpretações” (RIDENTI, 2004. p. 63).

<sup>118</sup> Ela defende que a esquerda estava comprometida com a construção de um futuro radicalmente novo, mas que o sentido da democracia era outro (cf. ROLLEMBERG, 2003).

<sup>119</sup> Pensar no conceito tal como foi aplicado na história europeia dos anos de 1940, ou seja, de combate ao fascismo. Para isso, ver: RIDENTI, 2004. p. 63.

<sup>120</sup> Ver: RIDENTI, 2004.

<sup>121</sup> Cf. a introdução de REIS FILHO; SÁ, 2006.

regime, mais especificamente, em Contagem, em 1968. Essas organizações, classificadas por Daniel Aarão Reis como “Nova Esquerda”, eram também uma alternativa à oposição representada pelo PCB. E, de alguma maneira, tiveram grandes implicações na sociedade e na política nacional. Partidos surgiram na clandestinidade, militantes foram presos, torturados e mortos.

Na obra de Aarão Reis, por “Nova Esquerda” entendem-se os partidos políticos e as organizações clandestinas que surgiram a partir de 1961, com a pretensão de ser um marco zero na política brasileira, rompendo com as tradições do país e, sobretudo, rejeitando a representação do antigo PCB, partido que significava o monopólio da representação esquerdista desde 1922. Porém, o autor alerta que a expressão “nova”, nesse contexto, significa “diferente”, e não deve sugerir a impressão de que se tem a intenção de caracterizar as forças políticas existentes até então como “velhas”, conotando um sentido pejorativo, de ultrapassadas.

Reis Filho e Sá (2006) apresentam uma visão sobre esses grupos, por meio da junção de uma série de documentos das organizações mais expressivas ligadas à luta armada no período aqui analisado. Embora esses documentos não tenham sido tratados como o foco central deste estudo, foram fundamentais para entendermos essas organizações, e a obra constitui-se como importante acervo histórico, além de ter um caráter facilitador para pesquisas ligadas ao tema.

Acreditamos na fundamental relevância da participação das organizações políticas na greve dos trabalhadores metalúrgicos de Contagem, em 1968. Porém, uma questão que polemiza Rollemberg (1994, p. 58) é que esses partidos ocupavam a posição de vanguarda, de elite que se imaginou à frente do processo revolucionário. Eles eram capazes de guiar as massas, legitimados pela teoria de que as elevariam, com o intuito de conscientizá-las, despertando a classe operária para o papel que, historicamente, lhe era destinado. Essa é uma afirmação que expressa parte do pensamento de pessoas que analisam as organizações políticas nesse período, no Brasil. Preferimos entender que o pensamento de vanguarda era presente, porém, no caso de Contagem, foram aproximadamente dezesseis mil operários na rua, e não sabemos se cabe o pensamento de vanguarda nesse caso.

Ao pensar no porquê do *fracasso* das esquerdas quando planejaram a revolução, é inevitável a análise do fator desarticulação somado à quantidade de organizações

existentes, pois essa infinidade de partidos e rupturas dentro da esquerda dificultava a formação de uma frente concisa para fazer oposição ao regime instaurado. Essas cisões serviam para diluir ainda mais o número de militantes, que nunca foi tão expressivo, em vários pequenos grupos.

Em suma, no período entre 1961 e 1972, essas organizações surgiram e foram destruídas pela repressão. Restou apenas o PC do B, que teve a sua guerrilha derrotada em 1974. Em 1972, os militantes da luta armada, com exceção os do PC do B, estavam mortos, presos, exilados, clandestinos no país. Segundo Rollemberg (1994, p. 66), a rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois motivos principais: a não identificação da sociedade com o projeto revolucionário, pois seus idealizadores pertenciam a classes sociais distintas da “população comum”, e o meio em que viviam (estudantes universitários, de classe média, em sua maioria) refletia uma realidade completamente diferente do povo, o que, de certo modo, levou ao isolamento; além da tortura, como recurso amplamente utilizado pelos órgãos oficiais para liquidar os militantes.

## Considerações finais

O objeto aqui pesquisado teve grande impacto social no município de Contagem, em Minas Gerais e no país. Impacto regional, uma vez que envolveu uma parte significativa da população da cidade; impacto no estado de Minas Gerais, pois questionava a política econômica desenvolvimentista do governo estadual; o impacto a nível nacional desencadeou outras ações e consequências ímpares. A greve de abril de 1968 teve repercussão nacional, como mostramos aqui, pois foi noticiada em vários órgãos de imprensa em todo o país. Dias após o evento pioneiro, em Contagem, surge a greve de Osasco: o movimento operário faz sua segunda aparição em cena após o golpe de 1964.

A greve dos operários de Contagem foi um movimento que teve longa duração no imaginário da população local, sempre lembrado em conversas entre sindicalistas, teve repercussão por décadas. Entendemos que a greve, enquanto fato, tem seu tempo reduzido, talvez, apenas o tempo dos dias de não-trabalho, de paralisação das atividades laborais, mas sua repercussão extrapola o tempo cronológico. Ela começa antes da paralisação, na ansiedade, na preparação, no burburinho, nas conversas e negociações, perpassa dias, semanas, meses e anos na consciência dos que participaram e no imaginário de quem escutou falar sobre.

O impacto na vida de alguns atores do evento também durou anos, e, algumas vezes, abriram feridas que não se fecharam ainda. Não devemos esquecer as perseguições, cassações, prisões e torturas. Uma sociedade inteira foi marcada por esse movimento.

O movimento trouxe uma contribuição importante, o “modo” de fazer greve, a paralisação começando dentro da fábrica. Para alguns, é o começo do “novo sindicalismo” e das comissões de fábrica, em que os trabalhadores se organizam nos seus locais de trabalho, fora da estrutura sindical tradicional. As greves posteriores, de 1979 e 1989, ressoam esse novo modo de conceber a ação. O novo sindicalismo, em sua concepção, prioriza uma cultura política que questiona aspectos estruturais; perguntamo-nos, então: começou esse novo sindicalismo em 1968? Em Contagem?

Esta dissertação resulta de uma investigação que buscou reconstruir esse acontecimento, com base em fontes documentais como: boletins do sindicato, jornais de organizações de esquerda envolvidos no acontecimento, imprensa escrita e documentos

encontrados no Arquivo Público Mineiro. Todavia, o objetivo central desta pesquisa foi a reconstituição do acontecimento a partir da memória daqueles atores nele diretamente implicados.

Dialogamos, aqui, com tais atores, que nos relataram suas memórias, experiências e lutas, lembranças e esquecimentos, a partir do que tivemos acesso à cultura, à tradição, aos costumes e formas de organização política contidos nessa classe operária. Priorizamos os sujeitos enquanto indivíduos atuando no coletivo. Analisamos o cotidiano, as condições de vida e de trabalho, as relações de poder contidos nas vivências desses trabalhadores naquele contexto sociopolítico. Dessa forma, consta nesta pesquisa a história da luta dos metalúrgicos de Contagem, em 1968, do ponto de vista daqueles que participaram dela.

Algumas questões sobre o objeto se levantaram, ainda no projeto de pesquisa: qual o fio condutor que liga o passado ao presente no imaginário operário? Em que medida o passado constitui uma possibilidade educativa de politização dos trabalhadores?

Tais questões iniciais foram sendo respondidas à medida que caminhávamos com a pesquisa, as permanências na memória e no imaginário dos operários comprovaram que há um fio condutor que possibilita, no presente, aprender com os movimentos do passado. E como observamos anteriormente, acreditamos tratar-se de um ciclo histórico que ainda não se fechou – as questões de fundo que estiveram presentes e que ocasionaram o movimento golpista, continuam sendo de uma desagradável atualidade; algumas reivindicações dos operários de Contagem, em 1968, continuam atuais, como melhores condições de trabalho e de vida.

A luta pelo não-esquecimento dos acontecimentos ocorridos durante a ditadura militar mobiliza, atualmente, movimentos sociais no país. A abertura dos arquivos da ditadura militar, a necessidade de revelar fatos, a anistia, são assuntos recorrentes. Acreditamos que a abertura honesta desse debate é importante para a história do povo brasileiro no que toca a construção de sua identidade. A abertura desse tema constitui, também, um processo educativo, no sentido em que educa o depoente, o pesquisador, o leitor e o Brasil.

Outra questão, que apareceu ainda no projeto: a greve era pautada por reivindicações específicas dos metalúrgicos de Contagem ou questionava a estrutura



política brasileira na época? Acreditamos que os próprios sujeitos demonstraram que não havia como ter uma pauta específica, quando *o quê* se questionava no nível local era o reflexo do projeto político-econômico nacional. A pauta dos trabalhadores era de melhores condições de trabalho, mas insurgia, dentro do movimento, o questionamento ao projeto desenvolvimentista e repressivo do governo militar.

Uma questão colocada na historiografia sobre o tema envolve a “espontaneidade” da greve de abril, relatada por Weffort (1980), questionada por Grossi (1979) e (Neves (1995). Acreditamos que tal espontaneidade pode ter acontecido na forma, no dia e na hora de parar o trabalho, e não no conceito do movimento. Durante entrevistas com os atores participantes, foi recorrente o papel das organizações de esquerda ativas na formação e na atuação política dos trabalhadores em Contagem. Os metalúrgicos não estavam alheios à política nacional e à atuação dessas organizações que, ao fim, formam parte importante da construção do movimento de 1968.

No primeiro capítulo, apresentamos nosso ponto de vista com relação à historiografia, aportes teóricos, além da metodologia utilizada para analisar nosso objeto, posição sempre vulnerável a questionamentos e ao diálogo. No início da pesquisa foram listados possíveis atores ligados à Igreja, ao movimento estudantil e a atividades artísticas. Porém, foi realizado o número viável de entrevistas, no prazo oficial estabelecido para o mestrado, sendo possível, em estudos posteriores, entrevistas que possam detalhar ainda mais o assunto. O resultado final representa a análise de uma rede de trabalhadores com implicância política, já que não foram encontrados trabalhadores fabris sem relação com essas organizações. Fica em aberto, portanto, o ponto de vista de trabalhadores sem qualquer implicação com o movimento grevista, analisando-se tais acontecimentos no período.

No segundo capítulo, situamos o local e o período do objeto, Contagem, 1968. Construimos um panorama político e apresentamos alguns aspectos históricos, demográficos e de ocupação da cidade; referendamos tais aspectos com suas implicações no objeto de pesquisa, ou seja, sua interferência na situação da classe trabalhadora no período.

No terceiro capítulo, na greve de abril, nas manifestações do dia 1º de maio e na greve de outubro de 1968, tentamos detalhar o possível a partir das fontes levantadas,

com descrição e análise. Além desses acontecimentos, analisamos a construção e a permanência dos mesmos, no espaço de tempo possível e relatado pelos entrevistados.

Observa-se a ausência de trabalhadores não organizados politicamente, com preponderância de depoentes ligados ao sindicato. A memória seletiva desse universo de depoentes certamente apontou para uma discussão política, daí o aparecimento forte das organizações, que tentamos delinear no capítulo posterior. Dessa forma, acreditamos que tal caminho pode ter levado ao enfraquecimento da abordagem da experiência do cotidiano fabril nesse período. Avaliou-se que, dadas as condições de realização da pesquisa, tal caminho adotado foi relevante e trouxe contribuições importantes para a historiografia.

A abordagem do quarto capítulo, sobre as organizações políticas, explica-se, assim, pela forte presença dessa temática nos depoimentos dos trabalhadores entrevistados. Além disso, vale lembrar que traz elementos para elucidar um velho debate na historiografia sobre o tema: o papel das vanguardas políticas na greve. Mapeamos todas as organizações que apareceram nos depoimentos, e tal mapeamento revelou envolvimento variado dessas organizações no acontecimento. Acreditamos que as organizações aqui mapeadas mereciam análise mais aprofundada, pois existem diversos documentos e vasta literatura que as acolhem; porém, devido ao tempo e do foco central – análise das greves metalúrgicas de Contagem em 1968 –, não foi possível realizar tal análise. Todavia, fica aqui uma sistematização que contribuirá, certamente, para uma pesquisa posterior mais aprofundada.

Mapeamos as organizações que tinham implicação direta com o objeto. O aprofundamento no estudo de tais organizações poderia, talvez, elucidar as estratégias e táticas revolucionárias e explicar a fragmentação da esquerda no período, bem como melhor explicitar o envolvimento com a greve, principalmente aquelas que estavam diretamente implicadas no acontecimento.

Longe de pretender abarcar toda a discussão sobre o tema, esperamos que essas contribuições possam constituir-se em estímulo para o fomento do debate e de novas investigações sobre o assunto.

## Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e Pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27-92.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980). São Paulo: Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 4-63.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Um relato para a história. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, v. I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. 6. ed. Mem Martins, Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Hucitec, 1991.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. História como memória social. In: \_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 8-53.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

Clavatta, Maria. A memória dos trabalhadores de classe subalterna a construtores da democracia. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, NETE/FAE/UFMG, jul./dez. n. 11. p. 33-48, 2002.

Delgado, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Dreifuss, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Dreifuss, René Armand; Dulci, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: Sorj, Bernard; Almeida, Maria Hermínia T. de (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 33-71.

Engels, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa de Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

Ferreira, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 5-18.

Fico, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 24, n. 47, p. 13-35, 2004.

Figueiredo, Lucas. *Olho por olho*. Os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Fonseca, Geraldo. *Contagem perante a história – 1716-1978*. Contagem: edição da assessoria de imprensa e relações públicas da Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

Federico, Celso. *A esquerda e o movimento operário*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1987.

Federico, Celso. 40 anos depois. In: Reis Filho, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 58-59.

Fundação João Pinheiro – FJP. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em nov. 2009.

Garcia, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1986.

Gaspari, Élio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Gorender, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GROSSI, Yonne de Souza. As greves de Contagem - 1968: notas para uma revisão crítica. *Cadernos Movimentos Populares Urbanos*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 1, p. 3-54, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HERNANDEZ, Ignácio Agero. *Memória operária*. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IMAGINAÇÃO SOCIAL, por Bronislaw Baczko. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1999.

LE SANN, Janine Gisele; FERREIRA, Soraya Aparecida. *Atlas escolar de Contagem*. Contagem: Perform, 1996.

LE VEN, Michel Marie. *Dazinho: um cristão nas Minas*. Belo Horizonte: O lutador, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos: (1955-1985)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo; Campinas: Boitempo; Editora da UNICAMP, 2002.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 16-28, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e movimentos sociais. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 17-21.

MUNIZ, Reynaldo Maia. *A estrutura sindical brasileira e a dinâmica do sindicalismo metalúrgico em Minas Gerais*. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política/FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1984.

NEGRO, Antonio Luigi. Pés e mãos do Brasil grande e potente: as greves de 1968, em Contagem e no ABC. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 6, n. 6, p. 157-183, jul./dez. 2002.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 4-57, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 3-47.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 38-40.

REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

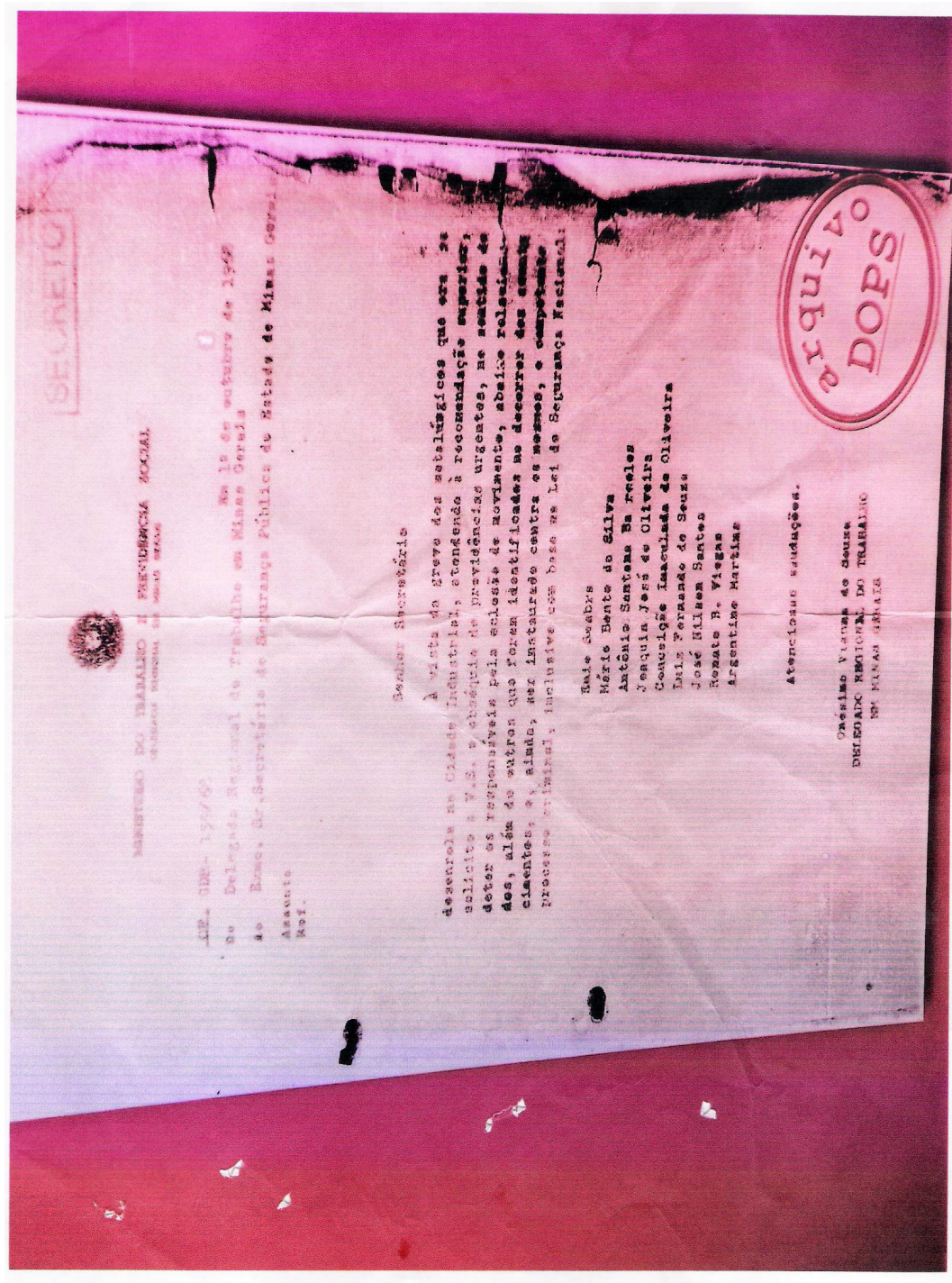
REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 11-37.
- ROLLEMBERG, Denise. A ideia de revolução: da luta armada ao fim do exílio. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 3-51.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil republicano*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 74-83.
- ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 9-40. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3).
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 39-62.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- VIEIRA, Maria A. de Miranda; ROCHA, Vicente Eustáquio. *A estruturação urbana de Contagem – Evolução e quadro atual*. Coleção Plano Diretor – v. II, Contagem, 1993.
- VIEIRA, Maria Clarisse. *Memória, história e experiência: trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968. *Cadernos CEBRAP*. São Paulo, n. 15, 1972. p. 2-59.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ANEXOS

Anexo 1: Documento do DOPS fornecido por Luís Fernando





## Anexo 2: Comunicado dos trabalhadores em greve

### A CLASSE TRABALHADORA EM GERAL

OS OPERÁRIOS DA CIA. SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA, PEDIM AOS COMPAÑHEIROS TRABALHADORES DE TODAS AS FÁBRICAS, QUE SOLIDAREM-SE COM SEU MOVIMENTO PACÍFICO DE REINVIDICAÇÃO SALARIAL, PARANDO SEUS SETORES DE TRABALHO, POIS, TODOS ESTÃO SENTINDO A FOME QUE NO MOMENTO ATINGE NOSTROS LARES.

COMPAÑHEIROS, A UNIÃO FAZ A FÓRÇA, SE TODOS DEMONSTRAREM O SEU DESCORTEMENTAMENTO, O GOVERNO TERÁ DE CEDER AS NOSSAS PRETENSÕES, NÃO QUEREMOS FAZER AGITACÃO, QUEREMOS SIM, E QUE NOSSOS DIREITOS HUMANOS SEJAM RESPEITADOS, PARA QUE POSSAMOS MANTER NOSSAS FAMÍLIAS E CRIAR NOSSOS FILHOS FORTES, PARA A GRANDEZA DO NOSSO

BRASIL

ESPERAMOS POR VOCÊ, AÍRE AGORA.

OS OPERÁRIOS DA CIA. SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA, PEDIM AOS COMPAÑHEIROS TRABALHADORES DE TODAS AS FÁBRICAS, QUE SOLIDAREM-SE COM SEU MOVIMENTO PACÍFICO DE REINVIDICAÇÃO SALARIAL, PARANDO SEUS SETORES DE TRABALHO, POIS, TODOS ESTÃO SENTINDO A FOME QUE NO MOMENTO ATINGE NOSTROS LARES.

COMPAÑHEIROS, A UNIÃO FAZ A FÓRÇA, SE TODOS DEMONSTRAREM O SEU DESCORTEMENTAMENTO, O GOVERNO TERÁ DE CEDER AS NOSSAS PRETENSÕES, NÃO QUEREMOS FAZER AGITACÃO, QUEREMOS SIM, E QUE NOSSOS DIREITOS HUMANOS SEJAM RESPEITADOS, PARA QUE POSSAMOS MANTER NOSSAS FAMÍLIAS E CRIAR NOSSOS FILHOS FORTES, PARA A GRANDEZA DO NOSSO

BRASIL

ESPERAMOS POR VOCÊ, AÍRE AGORA.

Anexo 3: Comunicado do chefe de serviço do DVS ao delegado

155

Bele Horizonte, 28 de abril de 1968

Ass: J. D. Fabio Bandeira de Aguiar

DD. Chefe do DVS.

Conforme sua determinação informo-vos a seguinte: - Todos os acontecimentos dos últimos dias de corrente mês, se deu em virtude da realização do VI Congresso do P.C.B. que faz cumprir as tarefas constantes da Resolução aprovada no referido conclave.

O que está acontecendo na Capital e interior, no que refere o movimento Sindical Brasileiro, principais Centros de agitação do Partido: Podemos notar o movimento das professoras primárias, a aproximação de estudantes, "Dia do Protesto" que foi realizado nesta Capital em recinto fechado na Secretaria de Assistência e Saúde e ultimamente o "Grêmio" dos Empregados Metalúrgicos de Belo Horizonte, que não teve duração maior por não encontrarem apoio das Escolas Metalúrgicas do interior do Estado.

Objetivo do extinto P.C.B.

é o de exprimir protestos dos  
trabalhadores, estudantes e  
funcionários públicos, quanto  
à política salarial e outras  
formas para agitar a nação.

Pode verificar o movimen-  
to "grevista" dos Metalúrgicos  
que teve início no dia 16 do  
corrente com o assalto de vários  
trabalhadores da Companhia  
Belgo Mineira, que diziam em  
voz alta que tomavam a  
profunda Companhia e quem  
se achava no interior da mesma  
não poderia cair e quem entr-  
-re ficaria sujeito aos fiques.  
- tes internos orientados por  
elementos do referido Sindi-  
-cato e estudantes não inte-  
-rificadores

Com o decorrer dos dias  
"greve" apurei que o Sindicato  
passava na cidade Industrial  
junto da Companhia Textil  
Santa Elizabeth, numa casa  
grande e isolada donde fa-  
-ziam suas reuniões e ditavam  
ordens aos trabalhadores  
para continuarem a "greve" e  
distribuíam Boletins com os  
seguintes dizeres - Agora Greve!  
16 de Maio, atacando Pelécos,  
Polícia e Patrões se referiam

32

O movimento contra o Arrôcho e Ditadura, também fizera su-  
focamentos em várias fábricas  
e muros da Cidade Industrial.  
Alegavam que não foi o Sindicato  
quem organizou a greve, mais  
que foi através dos próprios  
operários dentro da fábrica  
em grupos de 5 de mobilização,  
anti-arrôcho formadas em  
cada Seção

Mais tarde eu e o chefe  
da Seção do Arquivo do I.S.F.  
Departamento S. José Lima  
verificamos que o movimento  
era chefiado pelo Sindicato  
dos Empregados Metalúrgicos  
de Belo Horizonte, situado  
na Rua da Banca 570, sendo  
como chefe do movimento  
"Grevista" Enio Seabra -  
Homero de Almeida presidente  
do Sindicato dos Empregados  
em estabelecimentos Bancários  
de Belo Horizonte - Mário  
Bento da Silva - Comércio  
Imaculada - Família da Ci-  
verra - (da Coop. Belga - Kobacz)  
Felix Costa - (da Belga)  
Santana pres. do Sindicato  
e o Vice Presidente do Sind.  
Metalúrgicos de B. Horizonte  
Enio Seabra determinou

a todos trabalhadores assinarem  
o livro de presença a legando  
que a dia de serviço estarem  
quanto mediante esta assinatura  
Organizava o grupo de 5 e  
mandava os trabalhadores  
distribuir boletins subversivos  
na Cidade Industrial

Enio Santana e seus compan-  
-heiros permaneceram no Sindi-  
-cato durante este dia em  
patas fechadas por saberem que  
eram vigiados por todas as orgaos  
policias da Capital

Na madrugada de 25 de  
corrente foi detido o presi-  
-dente do Sindicato Autônomo  
Santana, pela Polícia Federal  
e posto em liberdade imedia-  
-tamente pois este foi detido  
por engano, assim nos informa-  
-res agentes do S.T.S.P.

Nós detivemos e conclu-  
-zimos a este departamento  
o comunista Mameu Sérgio  
da Silva - (seudônimo Paulo L...)  
que era fido no Barreiro  
como um elemento capaz  
de agitar os "guerristas"  
da Companhia Mameu

Conforme sua deter-  
-minação declaramos de  
permanecer nas negociações

do Sindicato, pois as 16 horas do  
dia 25 do corrente a Comissão  
de Mobilização para Greve che-  
fiada por Enio Seabra, foi  
conduzida para Assembleia  
Legislativa acompanhado  
dos Deputados e em carro  
oficial, logo depois de ouvido  
Enio Seabra, foi conduzido  
para sua residência acompa-  
nhado dos Deputados José  
Fernaz e Euzébio Adad. do  
M.D. 13.

Wilson Marques  
Ex. chefe de Carreiros do  
D. V. S.

Anexo 4: Jornal *O Globo* de 02-05-1968

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

Mod. 14

HISTÓRICO

Publicação

*O Globo*

Data:

*2-5-1968*

Setor:

Fôlha n.º

## Passarinho: A Agitação Foi Feita Por Estudantes da AP

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, recebeu informações dos órgãos de segurança nacional de que os conflitos ocorridos durante as comemorações do Dia do Trabalho, em São Paulo, foram previamente organizados por estudantes filiados à Ação Popular — organização extremista teleguida por Pasquim.

Paralelamente, os órgãos de segurança, em Brasília, informaram a O GLOBO que desde as 5 horas da manhã que os Policiais Operários (POLOP) arregimentava gente para a concretização dos planos, elaborados juntamente com o pessoal da AP. Por volta das 3 horas, a POLOP começava a deslocar sua gente, de Osasco, armada de correntes e barras de ferro.

O Ministro do Trabalho

passou o dia em seu gabinete, acompanhando as notícias vindas dos Estados onde havia comemorações programadas. Pela manhã, enviou a mensagem do Presidente Costa e Silva aos trabalhadores e, às 12 horas, concedeu entrevista coletiva, numa esplanada de Ipiranga.

À tarde, depois dos contatos mantidos com o Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, e com o próprio Governador Abreu Sodré, assegurou a O GLOBO que a situação não se agravaria e que a ordem seria mantida pelos órgãos de segurança.

A minoria radical que agrediu os próprios líderes sindicais e atingiu o Governador paulista não era constituição de trabalhadores.

Eis a nota: "Ouri do próprio Governador Abreu Sodré o res-

to das hostilidades ocorridas no capital paulista, hoje pela manhã. A minoria radical que agrediu os próprios líderes sindicais e atingiu o Governador paulista não era constituição de trabalhadores. A reação destas, sua proteção efetuada já na tarde, que os trabalhadores promoveram no Município de Marília, com evidência a falta de que não obtendo a ajuda dos trabalhadores e antes desmoronou as agitações. A situação não se agravou e a ordem foi mantida pelos órgãos de segurança. A minoria radical que agrediu os próprios líderes sindicais e atingiu o Governador paulista não era constituição de trabalhadores. Eis a nota: "Ouri do próprio Governador Abreu Sodré o res-





## Anexo 6: Comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos

### SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM

#### COMPANHEIRO METALÚRGICO,

Os trabalhadores que estão em greve, reunidos em Assembleia Geral já decidiram não aceitar a proposta de reajuste salarial de 10 % oferecida pelos patrões. Estamos exigindo um aumento mínimo que sirva para compensar os constantes aumentos do custo de vida.

Não estamos dispostos a aceitar um aumento mesquinho como o oferecido pelos patrões, o qual não resolve a nossa situação. Por isto decidimos continuar a luta enquanto não formos atendidos.

Apesar de inúmeras pressões sofridas por nós e por nossos companheiros, não desanimamos.

Unidos e firmes saberemos continuar a luta até conseguirmos a vitória. Alguns companheiros nossos, pressionados pelos patrões voltaram a trabalhar. São poucos esses companheiros.

Talvez eles não saibam que o simples fato de ter feito greve por um (1) dia poderiam ser dispensados e sem direito a indenização. Portanto, COMPANHEIROS, VOLTEM A ADERIR À GREVE ATÉ SOLUÇÃO FINAL, através de um Ato feito com o SINDICATO.

A maioria dos companheiros estão parados. VAMOS CONTINUAR EM GREVE!

Não aceitem as propagandas das TVs, RÁDIOS e JORNAIS dizendo para os companheiros voltarem ao trabalho. Procure o Sindicato para você ter certeza de como se encontra o movimento na greve.

AS NOTÍCIAS FALSAS SÃO PAGAS PELOS PATRÕES.

Tudo isto é mais uma prova de opressão que nós trabalhadores estamos sofrendo.

Mas estão muito enganados aqueles que pensam que vamos desistir da luta. É por isto que estamos nos organizando.

Para conseguirmos aquilo que queremos, exigimos:

- 1 - REAJUSTE DE 25 %, SEM COMPENSAÇÃO NO DISSÍDIO DE OUTUBRO.
- 2 - ABONO DOS DIAS DE GREVE.
- 3 - NENHUMA PUNIÇÃO AOS GREVISTAS.
- 4 - LIBERTAÇÃO DO COMPANHEIRO PRESO.

a) A DIRETORIA  
COMISSÃO DOS TRABALHADORES EM  
GREVE.

## Anexo 7: Comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos

### BOLETIM INFORMATIVO AOS TRABALHADORES

Número 1

#### PORQUE ESTAMOS EM GREVE

Nossa luta começou na terça-feira, quando os Companheiros da Belgc-Mineira entraram em GREVE. Depois foi a vez da S B E e da MANNESMANN. Nossa luta é uma só: contra a situação de miséria e de exploração que a Classe Trabalhadora está vivendo. E a nossa exigência é também a mesma: reajuste imediato de 25% (vinte e cinco por cento). Em setembro, tivemos um aumento miserável de 17%, muito inferior ao aumento do custo de vida. Da lá para cá tudo vem aumentando mais ainda: o gás, o arroz, o feijão, o aluguel etc. Enquanto uns poucos enriquecem, nossos familiares morrem de fome. Por isso, estamos hoje decididos a lutar com firmeza contra a exploração.

#### PORQUE A GREVE É UM INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES

Os patrões não trabalham como nós mas vivem do lucro de nosso trabalho. Quando a classe trabalhadora não luta e fica só pedindo para melhorar os salários, os patrões ficam enganando, como fizeram até hoje. Nós sabemos que todos os problemas que os trabalhadores têm, só são resolvidos pela luta dos trabalhadores. Por isso é que a GREVE é um instrumento de luta dos Trabalhadores. Quando paramos a fábrica, os patrões param de enriquecer e são obrigados a nos atender. E o que estamos fazendo hoje, mostram do aos patrões e ao governo a força que a Classe Trabalhadora tem.

#### A LUTA VAI CONTINUAR

Desde que os representantes da Belgc-Mineira iniciaram o movimento, os patrões e o governo vêm fazendo tudo para amedrontar e desanimar os que estão lutando. Primeiro, mandaram a polícia ocupar a Belgc. Mas nós já nos prevenimos por isso e continuamos nos firmes. Depois, disseram que a greve é ilegal; mas nós sabemos que ilegal mesmo é o fome e a miséria que estamos passando. E, por fim, veio aqui o Ministro Juracy Passarim, por ordem do governo e dos patrões, tentando nos passar a covardia e nos ameaçando. Disse o ministro que "a nossa greve é provocação". Provocação é o arrocho deles contra o Trabalhador e toda a povo operário. Eles são assim: usam de tudo para nos prejudicar. Os patrões, o governo e os seus ministros, a polícia, estão juntos para manter a exploração do Trabalhador. Mas nós não desanimamos, porque estamos recebendo o apoio de toda a Classe Trabalhadora, que vive a mesma situação nossa. Por isso, unidos e organizados, vamos vencer.

- 1) NENHUMA PUNIÇÃO INDIVIDUAL DE NENHUM
- 2) NENHUMA PUNIÇÃO AOS GREVISTAS.
- 3) ABONO DOS DIAS DE GREVE.

Ass.: Os Trabalhadores que se acham em GREVE.  
(BELGO - SBE - MANNESMANN)

**ATENÇÃO: NÃO DEIXE DE COMPARECER À ASSEMBLEIA DO SINDICATO MARCADA PARA O DIA 22 (segunda-feira), NA DELEGACIA DO SINDICATO, NA CIDADE INDUSTRIAL, ÀS 15:00 horas. Venha ao Sindicato.**

- Rua Comil Florerica, 55 -

**SE VOCÊ AINDA NÃO PAROU, PARE AGORA!..**

## Anexo 8: Jornal Última Hora de 26-04-1968

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

HISTÓRICO

Publicação

Última Hora

Data:

26.4.1968

Setor:

Fôlha n.º

# Polícia agora caça liderança operária

A intranquilidade é permanente na casa de Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e entre a família de Conceição Imaculada, secretária da entidade, porque o líder dos metalúrgicos foi preso na madrugada de ontem em frente ao Sindicato, pelos homens da Polícia Política, que estão de plantão lá 24 horas por dia. A direção da entidade acha que "a polícia está à procura de um bode expiatório para explicar um movimento grevista que só teve um líder: e fome". Santana foi solto seis horas depois.

Na casa de Antônio Santana, duas pessoas estão sofrendo. Sua mulher, D. Ivone Braga Barcelos e sua mãe, que vivem à ameaça constante do filho, apesar de ele não ter nada com a greve, e não ter ganho nada com o movimento e não ser oito noites sem dormir", segundo afirmaram.

### A DETENÇÃO

Antônio Santana foi detido pelos agentes do Departamento Federal de Segurança Pública mais ou menos à meia-noite de ontem, sendo solto às seis da manhã com as desculpas do delegado, que afirmou ter tido um equívoco, "pois a pessoa que nos queríamos prender é outra".

A secretária da entidade está desde anteontem na sede da entidade, e há mais de 10 dias não vai em casa, porque alguns grevistas ainda insistem em ficar no sindicato e ela não quer deixá-los lá, "porque seria um abandono irrecoerente", numa hora difícil em que eles viram ir por água abaixo todas as suas esperanças de conseguir salários melhores.

### CERCO

A cidade industrial amanheceu ontem em tranqüilidade,

da greve só sobraram os soldados da Polícia Militar, nas esquinas e em frente às fábricas que haviam parado. O comparecimento ao trabalho foi normal em todas as fábricas, e na Delegacia do Sindicato dos Metalúrgicos, na cidade industrial, não havia nenhum operário, mas só as pessoas que foram usar os serviços do Posto Médico que funciona no local.

Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos na Rua Bahia, ficaram alguns trabalhadores que foram suspensos por causa de participação na greve, e alguns que foram dispensados do serviço. Ficaram lá o dia inteiro, em companhia de alguns dirigentes, que fazem seus serviços de rotina.

### INQUETACÃO

No Sindicato era grande a inquietação por causa da presença dos policiais de plantão na portaria do prédio. Os policiais proibiram o funcionamento dos elevadores e todas as pessoas que entraram no salão da sede do Sindicato tinham que usar as escadas, como notadas pelos investigadores.

A toda hora chegavam os boatos de que teria sido de-

cretada a prisão de alguns e todos ficavam esperando o momento em que os agentes subiriam para cumprir o mandado. As duas horas da tarde chegou a notícia de que o secretário do Presidente Costa e Silva tinha chegado à Assembleia Legislativa e que queria a presença dos dirigentes do Sindicato, para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as consequências da política de arrocho salarial do Governo.

### AMEAÇA

A greve na Cidade Industrial se agravou por causa do estado de pânico em que ficaram os trabalhadores, depois da visita do Ministro Jacobas Passarinho, e das ameaças feitas pela televisão e pelos outros órgãos da imprensa — esta é a opinião dos trabalhadores que se concentravam, ontem, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Os grevistas acreditam que se não houverem tanta publicidade em torno das controvérsias do Ministro de Trabalho e das ameaças de intervenção ou a demissão em massa, a união dos grevistas não seria quebrada e a greve poderia durar muitos dias.

### PREPARAÇÃO

Os trabalhadores dizem que eles todos estavam preparados para agüentar uma greve prolongada, pois ninguém esperava uma vitória rápida, devido ao regime de polícia salarial existente no Brasil. De qualquer maneira, dizem eles, a vitória era certa e tudo dependia só de tempo. Pois os patrões não iriam resistir aos prejuízos.

No início do movimento, todos os trabalhadores que pretendiam entrar em greve foram advertidos pelos seus companheiros já parados de-

brar a gravidade da decisão, e se depois de pensar muito e que seriam. Por isso, os trabalhadores não acreditam que eles voltassem ao trabalho, e se não houvesse toda a propaganda feita pelo Ministro Jacobas Passarinho e pelas empresas.

### REPÓDIO

Apesar da comemoração do dia 15 de maio ser uma manifestação local e permitida em todo o País, e até com a participação de autoridades trabalhistas em Minas, os organizadores estão encontrando todas as dificuldades para promover a iniciativa, por parte do Governo, que se recusa a ceder o auditório da Secretaria de Saúde. Alguns padres já ofereceram os salões paroquiais, de suas igrejas para a manifestação.

A concentração do Dia do Trabalho, vai ser contra a "lei do arrocho" e também contra a "lei" que o Governo ofereceu aos trabalhadores a partir de maio, "porque esse arrocho não dá nem para ocuparmos o aumento dos ônibus e lotações feito essa semana", segundo a liderança dos trabalhadores.

### PALLATIVO

Os 10% oferecidos aos assalariados não servem sequer como pallativo, dizem, ontem, o presidente do Sindicato dos Bancários, Homero Guilherme, pois já foi anulado pelo aumento dos coletivos principalmente se quem o receber for um operário de salário-mínimo que mora distante em bairro distante, caso da maioria dos trabalhadores.

Os sindicalistas mineiros acreditam que é necessário desperdiçar os políticos para a realidade brasileira, com relação aos salários e fazê-los votar no Congresso, pelo menos um substituto como o do Senador Carvalho Pinto, que com algumas modificações poderia atender pelo menos em parte as aspirações dos trabalhadores mineiros.

Anexo 9: Jornal *O Sol* de 26-04-1968

DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

HISTORICO

Publicação: *O Sol*  
Data: 26.4.1968  
Sem: 10

**E a greve acabou, apesar de alguns operários insistirem em manter a unidade do movimento mesmo após a grande maioria já haver retornado ao trabalho desde ontem. Os operários encerraram o movimento sem afirmarem que estão satisfeitos com os resultados, mas atribuindo o término da parede às ameaças do Governo. A partir de ontem**



Nas fábricas só restam alguns PMs do olho nos líderes

## Greve acabou e repressão começa: DOPS quer os líderes

**TODAS AS FÁBRICAS** funcionaram normalmente ontem. Em todas o comparecimento foi de 100 por cento. Mas o policiamento continuou a ser feito fora das dependências das fábricas e em toda a cidade industrial. As autoridades estão mantendo um policiamento preventivo, para evitar qualquer surpresa.

**MINISTRO JARBAS PASSARINHO** voltou, ontem, para o Rio e saiu elogiando os operários da Cidade Industrial, que mantiveram pacificamente o movimento, embora ilegal. Afirmou que todas as vezes que os operários encaminharem dentro da lei suas reivindicações, acolherá suas pretensões, mas na ilegalidade nada poderá conseguir, pois o Governo está atento para coibir qualquer perturbação da ordem.

**DOPS PROCURA** líderes sindicais para prestarem declarações sobre o movimento. Segundo fontes credenciadas, o DOPS irá abrir inquérito para apurar as responsabilidades pelo movimento grevista, que foi considerado ilegal e foi visto pelo próprio Ministro Jarbas Passarinho, como "um movimento subversivo". A secretária do Sindicato dos Metalúrgicos está sendo procurada para depor.

Não podia descer. Almoçou e até dormiu lá. Só saiu quando o deputado Edgard da Mata Machado foi buscá-la para depor na CPL. Informações do sindicato confirmam que o DOPS procura outros operários para prestarem declarações. Mas até ontem, nenhum tinha sido localizado.

**O DIA 1.º DE MAIO** continua a ser preparado pelos trabalhadores. Grande número de boletins continua a ser distribuído na Cidade Industrial. Em todos os panfletos os diretores são os mesmos: "Dia 1.º de maio não é dia de festa, mas dia de luta". Conclama os operários a participarem da manifestação contra a

"lei do arrêdo". Todos os sindicatos estão planejando uma concentração pacífica, em protesto à lei do arrêdo salarial. Os estudantes também sairão com os operários e já está preparada uma passeata para o dia 1.º de maio. Com as ameaças de ser decretado o recesso estudantil, em todas as escolas o planejamento foi feito antecipadamente, a fim de evitar surpresas e pegar a classe desmobilizada. Mesmo que o recesso venha, está confirmada a participação dos estudantes nas manifestações do dia do trabalhador, ao lado dos operários.

A greve dos operários metalúrgicos terminou. Apesar de ter sido decidido em assembleia geral que o movimento continuaria e iriam tentar conseguir-se a adesão dos operários que retornaram ao trabalho o momento do encerramento do movimento foi silencioso, pois somente uma minoria decidiu pela sua continuação, sem

ter condições de liderança. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Antônio Santana, foi preso na madrugada de ontem e só foi solto pela manhã, por agentes do DOPS que alegam tê-lo confundido com outro e prenderam o homem errado. O DOPS está atrás de muitos operários acusados de serem os principais responsáveis pela greve.

**O MOVIMENTO** acabou apesar da decisão dos operários em assembleia geral. Todos que decidiram permanecer em greve, voltaram ao trabalho na manhã de ontem. Apesar de alguns operários estarem interpretando o movimento como uma vitória, outros acham que o movimento foi uma derrota total. Muitos já foram dispensados pelos patrões. A maioria dos que foram dispensados são da Companhia Muzum, onde o movimento foi iniciado, mas por falta de adesão não pôde continuar.

Anexo 10: Jornal *O Sol* de 26-04-1968

DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

HISTORICO

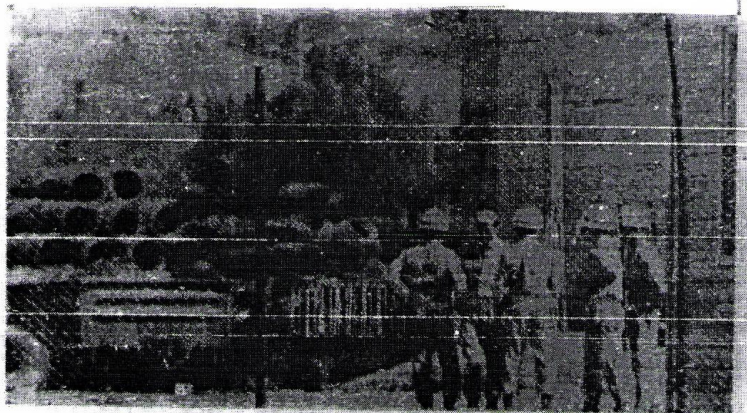
Publicação

Data:

Setor

*O Sol*  
26/4/1968

***E a greve acabou, apesar de alguns operários insistirem em manter a unidade do movimento mesmo após a grande maioria já haver retornado ao trabalho desde ontem. Os operários encerraram o movimento sem afirmarem que estão satisfeitos com os resultados, mas atribuindo o término da greve às ameaças do Governo. A partir de ontem***



Nas fábricas só restam alguns PMs de olho nos líderes

## Greve acabou e repressão começa: DOPS quer os líderes

TODAS AS FÁBRICAS funcionaram normalmente ontem. Em todas o comparecimento foi de 100 por cento. Mas o policiamento continua a ser feito fora das dependências das fábricas e em toda a Cidade Industrial. As autoridades estão mantendo um policiamento preventivo, para evitar qualquer surpresa.

MINISTRO JARBAS PASSARINHO voltou, ontem, para o Rio e saiu elogiando os operários da Cidade Industrial, que mantiveram pacificamente o movimento, embora ilegal. afirmou que todas as vezes que os operários encaminham dentro da lei suas reivindicações, acolherá suas pretensões, mas na ilegalidade nada poderá conseguir, pois o Governo está atento para coibir qualquer perturbação da ordem.

DOPS PROCURA líderes sindicais para prestarem declarações sobre o movimento. Segundo fontes credenciadas, o DOPS irá abrir inquérito para apurar as

responsabilidades pelo movimento grevista, que foi considerado ilegal e foi visto pelo próprio Ministro Jarbas Passarinho, como "um movimento subversivo". A secretária do Sindicato dos Metalúrgicos está sendo procurada para depor.

Não podia dizer. Almoçou e até dormiu lá. Só saiu quando deputado Edgard da Mata Machado foi buscá-la para depor na CPI. Informações do sindicato confirmam que o DOPS procura outros operários para prestarem declarações. Mas até ontem, nenhum tinha sido localizado.

O DIA 1.º DE MAIO continua a ser preparado pelos trabalhadores. Grande número de boletins continua a ser distribuído na Cidade Industrial. Em todos os panfletos os dizeres são os mesmos: "Dia 1.º de maio não é dia de festa, mas dia de luta". Conclama os operários a participarem da manifestação contra a

"lei do arrôcho". Todos os sindicatos estão planejando uma concentração monstro, em protesto à lei do salário. Os estudantes também sairão com os operários e já está preparada uma proposta para o dia 1.º de maio, com as ameaças de ser decretado o recesso estudantil, em todas as escolas se planejamento foi feito antecipadamente, a fim de evitar surpresas e pegar a classe desmobilizada. Mesmo que o recesso venha, está confirmada a participação dos estudantes nas manifestações do dia do trabalhador, ao lado dos operários.

A greve dos operários metalúrgicos terminou. Apesar de ter sido decidido em assembleia geral que o movimento continuaria e hurrhhrrrr tentado conseguir a adesão dos operários que retornaram ao trabalho o momento do encontro do homem pois somente uma minoria decidiu pela sua continuação, sem

ter condições de liderança. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Antônio Santana, foi preso na madrugada de ontem e solto pela manhã, por agentes do DOPS que alegam tê-lo confundido com outro e não identificado no mesmo estado. O DOPS está atrás de muitos operários acusados de serem os principais responsáveis pela greve.

O MOVIMENTO acabou apesar da decisão dos operários em assembleia geral. Todos que decidiram permanecer em greve, voltaram ao trabalho na manhã de ontem. Apesar de alguns operários estarem interpretando o movimento como uma vitória. Outros acham que o movimento foi uma derrota total. Muitos já foram dispensados pelos patrões. A maioria dos que foram dispensados são da Companhia Mineração, onde o movimento foi iniciado, mas por falta de adesão não pôde continuar.

Anexo 11: Relação das pessoas detidas durante a greve de outubro

RELAÇÃO DAS PESSOAS DETIDAS, DURANTE A GREVE DOS METALÚRGICOS

Vitor Hugo Gomes	eletricista
Heraldo Tenfúrio Gonçalves	
Pedro Garcia	metalúrgico
Luís Marcos de Magalhães	trabalha por c/própria
Oswaldo Siqueira Galantine	eletricista
Leonardo Corrêa de Melo	bancário
Paulo Guilherme Versiani Martins	bancário
Edson Moreira	metalúrgico
Luiz Inácio Magalhães	garçon
Danilo Della Croci	bancário
João Vieira	escriturário
Carlos Antônio Melgaço Valadares	
Otávio Martins Vieira Filho	bancário
Antônio Netto Barbosa	estudante
Ricardo Peixoto Braga	estudante
Pedro Sebastião Rodrigues	metalúrgico
Raimundo Moreira Reis	bancário
Paulo Guilherme Rosa	metalúrgico
Angelo Pereira	motorista
Helio Francisco Palhares	bancário
Benedito Pedro de Paula	metalúrgico
Wilson Dias de Araujo	metalúrgico
João Afonso	metalúrgico
Marcos Antônio Coelho de Amorim	bancário
Maria Luiza de Araujo	func. da J.M.A
Aguinaldo Anacleto Antão	servente
Paulo Guilherme Rosa	escriturário
João Vieira	metalúrgico
Renato Brandão Viegas	mecânico
Anestizo Rodrigues Vicente	motorista
José Maria de Freitas	
Leonardo Franco	bancário
Myron Pinto Toscano Barreto	bancário
Sebastião Soares Benevides	metalúrgico
Paulo Domingos de Souza	galvanizador
Leônícia Firmão de Souza	func. da J.M.A
Hélio Domingos de Souza	comerciante
Jurandir Paulo da Silva	operador
Joaquim Galdino dos Santos	metalúrgico

segue . . .

Raimundo Guerra  
Benedito Ouedes  
Maurílio José Coelho  
José Pereira Idelfonso  
Renato Godinho Navarro  
José Anastácio Machado  
Sebastião de Carvalho  
Geraldo Moraes Pinto  
José Jonas de Carvalho  
Geraldo Maurício Angelino  
João Batista Rodrigues  
Enio Seabra  
Luiz Eduardo Grapina Lima  
Nelisa Evangelista Espinola  
Antônio Belo  
Barcelar Antônio Bustáquio  
Otavino Alves da Silva  
Hilton de Freitas Carvalho  
Bustáquio Pinto de Oliveira  
Sreina Gomes de Oliveira  
José Antunes Pereira  
José Vanâncio de Souza  
Leão Justino da Silva  
Joaquim José de Oliveira  
João do Carmo Svaristo

contração. II

ferroviário  
trab. na Fohlig Beckel de A  
idem  
idem  
idem  
idem  
banário  
idem  
idem  
idem  
idem  
idem, digo, metalúrgico.  
metalúrgico  
idem  
idem  
idem  
Marechal  
Refrigeração Ir. Pita  
s/ocupação atual  
CI/BC  
S.B.S.  
Magnesita  
Única S/A  
idem  
estuda e curso primário

Anexo 12: Jornal Última Hora

VERIFICAÇÃO DE JORNAL

Minas na frente contra arrôcho



Os trabalhadores mineiros aderiram à "Frente Nacional contra o Arrôcho", proposta pelos sindicatos de São Paulo, e vão participar do Congresso Nacional de Trabalhadores, a ser realizado dentro de dois meses, para traçar novas linhas de luta "contra as leis que oprimem os operários de todo o Brasil". O movimento intersindical de Minas analisou os problemas que atingem o movimento trabalhista nacional e distribuiu nota oficial a respeito.

O Encontro Nacional dos Trabalhadores será em uma data coincidente com o fim das leis de arrôcho, que deixam de vigorar no dia 16 de julho deste ano. A manifestação nacional dos trabalhadores está sendo organizada pelos seguintes sindicatos paulistas: Bancários, Têxteis, Gráficos, Metalúrgicos, e dos Trabalhadores em Entidades Culturais.

**PROBLEMAS**

Os problemas que estão prejudicando os movimentos operários brasileiros foram analisados pelos líderes do movimento intersindical mineiro que distribuíram nota com as suas conclusões. O documento diz o seguinte: "O movimento intersindical, tendo em vista os acontecimentos que ocorreram nas prisões de diversos estados e posteriormente de líderes sindicais e operários, nas manifestações profundamente democráticas dos trabalhadores no dia 1 de maio, desta universalmente consagrada aos que se dedicam ao engrandecimento de sua pátria, vem à público esclarecer o seguinte:

"As manifestações programadas se limitam ao recinto fechado — obedecendo a leis que limitam a participação popular no processo social — como forma ainda permitida de participação. Mas por revolta, radicalização ou emocionalismo, o plenário heterogêneo em sua maioria determinou a cada 15 dias, reconhecendo como forma mais válida de protesto as prisões públicas subvertendo a importância de uma concentração em recinto fechado, mesmo permitida".

**SACRIFÍCIO**

A nota continua afirmando: "A única nos protestos e contra o chamado arrôcho salarial, que se resume numa política econômica-financeira de caráter irreal, porque joga o ônus todo e seu ônus sobre a classe trabalhadora, na medida em que facilita aos poderosos as possibilidades de maiores aquecimentos sempre à custa dos trabalhadores".

"A posição da união das diversas entidades representativas dos trabalhadores — a Interindústria — é de lamentar e acenar, criticar e sua própria delicadeza na direção dos trabalhos — fator que comprova sua experiência — por ser um líder que oriunda em condições extenuantes. O líder deve ser um comprometido para e simplesmente com uma subjetiva e fundamentalmente em suas perspectivas de luta.

**CONTINUAÇÃO**

O documento da Interindústria conclui dizendo "Os acontecimentos do dia 1 de maio, surgidos a revelia dos trabalhadores e a intervenção governamental não devem servir de motivo a desânimos, amedrontamentos ou concessões. Nossa luta se inicia e devemos dar-lhe sequência e superar suas falhas.

"Dia 16-7-68 os trabalhadores serão chamados a protestar e a exigir o fim das leis dos "arrôchos". O caminho mais certo para a vitória é o da luta e o povo não deve apenas reconhecer os seus direitos, precisa exigí-los".

**ALIANÇA**

Os trabalhadores mineiros afirmam ainda que os problemas dos trabalhadores paulistas e de todos os Estados são os mesmos que afirmam os seus companheiros de Minas, e por isso estão dispostos a ir a São Paulo, ou a qualquer outra Estado escolhido, para estudar conjuntamente as soluções.

Até o dia do encontro nacional os líderes sindicais mineiros vão continuar a estudar o que deve ser feito, tanto a cada categoria em particular, no sentido de mobilizar todos para pressionar junto ao governo, imediato a adoção de nova legislação econômica depois do dia 16 de julho.



Anexo 13: Jornal Última Hora de 26-04-1968

**Empresas  
punem 22  
operários**

H

As demissões de operários na Cidade Industrial já começaram e ontem foram dispensados 22 empregados de duas firmas: a Brasilit e a Minas Aço S. A. Os operários da Brasilit afirmam que as demissões foram ilegais porque lá não houve greve, e os da Minas Aço disseram que nenhum dos dispensados participaram dos movimentos grevistas. Todos eles já recorreram à Justiça do Trabalho.

Na Brasilit, foram dispensados 10 empregados que trabalham na seção de materiais pré-fabricados, tendo recebido a comunicação de fim de manhã que não deviam mais voltar para trabalhar, porque "haviam sido indisciplinados no dia 23-4-68 e a empresa resolveu dispensá-los por justa causa", segundo a comunicação entregue a eles pelas empresas.

**INJUSTICA**

Os operários que afirmam estar sofrendo uma injustiça, pela não-tiveram com a greve, são os seguintes, na Brasilit: Ezequiel Coelho, Antônio de Barros, Lino Augusto, José Cirilo Carvalho, José Matosinhos, Antenor Luciano Ferreira e mais quatro que ainda não entraram na Justiça.

Na Minas Aço, foram demitidos: Raimundo Miguel Soares, José Vicente Ferreira, Vicente Cândido da Silva, José Jerônimo Ferreira, Alvaro João de Deus, Maurício Correia, Geraldo Antônio dos Reis, Gentil José, Alton Pereira de Oliveira, José Marcos, Benvidio Guimarães.

**CONCORDATA**

Os operários da Brasilit não sabem explicar por que foram demitidos, já que na sua empresa não houve greve, enquanto os da Minas Aço explicam que a sua dispensa é uma consequência da concordata requerida pela firma.

Os operários demitidos já entraram na Justiça, contra as duas empresas, e ontem foram ao Sindicato dos Metalúrgicos pedir ao advogado da entidade para representá-los. Além disso, pretendem ir a todas as redações de jornais "para denunciar as injustiças de que foram vítimas".

**PAGINA 2**

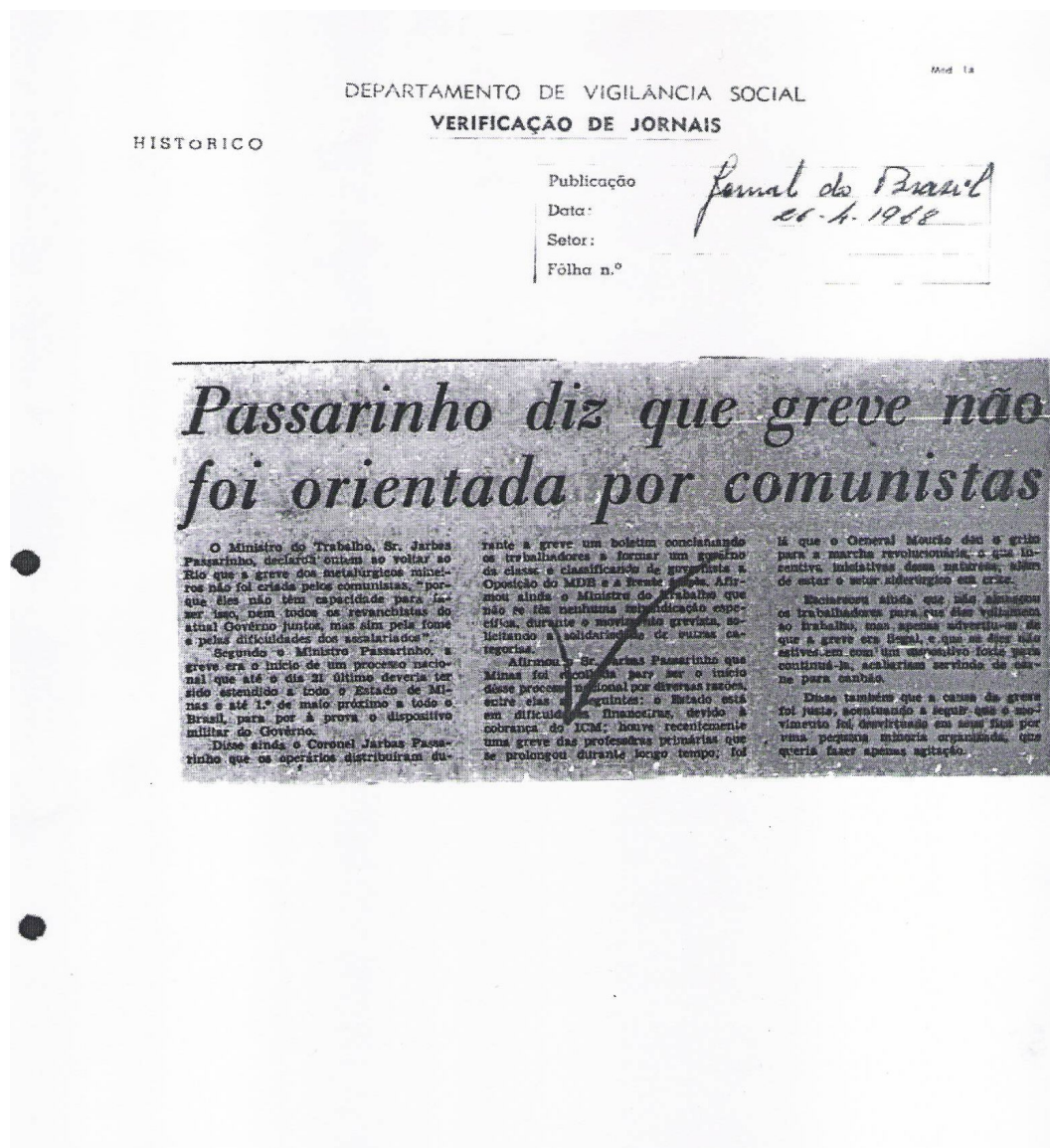
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

Mod. 14

Publicação	<i>Última Hora</i>
Data:	<i>26-4-1968</i>
Setor:	
Fôlha n.º	

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Anexo 14: *Jornal do Brasil* de 26-04-1968



Anexo 15: Jornal *O Sol* de 26-04-1968

Mod 14

DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

HISTÓRICO

Publicação: *O Sol*  
Data: *26 4. 1968*  
Setor:  
Fôlha n.º

---

### CPI QUE APURA A GREVE CONCLUI O ÚNICO CULPADO É A FOME

Os deputados federais da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a política salarial do Governo vieram ontem a Belo Horizonte para ouvir os operários metalúrgicos da cidade industrial e os seus patrões. A CPI é composta de 11 deputados, e entre eles dois mineiros: Edgar da Matta Machado e Útilino de Carvalho. O presidente e o relator são os deputados Franco Montoro (MDB-SP) e Gabriel Hermes (Arena-PA).

O primeiro a depor foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o operário Antônio Santana. Afirmou que na madrugada de ontem foi preso por agentes federais e só ganhou a liberdade por volta de oito horas. Nesta manhã revelou respondendo a perguntas dos deputados que o último reajuste salarial concedido aos operários se deu em novembro do ano passado, na base de 17% e que os metalúrgicos também em média 125 cruzados novos.

ANTÔNIO SANTANA disse ainda que os operários, mesmo com o abono de 10%, não ficaram satisfeitos e só voltaram aos trabalhos por causa da intimidação que causaram as declarações do Ministro Jarbas Passarinho. Declarou também que tomou conhecimento de especulações de que operários haviam grevado, apesar de ilegal, foi pacífica e visava apenas a obtenção de salários mais justos.

A reunião foi suspensa por 15 minutos, e, logo em seguida, depois o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos, Sr. Cláudio França, este foi rápido em seu depoimento, di-

zendo que não estava informado da causa da greve. "Ela foi de surpresa, mas foi desafiada porque os operários estavam com fome". O advogado disse também que o movimento se realizou porque os operários ficaram com medo de perder o emprego.

A BELGO-MINEIRA se recusou a qualquer entendimento com os trabalhadores, segundo o Sr. Cláudio França. E, ao concluir, mostrou que dentro da atual conjuntura brasileira, o trabalhador não tem condições de reivindicar um cair na realidade.

A fim de mais, o deputado Dalmir Vieira (PDS-SC) afirmou a CPI que a greve causou danos aos empresários e a política salarial está ligada com o trabalhador. "os operários exigiram a indenização por danos a saúde". O deputado mostrou que a fome do operário foi a responsável pela greve, e não a cobrança de salários policiais, momento para impedir que reivindicassem o pão.

NOSSAS últimas notícias sobre uma queda do poder aquisitivo do trabalhador na ordem de 20%. Essa conclusão é do deputado Franco Montoro, presidente da CPI. Ele não quis fazer comentários a respeito da política salarial do Governo e segue hoje para São Paulo com os seus companheiros onde ouvirá líderes sindicais e donos de empresas. As últimas etapas dos depoimentos serão em Recife e na Guanabara.

Anexo 16: Jornal *Diário da Tarde* de 26-04-1968

Mod. 14

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIAL  
**VERIFICAÇÃO DE JORNAIS**

HISTÓRICO

Publicação	<i>Diário da Tarde</i>
Data:	<i>26-4-1968</i>
Setor:	
Fôlha n.º	

## Greve demitiu 20 e prendeu 3

As consequências da greve já surgiram: prisão de outros três, inclusive do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, e ameaça de intervenção no Sindicato de Montevide, onde o presidente, João Galvão, conhecido como "Poetão", faz o mais do que devia, segundo as autoridades.

Antônio Santana, o presidente do Sindicato eleito várias vezes pelo seu equilíbrio, passou a noite de ontem sentado numa cadeira do Departamento de Polícia Federal, no Edifício JK. A uma hora da madrugada ele deixou o prédio do Sindicato, quando vários agentes do DFP acaram-se dele, amarrando a voz de prisão. Antônio não resistiu e foi levado ao JK. Chegando lá mandaram que ele se sentasse numa cadeira e nele ele passou a noite. As 7 horas da manhã, um dos agentes disse:

— Desculpe, prendemos você por engano. Pode seguir em frente.

**Oportunidade**  
Na Brasília, a fábrica de tubos, segundo contam os operários, não houve nem ameaça de greve. Nestes três dias de paralisação na Cidade Industrial a fábrica funcionou normalmente. Mesmo porque os operários da Brasília não pertencem à categoria grevista.

Eles são associados do Sindicato da Construção Civil e outros são metalúrgicos. Os dois sindicatos apenas se lembram de uma briga de ocasião não por eles, mas por dois fiscais de confiança da firma — Olavo e João. A briga começou na terça-feira, dia 23. Eram 18 horas, na hora de marcar ponto. Os dois fiscais e mais os dois fiscais conversaram alegremente, quando um dos fiscais, por brincadeira, disse que não queria ir voltar para trabalhar depois do jantar. Uns riram, outros continuaram a falar sobre a greve, mas às 18 horas e 30 m (Os trabalhadores têm meia hora "para a hora") todos voltaram e assinaram o ponto. Mais tarde, já na hora da saída, às 22 horas, o fiscal mandou que eles parassem o serviço, como fazem todos os dias, para limpar as

bóias e os avarias, por recomendação da própria direção da empresa. No momento da limpeza, eles conversaram alegremente e alguns chegaram a brincar de greve. Foi neste instante que perceberam a presença do engenheiro encarregado de assessorar — anotando o número de cada um — ao ligaram para aquele fim, apesar de estar saindo, marcaram o ponto e dali cada um tomou o rumo de sua casa. No outro dia, às 14 horas, todos estavam no ponto, e passou nos minutos que eles marcaram o ponto. Disse que tinha recebido ordem de dizer a eles que fossem diretos para o escritório para aceitar as contas. Chegando ao escritório cada um recebeu um bilhete, assim:

— Tendo em vista seu procedimento ontem, dia 23 de abril de 1968, cometendo atos de indisciplina e insubordinação, a empresa resolveu dispensá-lo por "falta grave" com efeito imediato.

O bilhete continha assinado pelo sr. Giovanni, que os operários dizem não ser o chefe da Seção Pessoal e sim o chefe da Seção Mecânica. Outra coisa que acharam estranho: apenas um dos funcionários da seção de desmontagem de chapas, onde trabalhavam, não recebeu a demissão. Chama-se Art e tem um cunhado que é chefe na empresa. Da fábrica os operários demitidos foram diretos para a Justiça do Trabalho, onde devem voltar dia 31 de maio e 27 de junho, às 12h 45 m, para audiência.

Aqui estão os demitidos:

José Cirilo de Carvalho, casado, dois filhos, funcionário há quatro meses; Sebastião Coelho, solteiro, um ano e três meses; Antônio G. F. da Silva, solteiro, dois meses; Antônio Graciano Pereira, casado, dois filhos, sete meses; José Matosinhos da Fonseca, solteiro, 4 meses e 22 dias; Paulo Augusto, casado, 7 meses; Milton de Barros, casado, 4 meses; Osvaldo Rita, casado, dois anos de casa.

**Marcados para demissão**

Na Minster S. A. doze outros operários receberam o recado de demissão, mas desconham de uma coisa: apenas os mais velhos de casa, os que tinham carteira anotada há muito tempo, foram mandados embora. Na Minster não houve comunicação oficial da demissão. Apenas dispensaram oralmente os operários. Alguns com sete anos de casa, como é o caso de Milton Pereira de Oliveira, casado, e pai de duas crianças. Um outro estava de férias e mesmo assim foi mandado embora. Chama-se Raimundo Miguel Lopes. José Jerônimo Pereira trabalhava na Minster há 3 anos e 3 meses. Raimundo Miguel Lopes, o que estava de férias, tinha 4 anos de casa. Vicente Cândido da Silva trabalhava na Minster há 5 anos. Tem um filho. O outro demitido: José Vicente Pereira (2 anos e 6 meses). José Marcos, Revivino Guimarães, Raimundo Jardim, Maurício Corvelas, Geraldo Antônio dos Reis e Genival José. Nenhum deles recebeu indenização.

Há dois operários presos: Moisés de Sá, da Poltek, Hechal e Geraldo de Sá, da Sociedade Brasileira de Eletrofluência. O primeiro hoje está pedir à polícia que os soltem.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO  
1968, de acordo com o disposto no art. 14  
do Decreto nº 17.703 de 30 de Janeiro de 1968, e  
de acordo com o art. 1º da Lei nº 1.370 de 27 de  
Abril de 1967, que dispõe sobre a  
transferência de arquivos de microfilmagem  
para o Arquivo Público Mineiro.

Anexo 17: Jornal *Última Hora* de 26-04-1968



Anexo 18: Diário da Tarde de 02-05-1968

Mod. 14

DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SOCIAL  
**VERIFICAÇÃO DE JORNAIS**

HISTÓRICO

Publicação	<i>Diário da Tarde</i>
Data:	<i>2.5.1968</i>
Setor:	
Fôlha n.º	

## Havia PM por todo lado

O dia do Trabalho teve muito soldados na rua. Desde cedo foi montado o esquema de segurança. E não apenas no centro da cidade, mas em todos os bairros e vilas havia sempre uma dupla de PMS, a certa distância.

Os agentes do DOFS percorriam as ruas centrais, alguns sempre levando bombas de gás lacrimogênio. Agentes estiveram movimentados, muitos foram designados para vigiar as lojas médicas e estudantes.

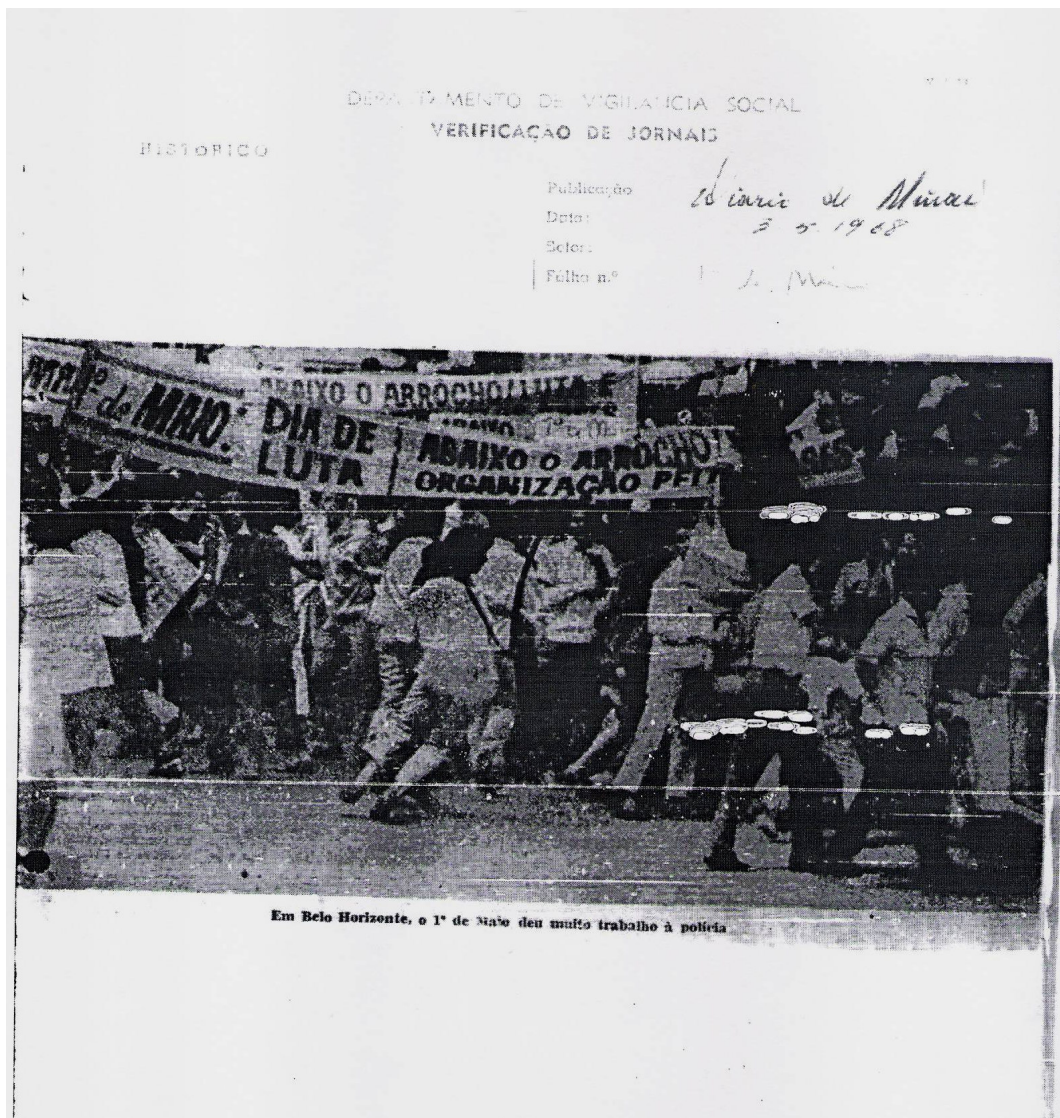
Mas o povo passava tranquilo. A presença do forte esquema de segurança parecia retirar um pouco do caráter festivo do dia.

No conjunto residencial do IAPL no bairro de São Cristóvão, havia uma verdadeira concentração de forças, com a presença de alguns pelotões armados da Polícia Militar. Também nos conjuntos de casa populares, tanto da Calçadara como de D. Cabral, era grande a movimentação militar. No centro da cidade as duplas de PMS iam e vinham armados de revólver e casaca-

tetas, sendo revesadas à tarde.

No Ministério o policiamento foi reforçado. A Guarda Civil aumentou o número de guardas adultos e deixou as guardas mirins apenas em locais considerados de menor perigo, caso houvesse algum princípio de agitação popular.

Anexo 19: Jornal *Diário de Muriaé* de 03-05-1968



Anexo 20: Jornal *O Sol* de 14-05-1968

PE 157  
Antonio Santana

HISTÓRICO

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

Mod. 14

Publicação	<i>O Sol</i>
Data:	14. 5. 1968
Setor:	
Fôlha n.º	

**Eles sabem que não podem parar a luta porque a vitória chegará**

Com a libertação de Enio o Sindicato dos Metalúrgicos já começa a agir em outros campos. Conforme informação do presidente, Antônio Santana, o problema mais grave, no momento, é o do desemprego de 320 operários da MAFEP-SA. A firma se encontra em crise, não podendo mantê-los ali. Santana diz que talvez possa encontrar uma solução para o assunto através de uma audiência que terá com o Ministro de Minas e Energias, em dia ainda não estabelecido.

Onésimo Viana, Delegado Regional do Trabalho, procurado pelo presidente do Sindicato, passou um telex ao Ministro do Trabalho, não tendo até o momento nenhuma resposta.

Os 29 operários dispensados na época da greve continuam na rua. Onésimo Viana nada fez neste sentido. Antônio Santana se encontra insatisfeito com o delegado e também com o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, dizendo que o Ministro não cumpriu com a sua palavra, quando prometeu que nenhum grevista seria mandado embora. O problema dos 29 operários já se encontra na Justiça para ser solucionado. Falou Santana que "não sei o que alegrará a BRASILIT. As outras empresas alegrarão que foi por motivo de greve".

Santana diz que não acredita mais em palavras de ministros aegar o mesmo, pois seus funcionários se encontravam em trabalho".

O Movimento Intersindical já está se movimentando a procura de uma nova tática para uma luta aberta contra o arrocho salarial. Todos os Sindicatos ligados a este movimento estão dispostos a qualquer coisa. Homero Guilherme de Almeida, Presidente do Sindicato dos Bancários, diz que todos estão unidos, mas é preciso muito senso, para que se faça uma luta firme e certa.

Finalizando, falou que "a luta se resume em uma política de caráter irreal, porque o Governo joga e impõe sobre o trabalhador, em uma radical desvalorização do homem e do seu trabalho".



Anexo 21: Jornal *Diário de Minas* de 10-09-1968



Mod. 14

DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SOCIAL  
VERIFICAÇÃO DE JORNAIS

HISTÓRICO

Publicação	<i>Diário de Minas</i>
Data:	10-9-1968
Setor:	
Fôlha n.º	

# Passarinho em Minas para impedir greve

BRASILIA (AJB) — O ministro do Trabalho, sr. Jarbas Passarinho, embarcou, ontem, para a Guanabara, podendo ir até São Paulo e Minas Gerais nos próximos dias, a fim de evitar que uma "minoría radical", como se expressou, "consiga arrastar bancários, metalúrgicos e petroleiros a greves ilegais que, por este motivo, serão reprimidas dentro da lei, mas com o rigor que for necessário."

O Ministério do Trabalho — informou-se ontem — tem estudo feito para as medidas a serem aplicadas, tendo o ministro Jarbas Passarinho decidido que não serão pagos os dias de greve ilegal, e que serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional os principais responsáveis por estes movimentos, que segundo a análise feita, não visam ao atendimento de reivindicações das classes, mas sim a consequências políticas.

## VIGILANCIA

Desde fins de julho que o Governo, principalmente através do Ministério do Trabalho, do Serviço Nacional de Informações e de órgãos de segurança das Forças Armadas, vem acompanhando a situação de esquerdistas junto aos sindicatos. Não interveio diretamente o Ministério até agora, porque tomou providências paralelas, como a reformulação da política salarial.

Dentro do esquema de ação que é conhecido do Governo, a primeira manifestação deveria ser dos petroleiros, a 8 de agosto último, em todo o País. Em todos os órgãos da Petrobrás, os trabalhadores deveriam recusar a alimentação como "imprestável". Isto serviria de teste para a força do movimento que, em sua primeira tentativa, fracassou. Somente a 14 do mesmo mês

acordados pelo Governo, a classe no Estado do Rio.

A renovação para o acordo salarial dos bancários está num impasse difícil de ser resolvido, com os bancários, propondo 27% mais do que a inflação verificada neste período, e os bancários pedindo 37%. Os líderes bancários decidiram não aceitar a proposta patronal e estão articulando a classe para uma greve a ser deflagrada ainda este mês.

Na hipótese do movimento vir a ser ilegal, seja ele dos bancários ou não, o Ministério do Trabalho já tem um estudo que estabelece a adoção de várias medidas, entre as quais: 1) demissão do empregado que não participar por justa causa; 2) não pagamento dos dias de greve; 3) empobrecimento na Lei de Segurança Nacional dos responsáveis pelo movimento.

## COSTA PRECISITA

RIO (AJB) — O presidente Costa e Silva prometeu, ontem, atender, "dentro das possibilidades" as reivindicações básicas que os presidente das oito mais importantes confederações nacionais de trabalhadores, que apresentaram em memorial, durante audiência especial no Palácio Laranjeiras.

Entre os pedidos estão o re-

latório do Instituto da estabilidade, a supressão da opção pelo FGTS, a instituição de um Código de Trabalho, o estabelecimento de um colegiado na direção do Plano Nacional de Saúde, a aceleração da reforma agrária e a representação permanente nos órgãos que dispõem sobre a política salarial.

O memorial foi entregue pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos de crédito, sr. Rui Brito, que representou a comissão de líderes sindicais. Ao final do encontro, do qual participou também o ministro do Trabalho, sr. Jarbas Passarinho, o sr. Rui Brito afirmou que "o diálogo com o presidente transcorreu em clima de cordialidade e agora estamos numa posição de expectativa".

Os repórteres foram impedidos de presenciar a reunião, sendo permitido apenas o trabalho dos fotógrafos. Depois do encontro, o secretário de imprensa, sr. Heráclito Sales, informou que o presidente manifestou "ser muito importante e útil para os trabalhadores, sempre que o desejassem, procurarem contatos com os homens do Governo".

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Anexo 22: Jornal *Piquete* de 01-05-1968

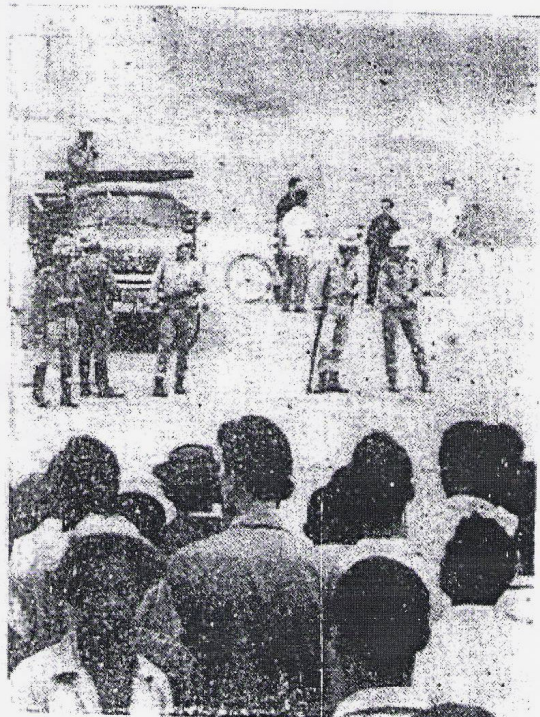
# P I Q U E T E

Órgão de Unidade da Classe Operária

Nº. 69

1º. de maio de 1968

Ano IV



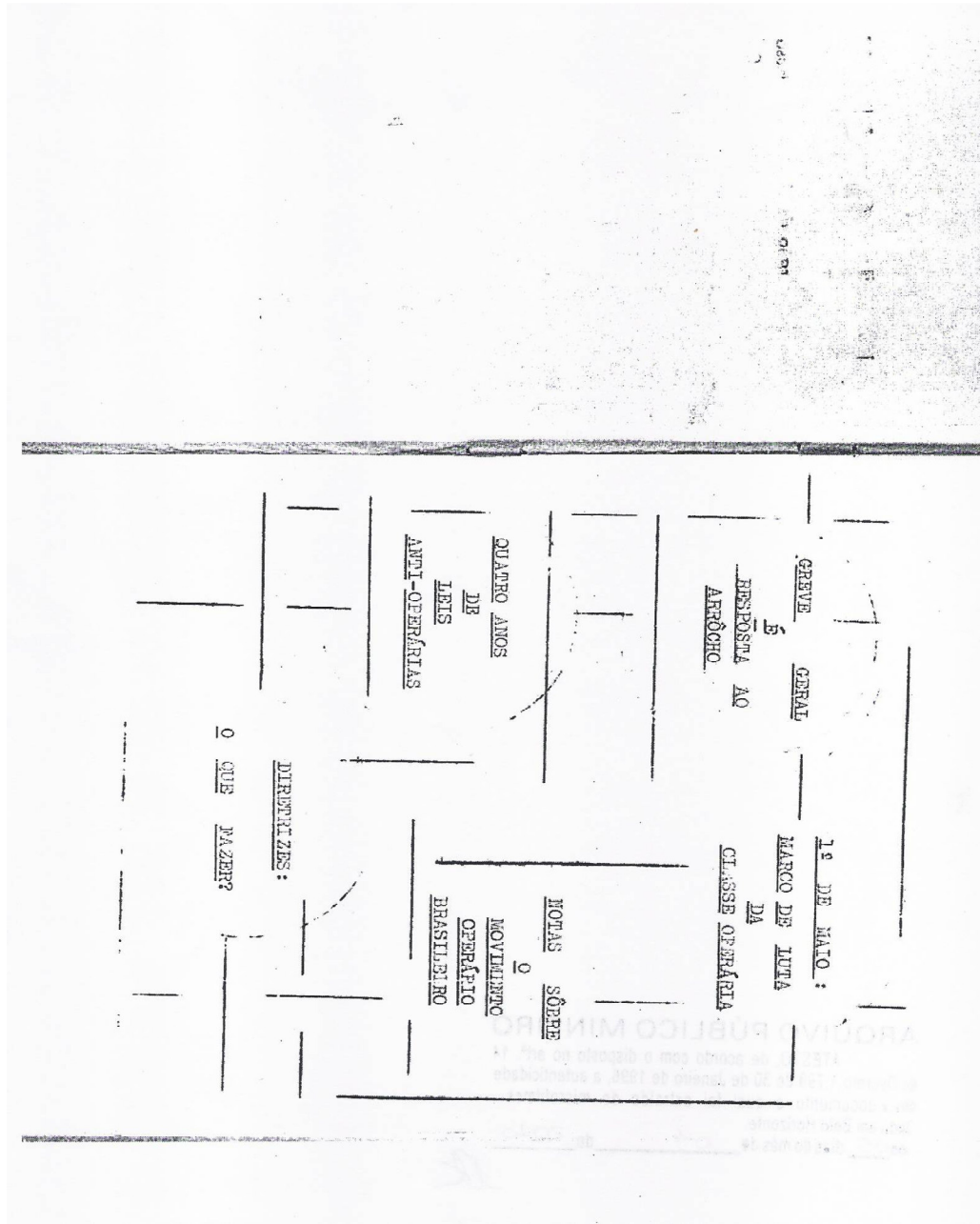
**1º. de maio:  
Marco  
de Luta  
da Classe  
Operária**

Edição Especial

GREVE GERAL  
É RESPOSTA  
AO ARRÔCHO



ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO  
ESTE é o acordo com o distrito em 1968  
de greve e 1968 de greve e 1968 de greve  
de greve e 1968 de greve e 1968 de greve  
de greve e 1968 de greve e 1968 de greve  
de greve e 1968 de greve e 1968 de greve



Anexo 23: Jornal *Piquete* de 02-10-1967

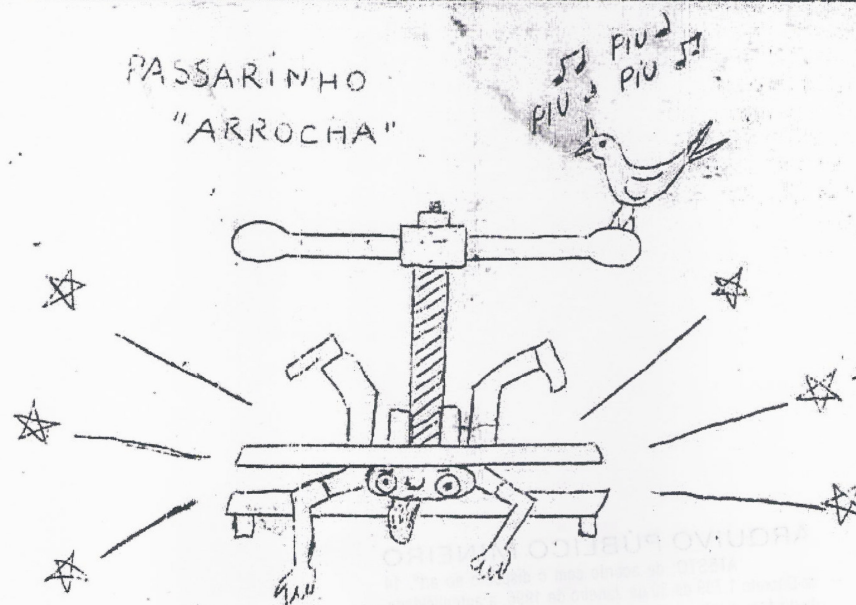
**P I Q U E T E**

ORGÃO DE UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL  
Nº 39 2 DE OUTUBRO DE 1967 ANO III

PROFESSORAS PASIAM FOME FAZEM PROTESTO - PÁG. Nº 2

ARROCHO CONTINUA E OPERÁRIO LEVA TINTA DE TODO JEITO  
PÁG. Nº 3

REVOLUÇÃO CHINESA FAZ 18 ANOS. PÁGINA Nº 4



PROFESSORES DAS UNIV. FORT E FAZEM PROTESTO

As professoras do Minas estão significativas na prática, o infante com os seus saldos atrasados da greve, as mestras estão há muito meses, apenas de junho do ano passado nos pais para que não enviem seus filhos à escola, Betado a situação é calamitosa, ao mesmo tempo em que estão dispostas a atrair até 8 mo...

O governo Israel Pinheiro abriu discussões e outras figuras de to pela "oposição", tom dado na sua secretaria da Educação, professores promessas e borracha voluntariamente, além do de torru-

A Associação das Professoras, reitor Gonçalves, está fazendo as greves a favor das professoras, mas os professores não estão muito bem, que vai ha-

Atlas, nome, associação está a favor delas, que o governo está contendo, o que se pensa também "sensível" de reivindicações das com vários sindicatos, a revolta professoras, etc.

Mas um grupo de professoras em pagamento do seus atrasados, depontentes, com o apoio da escola, as professoras contem com o a-gadora maior da mestras, está pido do povo, dos pais de alunos, passando por cima dessa Diretoria dos trabalhadores, após no qual política e realizando uma campanha juntamos o nosso.

As professoras estão na rua, angariando dinheiro e apelo para sua justa campanha. Depois da vitória passada ao Pa-léio, (quando as mestras foram esparadas pela polícia) está ma-cado para hoje, dia 2, o DIA DO PROTESTO.

PIQUETE  
Jornal semanal da classe tra-balhadora.

LEIA E DIVULQUE

O dia protesto das professoras

ARROCHO CONTINUA E OPERARIO LEVA TUNIA DE TODO JEITO

Continuando o que FIQUESTE ANUN- ciava na edição passada, o Conselho Nacional de Política Salarial mante- ve a "lei do arrocho" - que impõe reajustes salariais além do fixado pelo governo, ou seja, mixaria. Ficou desmoralizado o assome- nta dos polígons que protestam em frente à casa com o demogogo Pa-sarinho modificar pacificamente as diretrizes de congelamento salarial.

A política da congelar salários foi inaugurada no tempo de Castelo, enquanto Bob Campos, seu idealiza- dor, dizia, que o governo pretendia redistribuir o e livre jogo das rês- gas do mercado.

No livro "jogo das forças de mer- cado" significa que o Estado não de- vo interferir nas relações econômi- cas (nao tabelam os preços, acabar com os subsídios, etc.).

Ora, no regime capitalista tudo é mercadorias, tudo é comprado e vendi- do. Assim, os acréscos salariais fa- zem parte do "livre jogo das rês- gas de mercado", são os trabalhado- res que vendem sua força de trabalho aos patrões que a compram pelo pre- ço e valorado no mercado. A negocia- ção e preço do salário dependo pois, totalmente, do um regime de "li- berdade de concorrência", aconte- ce porém que a "liberdade de concor- rência" é uma mentira, quando se- trata de defender os interesses pe- troneis. O que acontece atualmente é uma intervenção estatal realizada contra os interesses das classes / trabalhadoras.

Mesmo que um patrão, individual- mente, possa conceder um reajuste pretendido pelos empregados, isso não evita a intervenção estatal. O presidente da Confedera- ção dos Trabalhadores em In- dustrias do Comércio declarou que "esta decisão anula, tam- bém o sindicato como instân- cia do mercado no coletivo".

É para que esse senhor não tenha desoberto isso agora. O presidente da CONFINCO está estudando "o tipo de recurso que impetrar na justiça".

Assim, a fase do- fundida por FIGUERE como a mais justa para a luta sin- dical no momento é a de dar prioridade à movimentação coletiva pela base de todas as categorias profissionais contra a "lei do arrocho".

Essa movimentação deverá ser levada às últimas consequências, ou seja, a greve so- cial.

Nas atuais condições pouco adiantará lutar na justiça se os trabalhadores não estiverem mobilizados para a derrubada da "lei do arrocho" e de todas as de- mais leis anti-operárias e anti-democráticas. Isso só conseguiremos com a GREVE.

NOTÍCIAS

REVOLUÇÃO FAZ 18 ANOS

"No dia 1º de outubro de 1949, no balcão do Palácio Imperial, dominando a praça Tian-An-Mem, com a voz embargada, tendo cessado os gritos da multidão - "Mao Tsé Tung!" - aproximou-se do microfone e começou: "Em nome do Comitê Consultivo e do Povo Chinês, eu proclamo a República Popular da China..."

Era o desfecho de dezenas de anos de luta do povo chinês contra os seus opressores e a derrota definitiva dos colonialistas, dos mercadores do ópio, dos imperialistas japoneses, dos latifundiários e do exército mercenário de Chiang-Kai-Shek, sustentado pelos americanos. Era a derrota de todas as forças reacionárias que fizeram da China um balcão de negociatas. Era a vitória do povo revolucionário. Surgia mais um país socialista.

Hoje a China Socialista completa 18 anos de vitórias. No campo econômico realizou a reforma agrária, a industrialização, a elevação do nível de vida do povo e é hoje uma das grandes potências do mundo, provando no campo da tecnologia o seu avanço com a construção da bomba atômica e da bomba de hidrogênio. A China tem frisado, entretanto, pela boca dos seus dirigentes, que jamais será a primeira a empregar o

seu arsenal atômico, de caráter eminentemente defensivo e que rompo com o monopólio atômico dos EUA e da URSS.

Os socialistas de todo o mundo saudam o 18º aniversário da Revolução Chinesa, uma das mais importantes vanguardas da revolução socialista mundial.

-----oOo-----

NOSSA DEMOCRACIA

O Ministro da Educação, em recente entrevista, declarou que caso a oposição eleja no Rio Grande do Sul um governador vinculado ao januismo ou ao brizolismo, esse governador não tomará posse, porque a "revolução" não pode tolerar elementos "subversivos" dirigindo um Estado cuja situação geográfica é de vital importância para a segurança nacional.

O sr. Tarso Dutra refletiu o espírito da "democracia brasileira" da qual ele é um Ministro - pasmem - da Educação.

Enquanto isso na sua última entrevista coletiva a imprensa, Costa e Silva declarava que "vivemos num regime democrático, porque o Congresso e o poder Judiciário funcionam plenamente e existe liberdade de imprensa. (Diante disso, vamos solicitar à "Justiça Livre" do nosso país o registro do PIQUETE).

Anexo 24: Jornal O 1º de Maio de 11-12-1967

pag. 6

COMBAT

Nº 2

petem. Mesmo quando parece haver relativa liberdade persiste a espolição, como antes de 1964. Entretanto, o que o regime burguês mais teme, são as lutas operárias, que levam à organização da classe operária. Sabem que a classe operária organizada será capaz de derrubar o próprio regime acabando com os privilégios dos patrões. Por isso mesmo intervalam ditaduras e semi-ditocracias.

Lutas como as da MAFISA são importantes para a grande baralha que o proletariado está travando para a derrubada do regime. Não podem ser desotadas pois as vitórias por parcelas e pequenas que pareçam criam brechas no sistema e dão à classe operária experiências para as lutas mais árduas que necessariamente virão.

ABAIXO A TIPILOGIA CAPITALISTA!  
PELA REVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES!

Letra no próximo número:

— Os trabalhadores podem vencer as leis de Artigos?

— Denúncias: CIA Brasileira de Onzeiros e Matadouros Sts. Vereza.

— A Greve dos Operários da Cia. Brasileira de Sola Elétrica.

~~1º~~ 1º DE MAIO

Nº 10 - 11 de DEZEMBRO DE 1967

ANO I

P E L E G O A J U D A A P A R R O C H A R

Os trabalhadores de todo o país estão sentindo nas costas o resultado da política econômica anti-operária do governo. No Rio Grande do Sul eles chegaram a fazer passeata quando foram espingados pela polícia. Em São Paulo se reuniram os líderes dos trabalhadores de todo o Brasil na encunhadeira em conjunto a luta contra as leis governamentais. Aqui em Minas os líderes metalúrgicos lutaram no dia 25 e 27 para derrotar do mesmo assunto, sendo tomada uma posição contra o FEGS, o Arco do Sindicato, e a direção dos Institutos, etc.

Os patrões e o governo não estavam vendo com bons olhos essas encontros, quando os trabalhadores começaram a se organizar, a se unir nacionalmente, em todas as categorias, os patrões sentem que seu dinheiro, seu luxo, seus carros e casas estão ameaçados. Era preciso então colocar o encontro dos metalúrgicos de qualquer jeito. Como não tinham justificativas legais para isso, pois o encontro ia tratar de problemas próprios da classe, nada melhor que contar com um "trabalhador" para que permitisse a reunião.

Esse "trabalhador" para que permitisse a reunião que o Sr. Humberto Canoni, atual presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica e vice do pelagismo desde 1966.

O que fez Canoni?

Relatou para todos os presidentes dos Sindicatos do Interior dizendo para não irem no encontro dos metalúrgicos. Para uns ele disse que o encontro tinha sido adiado, para outros ele ficou quieto; disse que o encontro tinha sido proibido pela polícia, e outras coisas assim.

Quando o Sindicato de Belo Horizonte denunciou a atitude de do pelageo Humberto Canoni ele foi aos jornais dizendo que tinha feito aquilo "para o bem dos trabalhadores".

Vejam só, companheiros! Um homem que vive em companhia com os patrões e que tem todo o apoio deles, diz que está querendo o bem dos trabalhadores.

Seguindo para nós que o encontro se realizasse, mas Canoni não deixou. O que Canoni e o resto e traidor da



pag. 2                    OCUBATE                    Nº 2

5 únicos chuveiros (frios) existentes.

3 - Só existem 2 bebedouros, que nem sempre têm água, e quando têm é água suja, sem filtrar.

Estes são apenas alguns exemplos; há muitos outros. O descontentamento é grande, mas não resolve todas as conquistas porfirias foram conseguidas a partir de lutas, lutas e organizações.

Muitos dos problemas apresentados poderiam ser objeto do trabalho do sindicato. Isto não tem sido feito. Por quê?

Primeiro, os sindicatos são instrumentos do Ministério do Trabalho - instituição que defende os interesses patronais.

Segundo, os sindicatos são órgãos que cuidam muito mais da assistência social (função que deveria ser dos institutos) que da luta dos trabalhadores contra as diversas formas de exploração.

Porceiro, os dirigentes sindicais só podem ser eleitos se foram aprovados pelo Ministério do Trabalho. Poucos são os verdadeiros líderes operários que conseguem chegar aos postos sindicais. Assim os sindicatos são escolas de pelegos, os quais costumam com verbas (nacionais e estrangeiras), para educar os operários pouco conscientes.

Além disso, depois de 1964, a ditadura das classes dominantes, com a lei anti-greve, com a

pag. 3                    OCUBATE                    Nº 2

constituição e a Lei de Segurança Nacional fascistas, veio tirar ainda mais a liberdade de ação para estes poucos líderes sindicais operários que / restaram.

Tudo isto vem mostrar que é mais importante e necessário a organização dos operários em seus próprios locais de trabalho em COMITÊS DE FÁBRICA.

1 - O que é o COMITÊ DE FÁBRICA?

1 - A formação de um grupo de operários, da mesma fábrica cuja organização permitirá aos trabalhadores lutar pelo atendimento de suas reivindicações econômicas e políticas.

2 - Os comitês tem que ter representatividade; isto é, seus membros devem ser escolhidos pelo maior número possível de operários da fábrica. Conforme as condições de cada lugar, poderão ser classificados ou semi-clandestinos.

3 - Nas fábricas, os comitês devem fazer um levantamento dos problemas e reivindicações existentes e discutir com os operários o encaminhamento da luta para a solução dos mesmos.

4 - Descobrir, denunciar e isolar os alcaguetas.  
5 - Nos sindicatos, os comitês irão denunciar a dominação do Ministério do Trabalho, combater os pelegos, indicando comanchiftos nas eleições sin-

dicais, exigir liberdade de organização para os trabalhadores, levar a luta contra o Arrêcho, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, etc., às últimas consequências.

Pela organização dos Comitês de Empresa:  
Por uma Política Operária Independente!

#### A Luta dos Trabalhadores na MAFRSA

A MAFRSA (Materiais Ferroviários S.A.) tornou-se nacionalmente conhecida por causa da luta de seus operários pela recuperação da empresa e pela "COMISSÃO OPERÁRIA" que se organizou na MAFRSA durante algum tempo.

Fis alguns atos da comissão:

- 1 - Pagamento dos salários atrasados e aumento.
- 2 - A cantina, privada para engenheiros, chefes, funcionários, passou a ser usada por todos.
- 3 - Acabou com a rotina humilhante busca nos operários.
- 4 - instalação de iluminação nos pontos de trabalho.
- 5 - Leite para os operários, maçariqueros e pintores.

Esta luta poderia ser melhor, mas veio o golpe de abril. Com a ditadura poder e os sorilas nas

Os operários perderam tudo o que haviam conseguido com lutas árduas. Quem manda hoje, é o Sr. João, auxiliado pelo Sr. Deusdeth. Muitas promessas desses capachos da ditadura fizeram aos operários. Nada foi cumprido. Não adianta nos enganar. Nossos direitos só serão respeitados se lutarmos por eles. Nada nos será dado de mão beijada.

Em qualquer regime capitalista, para que a exploração persista, fatos como este da MAFRSA se re-

ruas, os peléjos nos sindicatos, os líderes operários expulsos ou presos, as conquistas dos trabalhadores caíram por terra.

A ditadura das classes exploradoras se encareceu de rebalar os salários, com as leis do arrêcho. Na MAFRSA, a comissão foi dissolvida, seus membros expulsos, presos, humilhados.

O leite dos soldadores, maçariqueros e pintores foi cortado.

Os chuveiros com água quente relaxaram e não foram consertados.

Os operários são mais vigiados que recrutados de quartel.

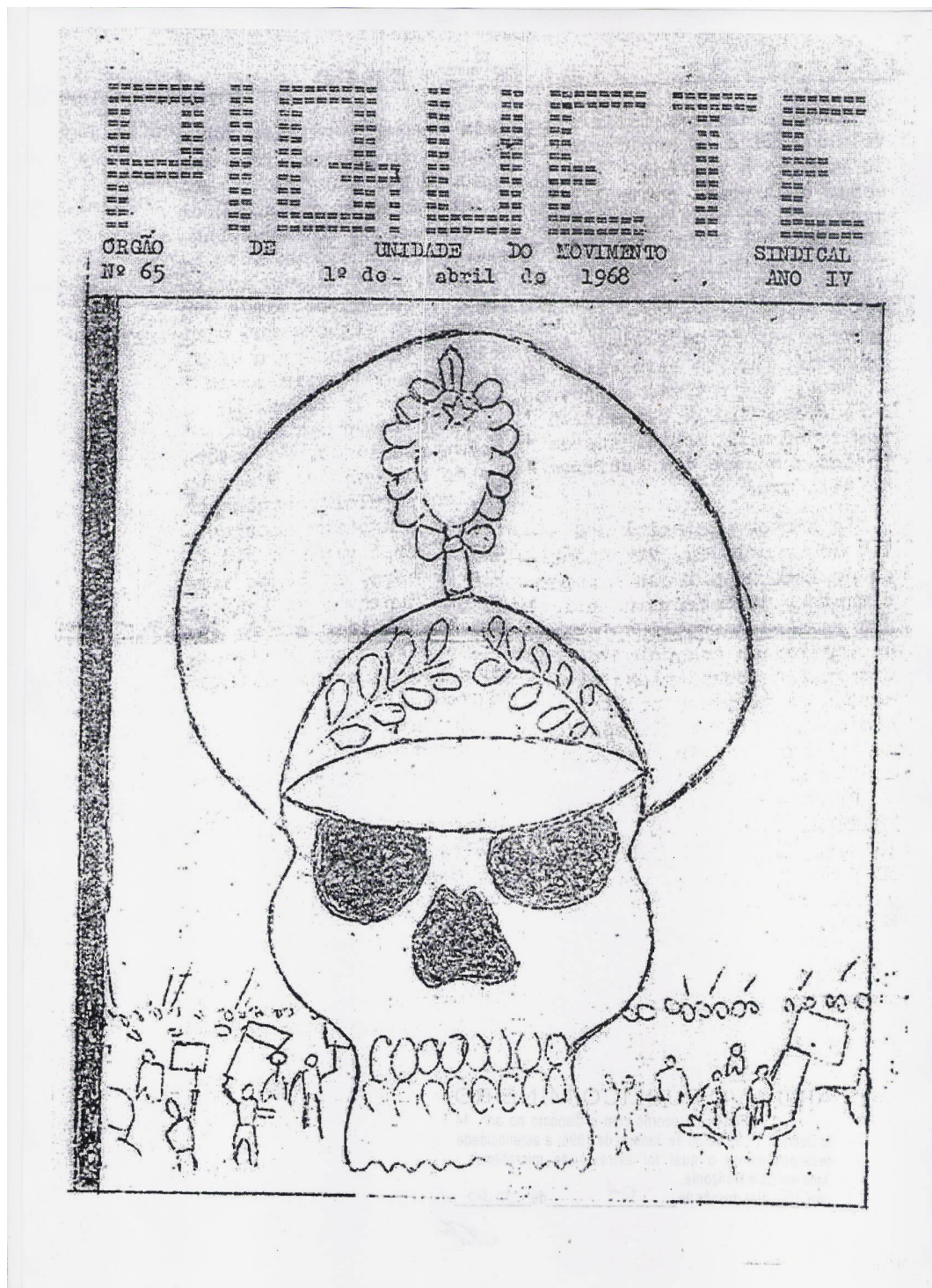
Nenhum descanso é permitido. Os chefes só querem mais produção.

Há indícios de que a rotina vai voltar a funcionar.

Os operários perderam tudo o que haviam conseguido com lutas árduas. Quem manda hoje, é o Sr. João, auxiliado pelo Sr. Deusdeth. Muitas promessas desses capachos da ditadura fizeram aos operários. Nada foi cumprido. Não adianta nos enganar. Nossos direitos só serão respeitados se lutarmos por eles. Nada nos será dado de mão beijada.

Em qualquer regime capitalista, para que a exploração persista, fatos como este da MAFRSA se re-

Anexo 25: Jornal *Piquete* de 01-04-1968



RESPONDER VIOLENTAMENTE

Assimem característicos de violência as manifestações de repulsa à violência que tiveram como ponto central o assassinato do estudante ERSOIF LUIS DE LIMA SOUZA. Os estudantes e os trabalhadores, unidos, saem às ruas e fazem ouvir o seu protesto contra a brutalidade de um regime que assassinou jovens estudantes indefesos. O protesto de jovens como ERSOIF LUIS DE LIMA SOUZA é respondido por milhares de metalúrgicos e petistas nas ruas dos esbarrões da ditadura.

De ardeor salarial nos atos de vandalismo, dos milicianos do fono de prisões e espartanachos, da entrega de países aos grandes monopólios internacionais nos assassinatos de estudantes secundários: eis a marcha da ditadura militar que se valem as classes dominantes para barrar o avanço do movimento popular.

De assassinato de saracoteiros NÁZIO RAIMUNDO SOARES ao do estudante ERSOIF LUIS DE LIMA SOUZA foram cometidos milhares de outros crimes matidos no ano-riante.

Crimes que não têm como responsáveis apenas os seus executores. Por cima deles o conflito em uma política estática, estática e sistema ditatorial, estática e regime que não se esgota no assassinato de ERSOIF LUIS DE LIMA SOUZA. Mas a situação das classes dominantes, que se eleva e consolida

VIOLENCIA DAS CLASSES DOMINANTES

de classe operária e do povo trabalhador. Seu repúdio não ficou apenas a Gesta e Silva ou Ieral Periberto, vai de Avonati ao IEB e à Frente A. nra, que um trabalhador qualificado como "H. Arinho de mesmo sacro".

O assassinato do ERSOIF LUIS serviu para esclarecer certos fatos, mostrando que não basta a punição de um milico que não fez mais do que cumprir, a risca, a política geral da ditadura. O povo olha com olhos de jogadas olmos dos pun-mandados das classes dominantes, quando se oprimem da culpa. E nada espera das eternas comissões parlamentares de inquérito que nunca apuraram nada mas que visam, fundamentalmente, encerrar a Simpatia popular e afastar o povo da sanção revolucionária que começa a trilhar.

O povo da Guanabara portava carnavais e não a ditadura. O COMISSÃO A LIMA."

A morte do ERSOIF LUIS deve significar, de fato, um marco na luta popular. O crime cometido contra a juventude, roubando a vida a um dos seus membros, é a demonstração mais evidente de que a conquista da liberdade exige sacrifícios e de que os diretores do povo têm que ser conquistados pelo próprio povo.

A repressão não se deve à brutalidade de um simples soldado, mas à brutalidade das

de do poder, que usaram somente a violência para garantir os seus bastiões partidários. Essas forças populares tomam mais e mais consciência dos fatos somente a que violência e poder vencer a violência dos tiranos.

Isto exige a preparação para uma luta longa e cheia de sacrifícios, que não se limitará a protestos ou queima de carros, que não se esgotará nas fêrias, nas faveladas ou nas praças públicas. Que ganhando o campo, se não se revolucionar e não se aliar com o povo, os alieados do regime e não poderão atingir, pouco a pouco, os alieados do regime e não poderão criar um Decreto Popular que enfrente o decreto do direito de expressão, que derrubará o regime e os que se honram com seus, instaurando o governo dos seus, amplas massas populares de Brasil.

O sangue desses heróis do povo brasileiro, dos mártires anônimos que morrem dia a dia, nas fêrias e nas fazendas debruçadas, das milhares de crianças que morrem diariamente nos doçulários um ano de idade, de jovens estudantes varridos pela violência e internacionalistas, não correm em vão.

Constitua o interventivo à resistência popular e com ele se litem e comprometem o Conselho de Contagem e o IEB. O IEB, da qual, contra a brutalidade, contém um escalão.

## PROTESTO EM TODO O BRASIL

BRASÍLIA - Aproximadamente 5 mil pessoas saíram às ruas da capital da República, tendo que enfrentar a pau e pedra a tentativa policial de dissolver as manifestações populares. Os estudantes conseguiram apodrejar o Instituto Thomas Jefferson e incendiaram um carro policial, além de quebrarem alguns palanques e enviarem alguns soldados para o hospital. Foi a resposta à altura à violência policial.

BELO HORIZONTE - Também mais de 5 mil pessoas percorreram a av. Afonso Pena, fazendo comércio na Igreja São José e correndo as manifestações em frente à Assembleia Legislativa. Os discursos dos líderes estudantis tiveram uma tônica: "não responderemos mais pacificamente aos fuzis e às metralhadoras da polícia". Na assembleia os estudantes condenaram os deputados, que, no dizer de um dirigente, "constituem um dos sustentáculos da ditadura". Os universitários estão convocando todo o povo para outra manifestação de protesto contra o assassinato de Edson Luís. Será hoje, 2ª feira, às 18 horas, nas esquadrias da São José.

PERNAMBUCO - Todas as faculdades do Recife decretaram greve geral e os estudantes marcaram uma passeata para amanhã, terça-feira.

SÃO PAULO - "Os coelhos do mulo estão à solta", diz um manifesto dos estudantes paulistas, que farão realizar hoje, pelas ruas de São Paulo, uma passeata monstro.

PORTO ALEGRE - Os gaúchos convocaram passeata para amanhã, 3ª feira. Além de protestar contra o assassinato do colega carioca, os estudantes de Porto Alegre protestarão contra a concessão do título de "doutor Honoris Causa" ao ditador Costa e Silva.

GUANABARA - Mais de 50 mil pessoas compareceram ao enterro de Edson Luís. Vários sindicatos fizeram-se presentes, dando mais um passo no sentido da integração das forças populares, na luta comum contra um regime que explora e assassina o povo brasileiro.

Um secundarista de 14 anos, enquanto fazia cartazes que seriam carregados no enterro, declarava a um jornalista que podia se comparar a um vietcong: "Você não viu quantos da minha idade lutam no Vietnã?"

ESTADO DO RIO - Além de decretarem greve geral, os estudantes fluminenses enviaram uma delegação ao enterro de Edson Luís e estão convocando o povo de Niterói para uma passeata de protesto, a ser realizada hoje, segunda-feira.

Anexo 26: Jornal *O Companheiro* de abril de 1968

trando que os patrões só têm força pela exploração do nosso trabalho. O lucro dos patrões é a comida que ele tira do nosso pão, é a roupa que ele tira de nossas filhas. Nós produzimos tudo e o patrão fica com tudo e só nos dá de volta um pedaço para comer e beber. Nós produzimos tudo e ficamos com a parte menor e o patrão grande explorador, que nos trabalha sem a parte do lucro. E se quiser mais, a parte pode pensar que o patrão é muito forte. Na greve nós vimos que, pelo contrário, o patrão é muito fraco pois quando o trabalhador não aceita ser explorado e para as fábricas e oficinas não pode produzir nada pois

Ele não trabalha e só vive da exploração do trabalho dos operários. Com a greve, eles ficam desesperados e apelaram para o governo vir defender seus interesses e seus lucros. Eles tinham dado ordens ao governo para fazer leis do arrecho. Agora mudaram o governo do fender estas leis da exploração. Neste regime é assim. Os patrões dão ordens ao governo contra nós trabalhadores. Mas isso vai mudar.

E quando os patrões souberem a sua fraqueza e mudarem o governo vão pedir a greve nos trabalhadores a todo mundo outra coisa: A FRANGUZA DO COVARINO. O ministro coronei no Parlamento veio aqui representando um governo

PAG 2

# O COMPANHEIRO

ANC I

ABRIL/1968

Nº 6

## SUSPENDAMOS A GREVE MAS NÃO A GUERRA

O LUE APRENDIDOS DA LUTA: Andes para nós e nossas famílias. A nossa greve nos mostrou que a primeira lição da greve é a nossa união e a nossa grande vontade de lutar.

Diante da exploração dos patrões e da opressão da natureza, quase 15.000 companheiros nossos se levantaram unidos para defender seus direitos e a vida de nossas famílias ameaçadas pela fome e pela miséria. Pedir 25% de aumento é pedir um pouco do que é nosso e menos fome e dificuldade para nós e nossas famílias.

1. A nossa força e união e nossa vontade de lutar. A primeira lição da greve é a nossa união e a nossa grande vontade de lutar.

2. A fraqueza dos patrões e da natureza dos trabalhadores. A segunda coisa que a greve nos mostrou foi a fraqueza dos patrões e da natureza que defende seus lucros e interesses. Com nossa greve ficou demons-

trado que os patrões só têm força pela exploração do nosso trabalho. O lucro dos patrões é a comida que eles tiram de nossa boca, é a roupa que eles tiram de nossos filhos. Nós irruvamos tudo e o patrão ficou com tudo e só nos dá de volta uma pequena parte como salário. Nós grevamos tudo e ficamos em greve maior e o patrão grande explorador, que nós trabalhamos com a parte do lucro. Por causa disso, a gente pode pensar que o patrão é muito forte. Na greve nós vimos que, pelo contrário, o patrão é muito fraco pois quando o trabalhador não aceita ser explorado e para as fábricas o patrão não pode produzir nada pois

Ele não trabalha e só vive da exploração do trabalho dos operários. Com a greve, eles ficam desempregados e apelam para o Governo vir defender seus interesses e seus lucros. Dias atrás dando ordens ao Governo para fazer as leis do artfônio. Agora mandaram o Governo desfazer essas leis da exploração. Neste reclame é assim. Os patrões dão ordens ao Governo contra nós trabalhadores. Mas isso vai mudar.

Quando os patrões sentiram a sua fraqueza e mandaram o governo reprimir a greve nasitram a todo mundo outra ordem: A PRAGUEZA DO GOVERNO. O ministro coronei Pasarinho veio aqui representando um Governo

PAG 2

desmoronado, que não tem o apoio do povo e não tem moral para lutar para nós trabalhadores. Como represália da atitude dos patrões e dos brasileiros é o primeiro e brasileiro de primeira linha de trabalhadores e teve de amargar com a força bruta porque não tem o apoio do povo. A nossa justa greve violada e pacificamente na povo e provocou tanto medo que o Governo mandou ocupar militarmente a cidade Industrial e todas as fábricas, nos tirando a vida, assim a greve. Os patrões deram tudo para ele nos ameaçar os jornais, o rádio, a televisão e a colaboração dos peléos que servem aos patrões. A segunda lição da greve

ve foi o medo e a fraqueza dos patrões e do Governo da ditadura.

### 3. A força dos patrões.

Se nós vimos a grande fraqueza dos patrões e da ditadura, vimos também qual é a sua força. A força de nossos inimigos é sua grande capacidade de nos enganar. São os instrumentos que ele controla para apoiar a sua propaganda, suas mentiras e suas ameaças a nós trabalhadores.

Além disso os peléos, tradidores e amigos dos patrões, e aqueles que se deixaram enganar com as falsas promessas, contribuíram para fortalecer os patrões e entrar quecer a luta. Com medo da greve ficar mais forte

PAG 3

ta, os patrões prome-  
tem não que não entres-  
sem em greve, que eles  
darão um aumento que  
os outros recebem, e  
caso a greve fosse vi-  
tória, muitos compa-  
nheiros não entenderiam  
que a vitória da greve  
depende de seu polr e  
que sem o seu apoio a  
greve não seria vitória  
e o não teria tempo  
nem.

4. Algumas fragilidades  
nossas.  
Se a greve mostra a  
grande força de nossa u-  
nidade e a disposição  
de luta de classe, nos-  
tra também alguns fra-  
quezas nossas, princi-  
palmente a falta de pre-  
paração e organização  
da greve.

Dentro de nossas fra-  
quezas preparadas e orga-

zadas, há algumas que  
preparar e organizar a nos-  
sa luta, pois nenhuma de  
elas pode ser ganha sem  
preparação. A boa organi-  
zação de alguns companhei-  
ros não foi suficiente  
para lidar com a fragilidade  
de alguns dirigentes  
de outros.

Uma greve é como uma  
batalha. Evoluem-se uma  
decisão de eleger uma  
Comissão para dirigir a  
greve e a luta contra o  
patrão tomada na última  
assembleia, deveria ter  
sido tomada logo nos pri-  
meiros dias. Se assim é  
que poderia ter uma vitória  
muito melhor da greve, pois  
o sindicato não se deci-  
diu a fazer o seu papel.  
Outra fragilidade seria  
nossa foi a falta de di-

PAG. 4

volução, indomável e  
propaganda da nossa lu-  
ta.

5. Dentro disso qual  
é a nossa vitória?  
Pela força que nos  
trabalhadores demonstramos  
e pela fragilidade dos  
patrões, a greve  
representou uma vitória  
para a luta  
dos trabalhadores. Isso  
porque a força dos traba-  
lhadores é permanente e  
verdadeira e a força dos  
patrões é falsa e passa-  
geira e que a força da  
classe vai aumentar com  
a luta e a força dos pa-  
trões vai diminuir e ser  
derrota.

Por outro lado, sabo-  
mos que as fragilidades dos  
patrões são permanentes  
e tendem a aumentar, em

quanto que nossas fra-  
quezas podem e devem ser  
superadas na luta. Assim,  
com as lições das lutas,  
nós vamos nos preparar  
cada vez mais e ligar-  
nos mais organizados e  
conscientes.

Nossa vitória é in-  
certa, como é certa a cor-  
rente dos patrões. A vitó-  
ria da classe trabalhado-  
ra é a vitória e a libe-  
tação de todo o povo.

6. Nossa greve acabou?  
Nossa greve não acabou  
porque só poderá acabar  
com a vitória e com o au-  
mento dos 25%, com o pre-  
sente dos dias de traba-  
lho perdidos e com a su-  
peração de exigências para  
dos os grevistas. A pri-  
meira etapa foi vencida  
com a demonstração de força  
dos trabalhadores.

PAG. 5



# O COMPANHEIRO

ANO I

ABRIL/1968

Nº 6

## SUSPENDEMOS A GREVE MAS NÃO A GUERRA

### DO QUE APRENDEMOS DA LUTA:

#### 1. A nossa força e união

A primeira coisa que a greve nos mostrou foi a grande força de nossa classe, a nossa união e a nossa grande vontade de lutar.

Diante da exploração dos patrões e da opressão da ditadura, quase 15.000 companheiros nossos se levantaram unidos para defender

seus direitos e a vida de nossas famílias ameaçadas pela fome e pela miséria.

Pedir 25% de aumento é pedir um pouco do que é nosso e menos fome e dificul-

dades para nós e nossas famílias. A nossa força e nossa união foi a primeira lição da greve. E neste ponto, a greve pode ser considerada como uma grande vitória nossa.

#### 2. A fraqueza dos Patrões e da Ditadura dos patrões.

A segunda coisa que a greve nos mostrou foi a fraqueza dos patrões e da ditadura que defende seus lucros e interesses. Com nossa greve ficou demons-

desmoralizado, que não tem o apoio do povo e não tem moral para falar para nós trabalhadores. Como representante da ditadura dos patrões gringos e brasileiros ele foi vaiado pelos companheiros trabalhadores e teve de ameaçar com a força bruta porque não tem o apoio do povo. A nossa justa greve visava pacificamente um pequeno aumento de salário e provocou tanto medo que o governo mandou ocupar militarmente a Cidade Industrial e todas as fábricas, mostrando ainda assim a sua fraqueza. Os patrões deram tudo para ele nos ameaçar: os jornais, o rádio, a televisão e a colaboração dos pelégos que servem aos patrões. A segunda lição da greve

ve foi o medo e a Fraqueza dos patrões e do governo da ditadura.

### 3. A força dos patrões.

Se nós vimos a grande fraqueza dos patrões e da ditadura, vimos também qual é a sua força. A força de nossos inimigos é sua grande capacidade de nos enganar. São os instrumentos que ele controla para espalhar a sua propaganda, suas mentiras e suas ameaças a nós trabalhadores.

Além disso os pelégos, traidores e amigos dos patrões, e aqueles que se deixaram enganar com as falsas promessas, contribuíram para fortalecer os patrões e enfraquecer a luta. Com medo da greve ficar mais forte

te, os patrões prometiam nos que não entrássemos em greve, que eles dariam um aumento que os outros recebesssem, caso a greve fosse vitoriosa. Muitos companheiros não entenderam que a vitória da greve dependia do seu apoio e que sem o seu apoio a greve não seria vitoriosa e não traria aumento nenhum.

#### 4. Algumas fraquezas nossas.

Se a greve mostrou a grande força de nossa unidade e a disposição de luta da classe, mostrou também algumas fraquezas nossas, principalmente a falta de preparação e organização da greve.

Diante de nossos inimigos preparados e orga-

nizados, nós devemos preparar e organizar a nossa luta, pois nenhuma batalha pode ser ganha sem preparação. A boa vontade de alguns companheiros não foi suficiente para acabar com a fraqueza de alguns dirigentes do sindicato e a traição de outros.

Uma greve é como uma batalha. Precisa ter uma direção firme e decidida. A decisão de eleger uma Comissão para dirigir a greve e a luta contra o arrêcho tomada na última assembléia, deveria ter sido tomada logo nos primeiros dias. Só assim é que poderia ter uma condução melhor da greve, pois o sindicato não se decidiu a fazer o seu papel.

Outra fraqueza séria nossa foi a falta de di-

vulgarão, informação e propaganda da nossa luta.

5. Diante disso qual a nossa atitude?

Pela força que nós trabalhadores demonstramos e pela fraqueza demonstrada pelos patrões e pela ditadura, a greve representou uma IMPORTANTE VITÓRIA para a luta dos trabalhadores. Isso porque a força dos trabalhadores é permanente e verdadeira e a força dos patrões é falsa e passageira e que a força da classe vai aumentar com a luta e a força dos patrões vai diminuir e ser derrotada.

Por outro lado, sabemos que as fraquezas dos patrões são permanentes e tendem a aumentar, en

quanto que, nossas fraquezas podem e devem ser superadas na luta. Assim, com as lições das lutas, nós vamos nos preparar cada vez mais e ficarmos mais organizados e esclarecidos.

Nossa vitória é tão certa, como é certa a derrota dos patrões. A vitória da classe trabalhadora é a vitória e a libertação de todo o povo.

6. Nossa greve acabou?

Nossa greve não acabou porque só poderá acabar com a vitória e com o aumento dos 25%, com o pagamento dos dias de trabalho perdidos e com a garantia de emprego para todos os grevistas. A primeira etapa foi vencida com a demonstração de força dos trabalhadores.

Por causa de algumas falhas na preparação e organização da luta, tivemos que suspender a greve para continuar mais tarde até a vitória.

7. O que devemos fazer para conseguir a vitória na greve?

Devemos fortalecer nossa unidade, desenvolver no duro o paciente trabalho de preparação e organização da classe e manter firme nossa decisão de vencer. Não devemos considerar como traidores a aqueles companheiros que voltaram ao trabalho enganados pelas manobras e mentiras dos patrões e da ditadura. Cabe a cada um convencer o seu companheiro da justiça de nossa greve, da força que temos quando estamos unidos colocando sempre os interesses da classe acima dos interesses particulares de cada um. Nós trabalhadores mineiros, fomos os primeiros a dar o exemplo de como deve ser a luta contra o arrêcho. Por isso, também seremos os primeiros a conseguir a vitória.

A luta contra o arrêcho dos patrões e da ditadura é a melhor forma de prepararmos e festejarmos o 1º de Maio.

O 1º de Maio foi escolhido pelos trabalhadores de todo o mundo como o dia de luta da classe. Neste dia homenageamos os nossos cinco companheiros que foram enforcados em Chicago, cidade dos Estados Unidos, porque lutavam para conseguir que o dia de trabalho passasse para 8 horas. Hoje isso é um direito que temos, que foi conquistado pelo sangue de nossos companheiros. A melhor homenagem que podemos prestar a eles é continuar a luta pela libertação dos trabalhadores do Brasil e de todo o mundo.

ABAIXO O ARRÊCHO SALARIAL  
ABAIXO A DITADURA DOS  
PATRÕES E DO  
IMPERIALISMO!

VIVA A UNIDADE E A FORÇA  
DOS TRABALHADORES!

LEIA, DISCUTA E PASSE  
P'RA FRENTE  
"O COMPANHEIRO".

Anexo 27: Comunicado do Movimento Inter-Sindical para o dia 01-05-1968

# MOVIMENTO NACIONAL Contra o Arrôcho Salarial

## 2

BOLETIM N.º

COMPANHEIROS,

**O DIA 1.º DE MAIO É DIA DE LUTA. NÃO É DIA DE FESTA.**

No dia 1.º de maio de 1886, mais de cem mil trabalhadores foram para as ruas de Chicago, cidade dos Estados Unidos, para exigir a redução da jornada diária de trabalho para 8 horas. Quando se encontravam na rua a polícia chegou, causando confusão e a morte de muitos trabalhadores. A luta continuou e, algum tempo depois, 5 líderes sindicais foram presos e assassinados.

No ano seguinte, em Paris, trabalhadores reunidos em congresso, decretaram o dia 1.º de maio como o DIA DO TRABALHADOR: O DIA DE LUTA.

Hoje como ontem os trabalhadores precisam de lutar. Lutar pelos direitos que possuem e que não são reconhecidos.

Temos hoje que lutar contra todo o ARRÔCHO existente, que tirou de nós a liberdade sindical, que nos roubou o direito de greve, que nos impõe um salário miserável.

O arrôcho imposto ao trabalhador tem um único objetivo: favorecer ainda mais aos patrões.

A política salarial do govêrno não tem resolvido o problema do povo, mas tem gerado desespero, a fome e a morte.

Tôdas as conquistas dos trabalhadores foram conseguidas por lutas. Sômente quando o trabalhador se une e luta (arriscando até mesmo a vida) é que se consegue alguma coisa.

Não podemos basear nossas lutas naqueles que estão no poder. A NÓSSA FÔRÇA SOMOS NÓS MESMOS!

Os demagogos sempre procuram iludir aos trabalhadores com suas conversas. O MDB, a Frente Ampla, o "afrouxo do Passarinho", o Salário Emergência do Carvalho Pinto, são maneiras que eles usam para nos tapear.

Mas nós já sabemos que sômente com a nossa UNIÃO resolveremos os nossos problemas.

Por isto, companheiros, realizaremos dia 1.º de maio a nossa 2.ª CONCENTRAÇÃO, sem patrões e sem demagogos.

Vamos todos à CONCENTRAÇÃO, dia 1.º de maio, na SECRETARIA DA SAÚDE — ÀS 9 HORAS (DA MANHÃ).

Movimento Inter-Sindical

Anexo 28: Jornal *Piquete* de 08-07-1968



FIGURE Nº 80 - SECRETARIO OPERARIO - PAGINA NUMERO 2  
A LUTA E DE TODOS

Depois das vitórias parciais das centenas e milhares de trabalhadores e país - demonstrando a unidade do povo com a realidade brasileira - devemos tirar as conclusões para melhor compreendermos a luta conjunta do povo brasileiro.

Se é fato incontestável que a revolução popular constituiu uma vitória da luta popular não devemos ter ilusões de que essa luta, por si só, resolverá os problemas do povo.

As conquistas da vitória do movimento urbano foram:

- unidade popular em torno de reivindicações comuns a grande massa trabalhadora e estudantil;

- isolamento e anulação da voz da reação fascista, que se viu cada vez mais impotente para impedir a mobilização;

- paralisação e desgaste do governo reacionário, que teve assim demonstrada claramente a sua impopularidade (ao contrário do que mostravam as pesquisas encomendadas);

- conquista de um direito há muito tempo vetado ao povo: o direito de manifestação pública.

Vemos por outro lado como a ditadura, isolada, descebia perante a violência para o simples. Vemos também como grupos desvinculados da luta popular e sem compreensão na sua totali-

dade, pretendam reverter o programa político através de torturantes incoerências, que há pouco o governo e a reação para desconsiderar um processo / respectivo ainda está violento contra as massas.

Todas as vitórias da impopularidade que tem o movimento urbano, a luta das massas no campo, mas que não seguem as formas de ação política.

Torna-se necessário urgente mente incorporar outras camadas do povo ao processo político - ou seja camadas ociosas no campo, mas os lavadeiras sem terra.

O movimento urbano não pode se converter numa luta terrestre incoerente contra os soldados - não também são povo e proletários ganhamos para o lado do seus iguais.

Devemos nos voltar contra o sistema político em sua totalidade e para derrotá-lo não basta fazer barricadas: é preciso criar que os soldados mesmos acabem por voltar suas armas / contra os seus amos.

1968: ANO DE MOBILIZAÇÃO  
DA CLASSE OPERARIA  
DIVULGUE FIGURE

FIGURE Nº 80 - SECRETARIO OPERARIO - PAGINA NUMERO 3  
PIZARRO X CANDINHO

Todo mundo conhece Gandinho. Todo mundo? Não, / não é muito conhecido dos seus amigos da polícia e dos trabalhadores que são / amigos há muito tempo.

É Pizarro? Pizarro é o que se chama de movimento / sindical que surgiu e se promoveu depois da "revolução" que infectou os sindicatos de polímeros.

Agora os dois estão brigando, uma disputa que vem de muito tempo. Quem está com a razão? A quem os trabalhadores devem apoiar?

Gandinho, ou Candido Siqueira, é um polímero que já se tornou uma espécie de chinelo velho que ninguém quer usar mais.

Por isso mesmo, com os companheiros de malandragem de Gandinho são capazes de defendê-lo, nem o governo / que o promoveu pode mais sustentar Gandinho.

Pizarro, aproveitando a demoralização de Gandinho está querendo tomar o seu lugar, mostrar aos seus patrões que ele é capaz de ganhar melhor os trabalhadores.

Defa a brigada. Defa a campanha do Pizarro contra o seu antigo amigo e chefe Gandinho Siqueira.

Essa é a tática usada pela ditadura no meio sindical: quando um polímero não serve mais, é preciso substituí-lo por outro, que ainda não está demoralizado.

Mas nós conhecemos muito bem o mau caráter que é o seu Pizarro e não vamos na sua conivência fiada. E podemos perguntar a ele "seu Pizarro, há simonizado nisso?"

Claro que não. Pizarro amou o circo e agora quer ser o palhaço principal, no lugar de Gandinho. Convoque uma assembléia geral para expulсар o velho polímero, em nome da moralidade do sindicato.

Agora nós perguntamos: que moral tem o Pizarro para fazer isso? Onde estava ele nas lutas dos trabalhadores por melhores salários, contra o ardecho, contra o FGTS, contra o "cálculo bélico" nos sindicatos?

Onde estava ele quando setou rou a greve da Grande Indústrias? Ao lado dos seus companheiros e companheiros operários? Não, estava do lado dos patrões e do governo; gastando dinheiro de Sindicato para publicar nota oficial na imprensa contra o movimento.

que temos: que fazer e sim / pimento isso: aproveitar a ocasião e expulsar ao longe os / mais oportunistas. Mas não em / digão moral de ficar.



PROBLEMA Nº 80 - SEMINÁRIO OPERÁRIO -- PÁGINA NÚMERO 4

O QUE É O CAPITALISMO

(Divulgação para que o trabalhador conheça o regime sob o qual vive, trabalha, é explorado, sofre e morre).

- No sistema capitalista cabe a produção de artigos para a venda, isto é, mercadorias.

- O valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

- O operário não possui meios de produção (terras, ferramentas, fábricas, etc.).

- Para viver, o operário tem que vender a única mercadoria que possui, sua força de trabalho.

- O valor de sua força de trabalho, como o de todas as mercadorias, é a quantidade de tempo necessário para a sua produção; nesse caso, a quantidade necessária para a produção daquilo que o operário tem que consumir para viver.

- Os salários que lhe são pagos, portanto, serão iguais ao que é necessário somente para a sua manutenção.

- Mas essa quantidade o operário pode produzir com apenas parte do tempo de trabalho que lhe é exigido (menos que o total das horas que ele trabalha).

- Isto significa que só uma parte do tempo o operário está trabalhando para si mesmo (para sobreviver).

- O resto do tempo (da jornada de trabalho) o operário estará trabalhando para o patrão.

- A diferença entre o que o operário recebe em salários e o valor das mercadorias que ele produz é chamado de "mais valia".

- A mais valia é o valor excedente, que passa para as mãos do patrão, que é proprietário dos meios de produção.

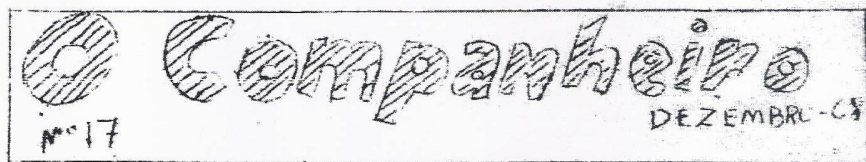
- Esta é a fonte dos lucros, dos ganhos, das rendas da classe proprietária.

- A mais valia é a medida da exploração do trabalho e do homem no sistema capitalista.

- Quando o patrão tira seu lucro, ele está tirando uma parte daquilo que o operário produziu. Para produzir o operário gastou força, suor, músculo e nervos. Então o patrão está comendo a carne e os nervos dos trabalhadores.

- Se o operários em conjunto fossem donos dos meios de produção, isto é, das fábricas, das terras e das máquinas, o valor total da produção poderia ser igualmente repartido entre toda a sociedade. Os patrões não precisariam existir.

Anexo 29: Jornal *O Companheiro* de dezembro de 1968



## DITADURA APAVORADA

Vendo que a nossa luta cresce cada vez mais e que o golpe de 64 não tinha sido suficiente, a ditadura usando seu exército e sua polícia, começou a prender operários, camponeses, estudantes, padres, etc., usando cada vez mais a violência contra as lutas justas do povo e agora, apavorada, baixou um ato com mais arrocho, fechou o Congresso e aumentou a perseguição, prendendo grande numero de pessoas. A ditadura ficou mais desmascarada ainda com este novo golpe.

### Luta do povo continua

Desde o golpe de 64 que o povo vem corrigindo os erros cometidos e retomando cada vez mais firme a luta contra a exploração. Nossa classe tem feito várias greves furando o arrocho, os camponeses na luta defendem seus direitos e suas terras, botam de muitas vezes a polícia da ditadura pra correr, os estudantes nas ruas e nas escolas desmoralizam a ditadura e sua polícia. Os bancários fizeram greve contra o arrocho conseguindo vitória, os professores e funcionários públicos travam também luta contra o arrocho da ditadura.

Em 11 estados do Brasil a ditadura fez eleições no mes de novembro. Tentou tepear o povo mas ninguém criou na jogada, escreveram na cédula: O POVO NA LUTA DERRUBA A DITADURA

do Vietnam vencendo os gringos americanos nos mostra como isto é verdade.

## O caminho da libertação!

Para acabar com a guerra que os imperialistas fazem contra o povo, é preciso que nós também peguemos em armas e façamos uma guerra do povo. A guerra popular é a guerra do povo armado para derrubar a ditadura e expulsar os gringos imperialistas. A guerra popular é uma muralha de ferro que vai acabar com a exploração sobre o povo.

Com as greves, as manifestações e todas as nossas lutas, nós vamos aprendendo que sempre que lutamos a ditadura usa a polícia e o exército com armas para nos reprimir. Nós aprendemos que é preciso enfrentar as armas da ditadura. NÓS TEMOS QUE PREPARAR A LUTA ARMADA PARA ENFRENTAR A DITADURA; NÓS TEMOS QUE PREPARAR A GUERRA POPULAR; A GUERRA POPULAR É A LUTA DO POVO COM ARMAS CONTRA A DITADURA E O IMPERIALISMO

## A GUERRA POPULAR DERRUBA A DITADURA

Vamos exigir a reintegração dos companheiros afastados porque lutaram na greve. A luta é de todos e não podemos deixar que estes companheiros possam dificuldades. Vamos lutar pela libertação do Canela e a reintegração do Enio, Mário Bento, Renato e todos os outros que é impossível colocar neste pequeno jornal.

Vamos consolidar as vitórias da greve formando comitês de luta por seção para garantir os 30% e preparar para conquistar os 20% que faltam para completar os 50% que queremos.

Vamos organizar uma caixinha para resolver o problema dos dispensados, para garantir finanças na hora da luta, para garantir a saída do nosso jornal e para comprar o material que for preciso na luta.

Vamos aumentar as vitórias da greve

Ditadura parece forte mas o

O ato institucional baixou o polo ditador Costa e Silva é mais um golpe contra o povo, como em 64, os gringos imperialistas junto com os patrões traidores e exploradores e com os latifundiários (que são os exploradores dos camponeses) usaram a violência para manter o explorador contra o povo.

A ditadura é como uma onça com a pele de cordeiro, ela não tem medo de lutar ao lado do trabalhador e do português, a ditadura também é por todos, mas nós não vamos nos assustar. O NEGÓCIO É FURTAR O CÉRCULO E BATER FORTES QUE ELA CRIA QUANDO.

Camponeses, somos fortes e não vamos ter medo desta onça dos gringos imperialistas. Vamos reforçar nossa unidade e continuar firmes na luta pela nossa liberdade e libertação do povo.

O povo na luta ditadura e ditadura

Quando alguns pedres começam a lutar junto ao povo, começam a ser perseguidos, presos e torturados. Os imperialistas, os capitães de lata, os patrões, os latifundiários que se dizem donos das terras dos camponeses, os ditadores inimigos do povo começam a ficar fortes e os patrões querem que a Igreja se fale em Paz e Amor, escondendo com isso a exploração que o povo sofre. Igreja vem fazendo isto há muitos anos mas os inimigos do povo não entendem que a paciência se esgota: alguns pedres já se colocam ao lado do povo e por isto tem que enfrentar a repressão do ditador. Por isto foram perseguidos e jogados no prisão os pedres do Bolo Horizonte, porque se colocaram ao lado do povo e sentiram seu sofrimento.

Ata & libertação dos pedres que estão do lado do povo!

POVO É A VERDADEIRA MURALHA DE FERRO

A ditadura do imperialismo parece muito forte, mas os milhões na rua, a revolta e o povo, quando a tortura, faz uma verdadeira guerra contra o povo. Para esta guerra contra o povo eles tem o exército e a polícia, pagas com o dinheiro do povo, e por isto quem que são muito fortes e vão continuar assim sempre.

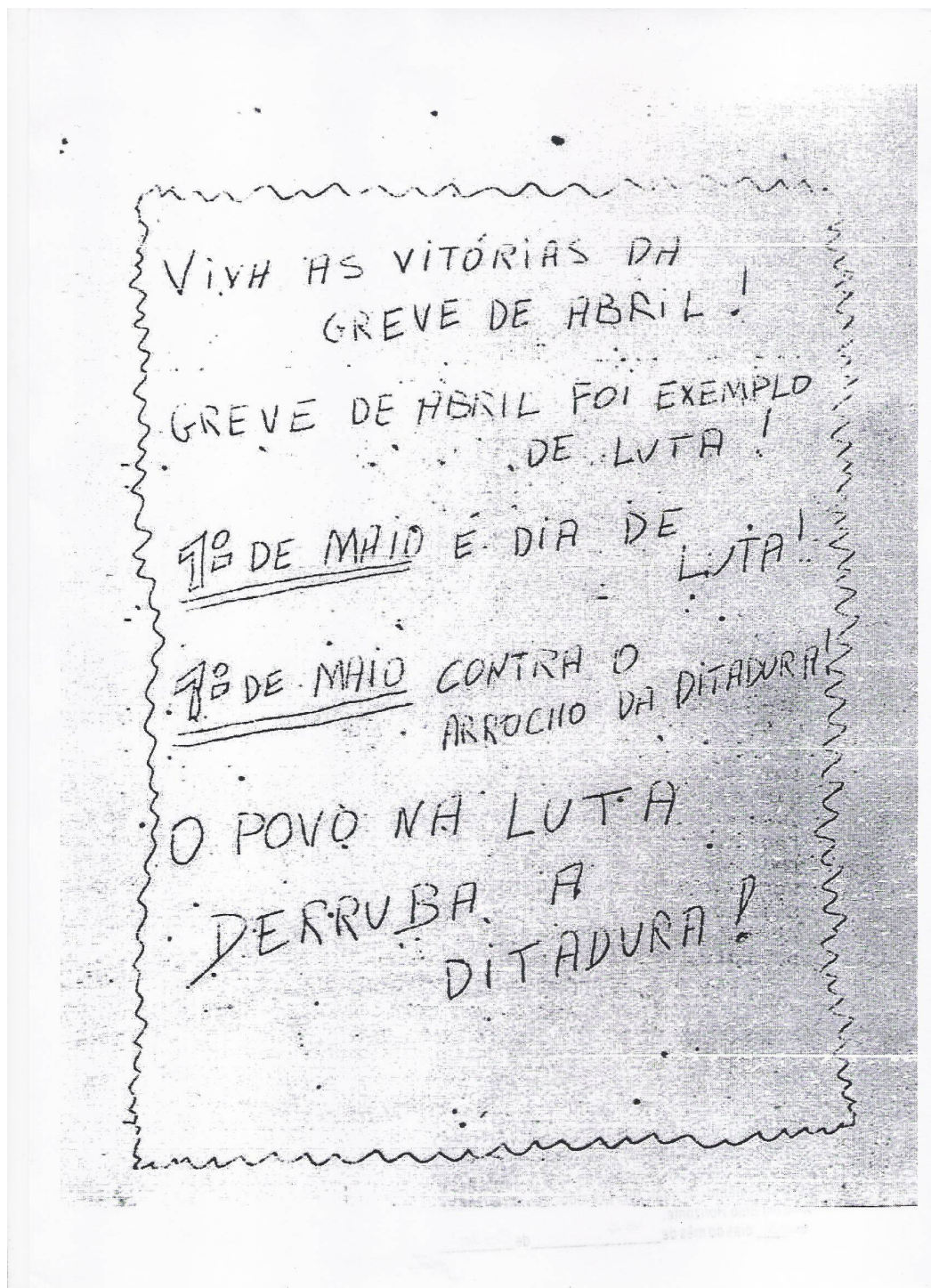
A FORÇA DO POVO

Mas a ditadura não é tão forte assim, ela está desligada do povo quando nós lutamos e fazemos greve, os camponeses, estudantes e trabalhadores, e até alguns pedres, lutam também e nos ajudam. Na luta, como aconteceu em outubro, é não é só aqui em Minas, em São Paulo, Paraná, Bahia, Pernambuco, em todo o Brasil o povo se junta e luta unido. A ditadura está isolada contra o povo, por isto ela é fraca. Operários, camponeses, estudantes e todos os setores da população lutam contra a ditadura isolada, por isto ela não é tão forte.

A ditadura só é forte quando o povo está desorganizado e sem crime, quando o povo está fraco. Mas quando o povo se une e luta, ele se torna forte. Todas as coisas são produzidas pelo povo trabalhador. Os latifundiários, os patrões, os negociantes e não os outros usados pelos milhões, são produzidos pelo povo trabalhador.

Quando o povo luta unido, produzindo por ele mesmo e não para os imperialistas exploradores, quando passa a produzir para si mesmo o povo e não para o exército da ditadura, então ele se torna muito forte. Os milhões e milhões de trabalhadores apontando com firmeza a revolução, formam uma verdadeira muralha de ferro. Essa muralha de ferro pode vencer todos os exércitos do imperialismo. O povo

LEIA-DISCUTA-PASSE A DIANTE



VIVH AS VITÓRIAS DA  
GREVE DE ABRIL!

GREVE DE ABRIL FOI EXEMPLO  
DE LUTA!

1º DE MAIO É DIA DE LUTA!

1º DE MAIO CONTRA O  
ARROCHO DA DITADURA!

O POVO NA LUTA  
DERRUBA A  
DITADURA!

Anexo 30: Jornal *O Companheiro* de abril de 1969

# O Companheiro

BH - 16 de Abril de 1969

## VAMOS LEMBRAR AS VITÓRIAS DA GREVE DE ABRIL

Estamos em Abril de 1969. Nós, metalúrgicos, devemos lembrar que está fazendo um ano que enfrentamos de peito aberto, com o nosso movimento de greve, o Arrôcho da Ditadura.

Depois do traiçoeiro golpe que os gerilas da Ditadura, a mando dos imperialistas americanos deram em 64, foi imposto à nossa classe um grande arrôcho. Com a alta do custo de vida nossos salários ficaram ainda mais miseráveis. Somente em Abril de 68 foi que travamos uma luta maior contra o arrôcho que foi imposto aos trabalhadores.

No dia 16 de Abril os companheiros da Belgo, corajosamente entraram em greve, ocuparam a fábrica e depois até enxotaram o Delegado do Trabalho, que tentou enganar os companheiros grevistas. Exigiam 25% de aumento.

Poucos dias depois paravam também a Mannesman, a Pohlrig, a SBE e outras fábricas. Toda a categoria estava em greve apesar de não ter havido preparação para isto. O Passarinho foi obrigado a sair voando de Brasília e vir aqui. Fez muitas ameaças na TV e mesmo lá na sede do Sindicato, tentando amedrontar a classe. Recebeu um s boas vaias.

Ns naquela época a diretoria do Sindicato parecia estar de lado dos operários, mas na verdade queria ser boazinha para os patrões e o Governo da Ditadura.

Mesmo assim a classe aguentou firme durante mais de uma semana. Furamos o arrôcho arrancando dos exploradores 10% de abono. Temos o orgulho de di-

zer que foi para tôdos os trabalhadores do Brasil.

Além do mais a nossa luta serviu de exemplo para os companheiros de outros Estados (greves do Ceará, do ABC paulista, etc.) e mesmo para nós na greve de Outubro.

Mostrou que contra o Arrôcho da Ditadura Militar que serve aos imperialistas americanos e seus aliados brasileiros traidores só há um caminho: LUTAR!

DEPOIS DE UM ANO, COMO ESTA  
E SITUACAO DA LUTA SE DESENVOLVEM?

Tivemos melhorias e vitórias nas nossas lutas, mas o custo de vida comeu nossos aumentos. Os preços do arroz, do feijão, do leite, da banha e outros artigos sobem constantemente. O salário mal dá para a alimentação de nossas famílias e para a nossa roupa e de nossos filhos. Nada para os remédios no caso de doenças. Estão falando em aumentar a condução. Construir um barracão só no sonho. O aluguel pesa bastante no nosso orçamento.

Somos obrigados a fazer hora extra e biscates para cobrir o salário mixuruca. Os acidentes no trabalho são frequentes, pois os patrões só querem saber de mais e mais produção. Alguns encarregados são verdadeiros carrascos.

Quando começamos a lutar contra esta situação a Ditadura Militar mostra seus dentes.

Nosso Sindicato, fundado e mantido com suor e luta de antigos companheiros está com intervenção. Muitos companheiros foram perseguidos, presos, demitidos. O companheiro Canela completou 5 meses de prisão. Somente há poucos dias foi solto o companheiro Alcides. Na semana passada foi encarcerada a ex-secretária do Sindicato, a Imaculada Conceição. Com o golpe do Ato 5 a Ditadura criou mais dificuldades para a gente protestar. Tem proibição para tudo. Com isso a Ditadura se isolou mais do povo. Perdemos na lei deles, mas na vontade do povo a luta continua.

A Ditadura diz descaradamente que tudo está melhorando. Está dizendo que a situação está boa. Que o Brasil está desenvolvendo. Que o Lando da Habitação está construindo muitas casas para o povo. Que eles estão acabando com os agiotas, com os bicheiros. Que a SUNAB está fiscalizando os comerciantes.

É tudo mentira. É pura enganação. As casas do BNH são poucas e caríssimas. Poucos de nós podemos pagar o preço com a correção monetária. Eles prendem os pequenos agiotas, mas nada fazem com os grandes agiotas tipo o Ministro Magalhães Pinto. O sogro do Ditador Costa e Silva é o maior bicheiro do País. Prende os pequenos comerciantes e não toca nos grandes atacadistas que são os verdadeiros assaltantes do povo.

Portanto, não vamos na onda. Por isso vamos continuar a luta, junto com os demais operários, junto com os camponeses, os estudantes e o resto do povo, contra essa Ditadura Militar e pela libertação do povo.

Não vamos esperar nada dos interventores e puxa-sacos a não ser traição.

Vamos discutir com os companheiros de seção e da fábrica a situação da classe. Vamos preparar novas lutas. O 1º de Maio está perto. É o dia de luta dos trabalhadores do mundo inteiro. É uma oportunidade para mostrar a nossa insatisfação, para fazer, juntamente com os demais trabalhadores da Cidade Industrial e de Belo Horizonte o nosso protesto.

Vamos comemorar o 1º aniversário da greve de Abril com um grande 1º de Maio, continuando nossa luta.

VIVA AS VITÓRIAS DA GREVE DE ABRIL !

GREVE DE ABRIL FOI ESPERDO DE LUTA.

1º DE MAIO É DIA DE LUTA !

1º DE MAIO CONTRA O ARRÔCHO DA DITADURA !

O POVO NA LUTA DERRUBA A DITADURA !



Anexo 31: *Jornal Bodoque Grevista* [setembro] de 1968

# BODOQUE GREVISTA

## PORQUE ESTAMOS EM GREVE

Hoje estamos em greve exigindo um aumento de 50%. Há muito tempo que estamos arrôçados, e nossos salários valem cada vês menos. Os alimentos, o aluguel, a condução, a roupa, os remédios, tudo o que precisamos para viver aumenta de preço diariamente, fazendo com que cada vês nós fiquemos mais pobres, enquanto os patrões vão ficando mais ricos. A ditadura criou o arrôcho salarial para nos explorar mais e aumentar os lucros dos patrões imperialistas.

Desde a nossa greve de abril que estamos nos preparando para esta luta, pois sabemos que só com a luta vamos conseguir melhores condições de vida.

Na nossa Assembléia, no dia 27, recusamos o abono provisório de 12% oferecido pelos patrões, e também o índice de 27% da ditadura, do qual seria descontado os 10%.

A decisão da Assembléia foi: GREVE NA FÁBRICA PELOS 50%.

Entramos em greve também porque esta é a melhor forma de lutar contra o arrôcho, desmoralizando as leis dos patrões e enfraquecendo a sua ditadura, ao mesmo tempo que aumentamos a nossa força.

## COMO VAI SER A GREVE NA MANN & SMANN

VAMOS parar e permanecer na Usina o maior tempo possível, porque assim todos poderão participar da greve. Enquanto a Companhia estiver nas nossas mãos devemos manter as condições para que a produção

vólte ao normal tão logo os 50% sejam dados. Caso sejanos ameaçados ou obrigados a sair da fábrica não nos responsabilizamos pelos danos que houver. Vamos fazer uma Assembleia na Companhia logo depois da paralisação, para discutir com todos o que fazer durante a greve.

Vamos nos organizar por seção, formando grupos de 10 companheiros e eleger 1 responsável. Isto facilitará nossa luta e nos unirá mais. Vamos formar também grupos para cuidar da alimentação e das finanças para nossa luta. Vamos formar além disso os grupos responsáveis pela vigilância dos portões.

Não vamos ter medo da polícia nem dar ouvidos para as mentiras dos jornais, rádios, e televisão. A polícia já está aqui na Mannesmann para defender os interesses dos gringos. Não vamos provocar e muito menos correr dela. Vamos ficar tranquilos e preparados para nos defender caso a polícia nos ataque e para isto usaremos as armas que estão ao nosso alcance.

Outro instrumento muito utilizado pelos patrões para amaciar nossa luta são as mentiras divulgadas pela televisão, rádio e jornal, como é o caso da greve dos companheiros bancários que está firme, e que os jornais estão dizendo que já está acabando. O Coronel Passarinho já está na televisão ameaçando. Mas não teremos medo, pois sabemos que somos fortes e estamos preparados para a luta. Só confiaremos nos nossos companheiros de luta e nossos jornais e boletins de luta.

A NOSSA LUTA É JUSTA E VAMOS LEVÁ-LA ATÉ  
O FIM.

EXIGIMOS :

1. 50% DE AUMENTO
2. NENHUMA PUNIÇÃO AOS GREVISTAS
3. ABONO DOS DIAS DE GREVE

Anexo 32: Jornal *O Flexa Grevista* [outubro] de 1968 [sic]

# O FLEXA GREVISTA

## PORQUE ESTAMOS EM GREVE

Hoje, nós os metalúrgicos de H.H. de Contagem iniciamos a greve. Isto porque estamos numa situação muito ruim, com um salário miserável que não dá nem para comer.

Estes patrões gringos com sua ditadura só sabem nos explorar cada vez mais. Arranjaram o arrôcho salarial como uma forma de nos sugar mais nos impoem um índice que é uma migalha. Por causa desta nossa situação de fome resolvemos não aceitar este índice da ditadura, mas resolvemos lutar pelo reajuste de 50%. Elegemos uma Comissão Salarial para levar aos patrões as nossas exigências, mas eles não aceitaram a nossa proposta. Isto veio confirmar que deles nos só podemos esperar uma coisa: exploração. E que qualquer exigência da nossa classe só será atendida na medida que nos lutarmos. A melhor forma que temos hoje para obrigar os patrões gringos a sua ditadura a ceder é fazendo a greve livre nas fábricas. Porque? Quem trapalha, quem produz, quem enriquece os patrões somos nós. Eles não sabem e nem trabalham como nós. Quando nós paramos eles param de ganhar e enriquecer as nossas custas e são obrigados a nos atender. Desta forma mostramos que a nossa força é muito grande e que aumentará sempre, na medida em que nos unirmos e organizarmos para a luta.

## COMO DEVEMOS COMPORTAR DURANTE A GREVE

Nós já sabemos pela experiência da greve de abril, que a ditadura vai fazer tudo para acabar com o nosso movimento. Vai tentar nos dividir de todos os modos, vai lançar boatos e notícias falsas para nos confundir, vai nos ameaçar dizendo que a greve é ilegal. O que então temos que fazer? Manter e aumentar a nossa organização e união durante a greve. Participando das assembleias, distribuindo nosso boletim para informar a todos o nosso movimento e não acreditando de forma alguma em jornais, televisão, rádios etc, pois todos eles são controlados

pelos patrões e sua ditadura.

Todos eles vão dizer que a nossa greve é ilegal, nós vamos mostrar que ilegal é a fome, são os abusos, são nossos filhos que morrem por falta do que comer. O que nos interessa é que a nossa greve é justa e que nada nos dividirá.

Vamos continuar nos organizando para aumentar a nossa força afin de conseguirmos o que exigimos:

1. AUMENTO SALARIAL DE 50%
2. NENHUMA PUNIÇÃO AOS GREVISTAS
3. PAGAMENTO DOS DIAS DE GREVE

COMO É A NOSSA GREVE AQUI NA BELGO

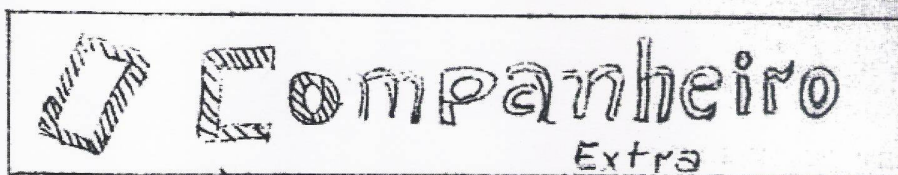
1. Assim que tudo parar, vamos fazer uma assembleia dentro da fábrica para discutirmos porque estamos em greve e como devemos nos comportar agora e depois.
2. Vamos permanecer dentro da fábrica durante o tempo que for possível.
3. Vamos discutir e organizar cada vez mais formando grupos de 10 companheiros. Isto vai facilitar as tarefas a serem feitas durante a greve.
4. As nossas tarefas principais são:

PROPAGANDA DA GREVE fora da fábrica para explicar ao povo a nossa luta, dentro da fábrica para informar aos companheiros sobre os acontecimentos da greve. FORMAR GRUPOS para cuidar da alimentação e das finanças da nossa luta, formar grupos de vigilância nos portões e muros. Nós não vamos atacar nem provocar a polícia pois o que estamos querendo é o aumento salarial, mas se fomos atacados vamos nos defender.

TODOS OS COMPANHEIROS DEVEM PARTICIPAR DA LUTA EM TODAS AS DECISÕES E TAREFAS.

A VITÓRIA DEPENDE DA NOSSA UNIÃO

Anexo 33: Jornal *O Companheiro* [outubro] de 1968



A ditadura e os patrões estão tentando por todos os meios liquidar com nossa greve. Ora espalham boatos e mentiras, procurando desanimar e confundir a gente, ora fazem promessas que não cumprirão, só para iludir alguns companheiros e nos dividir. Ocuparam as fábricas com seus milicos e dedos-duros, prenderam companheiros procuraram impedir a gente de se reunir e organizar.

Alguns companheiros se deixaram enganar, vacilaram ou caíram no desânimo e voltaram a trabalhar. Com isto, nossa greve começou a enfrentar grandes dificuldades. Que fizeram então os patrões e a ditadura? Aproveitaram-se de nossas dificuldades para:

- nos dar um aumento só de 17%,
- descontar os dias de greve,
- começar a nos demitir em massa e perseguir-nos de todo jeito,
- manter prêso ENIC, Renato e outros companheiros.

Isto nos ensina que só com nossa luta conquistaremos nossas reivindicações e a nossa libertação. A nossa luta será dura e prolongada, atravessará muitos momentos de dificuldade. Mas não recuaremos diante dos sacrifícios necessários e venceremos porque somos fortes. Basta que fiquemos unidos, unidos e organizados e lutemos com firmeza e sem desânimo.

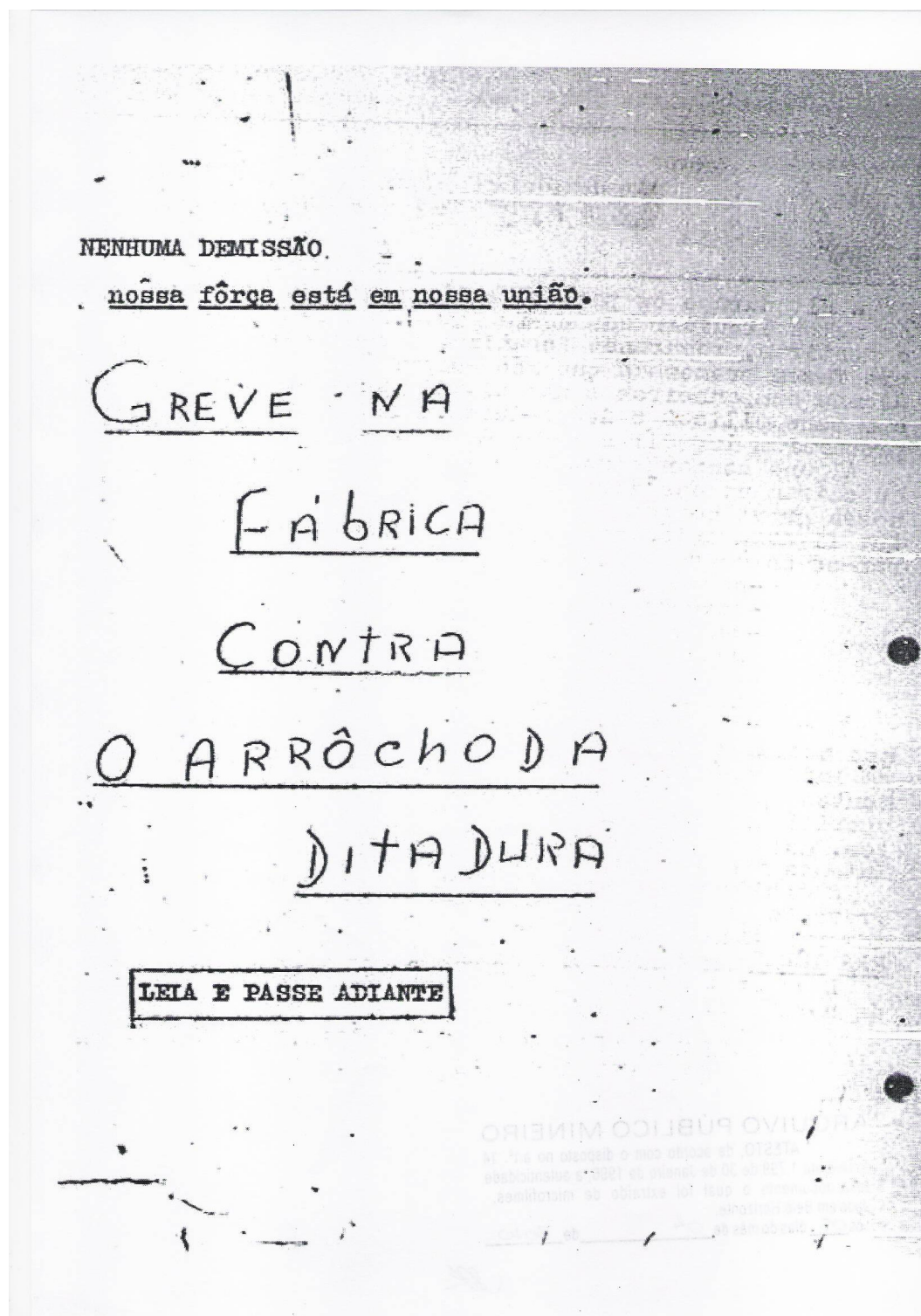
A ditadura se enganou pensando que acabou com nossa greve. Companheiros de Contagem e Belo Horizonte, vamos dar uma lição nos que nos exploram e oprimem. VAMOS PARAR TÓDAS AS FÁBRICAS NA SEGUNDA-FEIRA.

E vamos continuar em greve até a vitória completa de nossas reivindicações:

- AUMENTO DE 50%
- LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE ENIC, RENATO E OS DE MAIS COMPANHEIROS PRÊSOS.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Anexo 34: Um bilhete que provavelmente era passado entre os trabalhadores,  
dentro das empresas [outubro] de 1968



Anexo 35: Jornal *O 1º de Maio* s/d

DESEMPREGO EM MASSA

Indo a Demisa para São Paulo, à busca de novos lucros, foram despedidos centenas de operários. A eles juntam-se os companheiros da Barmel, ameaçados também de irem para a rua sob a desculpa da Companhia ter perdido o mercado de compra.

Agora, com o F.G.T.S., tudo está muito fácil para os patrões: quando o operário começa a ganhar mais, é posto na rua. Quando começa a defender seus direitos com voz mais grossa, também. Quando, por um motivo ou por outro não interessam manter o número de empregados, é fácil mandar embora. Tudo isso sem se preocupar mais com estabilidade e indenização, águas passadas depois do Re-

gime do fundo.

Até quando, companheiros, podemos permitir que o desemprego, a miséria, a fome, rondem nossos lares para satisfazer somente os interesses dos patrões?

Será que a nossa missão é mesmo ficar calados e "bonzinhos", ou lutar decisivamente para acabar com este estado de coisas?

LUTEMOS CONTRA O DESEMPREGO  
PELA DERRUBADA DA POLÍTICA  
ECONÔMICA DA DITADURA!

"O 1º de MAIO"

jornal de combate da  
classe operária.

COMPANHEIRO

A Imprensa Operária enfrenta todas as dificuldades impostas pela ditadura. Para mantê-la é necessária a sua contribuição.

Forme um Círculo de Leitores do "O 1º de Maio" e envie notícias e sugestões e sua contribuição financeira, possibilitando-nos melhorar e desenvolver o seu jornal, um dos instrumentos de combate da classe operária.

A direção.

Anexo 36: Jornal *Combate* s/d

combate-combate- combate-combate-combate-comba  
combate-combate- COMBATE combate-combate-com  
combate-combate- combate-combate-com  
combate-combate-combate-combate-combate-combat

Ano 1 / orgão de luta dos trabalhadores MG / 2

As condições de trabalho na S.B.F.

A Sociedade Brasileira de Eletrificação /  
(grupo italiano) vem exigindo de seus 600 ope-  
rários mais produção; quase todos têm que fa-  
zer hora extra, ninguém pode largar seu servi-  
ço um minuto. O lucro dos patrões está crescen-  
do, a fábrica está expandindo, tudo à custa do  
trabalho dos operários.

- os operários, o que recebem como recom-  
pensa?

Mais trabalho, mais arrôcho, mais explora-  
ção.

Os abonos por aumento de produção foram /  
cortados ou reduzidos.

As condições de trabalho são péssimas. eis  
alguns fatos:

1 - Na S.B.F. há 6 privadas para seus 600 ope-  
rários, sob péssimas condições de higiene. E /  
preciso fazer filas imensas para usar as insta-  
lações "anti-sanitárias".

2 - Os operários que trabalham na boca do for-  
no, no maçarico, solda, pintura, se quiserem to-  
mar banho têm que se resignar as filas para os



Anexo 37: Comunicado do Sindicato [outubro ou novembro] de 1967



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias  
Metalúrgicas, Mecânicas e de Material  
Elétrico de Belo Horizonte

## METALÚRGICOS:

● Para o Governo calcular o aumento do custo de vida, ele leva em conta todos os aumentos havidos desde artigos de luxo: perfumaria, automóvel, passagem de avião e tantas outras coisas que o trabalhador assalariado nunca usa. Tem mais, o índice do Governo, leva em conta os aumentos havidos do Amazonas ao Rio Grande do Sul, e o que nos interessa é o que aumentou em Belo Horizonte, onde trabalhamos e gastamos o nosso dinheiro.

Não é só isso, companheiros, o Governo proíbe a negociação do percentual de aumento do salário. Nem se o patrão quiser dar mais não é possível pois a Lei 4.725 e os decretos-leis 15 e 17 não permitem a homologação de acordo superior aos índices fornecidos pelo Departamento Nacional de Salário.

● Vejam o índice mentiroso que não sabemos nem como é calculado: 17% em setembro de 67.

Comparem com os índices apresentados pelo Departamento de Pesquisas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Índice somente até maio de 67 — 29,4%.

Tem mais, companheiros, o custo de vida aumenta dia a dia, especialmente os gêneros de primeira necessidade, desta maneira acabaremos morrendo de fome pois o nosso salário não dá para nada.

**QUEREMOS QUE O GOVERNO RETIRE A LEI 4.725 E OS DECRETOS-LEIS, 15 e 17 para podermos pleitear um aumento de salário justo para a classe!**

A DIRETORIA.

### **Anexo 38: Termo de Consentimento**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa *Memória e Identidade Coletiva: Uma Reflexão Sobre a Experiência da Greve de 1968 em Contagem*, é realizada pelo mestrando da Faculdade de Educação da UFMG Edgard Leite de Oliveira (tel: 3383-6789 e-mail: edhistoria@yahoo.com.br), orientada pela professora Doutora Daisy Moreira Cunha (tel:9147-5966 e-mail: daisycunha@oul.com.br)

A pesquisa visa compreender as experiências de trabalho, assim como as implicações mútuas entre trabalho, política e educação na Greve de Contagem em 1968.

A proposta da pesquisa é uma investigação sobre as ações e os processos de luta na formação de uma classe operária, implementada no município de Contagem. Esta proposta foi sendo desenhada a partir do nosso interesse em trabalhar a subjetividade dos sujeitos deste processo.

Neste sentido, nos propomos à construção da memória coletiva através das greves dos operários em 1968 na região de Contagem. Utilizaremos a vivência e a experiência cotidiana coletiva e adquirida através de uma organização de operários, para discutir a construção desta memória dialogando com sua realidade social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, propõe-se a recolha das memórias por meio da história oral e será realizada uma amostra entre 15 e 20 entrevistas com pessoas que vivenciaram de forma direta ou indireta os acontecimentos de abril 1968 em Contagem.

Assim, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, que serão gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir por meio da narrativa, as lembranças referentes ao período, dessa forma, emergirão suas identidades e experiências individuais e coletivas destes no interior do contexto histórico e sociocultural ao qual a pesquisa nos remete.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e ao pesquisador.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar o pesquisador Edgard Leite de Oliveira, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005, tele/fax: 3409-4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br

Eu, \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive oportunidade de discuti-lo com o pesquisador Edgard Leite de Oliveira. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a para participar da pesquisa, dando meu consentimento livre e esclarecido. Declaro ceder os direitos, sem qualquer ônus, à mestranda do Programa de Pós-Graduação a nível de mestrado da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, o/s depoimento/s gravado/s, no todo ou em partes, editado ou não, contanto que o mesmo seja utilizado somente para fins educacionais, culturais e de pesquisa.

Assinatura do Entrevistado: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador 1: Daisy Moreira Cunha \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador 2: Edgard Leite de Oliveira \_\_\_\_\_

## **Anexo 39: Roteiro Geral de Entrevista**

### **Roteiro de Entrevista**

**Entrevistado:**

**Idade:**

**Profissão:**

**Contato:**

**Informações Sobre o Entrevistado:**

**Objetivo:**

**Questões Centrais para a Entrevista:**

**Perguntas Gerais:**

Como os trabalhadores se relacionavam com os espaços da cidade?

Quais eram os espaços?

Havia espaços coletivos?

Como os operários se relacionavam com a política?

Entediam o governo?

Apoiavam?

Como viviam os trabalhadores? (Condições materiais)

Como se organizavam?

Onde?

Havia organizações políticas?

Quais?

Como eram as relações dentro das fábricas?

Como se relacionavam com o trabalho?

Como foi a greve?

Quais eram as reivindicações?

Como se organizavam no momento de todos paralisados?

Quais pressões sofriam?

Como eram estas pressões?

Havia muita repressão?

Como era o diálogo com a comunidade que não era operária ou não estava em greve?

Participava de alguma organização política?

Qual?

Qual era o papel dessa organização junto aos trabalhadores?

Quais eram os objetivos desta organização?

Quais eram as pautas reivindicatórias e a linha política defendida?

**Perguntas Específicas (Exemplo):**

Como era o trabalho do sindicato?

Quais eram as pautas reivindicatórias e as lutas que defendiam o sindicato?

Como eram as eleições?

Como era o caminho da “Legalidade Sindical” na Delegacia Regional do Trabalho?

Como o sindicato atuava na conscientização dos operários?

Como era o diálogo entre o sindicato e os operários?